

Diálogos entre
História e Gênero

Costumes, Práticas e Fazeres

Carla Adriana Barbosa | Cristine Tedesco
Daniela Garces de Oliveira | Eduarda Borges da Silva
Marluce Dias Fagundes | Priscilla Almaleh
(Orgs.)



Nos dias 09 e 10 de novembro de 2018, o GT de Estudos de Gênero da Anpuh, seção Rio Grande Sul, promoveu a II Jornada de História e Gênero: Costumes, Práticas e Saberes. O objetivo foi a promoção de diálogos entre pesquisadoras/es de diferentes instituições e grau de formação que desempenhem pesquisas dentro da área dos estudos de gênero, feministas e História das Mulheres. Realizada nas dependências da Livraria Cirkula, na cidade de Porto Alegre/RS, o evento reuniu pesquisadoras/es de diversas instituições de ensino superior inscritas/os em três mesas temáticas. Agrupando trabalhos de pesquisadoras/es em diferentes etapas de suas trajetórias formativas, da graduação ao doutorado, ou já como docente em Instituições de educação do nível básico ao superior, a II Jornada de História e Gênero teve como marca a proveitosa troca de saberes, experiências e resistências em cada uma das mesas temáticas. A presente publicação reúne essa heterogeneidade e apresenta discussões decorridas durante o evento. Desejamos uma excelente leitura e que possamos contar com a presença de todas/os na próxima edição.



9 788556 196633 9

editora  fi.org



Diálogos entre História e Gênero

Organização dos Anais

Carla Adriana Barbosa

Cristine Tedesco

Daniela Garces de Oliveira

Eduarda Borges da Silva

Marluce Dias Fagundes

Priscilla Almaleh

Comissão Organizadora do evento

Camila Albani Petró

Carla Adriana Barbosa

Cristine Tedesco

Daiane Dala Zen

Daniela Garces de Oliveira

Eduarda Borges da Silva

Jamile Wayne Ferreira

Marina Camilo Hack

Marluce Dias Fagundes

Priscilla Almaleh

Coordenação do GT Estudos de Gênero ANPUH-RS (2018-2020)

Daniela Garces de Oliveira

Marluce Dias Fagundes

Priscilla Almaleh

Diálogos entre História e Gênero

Costumes, Práticas e Fazeres

Organizadoras:

Marluce Dias Fagundes

Priscilla Almaleh

Daniela Garces de Oliveira

Carla Adriana da Silva Barbosa

Eduarda Borges da Silva

Cristine Tedesco



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

FAGUNDES, Marluce Dias; et al (Orgs.)

Diálogos entre História e Gênero: Costumes, Práticas e Fazeres [recurso eletrônico] / Marluce Dias Fagundes et al (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

300 p.

ISBN - 978-85-5696-633-9

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. História; 2. Gênero; 3. Costumes; 4. Práticas; 5. Diálogos; I. Título II. Série

CDD: 170

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética 170

Sumário

Apresentação	11
Daniela Garces de Oliveira; Marluce Dias Fagundes; Priscilla Almaleh	

Primeira parte **Feminismos, teorias e dilemas políticos**

1.....	17
“Mulheres Tremendas”: A violência feminina no Rio Grande do Sul (1889-1930)	
Carla Adriana da Silva Barbosa	
2.....	37
As mulheres no movimento anarquista em Porto Alegre na Primeira República (1889-1930)	
Nicole Angélica Schneider	
3.....	53
“Sempre fui mais de esquerda”: história e memória de Dercy Furtado em tempos de democracia	
Eduardo dos Santos Chaves	
4.....	69
O feminismo na reconfiguração dos espaços público e privado como ferramenta de luta	
Amanda Porto de Souza	
5.....	83
A militância em gestação: Percursos do movimento de humanização do parto no Brasil e o protagonismo ao parir (1979-2012)	
Eduarda Borges da Silva	

Segunda parte
Mulheres, espaços, saberes e práticas

- 6..... 101**
A Santa Casa de Misericórdia para a análise de Gênero: Presenças e Ausências Femininas (Porto Alegre, fins do XIX)
Priscilla Almaleh
- 7..... 121**
“Às mulheres”: gênero, raça e classe nos escritos de Sophia Ferreira Chaves (Porto Alegre, 1904)
Melina Kleinert Perussatto
- 8.....139**
Mulheres e o Associativismo Negro em Montenegro/RS
Bruna Borges da Silva
- 9.....153**
Resistência com afetividade: memórias de uma mulher negra diante de seus objetos
Sandra Maria Costa dos Passos Colling
- 10 173**
Capitu: a anti-heroína “empoderada”
Adriana Neli Roos; Daiane Dala Zen
- 11189**
Memorias subterráneas de la prisión femenina a través de Magda Portal en “La Trampa” (1957)
María Valdivia Acuña

Terceira parte
Gênero, sexualidade e ensino de história

- 12..... 211**
Protagonismos do feminino na pintura nas Penínsulas Ibérica e Itálica entre os séculos XVI e XVII
Cristine Tedesco
- 13..... 233**
Relações de gênero e poder: um estudo da representação da figura feminina na história da arte
Daniela Cristina Menti; Daniela de Campos
- 14 253**
Formando esposas, mães e donas de casa: a disciplina de Economia Doméstica e o preparo ao lar (1942-1961)
Carolina Severo
- 15..... 273**
Papéis de gênero atribuídos a meninas e meninos em uma escola agrícola
Thais Scheuer; Rita Basso
- 16..... 289**
Didatização da história das mulheres no Museu Julio de Castilhos: a invisibilidade como um problema do tempo presente (1995-2010)
Andréa Reis da Silveira

Apresentação

Daniela Garces de Oliveira

Marluce Dias Fagundes

Priscilla Almaleh

Nos dias 09 e 10 de novembro de 2018, o GT de Estudos de Gênero da Anpuh, seção Rio Grande Sul, promoveu a II Jornada de História e Gênero: Costumes, Práticas e Saberes. O objetivo foi a promoção de diálogos entre pesquisadoras/es de diferentes instituições e grau de formação que desempenhem pesquisas dentro da área dos estudos de gênero, feministas e História das Mulheres. Realizada nas dependências da Livraria Cirkula, na cidade de Porto Alegre/RS, o evento reuniu pesquisadoras/es de diversas instituições de ensino superior inscritas/os em três mesas temáticas.

As mesas temáticas procuraram compreender trabalhos de diferentes recortes temporais, perspectivas teóricas e metodológicas, e de áreas interdisciplinar. Sendo assim, os trabalhos dividiram-se em três mesas: A) FEMINISMOS, TEORIAS E DILEMAS POLÍTICOS; B) MULHERES, ESPAÇOS SABERES E PRÁTICAS; e, C) GÊNERO, SEXUALIDADE E ENSINO DE HISTÓRIA. Como resultado desta jornada, apresentamos esta publicação que reúne alguns dos trabalhos apresentados, debatidos e problematizados durante o evento.

Na primeira parte, temos os trabalhos inscritos na Mesa A – Feminismos, Teorias e Dilemas Políticos, que abrangeram pesquisas que contemplam tanto as análises teoricamente inspiradas, aquelas dedicadas a diferentes correntes das teorias feministas, como análises empiricamente sedimentadas, nas quais ganham destaque os contextos e sujeitos, bem como suas estratégias incorporadas. A preocupação desses trabalhos é o

conjunto de forças que, no bojo das interações entre o sistema político e os movimentos sociais, disputam padrões de gênero, de normalidade, de cidadania, e respeito. Esses trabalhos discutiram os conceitos de feminismo em diferentes períodos históricos, de violência feminina, o papel de mulheres nos espaços públicos, sobretudo, na esfera política. Sendo importante destacar que as pesquisas conversavam entre si, pois destacaram o sujeito mulher como sujeito da violência, a frente de organizações, movimentos sociais e lideranças políticas, como donas de seu próprio corpo e destino, do final do século XIX a contemporaneidade.

Portanto estão publicados os trabalhos de Carla Adriana da Silva Barbosa, intitulado "Mulheres Tremendas": A Violência Feminina no Rio Grande do Sul (1889-1930); de Nicole Angélica Schneider, As mulheres no movimento anarquista em Porto Alegre na Primeira República (1889-1930); de Eduardo dos Santos Chaves, "Sempre fui mais de esquerda": história e memória de Dercy Furtado em tempos de democracia. Ainda, os trabalhos de Amanda Porto de Souza, sob o título O feminismo e a reconfiguração dos espaços público e privado como ferramenta de luta; e o de Eduarda Borges da Silva, A militância em gestação: Percursos do movimento de humanização do parto no Brasil e o protagonismo ao parir (1979-2012).

Na segunda parte, apresentamos os trabalhos provenientes da Mesa B - Mulheres, Espaços Saberes e Práticas, onde debate esteve pautado em questões que englobavam o reconhecimento dos espaços que mulheres estão ocupando e/ou agenciando, bem como conhecimento das suas estratégias para avançar em territórios que antes eram negados. Tiveram como intuito reforçar a necessidade de desconstruir os estereótipos de gênero que é atribuído as mulheres, que as colocam com dever/destino de ser esposa, mãe e dona de casa. Foram contempladas pesquisas que refletiam sobre as ambiguidades da noção de "mulher" e "mulheres", interseccionalizadas com outros marcadores de diferença como a raça, etnia e classe. Onde experiências de

mulheres negras no pós-abolição foram evidenciadas, como também questões relacionados ao “ser mulher” trazida pela literatura e em memórias traumáticas.

Nesta parte constam os trabalhos de Priscilla Almaleh, *A Santa Casa de Misericórdia para a análise de Gênero: Presenças e Ausências Femininas* (Porto Alegre, fins do XIX); de Melina Kleinert Perussatto, “Às mulheres”: gênero, raça e classe nos escritos de Sophia Ferreira Chaves (Porto Alegre, 1904); de Bruna Borges da Silva, *Mulheres e o associativismo negro em Montenegro/RS*. Na sequência o trabalho de Sandra Maria Costa dos Passos Colling, sob o título de *Resistência com afetividade: memórias de uma mulher negra diante de seus objetos de penteadeira*; de Daiane Dala Zen e Adriana Neli Roos, *Capitu: a anti-heróina empoderada - Daiane Dala Zen e Adriana Neli Roos*; e, de Maria Inés Valdivia Acuna, *Memorias subterráneas de la prisión femenina a través de Magda Portal en “La Trampa”* (1957).

A terceira parte traz os trabalhos da Mesa C - Gênero, Sexualidade e Ensino de História, em que discussões sobre gênero e ensino de História foram privilegiadas. Ao longo das últimas duas décadas foram inúmeros os avanços em estudos e pesquisas de gênero e História das Mulheres, mas ainda se faz necessário oferecer embasamento teórico e metodológico para que o corpo docente e discente tenha autonomia e propriedade sobre o tema. A escola como um meio social repleto de diferenças, é um espaço onde o debate sobre diversidade deve ser privilegiado, para que o contrário - normatização, naturalização e disciplinarização - não ocorram, aderindo, também, aos variados temas que abarcam o conceito de sexualidade. A problematização sobre os conteúdos, os discursos e a forma como são explorados no âmbito pedagógico e escolar, são caminhos necessários para o enriquecimento de uma educação democrática e com ênfase na diferença e meios de combate aos preconceitos.

Os trabalhos relacionados na última parte são o de Cristine Tedesco, intitulado *Protagonismos do feminino na pintura nas*

penínsulas ibérica e itálica entre os séculos XVI e XVII; de Daniela Cristina Menti e Daniela de Campos, *Relações de Gênero e Poder: Um estudo da Representação da Figura Feminina na História da Arte*; de Carolina Severo, *Formando esposas, mães e donas de casa: a disciplina de Economia Doméstica e o preparo ao lar (1942-1961)*; Franciele Thais Scheuer e Rita Cristine Basso Soares Severo, de *Papéis de gênero atribuídos a meninas e meninos em uma escola agrícola*; e, por fim, o de Andréa Reis da Silveira, *Didatização da História das Mulheres no Museu Júlio de Castilhos: A Invisibilidade como problema do Tempo Presente* (Porto Alegre, 1995-2010).

Além das comunicações apresentadas, o evento promoveu duas conferências. A conferência de abertura - "Teoria e Vivências Plurais: Gênero em Perspectiva" foi composta por Sherol dos Santos e Carlota Miranda, sob a mediação de Natalia Pietra Méndez. O encerramento - "Mulheres no espaço-tempo: Singularidades e universalidade" onde integraram as convidadas Liane Susan Muller e Maria Inés Valdivia Acuna, a mediação foi realizada Marluce Dias Fagundes. A Coordenação do GT de Estudos de Gênero agradece mais uma vez a disponibilidade e a presença de nossas convidadas, as quais enriqueceram nossas discussões.

Agrupando trabalhos de pesquisadoras/es em diferentes etapas de suas trajetórias formativas, da graduação ao doutorado, ou já como docente em Instituições de educação do nível básico ao superior, a II Jornada de História e Gênero teve como marca a proveitosa troca de saberes, experiências e resistências em cada uma das mesas temáticas. A presente publicação reúne essa heterogeneidade e apresenta discussões decorridas durante o evento. Desejamos uma excelente leitura e que possamos contar com a presença de todas/os na próxima edição.

Coordenação GT Estudos de Gênero (Gestão 2018-2020)

Primeira parte

Feminismos, teorias e dilemas políticos

“Mulheres Tremendas”: A violência feminina no Rio Grande do Sul (1889-1930)

*Carla Adriana da Silva Barbosa*¹

A violência produzida por mulheres tem sido um assunto pouco discutido, retratado majoritariamente como algo fora do comum. A escassez deste debate pode ser justificada em parte pela raridade das fontes; portanto, tenho em conta a palpável dificuldade em encontrar os “rastros” históricos públicos e privados de mulheres em uma população feminina eminentemente analfabeta. Mas, como Michelle Perrot destaca, esses “silêncios” também devem ser investigados (PERROT, 1998). Creio que dentre as circunstâncias formadoras destas reticências está a crença de falta de virilidade aos homens que sofrem desagravos de mulheres. Adicionalmente, a falta de interesse pelos problemas femininos fazia com que os desentendimentos e brigas envolvendo mulheres passassem por “assuntos menores” ou “picuinhas” que não valiam o registro.

Estas hostilidades são consideradas aqui tanto em seu aspecto físico quanto moral e verbal. Ao investigar a violência feminina, não se está questionando apenas o conceito de violência, mas também o de gênero. “A ordem social é, antes de tudo, fundada sobre a distribuição assimétrica de poderes e de vulnerabilidades hipotéticas” (CARDI; PRUVOST, 2012, p. 57).

¹ Doutora em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Analisar a violência feminina parece impensável em uma sociedade que transmite a ideia de uma mulher passiva e frágil, vítima da violência dos homens, incompatível nessa geração. A ideia que a mulher possa ser portadora de violência não é simplesmente óbvia. Ou que as mulheres são violentas. Alguns podem pensar que o trabalho sobre a violência feminina poderia macular a causa feminista, este não é o caso (DAUPHIN; FARGE, 1999, pp. 11-15).

Os principais atributos violentos associados às mulheres eram associados à vocalidade (ZUMTHOR, 2007, pp. 21-87)². A reputação individual era notadamente vulnerável ao “mal dizer” de outrem, sendo constante alvo de injúrias, ofensas e difamações advindas principalmente de atos de vinganças e provocações de desafetos. É neste sentido que encontramos o caso de Rosa e Victorina, duas moradoras de Alegrete, que, de trocas de insultos, passaram “às vias de fato”:

No dia 08 do corrente, pelas 18 horas, mais ou menos, Rosa C. espancou a Victoria P.S., com o salto de um sapato, produzindo-lhe lesões. O fato criminoso passou-se na capela em que funciona atualmente a Igreja Católica, sita à Praça 15 de Novembro, nesta cidade (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Processo crime, nº: 3945, maço: 121, estante 69, ano: 1916)³.

Duas testemunhas oculares deram ângulos diferentes do ocorrido. A primeira contou que:

² Entendo por “vocalidade” aqui os princípios não apenas envolvendo as práticas sonoras da fala, mas a todo comportamento que também abarca gestos, expressões faciais, ambiente e interação entre comunicado e comunicante.

³ Todos os grifos presentes nos processos são de minha autoria. Para manter a fidelidade às fontes, irei reproduzir todos os escritos segundo sua própria redação (mas em grafia moderna), o que muitas vezes incluirá uma cadência narrativa truncada e confusa, erros gramaticais e nomes de testemunhas que mudam. Também optei por não colocar o nome completo dos envolvidos para evitar quaisquer exposições ofensivas. Entretanto, sempre farei referência aos documentos envolvidos aos pesquisadores interessados nestes dados, que podem ser facilmente consultados no APERS, uma vez que o órgão é direcionado à consulta pública.

A ofendida Victorina P.S., disse a uma moça que se achava na Igreja que “a negra Rosa C., prometera lhe dar uma sova quando saísse de lá”; que quando se haviam retirado as pessoas que tinham ido receber a bênção, Rosa dirigiu-se à Victorina e lhe disse “vou te dar uma surra negra bodosa”; que a isto Victorina respondeu “está brincando comigo”, e a ré tirando de um sapato, grudou o salto na cara da ofendida, ferindo o rosto da vítima; que Victorina não levantou a mão para dar um tapa em Rosa; que Victorina não descabelou-se e começou a puxar os cabelos e nem a dar tapas em si mesma (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Processo crime, nº: 3945, maço: 121, estante 69, ano: 1916).

Já a segunda depoente, que era acompanhante de Rosa, respondeu ao juiz:

Que de há muito, desde a fundação de uma associação religiosa de que a depoente e a ré fazem parte, Victorina vem dirigindo insultos a um e a outro; que por estar sendo insultada, a acusada se incomodando deu um tapa em Victorina; que não é verdade que Victorina tenha apanhado com um sapato da ré; que não viu se a ofendida levantou a mão para dar um tapa na acusada; que depois de ter recebido o tapa a ofendida começou aos gritos a se atirar de encontro aos bancos, na ocasião em que a depoente e a ré saíam do templo; que é exato que no dia referido a ofendida disse que o pai da acusada a havia vendido a sua virgindade ao Coronel Manequinho; que é exato que depois do fato narrado na denúncia a ofendida continua a dirigir insultos e provocações a acusada e que isso se dá na Igreja (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Processo crime, nº: 3945, maço: 121, estante 69, ano: 1916).

Rosa C., a acusada, declarou ao juiz que:

Ao tempo em que se diz cometeu o crime de que é acusada estava na Igreja, nesta cidade, que na ocasião do conflito estava na Igreja Católica a ré, a ofendida e Maria D. A., criada do Dr. Samuel P.; que a ofendida Victorina P.S., há cerca de dois anos, procurava publicamente desmoralizar e difamar a acusada; que no dia 08 de dezembro, às 18 horas, a ofendida, encontrando-se com a ré na Igreja Católica, disse que seu pai a havia vendido para o Coronel

Manequinho; que depois de haver proferido insultos, a ofendida levantou a mão para dar um tapa na acusada; que a ré em represália deu-lhe um tapa e a ofendida começou a se bater, puxando o cabelo dela mesma e se machucando. Que nessa ocasião a ré estava de botinas de enfiar, e delas não fez uso para sovar a ofendida; que as pessoas que costumam frequentar o templo Católico, sabem de firme propósito que a ofendida tem de desmoralizar e difamar a ré (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Processo crime, n^o: 3945, maço: 121, estante 69, ano: 1916).

Notemos como alguns elementos se destacam já neste primeiro exemplo de agressões entre mulheres: o puxar de cabelos, a ofensa racial, o uso do sapato como arma. A cólera feminina é majoritariamente registrada (quase sempre pelos homens) ressaltando elementos visuais de identificação com o gênero: o cabelo longo, a aparência, os sapatos de salto, as roupas. Raramente encontra-se algum caso que narre uma mulher dando socos ou outras agressões contundentes e diretas, o uso das mãos durante uma briga se limita a tapas e puxões, remetendo a uma pessoa indefesa que se debate sem muita habilidade ou força. A referência de ter “grudado o salto na cara” passa uma impressão de destaque à violência, ao mesmo que torna a cena um tanto jocosa, se não a desqualifica diretamente.

As agressões físicas também partem como uma consequência das provocações vocais entre as mulheres; o embate dos corpos é acompanhado da continuidade dos insultos. A “sordidez” feminina também é destacada nas artimanhas que Victorina teria se valido ao simular escoriações em si própria para acusar sua adversária. A “baixeza” do episódio é acompanhada por injúrias raciais e alegações depreciativas à sexualidade.

Superficialmente, pode parecer estranho que mulheres tenham se valido de narrativas e descrições que reforcem características negativas de seu gênero. Entretanto, além da condução dos relatos pelas autoridades legais, os depoentes procuravam “interpretar papéis” que enquadrassem sua parte

como inocente e a outra como culpada. Neste sentido, os arrolados buscavam encaixar-se em padrões tipificados, pareando sua história com as atitudes esperadas, aumentando a verossimilhança e confiança em seu reconto.

Neste caso, Rosa C. foi absolvida em detrimento das acusações, tendo quatro dos cinco jurados respondido que a ré não havia provocado lesão corporal a ofendida com o salto de seu sapato. Através destes depoimentos, foi possível notar que nenhuma vez se levou em conta a acusação feita a Rosa de ter chamado Victorina de “negra bodosa”, apenas destacou-se o uso do calçado como arma, que, dentro do enfoque jurídico que já verificamos, poderia causar lesões que comprometessem o trabalho da agredida. A Constituição promulgada em 1891 garante a igualdade de todos perante a lei (sessão 2, artigo 72, parágrafo 2º), mas não criminaliza nenhum tipo de preconceito ou injúria racial, portanto esta declaração não foi questionada ou penalizada de qualquer forma.

Em contrapartida, teria a acusação de ter sua virgindade vendida por seu pai imputada à ofendida ter sido um fator decisivo para o júri relevar os tapas dados a Victorina? O veredito parece apontar que a legítima defesa de honra através da violência era um dispositivo válido mesmo entre mulheres, justificando os insultos raciais e, especialmente, desconsiderar um eventual crime por conta da agressão física perpetuada. O argumento jurídico de “legítima defesa da honra” é, portanto, passível de uso pelo universo feminino, possibilitando às mulheres caluniadas a tomada de atos punitivo-reparatórios, especialmente quando desacompanhadas.

Cabe aqui uma pequena reflexão de gênero destas situações. Ainda que a premissa de proteção da honra feminina pertença primariamente ao homem, as mulheres podiam se valer da violência em sua defesa contra injúrias graves caso estivessem desacompanhadas de um companheiro, tutor ou guardião. O Código Penal de 1890 prevê em seu título VIII que todos os crimes

contra a honra eram exclusivamente cometidos contra mulheres⁴. Isto aponta que a honra feminina era mais “frágil” que a masculina, sendo, portanto, dependente da defesa de guardiões homens, vistos como naturalmente mais aptos a eventuais embates físicos decorrentes. Nisso, o Estado podia assumir o papel deste “defensor varão” no caso de “mulheres honestas” (termo repetido duas vezes na legislação, mas nunca definido⁵), protegendo-as.

Entretanto, uma ofensa grave poderia esperar por uma resposta ou não passar impune. Era possibilitado que uma mulher demonstrasse agressividade vocal e física neste sentido, de forma semelhante estereótipo da mãe que se reveste do “espírito da leoa protegendo seus filhotes” contra ameaça à prole - não protegendo sua integridade física, mas seu “cabedal de honra”, que, de forma indireta, também compreendia sua família.

Obviamente, no fato da grande maioria dos processos analisados envolver majoritariamente a população de baixa renda, esta lógica da honra deve ser flexibilizada. Não que os mesmos padrões da elite não se colocassem sobre estas mulheres, mas a manifestação e assimilação (BOURDIEU, 2007, p. 129) ⁶ de alguns fatores nas comunidades pobres eram muito mais frequentes que na alta sociedade, como a ausência de uma figura masculina defensora, o trabalho feminino na complementação da renda ou sustento da família e a necessidade da autodefesa e das

⁴ Excetuando-se o atentado ao pudor, lenocínio e adultério - crimes associados às “sevícias do meretrício”, “preguiça” (de “evitar de ganhar a vida honestamente”), e do “descontrole feminino”.

⁵ Como mencionado anteriormente, a legislação se evade das questões morais e de honra tanto quanto pode, tomando-as como senso comum e deixando seu encargo e aplicação à própria sociedade (refletida na jurisprudência).

⁶“Em resumo, o mercado dos bens simbólicos tem as suas leis, que não são as da comunicação universal entre sujeitos universais: a tendência para a partilha indefinida das nações que impressionou todos os observadores compreende-se se vir que, na lógica propriamente simbólica da distinção - em que existir não é somente ser diferente mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença - qualquer unificação, que *assimile* aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre a outra, de negação de uma identidade por outra”.

solidariedades como forma de compensar o pouco interesse político na manutenção da prosperidade e paz destas pessoas, que eram vistas pela polícia muito mais como criminosas que como vítimas.

Em outro caso, duas mulheres são acusadas de agressões mútuas. Firmina S., de 32 anos, era meretriz, assim como sua ex-empregada, Flora C., de 23 anos, que teria sofrido mais ferimentos por conta da contenda entre as duas. Segundo testemunhas, elas já vinham se insultando há algum tempo; Firmina inclusive havia dado queixa ao delegado contra Flora há poucos dias antes do crime.

Firmina S., autora e responsável pelos ferimentos praticados em Flora C. e esta, pelas lesões perpetradas naquela (...). Ao passar a ofendida Flora C., pela residência da denunciada Firmina S., foi por esta agredida e arrastada, pelos cabelos, para dentro da sua residência, onde espancou-a barbaramente, produzindo-lhe lesões corporais de natureza grave e de caráter permanente (APERS. Dom Pedrito (Bagé). Processo Crime, nº: 2241, maço: 83, estante: 135, ano: 1929).

Notemos que, independentemente do mérito, já ocorre a condução do caso por parte do delegado no resumo da queixa, ao declarar Firmina como autora de “graves e permanentes lesões”. Em seu depoimento, esta prostituta mais velha contou...

(...) Que Flora foi criada da depoente, tendo sido despachada, que depois disso ficou Flora, por promessa inimiga dela; que além disto o amásio de Flora pediu a ela que reparasse por ela quando ele estivesse em serviço na colônia; que o filho da depoente meteu-se de amores com Flora resultando disso agarrar doenças venéreas; que a depoente tendo interrogado seu filho este lhe disse ter sido Flora a autora de seu mal; que a depoente chamou Flora e ponderou-lhe que aquilo era mal feito resultando daí o ódio de Flora contra a depoente; que hoje, pela manhã quando Flora voltava da Delegacia de Polícia chegou a Barbearia de Ildefonso Cunha e ali começou a falar disparates e sendo a casa da depoente pagada a casa de Ildefonso, Flora ao passar e quando

a depoente varria a casa aquela pôs-lhe a língua dizendo “Esta aí não arrumastes nada”. Que com o gesto e a provocação de Flora a depoente agarrou-se a ela dando-lhe algumas pauladas, tendo também a depoente recebido escoriações e ficando com seu vestido completamente rasgado; que a depoente dizendo “tu não tens vergonha”, Flora avançou-se na depoente rasgando-lhe o vestido e ali travaram luta corporal; que em dado momento a depoente pode safar-se e munindo-se de um pau de lenha foi ao encontro de Flora que munida de uma vassoura pretendia quebrar os móveis da depoente; que ninguém as separou que ambas fatigadas deixaram a luta (APERS. Dom Pedrito (Bagé). Processo Crime, nº: 2241, maço: 83, estante: 135, ano: 1929).

As passagens destacadas no depoimento acima uma vez mais mostram não apenas como as lutas corporais entre mulheres se concentram nas ofensas sexuais, mas roupas e nos agarrões e tapas. Também evoca uma vez mais o universo das prostitutas na imaginação dos folhetins, jornais e autos legais: seres violentos, que fazem uso de pedaços de pau para danificar corpos e locais, e mesmo a injúria ao lado profissional (e/ou afetivo) de Flora ao dizer que “esta aí não arruma mais nada”.

Mais marcante é uma das causas mais destacadas por Firmina como motivadoras das agressões: as doenças venéreas (elemento pareado às prostitutas) que Flora teria passado a seu filho como forma de atingir a família da depoente, indiretamente frisando a infidelidade desta para com seu amásio. Desta forma, ela estaria marcando a meretriz mais jovem como uma “má” prostituta, pois nenhum homem iria requestá-la sabendo que estava contaminada, além justificar suas atitudes por conta da defesa da integridade física e moral de seu filho. Além disso, é retratada como alguém infantil e traiçoeira, que mal saía da delegacia e ia provocar sua ex-patroa.

Flora C. apresentou outras alegações para o conflito:

Disse que em tempos auxiliava nos serviços domésticos em casa de Firmina S., que de certo tempo a esta parte ficou de mal com Firmina, tendo ambas se decomposto; que Firmina ultimamente

provocava a depoente, (...); que hoje havia comparecido a Delegacia de Polícia porque fora chamada pelo Delegado em virtude de queixa apresentada por Firmina; que aconselhada pelo Delegado se recolhia para casa tendo que passar pela porta da casa de Firmina em virtude do barro; que ao passar pela porta da casa de Firmina foi agarrada por esta, pelos cabelos, e arrastada; que foi tão inesperada agressão que a depoente não sabe explicar como fora ferida; que se lembra ter recebido uma pancada na cabeça que quase tirou-lhe os sentidos indo logo após apresentar-se ao Delegado; que nunca teve amores com um filho de Firmina; que supõe que o motivo do malquerer de Firmina seja porque Firmina tem um amante a quem trai e tem medo que a depoente possa dizer alguma coisa; que a depoente foi sim aconselhada pelo Delegado a não continuar com disputas com Firmina, mas que quando ia para casa deu-se a agressão (APERES. Dom Pedrito (Bagé). Processo Crime, nº: 2241, maço: 83, estante: 135, ano: 1929).

Esta depoente frisa sua obediência para com a autoridade policial ao se apresentar para o depoimento anterior como forma de contraste à agressão desleal de sua inimiga (termo constantemente utilizado nos processos para se referir à parte que se opõem). A infidelidade de sua oponente é um traço igualmente destacado como justificativa das agressões, uma vez mais demonstrando as dinâmicas de “pertencimento” das prostitutas. Termina seu depoimento como começa: reforçando o posto do delegado e a promessa de obediência, tendo sido agredida sem provocação. Ela também ressalta o caráter conciliador extralegal que este policial exerce ao tentar resolver a situação se valendo do prestígio de seu posto, sem acionar os mecanismos jurídicos propriamente ditos com pessoas sem mérito à sociedade.

Mesmo com o delegado se posicionando a favor de Flora e com a reincidência da contenda entre estas mulheres, o juiz prefere manter a posição inicial do policial e relevar seus aspectos legais. A denúncia foi considerada improcedente, portanto, sem penalização a ambas. Entretanto, ao não comparecer ao tribunal, Flora C. foi julgada à revelia, sendo condenada, uma atitude relativamente

comum para aqueles que ignoram seus compromissos judiciais, como já observamos.

As mulheres também poderiam mostrar grande “vigor físico” durante contendas, apresentando “explosões” violentas assim como os homens. Ainda que figurassem como criaturas fracas e inábeis ao senso comum, ao negarem o esperado elas eram retratadas como seres terríveis, como no caso de Margarida J. M. Este enxerto do relatório do delegado retrata este espanto com uma mulher aguerrida de forma tão marcada que dispensa *destaque maiores ao texto*.

Mulher tremenda é habituada a arruaça, da qual sai sempre vitoriosa, pois é voz corrente que, quando moradora na aldeia do 12º, por diversas vezes se metera em brigas com soldados e conseguira sempre espancá-los, tanto que dela têm medo aqueles que a conhecem de perto. Esses exemplos completos certamente levaram-na a convicção de que é uma herói e por isso quando se dispõe a luta ela grita logo “para homens só Deus no céu e eu na Terra”. E a prova de respeito que lhe votam seus conhecidos é que Junior, outrora seu amante, ao começar o conflito, abandonou a sua outra amante Gertrudes, entregando-a por completo às iras de Margarida. Possante e destemida, é fato, esta não teme um homem ou mais, e disso deu testemunha o custo que deu sua prisão ao cabo Manoel Felipe, homem forte e musculoso, e que a esta Delegacia chegou já visivelmente cansado pelo esforço empregado (APERS. Uruguaiana (Alegrete/Quaraí). Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº: 1030, maço: 31, estante: 156, ano:1900).

Seria repetitivo e infrutífero reproduzir o conteúdo das testemunhas que relatam de forma semelhante os feitos desta “mulher herói”, identificada como jornaleira (profissão majoritariamente atribuída aos homens), em sua fúria contra seu ex-amásio, sua atual companheira, Rufina, que já havia sido espancada por Margarida diversas vezes, a dona da pensão onde estes viviam, dois transeuntes que tentavam apará-las, além do “soldado forte e musculoso”.

Em um primeiro momento, é tentador pensar que o processo-crime descaracteriza os predicados do gênero de Margarida, ou mesmo afirmar que o delegado operou uma inversão neste sentido. Entretanto, acredito que o que ocorre é a agregação de capacidades tipicamente masculinas à jornaleira, até por uma limitação imaginativa e expressiva do redator.

Em momento algum Margarida é tida como “masculina” em suas maneiras ou físico (que, aliás, é pouco descrito). Proporcionalmente, os homens que ela derrota não são descritos como “frouxos”, “fracos” ou “afeminados” - pelo contrário, o cabo Felipe é exaltado por ter conseguido controlar esta “mulher tremenda”, mesmo que a muita custa. Ainda que no horizonte de expectativa do senso comum gabar-se de lutar contra vários soldados e sair vitorioso aparente ser um atributo masculino, a ostentação de seus feitos parte mais do delegado que da acusada, que, em seu depoimento, procura apenas relatar que entrou na casa para agredir a amásia de Júnior, mas que a noite estava “muito turva” para discernir as pessoas que feriu.

O juiz acata a denúncia, mas o júri a inocenta, sob a premissa comum (ao menos no caso dos homens agressores) de que o dano causado não foi suficiente para impedir o trabalho de nenhum dos feridos. Como moradora do entorno de um quartel e frequentadora de “boliches” de praças, a reputação de Margarida contribuía para que não fosse alvo de novas agressões, e homem nenhum pareceu querer provar-se contra ela. Isto demonstra a importância da bravata e da retroalimentação do renome: alguém que já é conhecido por sua bravura terá sempre seus feitos amplificadas (ou simplesmente inventados) “à boca pequena”.

Outra mulher que mostrou toda a sua “intensidade” foi a cigana Helena I. Em uma disputa com o delegado de polícia João C., ele relata:

Na tarde de 22 de outubro, prevenido de que ocorria um conflito no mencionado bando [de ciganos], mandei ali o primeiro

auxiliar da guarda municipal José B., com o fim de restabelecer a ordem ou mesmo prender, em caso de necessidade, os amotinados insubmissos. O auxiliar foi descatado e agredido pelos ciganos; uma cigana, tomando pelos pés uma criança, deu com ela no auxiliar B. e vários ciganos o agrediram armados de achas de lenha. O auxiliar, que achava-se só e desarmado, recolheu-se ao estabelecimento dos Srs. Gaudêncio N. da Conceição & Cia, próximo ao Matadouro Público, e dali comunicou-me a ocorrência pelo telefone.

Imediatamente segui, com o mesmo intento de restabelecer a ordem, para o acampamento dos ciganos, acompanhado de alguns policiais e, ali chegado, tentaram aqueles impedir-me a entrada no acampamento e agrediram a mim e aos policiais, alguns dos ciganos armados de paus; uma cigana a mesma que jogara a criança contra o auxiliar B., arremessou-me um pedaço de pau e em seguida uma tampa de ferro, que atingiu-me num pé, magoando-me um calo, e tentava apoderar-se de outros objetos para jogar-nos, quando eu, lançando mão da espada de um policial, dei-lhe uma espadeirada, uma única.

Assim procedendo, agi em legítima defesa da minha autoridade e da minha integridade física, gravemente ameaçadas por uma mulher robusta e enfurecida. Não excedi os limites da justa defesa, pois não a espanquei mais, desde que ela deixou de agredir-me, nem consenti que os policiais fizessem uso de suas armas contra os ciganos amotinados. A mesma mulher, depois de castigada por mim, ainda agrediu o guarda municipal Marcos G.O. (APERS. Alegrete.Cível e Crime. Processo Sumário, nº: 4014, maço: 124, estante: 69, ano:1919).

O relato do delegado é obviamente uma tentativa de defender-se de qualquer acusação de abuso de força contra uma mulher, expressa por sua introdução “A verdade é que...”. Entretanto, interessa-nos perceber aqui os argumentos que ele monta para definir uma cigana que teve capacidade de agredir esta autoridade e um guarda municipal. A agressora figura como a antítese da mulher ideal⁷: não bastasse pertencer a um bando de

⁷ E lembremos a associação das ciganas com as prostitutas no imaginário popular, demonstrando que as como as antíteses do padrão feminino se entrecruzam.

ladrões, é violenta e ignora seu “chamado natural” aos “instintos maternos”, pois espanca um policial usando uma criança como clava ou arma de arremesso (a partir do argumento contraditório do delegado). Mas, mesmo nesse sentido, estaria manifestando características típicas da agressividade feminina: por não disporem de força e habilidade, as mulheres arremessam o que têm à mão contra seus oponentes. A “espadeirada” de João C. é justificada no intuito de impedir novas agressões contra sua pessoa e seus comandados e para “reestabelecer a ordem”, portanto não constituía crime ou covardia.

As mulheres aqui analisadas “apresentaram sua violência” em situações que envolviam ciúmes, reputação, revide a maus tratos e falta de provimento à família. Esta última possibilidade estava inserida em um contexto muito importante às políticas republicanas: as obrigações dos homens como provedores familiares, intimamente conectadas com sua capacidade de trabalho. No momento que o companheiro rompia com suas obrigações, era possível (talvez até esperável) que sua “contraparte” atuasse, mesmo com agressões.

Neste sentido temos, um claro exemplo na ocorrência que se deu entre Mamede C. F. e sua esposa Maria Aldina C. F., que eram casados civilmente. Esta se encontrava em adiantado estado de gravidez quando os ocorridos transcorreram.

Na noite do dia 10 de março, às 11 horas da noite, achando-se o 2º sargento do 30º batalhão de infantaria Mamede C. F., em um baile que, em sua casa dera Joaquim Augusto, sita a Praça da Estação da Cadeia, ali compareceu Maria Aldina C. F., mulher daquele militar, com o fim de o levar para casa. Vendo, porém, Maria Aldina, que seu marido se achava acompanhado de Alice Rozana de tal, que Maria Aldina sabia requestada por Mamede, ralada de ciúme, prorrompeu em furiosa descompostura contra aquela rapariga, insultando a transeunte, também o seu marido, o que deu lugar a que este procurando contê-la, lhe ordenasse que voltasse para casa. Longe de obedecer, Maria Aldina, dá em Mamede uma forte cacetada que o fez vacilar nas pernas. Assim,

pois, desatendido por sua mulher, e demais a mais esbordoado por esta, Mamede, avançado sobre a baioneta de que se achava armado, começou a esbordoar Maria Aldina, dando-lhe pela cabeça e braços, fazendo nestes e naquela vários ferimentos. As costas de Maria Aldina ficaram escoriadas por abundantes pranchadas que lhe deu seu marido (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº3684, maço: 110, estante: 69, ano: 1907).

O resumo destaca mais a “desobediência” e “furiosa descompostura” de Maria Aldina que seu estado de gravidez, e existem mais linhas destacando a “propriedade” da “reação” de Mamede que sobre os ferimentos que sofre. Os depoimentos do acusado e da ofendida esclarecem melhor o ocorrido segundo seu entendimento. Segundo a esposa:

Achando-se um pouco adoentada e precisando de seu marido, mandou o chamar na casa de Joaquim A., onde ele estava de baile e como não atendeu o primeiro chamado, a respondente armou-se com um cabo de relho e o foi procurar, e como estivesse já incomodada quando ele saiu e que veio a falar-lhe, ela respondente deu-lhe com o cabo de relho na cabeça que abriu-lhe uma brecha; e tendo um paisano lhe tomado o cabo de relho, ela retirou-se para trás da casa, e ali seu marido a espancou, que ela respondente foi que deu causa agredindo-o e exasperando-o; que os ferimentos produzidos por seu marido foram apenas contusões; que não a proibiram de exercer seu trabalho ordinário; que seis dias depois é que guardou o leito devido ter dado à luz a uma criança; que mesmo apesar de já andar adoentada não fez cama com as contusões que levou; que ela e seu marido já vivem em harmonia; que seu marido não vai a sua casa, porém, tem cumprido com seus deveres mandando o sustento necessário para si e seus filhos (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº3684, maço: 110, estante: 69, ano: 1907).

O acusado informou que:

(...) que não seria capaz de maltratar a sua mulher se não tivesse ficado como ficou, no momento em que recebeu a pancada, como alucinado (APERS. Alegrete. Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº3684, maço: 110, estante: 69, ano: 1907).

Aldina em momento algum procurou acusar seu marido de alguma coisa – pelo contrário, “deu causa agredindo-o e exasperando-o”. Ambos disseram que não mais viviam na mesma casa, mas que Mamede sustentava sua família, ainda que por ordem de seu comandante militar. Aparentemente, não interessa ao delegado as causas da agressão, nem a gravidez e doença de Aldina. Ambos concordam que Mamede provém por ela e sua família. Portanto, prefere registrar o ocorrido na forma de uma descompostura genérica de uma esposa traída, mesmo que contradiga a história dos envolvidos. Todos os depoimentos reprimem apenas o comportamento dela, pois teria tentado humilhar publicamente seu esposo mesmo quando sustentada por ele – perdendo, portanto, toda propriedade para valer-se da violência.

Em outro episódio encontrei uma acusada que “motiva” sua violência por conta dos maus-tratos recebidos. A denunciada, de nome Rosa, de 27 anos, armou-se de uma faca deu diversas punhaladas em seu marido Xisto enquanto este dormia, tendo em seguida posto fogo na casa. Os vizinhos em seguida correram em socorro da família e chamaram a polícia. Em depoimento ao delegado, o ofendido disse que:

Na noite de onze para doze do corrente, achando-se em sua cama dormindo, acordou-se, sentindo uma bordoadada sobre a nuca e sendo apunhalado pela sua própria mulher, com toda a rapidez, que quando conseguiu tomar uma faca sem cabo de sua mulher, já se achava com diversas punhaladas, e que não mais viu ela, e, em seguida, chamou uma filha que se achava dormindo, para alcançar-lhe água a beber e nesse momento viu que sua casa se achava incendiada em fogo, e saiu arrastando-se para fora para defender-se de ser queimado (APERS. Alegrete (São Francisco de

Assis). Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº: 508, maço: 18, estante: 129, ano: 1914).

Em seu pronunciamento ao delegado, Rosa respondeu:

Achando-se na sua cama com seu marido, ele achando-se dormindo e muito tarde da noite deu um pulo da cama e agarrou uma faca sem cabo que se achava sob a cama, em cima de uma tábua, que ela por esquecer-se ali deixou, tendo cortado fumo para fazer cigarro para seu marido antes de dormir; e veio contra ela, como a fazer-lhe mal com a mesma faca, e ela agarrou-se com ele, na mesma faca, e tomando-lhe a faca, dando-lhe uma coisa como se estivesse louca, caiu-lhe de punhalada, e ele caiu da cama contra a parede, largando a faca ali mesmo, saiu para fora e mais nada fez, que tinha feito um fogo muito grande dentro de casa, e não botou fogo na casa; que diversas vezes o seu marido, quando se embriagava, como tinha chegado esse dia, costumava avançar nela com qualquer arma que usasse, e ela sempre tomava e escondia tendo já um dia desfechado-lhe um tiro de revólver, que cruzou a bala por um lado do pescoço, no momento em que ela procurava tirar-lhe o revólver da mão; que sabe o motivo porque acha-se presa, que é por ter ferido a seu marido, devido a este embriagar-se e maltratá-la (APERS. Alegrete (São Francisco de Assis). Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº: 508, maço: 18, estante: 129, ano: 1914).

Uma das filhas do casal, uma menina de 10 anos de nome Maria, disse em um de seus relatos:

No dia a que se refere a denúncia, Xisto J. L. chegou em casa de noite, um tanto embriagado, e pediu a ré que lhe fizesse comida, a ré fez a comida e trouxe e ele convidou-a para comer com ele, porém ela não quis, que Xisto deitou-se a dormir, e que nessa ocasião a ré deu uma bordoadada na cabeça de Xisto que com o choque levantou-se atordoado quando a ré deu-lhe as facadas e o lastimou, após isso, a ré pegou um tição de fogo e ateou fogo na casa, e quando estava a casa ardendo, ela estava dançando só; que a ré é trocada da cabeça, isto é, louca; que ela depoente é que tirou Xisto e seus irmãos de dentro da casa para fora quando a casa queimava, que sabe que sua mãe, a ré, deu a bordoadada em

seu pai porque ele lhe disse, visto estar ela dormindo (APERS. Alegrete (São Francisco de Assis). Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº: 508, maço: 18, estante: 129, ano: 1914).

Primeiramente, a observação de que a acusada era “trocada da cabeça” me pareceu uma manobra do advogado de defesa. Entretanto, um vizinho do casal contou ao delegado que:

(...) É hábito de Xisto L. embriagar-se, porém que não sabe se ele briga com a mulher; que ouviu dizer que a ré já esteve louca, tanto que a autoridade responsabilizou a Xisto por qualquer ato praticado por sua mulher a ré, em virtude dela andar vagando pelo mato (APERS. Alegrete (São Francisco de Assis). Cível e Crime. Sumário de Culpa, nº: 508, maço: 18, estante: 129, ano: 1914).

Ainda que não tenha encontrado quaisquer registros anteriores da alegada loucura de Rosa, o pronunciamento do vizinho quanto o conhecimento da autoridade de sua condição foi ponderado e a acusada foi absolvida por unanimidade pelo júri que a considerou privada dos sentidos e de inteligência ao praticar o crime contra seu marido.

A República brasileira tencionava criar modelos de comportamentos afetivos, sexuais e morais. Para isso, fez da psiquiatria uma aliada, transformando “as mulheres num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento de seu papel social” (DEL PRIORE (org.), 1997, pp. 322-361). As que não exerciam esse papel poderiam ser vistas como “desviantes”.

O estatuto de tutelada, de ser passivo (...) é aparentemente o que garante o reiterado sucesso de sua apresentação, no júri, como uma pobre mulher que, cansada de sofrer as violências de seu companheiro, um dia resiste a elas e o mata. É como se os jurados, reconhecendo sistematicamente às mulheres a condição

de vítimas na relação com seus companheiros (...) (CORRÊA, 1981, p.79).

Nesse contexto, muitas mulheres eram consideradas em seus julgamentos como indivíduos que facilmente perdiam a noção de sentidos e de inteligência. Isso mostra que mesmo que o resultado de um inquérito pareça positivo, na verdade, considerava as mulheres seres “frágeis e sem controle”, “que agiram de forma esperada ao seu sexo”. E não era a penas o sistema judiciário que as viam assim. Essa ideia sobre elas era compartilhada por diferentes grupos sociais deste período, até mesmo na comunidade a que estas pertenciam.

Fontes documentais

-Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS):

APERS. Fundo/Município: Alegrete. Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Sumário de Culpa. Número do processo: 3684. Maço: 110. Estante: 69. Ano: 1907.

APERS. Fundo/Município: Alegrete (São Francisco de Assis). Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Sumário de Culpa. Número do processo: 508. Maço: 18. Estante: 129. Ano: 1914.

APERS. Fundo/Município: Alegrete. Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Processo crime. Número do processo: 3945. Maço: 121. Estante 69. Ano: 1916.

APERS. Fundo/Município: Alegrete. Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Processo Sumário. Número do processo: 4014. Maço: 124. Estante: 69. Ano: 1919.

APERS. Fundo/Município: Dom Pedrito (Bagé). Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Processo Crime. Número do processo: 2241. Maço: 83. Estante: 135. Ano: 1929.

APERS. Fundo/Município: Uruguaiana (Alegrete/Quaraí). Subfundo: Cível e Crime. Tipo de documento: Sumário de Culpa. Número do processo: 1030. Maço: 31. Estante: 156. Ano: 1900.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CARDI, Caroline; PRUVOST, Geneviève. “Introduction générale”. In: CARDI, Caroline; PRUVOST, Geneviève (org). **Penser La violence des femmes: em jeux politiques et épistémologiques**. Paris: La Découverte, 2012.

CORRÊA, Mariza. **Os crimes da paixão**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DAUPHIN, Cécile; FARGE, Arlette (dir.). **De la violence et des femmes**. Paris: Éditions Albin Michel, 1997.

DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

REGINA, Christophe. **La violence des femmes: histoire d’un tabou social**. Paris: Max Milo Éditions, 2011.

SCOTT, Ana Sílvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; FREITAS, Denize Terezinha Leal; SILVA, Jonathan Fachini (orgs.). **História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas**. Coleção Estudos Latino-Americanos, vol. 2. São Leopoldo: Oikos, 2014.

As mulheres no movimento anarquista em Porto Alegre na Primeira República (1889-1930)

*Nicole Angélica Schneider*¹

Introdução

Com o fim da escravidão e com a política da nova república de embranqueamento, foi incentivadas ondas migratórias vindas da Europa no final do século XIX para início do século XX. Esta mão-de-obra nova, chegou nos navios e uma parcela foi direto para as linhas de montagem nas fábricas das cidades efervescentes brasileiras, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre.

Nesta mão-de-obra, além dos homens, as mulheres das classes baixas também encararam o trabalho fora de casa a fim de contribuírem para a renda familiar. Como não havia onde ou com quem deixar seus filhos, ou até por necessidade de contribuir financeiramente, as crianças iam juntas e trabalhavam como aprendizes ou recebendo pequenas remunerações. A mulher branca então se vê em uma múltiplas jornadas, cuidando de seus filhos e da casa, sendo explorada pelos maridos dentro de suas residências e nas fábricas, pelos patrões (SAFFIOTI, 1969).

Junto com a força de trabalho, atravessou o Atlântico novas ideias, que já estavam perdendo forças no território europeu. Muitos intelectuais e profissionais saíram da Europa em exílio contra governos autoritários. Estes, viram no novo ambiente de

¹ Graduada em História pela Universidade Federal de Pelotas.

trabalho brasileiro um campo próspero, desta maneira, contribuindo fortemente com o movimento operário nessas cidades. Entre essas ideias, estava os ideais anarquistas. Paulo Sérgio Pinheiro (1997) escreve sobre o movimento: “Enquanto que na Europa o anarquismo se isola progressivamente do movimento operário a partir de 1880, no Brasil o anarco-sindicalismo constituirá a corrente mais importante do movimento operário durante 30 anos” (p. 149).

Para envolver a maior parte de trabalhadores no movimento de resistência, buscando que se rebelassem contra seus patrões, foi utilizada a mídia impressa, a educação libertária e o teatro, principais ferramentas de divulgação ideológica anarquista, ideias anticlericais e antirreligiosas.

Para os sindicalistas revolucionários era preciso organizar o movimento apoiado sobre três princípios: propaganda, educação e rebelião, por meio da organização de eventos culturais, produção de folhetos, jornais, revistas e outros materiais impressos, para que os operários se engajassem na luta pela liberdade (MARQUES, 2012, p. 857).

Ainda segundo Carlos Marques (2012):

O movimento anarquista, além de incentivar a luta do operariado contra a exploração capitalista, tinha outro objetivo, a propaganda de seu ideário e de uma moral não contaminada pelos dogmas da Igreja, do Estado e da moral burguesa. [...] A imprensa operária era o principal meio de expressão utilizado pelos líderes do movimento operário durante a Primeira República brasileira, não somente como porta-voz dos trabalhadores, mas também desempenhado um importante papel de educação e divulgação dos ideais libertários (pp. 858 e 859).

Sabe-se que as mulheres fizeram parte direta nos protestos puxados pelo movimento operário e foram ativas durante as Greves Gerais de 1906 e 1917, inclusive para amenizar o impacto

diante do público porto alegreense, diante do qual, a mulher ainda significava passividade (BILHÃO, 2016).

Entre os intelectuais anarquistas refugiados europeus, haviam mulheres exiladas ou filhas de exilados, essas recebiam educação e tinham a mesma capacidade de comunicação que a masculina. Muitas viam nisto a oportunidade de trabalhar fora de casa, frequentando as ruas e locais públicos. E é na posição de educadoras, leitoras e escritoras que são capazes de tornarem-se intelectuais e contribuir para a causa anarcossindicalista. Como afirma Benito Bisso Schmidt (1998) ao citar a participação e ação de Maria Lacerda de Moura, Agostina Guizzardi e Laura Brandão no movimento operário anarquista: “Professoras, escritoras e militantes... estas mulheres não foram apenas ‘companheiras’, mas ativas participantes das lutas dos trabalhadores brasileiros” (p. 1464).

Segundo Isabel Bilhão (2005), baseada em Joan Scott, a participação da mulher no mundo do trabalho "está longe de poder ser considerada igualitária". Assim, constituindo uma identidade operária majoritariamente masculina. Além disso, as mulheres normalmente ficavam nos trabalhos mais precários, sem especificações devido a pouca educação que as mulheres recebiam e tinham direito, o que tornava mais fácil sua substituição, desta forma se afastando dos riscos que poderiam levar a demissão. Mesmo no movimento operário anarquista, onde há pretensões revolucionárias, tanto em Porto Alegre, como no mundo por onde ele passou, a participação e até a inclusão das mulheres na luta e no pós-luta são restritas. O movimento com uma identidade tão masculina reservava o espaço doméstico para as mulheres “[...] se a participação feminina muitas vezes era vista com restrição no meio operário, por outro lado havia uma quase unanimidade em defesa da educação das mulheres, que viria a se refletir na formação emancipadora dos ‘homens do futuro’” (BILHÃO, 2005, p. 121).

A mulher é colocada como as que tem o poder de persuadir seus maridos, filhos, irmãos da tentação do conformismo e

colocarmos diante da luta contra o capital que os explora (ARAVANIS, 1999).

O que a mulher não há de permitir, porém, é que o capitalista lhe empregue as forças em tão elevado grau como as do homem e lhe dê menos salário; o que não há de permitir a mulher é que o homem se mantenha na folgança e nos vícios que traz consigo, confiando na exploração dela; o que ela não há de permitir é que pelos livros e jornais passe o seu nome como o mais digno, exaltando-a os poetas, levantando-lhe monumentos os escultores e embelezando-a os pintores, quer dizer, ajudar a glória dos homens que lhe entoam *gloria in excelsis dei* e sem embargo lhe negam todo o sentimento, toda a instrução; a separem de toda a cooperação tendente a arranjar assuntos só dela dependentes, a explorem, a prostituam, a arrastem pelo lodaçal do mundo e a submerjam num caos de desesperação (A LUTA, 1907, p. 2).

Porém, houve mulheres que ousaram mais. Luce Fabbri (1908-2000), italiana exilada no Uruguai, com influência anarquista vinda de seu pai², lutou contra o fascismo na Itália e depois se opôs a ditadura uruguaia, publicava em jornais libertários no país vizinho, o que permaneceu fazendo no jornal *Opción Libertária*³ até a ano de sua morte. Já em território brasileiro, Maria Lacerda de Moura (1887-1945), anarquista minerária, recebeu educação libertária e na década de 10 começa a lançar livros que faziam severas críticas a religião, sociedade, capital e amor (RAGO, 1997).

No Rio Grande do Sul sabesse de Espertirina Martins (1902-1942), nascida em Lajeado/RS, que ficou conhecida pelo seu buquê recheado de dinamite aos 15 anos, era cunhada de Djalma Fettermann, responsável pela redação do jornal *A Luta* durante a Greve Geral de 1917, Espertirina participava das impressões e

² Luigi Fabbri (1877-1935) foi anarquista italiano, escritor, agitador e propagandista. Saiu do seu país após ser acusado de derrotismo na Primeira Guerra Mundial.

³ Alguns periódicos estão disponíveis no site: <https://archivolucefabbri.wordpress.com/opcion-libertaria/>.

distribuição dos jornais do seu outro cunhado Zenon de Almeida em Rio Grande/RS (MARÇAL, 1995, p. 108). Anna Libonati Avenna foi uma italiana que trabalhou junto ao seu marido médico na Primeira Guerra Mundial, tramou em Porto Alegre a primeira tentativa de organizar sindicalmente os rodoviários. Escreveu em 1926 no O Automobilista, foi professora no Colégio Voluntários da Pátria e colaborou no Correio do Povo. Se destacou como teatróloga com as peças Um Casamento Gorado e Miséria e Nobreza. (MARÇAL, 1995, pp. 43- 44)

Em Encruzilhada do Sul/RS, nasceu Malvina Tavares, de família francesa, virou professora libertária e laica e poetisa. Estabeleceu em Cruzeiro do Sul/RS uma escola nos moldes de Francisco Ferrer. (MARÇAL, 1995, pp. 141 - 142) Deu aula para futuros líderes do movimento como a própria Espertirina Martins, Cecílio Vilar e Nino Martins. Outra professora libertária e diretora da Escola Moderna de Porto Alegre foi Dorvalina Martins Ribas. (MARÇAL, 1995, p. 143-145). Alayde L. Campos escreveu no O Syndicalista em 1925: “Quero viver não como escrava, mas sim como parte integral da humanidade, investigando a ciência e a verdade”.⁴

Diante da existência e resistência destas mulheres, este trabalho é uma proposta de pesquisa que visa expandir os estudos sobre as mulheres no movimento anarcossindicalista que aconteceu na capital do Rio Grande do Sul durante a Primeira República. Mesmo diante de todo o conservadorismo social e do próprio movimento, mulheres resistiram e junto com a abertura provocada pelo início de um novo século, alcançaram lugares que antes eram impensáveis.

Mulheres na história

Desde os anos 60 e 70, o silenciamento das mulheres na construção da História vem sido quebrado por diversas pesquisas

⁴ CAMPOS, A. L. Minha Rebelião. O *Syndicalista*, Porto Alegre, p.01, n.08, ano VII, 31 out. 1925.

sobre o papel destas nas relações e acontecimentos passados. Visto que as opressões sistemáticas são sentidas diferentemente entre homens e mulheres, torna-se importante o olhar de uma pesquisadora sobre suas antepassadas do passado, contando sua própria história. Como escreveu uma das principais pesquisadoras de mulheres:

A conexão entre a história das mulheres e a política é ao mesmo tempo óbvia e complexa. Em uma das narrativas convencionais das origens deste campo, a política feminista é o campo de partida. Esses relatos situam a origem do campo na década de 60, quando as ativistas feministas reivindicavam uma história que estabelecesse heroínas, prova da atuação das mulheres, e também explicações sobre a opressão e inspiração para a ação. Foi dito que as feministas acadêmicas responderam ao chamado de “sua” história e dirigiram sua erudição para uma atividade política mais ampla (...) (SCOTT, 1992, p. 64).

O movimento operário da Primeira República vem sendo trabalhado por diversos pesquisadores. O mesmo acontece com a influência e participação anarquista no decorrer dos acontecimentos do período. Trabalhos como de Isabel Aparecida Bilhão, mostram as mulheres anarquistas de Porto Alegre no espaço da educação libertária e faz reflexões que contribuem para o tema e para esta pesquisa.

Mais atualmente pesquisadoras como Angela M. R. Martins, Mariana Affonso Penna e Livia Olivetti, além da consolidada Margareth Rago, realizam trabalhos que buscam contar quem eram as mulheres anarquistas e como eram representadas no movimento anarcossindicalista brasileiro. A obra “A Mulher é uma Degenerada”⁵ de Maria Lacerda de Moura foi reeditado e lançado em versão comentada em 2018.

Diante disto, torna-se objetivo desta proposta de pesquisa analisar a participação das mulheres no movimento anarquista,

⁵ MOURA, Maria Lacerda de. **A mulher é uma degenerada**. Tenda de Livros, 2018, 320p.

elas como escritoras libertárias através dos periódicos anarquistas em Porto Alegre/RS na Primeira República. Compreender quem eram estas mulheres, seus locais de atuação dentro da organização do movimento operário e anarquista, investigar quais eram os assuntos que mais interessava à elas e apontar como eram recebidas e tratadas pelo público e pelo próprio grupo anarcossindicalista.

Mulheres operárias e anarquistas

A condição das mulheres nas fábricas era extremamente precária. Foram sujeitadas até dezesseis horas diárias de trabalho, com salários miseráveis, necessitavam fazer as refeições entre as máquinas imundas. Abusos sexuais e estupros sofridos pelos mestres e contramestres eram comuns. Todas as situações eram aceitas pelos patrões e sem leis devidas para protegê-las (SANTOS, 2015).

Rebelar-se contra todas as opressões e diretamente contra quem as executava, foi à maneira encontrada dessas mulheres de sobreviverem aos seus cotidianos violentos. Então se juntam ao movimento operário, indo de acordo com seus pensamentos. Com o objetivo de mudarem o rumo de suas vidas e de tantas outras, “elas revoltaram-se contra mestres, enfrentaram a polícia, escreveram jornais e levaram para as ruas as reivindicações originárias de sua ambígua situação de classe explorada e sexo subordinado” (JUNHO, 1983, p. 12).

As mulheres da aristocracia cafeeira e das camadas médias irão difundir ideias sobre a emancipação da mulher através da educação e da extensão dos direitos, como o de voto (feminismo liberal). Nas classes populares, são as operárias anarquistas que “colocam em questão o lugar tradicionalmente designado à mulher, reivindicando o direito à educação, ao trabalho e a participação no mundo público em igualdade de condições com os homens” (RAGO apud SANTOS, 2015, p. 260).

Muitas destas mulheres brancas operárias se juntam ao movimento anarquista. Este juntaram-se ao movimento sindical e operário, contribuindo com seu conceito de ação direta (RIBAS, 2014). Desde os tempos na Europa, os anarquistas usavam a mídia impressa para divulgar suas ideias. No Brasil e no movimento operário, eles incluíram está prática para divulgar além das ideias anarquistas, a luta pelos direitos trabalhistas do movimento operário.

No Brasil, poucas décadas após o final da monarquia e da escravidão, educadores e divulgadores do ensino racionalista, como Polydoro dos Santos, em Porto Alegre [...], ocuparam grande quantidade de páginas da imprensa militante para defender essa proposta pedagógica, colocando-se frontalmente contra o pensamento católico e em defesa de uma nova forma de ensino que rompesse com sua visão de mundo. Os jornais [...] são alguns dos exemplos de veículos [...] (BILHÃO, 2016, p. 177).

Diante disso, as mulheres tomam os mesmos meios para reivindicarem pelo fim da opressão masculina e melhores condições de trabalho. No periódico *A Plebe*, Ana Claudia Ribas (2014) percebe a relação entre a participação política feminina representando a sua emancipação da dependência masculina, apresentando-se favorável à luta das sufragistas.

O anarquismo tornava-se grande palco para discussões sobre o que foi chamado de “Questão Feminina”, debates a respeito de sua independência em relação aos homens, assim como, sobre a participação efetiva da mulher no espaço público e nos espaços políticos. Elas eram, desta forma, consideradas elementos essenciais nos projetos para a implementação da revolução social. Neste sentido, várias militantes se dedicaram a escrever para a imprensa libertária defendendo seus posicionamentos políticos. Um dos espaços para publicação de suas ideias foi o jornal de propaganda *A Plebe*, que veiculava textos com o intuito de estimular leitores e leitoras deste periódico a ingressarem na militância pelo anarquismo (RIBAS, 2014, p. 2).

A sexualidade também era posta em debate pelas mulheres nos jornais. Sem os conceitos de moralidade cristã e o machismo, artigos sobre sexo, sexualidade e desejo sexual faziam parte dos assuntos trabalhados nos periódicos libertários. Marisa Fernandes (2003), ao trabalhar com o periódico *A Lanterna*, percebe a representação neste assunto:

Muitas páginas da imprensa anarquista revelaram a movimentação das mulheres e como se articularam, no combate ao preconceito, na conquista de direitos e igualdade e na constituição de novos vínculos sociais. Demonstraram sua resistência e desejaram ser reconhecidas com mais dignidade, ampliando os espaços das discussões sobre as questões femininas e sexuais (p. 266).

É importante também destacar a singularidade de cada elemento envolvido, pois o movimento operário, como os jornais envolvidos neste, são constituídos por indivíduos em seus cotidianos, mulheres no início das jornadas em dois espaços, público e privado. E isso deve ser considerado no momento em que se questiona uma outra atividade para o cotidiano já sobrecarregado feminino, que seria sua participação na produção e escrita de um jornal libertário.

No uso da imagem como fonte, em diversos artigos escritos por homens é possível interpretar as imagens com a representação das mulheres na própria Anarquia, vitoriosa, “[...] destruindo as forças burguesas, [...] conduzindo as massas para ao mundo anarquista” (GAWRYSZESKI, 2009, p. 359). A mulher é desenhada dentro do imaginário social de pacífica para configurar o objetivo libertário de acabar com os conflitos entre todos, harmonizando as relações humanas.

Não obstante a colaboração da mulher na imprensa anarquista fosse significativa, o mundo masculino a incorporava ao espaço público apenas como companheira, operária, revolucionária e não

como feminista. Enquanto as comportadas feministas lutavam pela inclusão política sem fazer acusações e denúncias aos homens, as anarquistas dirigiam seus petardos contra a opressão, exploração e dominação patronal, apontando o capitalismo como o grande responsável (RIZZO; MINARDI, 2012, p. 15).

Isabel A. Bilhão (1996), ao investigar a relação da família de Espertirina Martins, Zenon de Almeida e Djalma Fettermann, percebe que dentro da relação libertária:

[...]o indivíduo não está isolado mas, ao contrário, liga-se a uma comunidade por uma série de laços de afeto, de costumes cotidianos, de ações. Acredito que são exatamente essas ligações afetivas e essas ações solidárias, por muito tempo esquecidas pela lógica da modernidade - que privilegia uma abordagem econômica, um projeto político e a atomização individual" - que impulsionam as utopias presentes no movimento operário (p. 208).

O ideal libertário vai além do movimento, ele está na vivência dos seus personagens, na relação com os outros e dentro das famílias. A solidariedade na construção de uma relação libertária se torna fundamental para fortalecer os laços entre os indivíduos no cotidiano e tornar o movimento bem sucedido.

Periódicos anarquistas como fontes principais

No Rio Grande do Sul, a imprensa alternativa foi difundida em 1892, “[...] fenômeno que acompanh[ou] as transformações políticas e sociais no estado [...]” (MARÇAL, 2011, p. 26). Em Porto Alegre, alguns dos periódicos que tornaram-se veículos anarquistas era *A Luta*, *Lúcifer*, *A vor do trabalhador*, *Revista Liberal* e *O Sindicalista*. Eles não tinha padrão de impressão, tanto nas páginas como na sequência, devido a forma independente de sua produção. Sem financiamento, eram feitos quando havia condições financeiras e sociais, maquinário, tinta e material (BILHÃO, 2016).

Atualmente os periódicos do *A Luta*, *A voz do trabalhador*, *Revista Liberal* e *O Syndicalista*, como a documentação da Federação Operária do Rio Grande do Sul e Congressos Operários estão arquivados e disponíveis para pesquisa na Coleção Processo de Industrialização do Rio Grande do Sul (1889-1945) e movimento operário em Porto Alegre, localizado no Núcleo de Pesquisa Histórica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH/UFRGS). No mesmo acervo é possível encontrar outros jornais de circulação popular pela capital gaúcha como a *Gazetinha*, *A Democracia*, *Correio do Povo*, *O Independente*, *Avante*, *Petit Journal* e *A Federação*. A *Revista Liberal* também pode ser encontrada no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul. Os periódicos de *Lúcifer* encontram-se no Museu de Comunicação Hipólito José de Costa, em Porto Alegre.

Pelo nível de conservação e grande quantidade de informação que carregam, os periódicos e jornais se tornam as primeiras fontes fundamentais para penetrar no movimento. Estes são documentos que preservam a história impressa. Ideias, convocações, posições políticas e opiniões pessoais ficaram gravados em suas páginas. Le Goff (1990) disserta sobre a importância da fonte escrita e a importância de analisar minuciosamente o documento e todos os fatores sociais, financeiros e históricos que perpassaram a produção desta mídia.

A concepção do documento/monumento é, pois, independente da revolução documental e entre os seus objetivos está o de evitar que esta revolução necessária se transforme num derivativo e desvie o historiador do seu dever principal: a crítica do documento – qualquer que ele seja – enquanto monumento. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (p. 545).

O periódico anarquista tem sua função e posição política bem declarados, entretanto, sua construção é colaborativa e livre, tendo diversos autores, que apesar de se posicionarem de acordo com o impresso, tem suas singularidades. O masculino e o feminino tem maneiras diferentes de se comunicarem, devido a educação que no início do século XX eram visivelmente diferentes, determinados pelos imaginários sociais de gênero. Estes elementos devem ser analisados em jornais como estes. O documento fala muito mais do que apenas o que está impresso.

Para a análise do documento e, principalmente, de seu conteúdo, a Análise de Discurso se torna necessária. Nesta, o objetivo é compreender os sentidos emergentes nos símbolos da linguagem. A função da análise é compreender a visão e interpretação de alguém sobre algo. Eni. P. Orlandi (2001) explica:

[...] Essa nova prática de leitura, que é discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária [...] (p. 34).

O autor do discurso, que está inserido em uma cultura e tem sua posição no contexto histórico-social, tem a função de, através da linguagem, escrever sobre a posição que ocupa, da ordem da qual faz parte, assumindo a responsabilidade de porta voz dos seus iguais (ORLANDI, 2001). Portanto, o discurso feminino, se constitui de maneira diferente do masculino, principalmente quando o assunto é referente a direitos trabalhistas e revolução social.

Para a melhor compreensão do interdiscurso, o analista deve historicizar o texto, colocar o texto e relacioná-lo com o mundo no qual ele foi feito, visto que existe uma relação real e estreita. E como produto da análise, temos a “[...] compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições” (ORLANDI, 2001, p. 72). E, além disso, devemos observar

as condições da produção e a utilização da memória de maneira a contribuírem nos sentidos do discurso. Com o olhar sobre estes aspectos, o analista consegue encontrar os seus efeitos na impressão (ORLANDI, 2001).

Além de tudo que está transparente no que está escrito, há elementos de interpretação no que não está escrito, sendo também necessário analisar esse comportamento. Ao sentido que ele não dá as palavras e as coisas que ele não escreve. É necessário “[...] dar visibilidade a esse espaço através da análise baseada nos conceitos discursivos e em seus procedimentos de análise [...]” (ORLANDI, 2001, p. 85).

Sobre o uso de periódicos como fonte, Tania Regina de Luca (2008), destaca a importância de se atentar aos novos assuntos trazidos por esta mídia operária:

Quando, sob o influxo das renovações da disciplina, a atenção ampliou-se para além do movimento organizado com o acréscimo de questões sobre género, etnia, raça, identidade, modos de vida, experiências e práticas políticas cotidianas, formas de lazer e sociabilidade, produção teatral e literária, a imprensa operária continuou a ser um manancial imprescindível, ao lado dos depoimentos orais, das fontes judiciais e dos arquivos policiais, [...] (pp.119 - 120).

Esta imprensa é constituída por “[...] empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretendem difundir a partir da palavra escrita” (LUCA, 2008, p. 140). O seu conteúdo era feito por colaboradores que enviam artigos e cartas de leitores, não possuindo empregados fixos. Os periódicos anarquistas eram feitos de acordo com a condição financeira, que era regulada pela liberdade de contribuição. Saber quem eram as pessoas que contribuíam para a impressão das cópias, pode significar para quem o feito era importante e beneficiária (BILHÃO, 2015). É preciso atentar

também a sequência e circulação do jornais, tendo em mente o público leitor, que neste caso era os operários e as operárias porto-alegrenses. Como as edições chegavam nas mãos de seu público alvo, onde era a distribuição? E quem produzia os artigos publicados, quem eram essas pessoas? Estas perguntas devem ser feitas aos documentos e suas respostas constroem para a melhor compreensão dos jornais.

Algumas considerações

Sendo um projeto de pesquisa, ainda não tem fontes examinadas e resultados coletados, todavia o referencial contribui para a estruturação de objetivos e métodos. Porém é possível perceber com essa rápida análise bibliográfica, que os assuntos femininos e masculinos nos periódicos são diferentes, incluindo suas representações sobre o feminino. Enquanto que Maria Lacerda de Moura escreve sobre amor livre e sexualidade e Espertirina ataca os brigadianos com dinamite, nos periódicos, em artigos escritos por homens, as mulheres são colocadas como pacificadoras e harmoniosas.

A importância de dar voz àquelas mulheres, é buscar tornar a história mais próxima delas e de suas marcas. Diante de análises assim, os periódicos confirmam-se como ótimas fontes para interpretações iniciais de escrita e representação. Perante as assinaturas dos colaboradores e dos assuntos dos artigos, percebesse o lugar de fala do escritor ou escritora.

Ressaltar mulheres pensantes e autônomas na primeira parte do século XX, além de dar mais força a representação feminina na luta operária da época, contribui para fortalecer o empoderamento feminino nos anos atuais e referências emancipadoras para inspirar mais mulheres a saírem de seus espaços de conforto.

Referências

- ARAVANIS, E.. Apresentando um Banco de Dados: imprensa anarquista, homens e mulheres na cidade de Porto Alegre (1908-1930). Canoas: **Textura**, n. 1, pp. 29-36, 1999.
- BILHÃO, I. Entre bombas de dinamite e ramalhetes de flores: interfaces das identidades operária e de gênero na Porto Alegre na virada para o século XX. **MÉTIS: história & cultura**, v. 4, n. 7, pp. 107-132, 2005.
- BILHÃO, I. Família e movimento operário: A anarquia dentro de casa. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 22, n. 2, pp. 195-210, 1996.
- BILHÃO, I. “Informar” para “formar”: reflexões sobre imprensa e militância no mundo do trabalho brasileiro na Primeira República. **Cadernos de História**, v. 16, n. 24, pp. 135-156, 2015.
- BILHÃO, I. Imprensa e educação operária: análise da difusão do ensino racionalista em jornais anarquistas brasileiros (1900-1920). **Educação Unisinos**, v. 20, n. 2, pp.176-184, 2016.
- FERNANDES, M.. Imprensa Anarquista E Sexualidade. **Cad. AEL**, v.10, n.18/19, pp. 261-282, 2003.
- GAWRYSZESKI A.. A representação visual da justiça nos periódicos anarquistas (1901-1927). *In: Anais do II Encontro Nacional de Estudos da Imagem*, Londrina, 2009.
- JUNHO, M. V. P.. **A Participação Feminina no Movimento Operário da Primeira República**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas e Fundação Ford, 1983.
- LE GOFF, J.. Documento/Monumento. *In: História e Memória*. Campinas, Editora UNICAMP, 1990, Pp. 535- 549.
- LUCA, T. R.. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In: PINSKY, C. B. (Org.). Fontes históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2ª Ed., 2008, Pp. 111-153.
- MARÇAL, D. de S.. **O caminho da liberdade é a própria liberdade: A revista Liberal e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1921-1923)**. Porto Alegre, 2011. [Trabalho de Conclusão de Curso]

- MARÇAL, J. B.. **Os anarquistas no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Unidade Editorial. 1995.
- MARQUES, C.. A imprensa libertária o jornalismo operário e resistência anarquista na primeira década do século XX. **Antíteses**, v. 5, n. 10, pp. 855-864, 2012.
- PINHEIRO, P. S.. O proletariado industrial na primeira república. In: FAUSTO, Boris (org). **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001.
- RAGO, M.. A liberdade entre a utopia e a história: Luce Fabbri e o anarquismo na América do Sul. **Cadernos Pagu**, v. 8, n. 9, pp. 279-317, 1997.
- RIBAS, A. C.. “A questão feminina” nas páginas Libertárias: propaganda e emancipação feminina nas páginas do jornal anarquista *A Plebe* (1917-1935). In: **Anais do XV Encontro Estadual de História**. Florianópolis, 2014.
- RIZZO, E.; MINARDI, I. M. Atuação da mulher libertária no trabalho, no jornalismo, na arte e na cultura. In: **Anais do XXI Encontro Estadual de História**. Campinhas, 2012.
- SAFFIOTI, H.. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora. 1969.
- SCHMIDT, B. B.. “Companheiras!”: As Mulheres e o Movimento Operário Brasileiro (1889-1930). Las Palmas de Gran Canaria: Cabildo Insular de Gran Canaria **XIII. Coloquio de Historia Canario-Americana**, VIII Congreso Internacional de Historia de América (AEA), Coloquio 13, pp. 1458-1469, 1998.
- SANTOS, R. P.. “Nascem As Rosas Entre Os Espinhos”: a participação da mulher no movimento operário no Brasil e na Argentina. **Caderno Espaço Feminino**, v. 28, n. 1, pp. 253-271, 2015.
- SCOTT, J.. História das mulheres. In: BURKE, P. (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, pp. 63-95, 1992.

“Sempre fui mais de esquerda”: história e memória de Dercy Furtado em tempos de democracia

*Eduardo dos Santos Chaves*¹

Introdução

Após o golpe de 1964 e a instauração da ditadura civil-militar, parte significativa de políticos, militares, intelectuais, sindicalistas e estudantes sofreram com as mais diversas perseguições políticas implementadas pelos governos dos generais presidentes. Os resultados da repressão do novo regime foram as cassações de mandatos, as prisões, a tortura e o exílio, afinal a ditadura deixava claro: *"Brasil, ame-o ou deixe-o"*.

No entanto, nem todos brasileiros estavam situados na resistência ao regime, contrários às arbitrariedades e à violência imposta pela ditadura. Tanto no golpe quanto na posterior ditadura havia uma gama de grupos e indivíduos envolvidos com diversas práticas que o novo regime inaugurava. Muitos estiveram desde 1961 ligados a organizações femininas, partidos políticos, entidades católicas, instituições empresariais, etc., que colaboraram de diversas formas com a desestabilização do governo de João Goulart (1961-1964). Assim, durante a ditadura muitos ainda estiveram comprometidos em apoiar e trabalhar na legitimidade do novo governo seja através da propaganda ou

¹ Mestre em História. Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

mesmo de manifestações públicas que reverenciavam a intervenção de março de 1964.

Contudo, a partir do final dos anos 1970, sobretudo após a Lei de Anistia de 1979, com o processo de abertura política no país e o retorno de muitos daqueles que haviam sido exilados, a narrativa sobre o regime ganhava novos contornos. A ditadura que outrora era sinônimo de prosperidade e segurança, após 1979 foi sendo vista como sinônimo de repressão e violência sobre uma sociedade que apenas resistia. Era uma memória que sublinhava as arbitrariedades dos militares que, desde 1964, esmagaram a sociedade brasileira como uma espécie de "trator".

De acordo com o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2010, p. 171) o que aconteceu foram verdadeiros “deslocamentos de sentidos”, os quais se fixaram na memória nacional como verdades irrefutáveis. Seriam, esses deslocamentos, marcados por três silêncios que fundamentaram e se estabeleceram em torno da Lei de Anistia de 1979. O primeiro diz respeito ao silêncio em torno da tortura e dos torturadores. O segundo silêncio refere-se às propostas revolucionárias das esquerdas entre 1966 e 1973. O terceiro e último silêncio, talvez o mais importante para a discussão que pretendo neste texto, refere-se ao apoio de parcela importante da sociedade brasileira ao regime civil-militar. O que ficou cristalizado é que a sociedade brasileira, sempre prezando pela democracia, viveu a ditadura como um “pesadelo que é preciso exorcizar, ou seja, a sociedade não tem, e nunca teve, nada a ver com a ditadura” (2010, p. 178). Tal abordagem esquece as diversas manifestações de adesão e simpatia que floresceram durante o regime, como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, ocorridas antes e após o 31 de março de 1964, a popularidade do general Garrastazu Médici e as expressivas votações obtidas pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

No entanto, os apoios, como afirma Reis Filho (2010: 174), desmancharam-se no ar naquele verão quente de 1979, sendo propagado pela sociedade o termo “Ditadura Militar”, na tentativa

de absolver-se de quaisquer cumplicidades com um regime considerado abominável. São incômodas lembranças “[...] frequentemente colocadas entre parênteses, à espera, para que possam ser analisadas [...]” (REIS FILHO, 2010, p. 174).

Esse triplo silêncio, ao viabilizar a anistia como um pacto de sociedade, solidificou uma memória em que o regime e a sociedade não aparecem como cúmplices, mas como inimigos de longa data. A ditadura, assim, ficou sendo vista como obra única e exclusiva de uns poucos militares exaltados, os chamados “bolsões sinceros, mas radicais” que, após assombrosa história, foi derrotada pelo povo.

Mas como explicar essas metamorfoses, esses deslocamentos de memória? Como ficaram, após o final do regime, aqueles políticos que militaram na Aliança Renovadora Nacional, ARENA, ao lado dos "gorilas", expressão que a esquerda utilizava para denominar os militares? Como reconstruíram suas memórias como arenistas? Por que e como silenciam sobre as cumplicidades com a ditadura?

A arena gaúcha

A ARENA embora tenha sido um partido que colaborava com a ditadura, dando sustentação e legitimidade a vários atos dos governos dos cinco generais-presidentes, sua trajetória não deve ser resumida a de um partido que servia aos interesses do regime. Pelo contrário, é importante pensar, antes de tudo, que na ARENA ocorreram disputas e discordâncias em relação a diversas medidas adotadas pelo governo federal, além de cisões e discussões acaloradas que permearam os partidos nas esferas estaduais e municipais, como é caso da ARENA gaúcha.

Após a decretação do AI-2, haviam especulações, espalhadas pela imprensa, sobre a possibilidade de formar até três partidos: um que apoiasse a “Revolução de março de 1964”, um segundo de oposição e um terceiro, que congregaria políticos considerados de

“centro”. A nova legislação impedia grandes possibilidades de arranjos partidários. Além disso, para se somar a essa situação de desarticulação partidária foi decretado em 20 de novembro de 1965 o Ato Complementar nº4 (AC-4), determinando que as novas organizações partidárias deveriam possuir no mínimo 120 deputados federais e 20 senadores. Nesse sentido, só seria possível a criação de três partidos políticos, visto que o Congresso comportava naquele contexto 409 deputados e 66 senadores.

Diante das novas regras estabelecidas, um grupo se organizou e aglutinou em um único partido políticos que fariam a defesa do regime estabelecido, o que repercutia na articulação e, posterior criação, de apenas mais uma agremiação partidária. Com dificuldades de recrutar o número mínimo de membros, sobretudo de senadores, foi criado o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), em 4 de dezembro de 1965. Já a ARENA não enfrentou problemas para atingir o número mínimo de membros, porém encontrou grandes dificuldades na sua organização, em função de aglutinar diversas correntes políticas, que tinham praticamente como único objetivo à defesa da ditadura.

No Rio Grande do Sul a ARENA congregou os membros da Ação Democrática Popular (ADP), um bloco partidário criado antes das eleições estaduais de 1962 que reunia PSD, PL, PDC, PRP e UDN. Este grupo de partidos além de eleger Ildo Meneghetti ao governo do Estado no pleito de 1962, também colaborou nas eleições municipais de 1963, elegendo prefeitos e vereadores em diversas cidades do Rio Grande do Sul. Tal constatação nos leva a pensar que o surgimento ADP, nas vésperas das eleições estaduais de 1962, facilitou, de certa forma, os contatos entre os membros de partidos políticos diversos na organização da ARENA gaúcha. No entanto, essas mesmas tratativas não minimizaram as disputas envolvendo os nomes que deveriam compor as Comissões Diretoras Municipais, bem como os órgãos das esferas estaduais e federais. Para isso, o meio encontrado pelo governo para apaziguar essas disputas foi a formação de sublegendas, que possibilitava que

diferentes grupos, agora atuantes no mesmo partido, concorressem ao mesmo cargo nas disputas eleitorais.

Entre o final dos anos 60 e início dos anos 70 a ARENA demonstrava ser um partido de peso no cenário político do Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, por exemplo, com nove vereadores eleitos em 1972, a ARENA figurava como um partido que disputava eleitores e conquistava parcela importante da capital. Dos vereadores arenistas eleitos no pleito de 1972, nos chama atenção a expressiva votação de Dercy Furtado, com mais de dez mil votos. Da mesma forma que muitos dos políticos arenistas da época, Furtado atuava em áreas que, de certa forma, seriam estratégicas para os êxitos do partido na capital. Como ela aponta em uma entrevista concedida quarenta anos depois,

Eu pertencia ao clube de mães e à escola de pais. Fazia palestras por todo o Rio Grande do Sul, por todo o Brasil, sem política, entendes? Eu era mais ligada à Igreja. O Sesi me contratou para fazer palestras, e eu fazia muitas, por isso fiquei conhecida. É importante ter um lastro de conhecimento quando se quer concorrer (Entrevista concedida ao autor em 09 de novembro de 2012, na cidade de Porto Alegre).

Porém, Dercy Furtado não pode ser vista como uma "inocente dona de casa" usada pela ARENA para angariar votos. As aproximações entre Furtado e os setores católicos conservadores, assim como a estreita relação estabelecida entre a ex-deputada e arenistas como o ex-prefeito de Porto Alegre, Telmo Thompson Flores, indicam a adoção de uma posição política próxima aos ideais da "revolução de 1964" anteriores a sua candidatura em 1972. Deve-se ainda destacar que os vínculos de seu marido, Jorge Furtado, com o empresariado e com políticos tradicionais gaúchos tenham, da mesma maneira, contribuído para a eleição de Dercy, afinal entre 1974 e 1979 o administrador público Jorge Furtado foi secretário geral do Ministério do Trabalho e ministro interino de Arnaldo Prieto, durante o governo de Ernesto Geisel.

Quem era Dercy Furtado?

Passo agora a discorrer sobre a trajetória política da deputada arenista. Dercy Furtado nasceu em Morungava, na época distrito de Gravataí, em 22 de setembro de 1924. Filha de Melíbio Fernandes Vieira, um pequeno agricultor, e Etelvina Silveira Vieira, uma professora, Dercy Furtado mudou-se com a família para Porto Alegre em 1936, aos 12 anos de idade. A mudança ocorreu através do convite de seu irmão mais velho que já residia na capital. A transferência para Porto Alegre possibilitou que Dercy concluísse os estudos primários, embora tivesse dificuldades financeiras ao comparar-se com as colegas da sua escola, pois teve que parar de estudar para ajudar nas despesas da casa. De acordo com suas memórias, aos 14 anos foi “trabalhar no laboratório Geyer, onde assoprava com (seus) fracos pulmões (pesava 48 quilos) entre quatro a cinco mil ampolas” (FURTADO, p. 1984).

Dercy Furtado retoma os estudos quando ingressa no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Brasil (SENAI), completando o curso na Escola Visconde de Mauá, em Porto Alegre. Nessa escola, conheceu seu futuro marido Jorge Alberto Jacobus Furtado, na época seu professor de língua portuguesa, que segundo Dercy, “era bondoso. Inteligente. Meio desajeitado. Mãos de intelectual. Religioso. Para mim ‘perfeito’” (FURTADO, p. 1984). Dercy Furtado casou com Jorge Furtado em 1942, aos 18 anos de idade, e teve seis filhos.

Ao longo de sua trajetória, Dercy participou de diversos movimentos assistenciais e comunitários, principalmente os vinculados à Igreja, juntamente com o marido. Atuou no Movimento Familiar Cristão, onde foi delegada do Sínodo Arquidiocesano de Porto Alegre e fez parte da equipe da CNBB organizadora do Centro de Promoção da Doméstica. Eram movimentos católicos espalhados pelo Brasil com fortes traços anticomunistas. Defensores da família cristã, ocidental, católica,

tais movimentos alcançavam diversos setores sociais, além de atuar fortemente na propaganda anticomunista.

Por sua ligação com a Igreja e, especialmente pela assistência dada às domésticas, Furtado ganhou notoriedade e foi convidada para participar de programas de rádio e televisão. Segundo Furtado, “graças a todo este trabalho, em torno da família é que lembraram (seu) nome para a Câmara de Vereadores” (FURTADO, p. 1984). Em 1972, segundo Furtado, a convite do então prefeito de Porto Alegre, Telmo Thompson Flores se filiou à Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e se candidatou à vereança, sendo eleita em 1972 com mais de dez mil votos, a mais votada do partido. A expressiva votação de Dercy Furtado não foi apenas o resultado de uma campanha voltada para as mulheres, especialmente para as domésticas e donas de casa. Além do que já foi exposto acima, o resultado nas urnas de 1972 demonstra também o peso que o partido havia adquirido na capital gaúcha desde o seu surgimento, elegendo inúmeros vereadores.

Sua atuação política foi também acompanhada pela defesa de seus ideais relativos à promoção da mulher e a valorização da família cristã em programas de rádio e televisão, além de uma coluna no jornal *Zero Hora*, denominada *Opinião* e a publicação de livros de memórias². Nesses espaços, mostrava-se ligada fortemente pelos ideais da "Revolução" de 1964, as iniciativas do partido e as realizações da ditadura.

Em agosto de 1976, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, a então deputada estadual deixava clara sua afinidade política com os líderes militares que estavam governando o país. Na tribuna afirmou o seguinte:

Antes de encerrar, quero deixar aqui meus cumprimentos ao Presidente Geisel, que deve ser elogiado e estimulado pelas

² Dercy Furtado também publicou as seguintes obras: *Opinião*, em 1974; *Cortando as Amarras*, em 1978; *Orações que mamãe me ensinou*, em 1984; e *Construindo Catedrais: ideias para viver bem*, em 2009.

medidas que vem tomando. Não podemos esquecer esse fato. Portanto, ao Presidente Geisel, que com toda a razão vem coibindo alguns abusos, todo o nosso apoio (Anais da ALRS, 10 de agosto de 1976).

Dercy Furtado teve uma atuação marcante dentro partido, assumindo o comando da organização, atuando em grupos específicos, como na ARENA feminina. Em 1976, quando era deputada estadual, foi eleita Presidente do Diretório Municipal de Porto Alegre. Emocionada, fez um pronunciamento na Assembleia Legislativa demonstrando a maneira pela qual sentiu-se uma arenista convicta, alinhada aos propósitos do partido e ao governo "revolucionário".

Ontem, em Porto Alegre, no Diretório Municipal da ARENA, desenrolou-se uma cerimônia que poderia ter sido simples, comum, normal, se não fosse o fato inédito de uma mulher, pela primeira vez, assumir um Diretório e uma campanha política no Rio Grande do Sul. Por esse fato, por esse acontecimento, é que aquela cerimônia se tornou original, tornou-se uma solenidade cheia de entusiasmo com a presença de inúmeras pessoas no Diretório Municipal da ARENA.

Venho a Tribuna hoje para dizer [...] da minha alegria e do meu entusiasmo. Várias vezes recebi grandes alegrias: as duas vitórias em campanhas políticas tanto para a Câmara de Vereadores como para a Assembleia Legislativa. Esses fatos encheram-se de ânimo e foram marcos na minha vida toda. Entretanto, posso dizer que, ontem à noite foi, para mim, algo inédito o que aconteceu. Foi de maior relevância e de maior importância para mim assumir o Diretório Municipal da ARENA. Afirmo que foi um acontecimento importante por confiança que a ARENA depositou em uma mulher, porque assumir, ontem, foi um fato não imposto por regimentos, pois o Vereador Carlos Rafael dos Santos poderia continuar à frente do Diretório Municipal (Anais da ALRS, 10 de setembro de 1976, p. 154).

Embora tenha um discurso voltado para a importância da presença feminina no cenário político partidário, Furtado não

deixa de apontar em seus discursos a importância que o partido, a ARENA, tivera em sua carreira política. Se Dercy Furtado ingressou no partido somente em 1972, como ressalta em seus livros de memórias e nos pronunciamentos como deputada, é importante considerar que em pouco tempo, em apenas quatro anos, assumiu um posto de comando na ARENA em uma capital da federação. Políticos com carreiras mais longas que a de Dercy Furtado ainda não haviam ocupado o cargo que a "defensora das mulheres" ocupava em poucos anos como vereadora e deputada, o que demonstra também os espaços conquistados por ela dentro de um partido composto majoritariamente por homens.

Quando era presidente do Diretório Municipal da ARENA da Porto Alegre, Furtado utilizava seu espaço como deputada estadual para divulgar as atividades da agremiação, assim como para convidar os demais deputados a colaborar com a ARENA, visitando as dependências da sede da agremiação no centro da cidade de Porto Alegre.

O Diretório Municipal da ARENA está de portas abertas para receber todos os amigos que desejam colaborar conosco. Desta tribuna faço um convite especial aos Srs. Deputados e à imprensa, que em muitos podem nos ajudar, apontando os nossos erros e nos estimulando nos acertos. Renovo o convite: visitem-nos, sugiram-nos novas ideias, apoiem-nos nos acertos, critiquem-nos e corrijam-nos nos erros. O endereço do nosso Diretório é Rua Marechal Floriano nº 32, telefone é 21.87.10. Como é uma rua muito movimentada e a sede do Diretório estava um pouco escondida, mandei colocar oito grandes bandeiras; bandeiras com as cores da ARENA e que estarão lá tremulando para a nossa alegria e para a alegria de todo o povo de Porto Alegre. Então, essas bandeiras marcarão o local do Diretório Municipal da ARENA. Lá encontrarão os Srs. Deputados e a imprensa, nove funcionários dispostos a dar-lhes o melhor atendimento, desde o cafezinho até a rosa, que estará à mesa de todos os funcionários para dar aquela acolhida fraterna e amiga de todos nós que lá estamos para servir.

Como "slogan" para todos os cartazes, painéis e carros, adotando o seguinte - vou lançá-lo hoje, aqui, pela primeira vez -: "A ARENA É POVO SEMPRE". Além deste "slogan", teremos ainda sub-"slogan", como outros que poderão ser usados, "A ARENA CRESCE EM PORTO ALEGRE". Este "slogan" se baseia no fato real e verídico que desde a eleição passada a ARENA vem crescendo em Porto Alegre, tanto que, já na gestão do Prefeito Dr. Telmo Thompson Flores, passamos de oito para nove Vereadores na Câmara, com o que demos aos Sr. Prefeito a oportunidade de ter o seu veto assegurado. [...]. Temos ainda outro "slogan", para reavivar a mente de muitas pessoas que estavam esquecendo: "A ARENA É MAIORIA NO BRASIL". Estes são os "slogans" da ARENA para esta campanha (Anais da ALRS, 5 de agosto de 1976, p. 130).

O fato de Dercy Furtado ter assumindo posições de comando no partido não significava que era obediente a tudo o que o Diretório Nacional definia, nem mesmo um apoio irrestrito aos mandos do executivo.

Porém, ao assumir uma posição de liderança na ARENA demonstrava afinidade com o partido, com os políticos que compunham a agremiação e com aspectos relacionados ao pensamento que, de certa forma, norteava a ditadura brasileira. Ou seja, no espectro político daquele contexto Dercy Furtado se encontrava entre as direitas, os conservadores, que tinham repulsa as transformações sociais, ao pensamento socialista e/ou mesmo nacional-reformista. Além disso, estava ao lado de muitos homens e mulheres que defendiam, em muitos casos, a cassação de mandatos políticos, os expurgos do funcionalismo público, a censura, o banimento e até mesmo a tortura.

Na metade do seu último mandato, em agosto de 1985, quando se encontrava no PDS, ingressou no PDT, segundo Dercy Furtado, a partir do convite de Leonel Brizola. Segundo a ex-deputada,

Quem ouvia sempre os meus discursos? Leonel de Moura Brizola. Ele vivia me ouvindo, e um dia o que fez? Chamou-me ao Palácio

da Guanabara. Eu fui, pois o admirava muito. Aliás, fomos eu e o Jorge.

– Deputada, eu a estou convidando a entrar no PDT.

– No PDT? Mas eu sou da Arena!

– Mas o seu discurso é de oposição. A senhora está mal. A senhora tem de entrar é no PDT.

– Olha, eu entro com uma condição: se o senhor for lá em casa me buscar e me levar até a Assembleia para eu entrar no PDT.

– Não há problema nenhum.

Um dia ele marcou, foi lá em casa me buscar – eu tenho todas as fotos em que nós aparecemos juntos –, e eu vim de carro com ele (Entrevista concedida ao autor em 09 de novembro de 2012, na cidade de Porto Alegre).

Em 1986 tentou reeleger-se deputada estadual pelo novo partido, mas não obteve sucesso. Talvez, a nova sigla partidária, o PDT, não tenha oferecido base política suficiente para a sua mais nova candidata. Provavelmente as antigas alianças políticas tecidas anos atrás, quando militava na ARENA, tenham se afastado da candidata que aproximava-se do trabalhismo de Leonel Brizola, um dos grandes inimigos dos golpistas de 1964. Mas o contexto político era outro, era de abertura política, era o momento propício para se esquecer antigas desavenças e seguir a vida.

Memórias da trajetória como arenista

Em 09 de novembro de 2012, nas dependências do Memorial da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, foi realizada uma entrevista com a ex-deputada Dercy Furtado. Aos 84 anos de idade, Dercy sentia-se entusiasmada em falar da sua vida pessoal e familiar e da carreira política que tivera. No decorrer da entrevista, enfatizava a luta que travou em defesa dos direitos das mulheres, destacando sua trajetória como parlamentar. No entanto, Dercy não tinha mais as mesmas convicções políticas que tivera nos anos 1970. Quando foi questionada sobre sua postura durante o golpe civil-militar, não negou sua posição política no período, mas achou

difícil responder à pergunta: "Nos anos 60, houve o movimento de março de 64. Gostaria de saber da sua posição e da posição do seu marido, Jorge Furtado, em relação ao movimento? - Ah, isso foi muito complicado, porque estávamos pela Arena"³. Respostas como "puxa, agora não vou lembrar"⁴, foram recorrentes e representam a maneira pela qual a ex-deputada sentia-se desconfortável em falar de sua atuação política ao lado de militares e políticos conservadores.

Durante a entrevista a ex-deputada não se sentiu à vontade em falar que militou na ARENA como fizera orgulhosamente nos anos 1970. Na entrevista afirmou o seguinte:

Sempre fui mais de esquerda. Entrei na Arena por causa do Dr. Telmo Thompson Flores, mas eu me sentia mal, às vezes, junto com coronéis e outras pessoas do partido. Eu queria um partido formado mais por operários, por trabalhadores sem-terra. Meus discursos eram muito de oposição (Entrevista concedida ao autor em 09 de novembro de 2012, na cidade de Porto Alegre).

Furtado narra sua trajetória como arenista descolada do partido. Ou seja, ela pretende imprimir a imagem de que o partido utilizava estrategicamente do potencial eleitoral de seus candidatos, sem que esses tivessem necessariamente vinculações ideológicas e políticas com as ideias da "Revolução" de 1964 e conseqüentemente com a ditadura civil-militar. Cito para exemplificar dois trechos da entrevista, em que Furtado superdimensionou sua luta pelos direitos das mulheres e donas de casa, que, por sua vez, servira a interesses de partidos e políticos:

O Pedro Simon, que era meu vizinho, ou melhor, que é meu vizinho [...] me dizia: *Meu Deus, como é que eu nunca te enxerguei, Dercy? Como é que tu estavas ali?* Depois fomos deputados juntos. Isso do Dr. Telmo foi muito interessante. Ele

³ Entrevista concedida ao autor em 09 de novembro de 2012, na cidade de Porto Alegre.

⁴ Idem.

teve visão. Foi ele quem me disse: *Tu vais lutar pela mulher*. Eu concordei: *Ah, ótimo!* Mas eles eram muito bons. Não tenho queixa. O Marchezan foi uma pessoa maravilhosa, assim como o Faccioni. Foram todos muito bons, mas eu não me sentia assim tão bem (Entrevista concedida ao autor em 09 de novembro de 2012, na cidade de Porto Alegre).

Foram poucas as falas em que Furtado destaca sua participação na organização do partido, na montagem de congressos femininos, na sua atuação frente à presidência do diretório municipal do partido em Porto Alegre. Sobre os congressos femininos lembra que:

Sim. Eu organizei o maior congresso feminino da Arena. Veio gente de todos os Estados do Brasil. Aquele auditório grande, o Dante Barone, ficou totalmente lotado. Veio gente até do Amazonas. A família Collor, todinha, também veio. O Collor, bem mocinho, estava na plateia. Convidei a mãe dele, assim como outras mulheres muito importantes. A dona Leda Collor de Mello era uma mulher importantíssima (Entrevista concedida ao autor em 09 de novembro de 2012, na cidade de Porto Alegre).

A fuga em aparecer como cúmplice de um regime de exceção e a tentativa de frisar que lutou pela democracia do país foi constante na entrevista. Isso se deve, em parte, ao que foi apontado no início de texto: a partir da Lei de Anistia de 1979, uma memória se consolidou e todos agora estão ao lado da resistência, distante de qualquer aproximação com a ditadura dos militares, únicos responsáveis pelas arbitrariedades do período. Sendo assim, afirmou que os membros do partido "[...] eram muito bons. Não tenho queixa. O Marchezan foi uma pessoa maravilhosa, assim como o Faccioni. Foram todos muito bons, mas eu não me sentia assim tão bem"⁵.

Nesse sentido, a autoconstrução de sua imagem como democrata que sentia-se mal ao lado de "tiranos" e "algozes"

⁵ Entrevista concedida ao autor em 09 de novembro de 2012, na cidade de Porto Alegre.

parece corresponder a memória social do regime, somadas a elementos que correspondem a história do Rio Grande do Sul. Ou seja, talvez a narrativa de Dercy Furtado sobre sua trajetória política encontra assento mais confortável no que chamo de "memória da legalidade". Uma construção de memória que se desenvolveu particularmente no Rio Grande do Sul e que considera a sociedade gaúcha resistente à ditadura civil-militar. Desde 1961, segundo essa perspectiva, os gaúchos partiram para a resistência, para a oposição, sem nenhuma aproximação com o golpe e com o regime. Apagaram-se as cumplicidades, as ambivalências e os paradoxos entre os "aguerridos" gaúchos e a ditadura.

Mas como pensar esse esquecimento, esse distanciamento, de Dercy Furtado em relação ao seu passado como arenista, suas aproximações com a ditadura? Uma das explicações, como já foi em parte apontada no texto, se deve, em parte, a "invasão" das memórias das esquerdas no campo historiográfico, a partir dos inúmeros relatos daqueles que sofreram com cassações, banimentos, expurgos, torturas e exílios. Da mesma maneira, é compreensível que, diante das "investigações" da Comissão da Verdade, sintam-se também constrangidos a expor suas trajetórias políticas durante os "anos de chumbo". Penso que esse uso pragmático da memória não significa maquiavelismo ou oportunismo, mas está relacionado a um cenário de luta entre diferentes atores que atribuem diferentes sentidos ao passado. O objetivo do texto, dentro dos limites apresentados, não foi o de "desmentir" as memórias de Dercy Furtado, mas mostrar, em certa medida que essas construções de memória estão inseridas no tempo presente, momento no qual aparecer como arenista torna-se constrangedor. Da mesma forma, a finalidade aqui não foi o de "compreender" a postura de Dercy Furtado como ex-arenista sem inseri-la num contexto político atual que condena a ditadura e seus agentes.

Interessante observar que Furtado vem realizando tal construção de memória, na qual aparece como político de

esquerda, desde os anos 1970, quando começou a publicar livros sobre sua trajetória de vida e sua atuação como parlamentar. Nas obras aparecem uma série de lembranças que se repetem ao longo da entrevista realizada em 2012, colaborando para a ideia de uma parlamentar combativa, que sentia-se incomodada ao lado dos "algozes". Isto significa que a edificação de uma memória distante da ditadura, dos tempos de militância na ARENA, das relações de amizade e companheirismo com políticos conservadores, já tem uma história que precisa ser investigada.

Referências

- CASTELLO BRANCO, C. **Os militares no poder**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- CORDEIRO, J. M. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.22, n.43, p.85-104, 2009.
- FLACH, A.; et al. **O Parlamento nem tempos interessantes**: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados (1947-1982). Porto Alegre: CORAG, 2005.
- FURTADO, D. **Orações que mamãe me ensinou**. Porto Alegre: Editora da FEPLAN, 1984.
- FURTADO, D. **Construindo catedrais: ideias para viver bem**. Porto Alegre: Badejo Editorial, 2009.
- FURTADO, D. **“Cortando as amarras” – depoimento**. Porto Alegre: Editora Thesaurus, 1977.
- FURTADO, D. **Opinião**. Porto Alegre: Editora FEPLAM, 1974.
- GREEN, J. N. **Apesar de vocês**: a oposição à ditadura militar brasileira nos Estados Unidos. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

GRINBERG, L. **Partido Político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional – ARENA – (1965-1979)**. Rio de Janeiro: Mauad/FAPERJ, 2009.

GRINBERG, L. Uma memória política sobre a Arena: dos “revolucionários de primeira hora” ao “partido do sim, senhor”. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

KINZO, M. D. G. “Novos partidos: o início do debate”. LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)**. São Paulo: Vozes, Cebrap, 1980.

REIS FILHO, D. A. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

REIS FILHO, D. A. Ditadura, anistia e reconciliação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.23, n.45, p.171-186, jan./jun. 2010. p.171.

XAVIER, D. **“Cortando as amarras”**: análise da trajetória de Dercy Furtado (1942-1986). Porto Alegre: UFRGS, 2009. [Trabalho de Conclusão em História].

O feminismo na reconfiguração dos espaços público e privado como ferramenta de luta

*Amanda Porto de Souza*¹

Introdução

O movimento feminista tem como característica principal a processualidade de sua configuração, pois se transforma conforme o tempo, a sociedade, os fatos. Desde sua primeira onda, no início do século XIX, até a chamada terceira onda (atualmente algumas teóricas já apontam a quarta onda), o movimento teve mudanças em suas pautas, algumas ainda persistentes como a descriminalização do aborto, discutida em encontros de mulheres desde a ditadura militar.

Com a base sólida na luta pela igualdade e emancipação feminina, o movimento feminista tem na sua história um caminho de pertencimento, divergências e inspiração. Nos anos seguintes da instauração do golpe militar de 1964, as mulheres se uniram e criaram diversos grupos representantes de suas demandas e que se colocaram na luta contra a repressão, contra o machismo e contra o silenciamento tanto em grupos de direita quanto de esquerda. O Movimento Feminino pela Anistia, a Frente de Mulheres Feministas (FMF), a Articulação da Mulher Brasileira (AMB), foram organizações importantes que marcaram a presença feminina na

¹ Graduada em Comunicação Social – Jornalismo, pela Universidade Franciscana/UFN, Santa Maria/RS.

luta pelos direitos das mulheres. O feminismo e o movimento de esquerda feminino foram impulsionadores da atuação política, que incentivaram a participação política e os gritos pelo fim da violência doméstica.

A dicotomia entre espaço público e privado já era pautado desde este momento, onde o público representava (e ainda representa) a dominação masculina, o lugar de homem, onde decisões políticas eram tomadas, enquanto o privado era doméstico, íntimo, logo, não poderia ter interferência do Estado. Desta forma, a responsabilidade de proteger e impedir a violência era eximida, legitimado um ambiente seguro para a opressão. Teóricas e militantes do movimento, então, trazem a discussão sobre o pessoal ser reflexo do que acontece no político, que o poder se alicerça pelas relações de gênero e institucionaliza a misoginia e a violência.

Uma breve história da resistência feminina na ditadura

Durante a ditadura militar, o movimento de mulheres não deixou de resistir e lutar para sobreviver à repressão e às dificuldades financeiras pela falta de seus companheiros (presos ou mortos). Neste momento, inclusive, foi onde as mulheres seguiram firmes e não recuaram apesar da opressão estatal e pelas divergências entre os partidos de esquerda. Feministas que ficaram no Brasil começaram a se reunir e se agrupar mais ao movimento. Para Blay (2017), os partidos políticos continuam a excluir mulheres dos cargos principais, o que levou muitas delas a continuarem o movimento sem agregarem-se a um partido político e lutar pela anistia. “As mulheres não aceitavam ser instrumentalizadas - mesmo quando alguns partidos supunham deter esse poder” (BLAY, 2017, p. 81).

Segundo Blay, no período pós 1964, os homens militantes conseguiam ocupar espaços públicos formais, como universidades, jornais, e tinham visibilidade para suas demandas. Enquanto isso,

as mulheres passaram a se encontrar nas ruas, em espaços de lazer comum. Ruth Escobar, atriz e produtora cultural, realizavam encontros de mulheres para discutir gênero e relações políticas durante o horário de almoço em restaurantes. Também foi a partir disso que se formou a Frente de Mulheres Feministas (FMF), que reunia diversas militantes de esquerda, de outros partidos e simpatizantes com a causa. O grupo passou a ser referência e a crescer cada vez mais, convidava homens militantes da época para debater suas pautas, como Luiz Carlos Prestes, e foi ponto de conquista dos direitos políticos e civis das mulheres. Várias outras minorias sociais iam até o grupo para encontrar pertencimento e conversar sobre a repressão que sofriam, como LGBTs.

A construção da autonomia feminina inspirou a luta pela emancipação de outros grupos minoritários, pela sua construção de identidade. Essa sistematização das mulheres e a organização com diversos eixos ideológicos deram força para o movimento enfrentar a conquista pelo espaço, que era masculino. Desta forma, foram expostos os princípios feministas na luta pela democracia. Fez-se perceber que não haveria a libertação que a luta de classes tanto almejava se não houvesse a libertação das mulheres, principalmente das mulheres negras. Como afirma Angela Davis (2017), quando a mulher negra se move, toda a sociedade se move com ela. Não é possível abordar a exploração de classes sem entender os recortes de gênero e raça que estruturam o sistema capitalista e configuram a violência e a inferiorização desses grupos. Nesta mesma época, foi o criado do grupo Gelédes, de feministas negras que reivindicavam seus direitos, já que o movimento feminista branco não abarcava as demandas da luta contra o racismo.

Em 1975 também foi formado o Comitê da Mulher Brasileira e o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. O Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979) foi um dos mais importantes documentos elaborado para a luta contra o machismo.

Frentes de ação e grupos organizados floresceram durante a ditadura para lutar contra a repressão e não deixar que a esquerda esquecesse pautas femininas básicas, ainda mais imprescindíveis em um momento de violação de direitos. Alimentos, creches, saúde, violência doméstica, entre outras pautas, eram levantadas pelas militantes em discussões, a maioria dos partidos de esquerda não consideravam os assuntos feministas e nem reconheciam as mulheres como agentes políticas, por este motivo que as militantes migraram para grupos próprios, em paralelo com a atuação de guerrilha.

A articulação do poder feminino foi feito com mulheres de diversos partidos, e também começou um movimento pela imprensa alternativa feminista, que pautava as reivindicações e lutava contra a subalternidade da mulher. O espaço público definia as regras da vida privada (e do corpo feminino), mas fechava as portas quando o assunto era a violência doméstica, e luta de classes, segundo Blay (2017), também fazia oposição contra a intervenção do Estado na relação do homem trabalhador com sua esposa.

A segunda onda do feminismo foi marcada pela dura resistência e uma luta cheia de divergências e conturbações. Enquanto militavam nos grupos feministas, mulheres tinham de se dividir entre os grupos femininos, a militância da esquerda e arcar com as prisões políticas, onde a tortura era ainda mais bruta quando se tratavam de mulheres que “ousavam ir contra o poder”. Zuleika Alambert foi uma das militantes mais reconhecidas na luta, a primeira mulher a participar do Comitê Central do Partido Comunista no Brasil, passou a defender acirradamente as pautas feministas e representar as mulheres nos espaços políticos.

Como aponta Rachel Soihet:

Na verdade, os comunistas mantiveram com as mulheres uma relação ambígua. Por um lado, acentuavam a necessidade de fazê-las participar de forma mais incisiva das atividades partidárias, a fim de evitar que se aliassem às forças atrasadas e que

assumissem concepções burguesas. Por outro lado, o movimento comunista oficial reservava às mulheres um papel subalterno, excluídas das funções politicamente mais relevantes, de maior poder decisório como fica claro na colocação da própria Zuleika (SOIHET, 2012, p. 173).

O Centro da Mulher Brasileira – CMB também foi criado para representar as pautas feministas durante a ditadura, e enfrentou a repressão do governo e da esquerda, que ignorava a opressão estrutural das mulheres e queria que as militantes acreditassem que o fim de toda a opressão social viria pela ditadura do proletariado, enquanto as feministas já apontavam que a estrutura de gênero regia justamente a sistematização do poder, fazendo a manutenção das relações e institucionalizando a desigualdade. O grupo de brasileiras em Paris, *Mouvement de Libération des Femmes* – MLF reunia um número vantajoso de mulheres para discutir a sexualidade e a libertação do corpo, além da relação entre os sexos, a autonomia feminina como fim maior do movimento. Discussões em comum e histórias de sobrevivências parecidas fizeram as mulheres perceberem que a maioria sofria as mesmas opressões pela estrutura de gênero, com problemáticas de eixos com o mesmo propósito: o controle do gênero feminino.

Foi nesse sentido que também emergiram as questões subjetivas, ligadas ao pessoal, e a noção de que a vida privada, as relações, o cotidiano, é político, de dimensão institucional e regida pela estrutura de inferiorização das mulheres. O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, emergido em 1976, abordava a questão da luta de classes, a esquerda nos Estados Unidos e orientava as trabalhadoras sobre as pautas feministas, o corpo, sexualidade, relações e subjetividades.

Soieht (2012) afirma que o termo feminismo começou a ser incluído de forma positiva nos partidos de esquerda. “Concluiu-se acerca da necessidade de um movimento específico contra estas formas de exploração, devendo se acrescentar à luta pela

emancipação do proletariado a luta pela emancipação das mulheres” (SOIHET, 2012, p. 181).

O cenário democrático abriu um novo momento para os movimentos feministas e incentivou a união de mulheres sem vínculo ideológico ou a partidos políticos. Exigiam-se leis igualitárias para a nova Constituição de 1988, que supriu a maioria das demandas femininas na época, com exceção do aborto. Blay (2017) relata a Conferência Nacional (60 anos depois) do PCdoB, em 2015, onde o partido reuniu diversas mulheres políticas, entre elas: Carmen Lúcia Luis, Jô Moraes, Rosana de Jesus e Maria das Neves. A diversidade de mulheres, lésbicas, negras, mostrou a variação identitária do movimento feminista e seus recortes. Pautas das mulheres tornaram-se visíveis e percebeu-se a relação da emancipação da mulher com a emancipação humana, com a emancipação política e cidadã.

O movimento sólido que floresceu na ditadura, com diversas correntes emergindo e mulheres de todo o tipo, deu frutos à onda seguinte do feminismo, em que algumas pautas antigas ainda são barradas, e, neste momento de retrocessos, as mulheres buscam, umas nas outras, forças para lutar e ocupar seu espaço, cada vez mais presentes na política e nos locais que desejarem.

As mulheres nos espaços da democracia brasileira

A exclusão é a pauta mais evidente do movimento feminista em seus estudos. Não é satisfatória uma cidadania que apenas acrescente mulheres no espaço público, mas não inclua de fato, com políticas públicas de acesso e de direitos, além das cotas para mulheres (conquistadas nos últimos anos). A exclusão vai além de determinar a mulher como mãe. É um processo subjetivo que constrange e restringe possibilidades ao longo do tempo, para que elas não pensem sobre isso nem se vejam em tais cargos.

Clara Araújo (2012) aborda o feminismo como fator relevante para a construção de uma cidadania feminina, já que uns

dos enfoques do movimento são os direitos sociais iguais para o exercício da cidadania. Para Araújo, o atual modelo democrático exclui as mulheres de forma subjetiva e intrínseca. O sistema dificulta o acesso à cidadania, à educação e ao mercado de trabalho, junto a isso, a sociedade resume o papel da mulher a ser mãe. Na política, as mulheres também estão em menor escala do que os homens, além de contrapontos e falta de aparatos para representarem umas às outras e disputarem os cargos. Além do pouco incentivo que se tem para que elas entrem e ascendam na política.

A partir da terceira onda do feminismo, após a abertura política de 1980, a grande questão e o legado do feminismo atualmente é a inserção das mulheres como cidadãs na sociedade civil e no espaço público. Nesse sentido, Araújo (2012) também destaca a mudança do foco para a ocupação das mulheres, para que possam lutar e reivindicar seus direitos em um exercício de cidadania na esfera política. A autora ressalta a força da mulher, que perpassa por diversas arenas - de combate e resistência -, na vida doméstica (dupla jornada), na política, no mercado de trabalho.

A dualidade entre esfera pública e privada também se faz presente na discussão da cidadania que, por definição primária, é o sentimento de pertencer a uma coletividade, comunidade, na nação em que há soberania para tomada de decisões. Araújo (2012) desperta para a contradição entre um cidadão consistir sua autonomia em um espaço, mas separadamente do outro. “Como esse indivíduo maneja a organização da vida com saber-se numa esfera - a pública - onde, como cidadão pode se manifestar sobre assuntos de seu interesse, mas que em outra esfera - a privada- se depara com outro indivíduo?” (ARAÚJO, 2012, p. 158). Esse outro indivíduo é o feminino que, como Butler (2003) aponta, é o sujeito fluido, sem determinação, que não cabe nas definições binárias e é excluído do espaço público.

Para Epping e Prá (2013), o feminismo desnuda as relações de poder, pois vem como contraponto a todas as formas de dominação e vinculando as relações familiares às relações sociais, esferas que, até então, eram insistentemente separadas, para isolar as mulheres. As autoras percebem esse desnude como vitória, pois vendo a esfera privada como resultado e construtora da esfera pública, nota-se as estruturas de opressão e exclusão feminina do espaço de deliberação. Para elas, os obstáculos legais são mais fáceis de vencer do que aqueles impostos todos os dias, intrinsecamente, por práticas culturais históricas e estereótipos. A velha noção de que “lugar de mulher” é um lugar doméstico - como se a vida cotidiana não fosse política - se desmonta aos poucos com as emergências de coletivos variados e a efervescência do feminismo.

A agenda democrática e a inserção das mulheres na política traz um choque de percepção. Elas percebem os equívocos também quando ocupam o espaço público, justamente por serem subjugadas e dependentes na vida privada. Como sujeitos, as mulheres não só lutam para quebrar seu vínculo com a esfera doméstica, mas também contra obstáculos estruturais e imposições históricas. A agência feminina é a que domina o cotidiano, os problemas reais e diários, as relações de cuidado e assistência. As mulheres percebem esse papel imprescindível da atuação cotidiana e notam a importância de abordar tais pautas no espaço político, já que elas demandam e solucionam o dia a dia do outro - espaço privado. Essa representatividade também traz maior força ao movimento e a atuação das mulheres na política, como direitos à saúde reprodutiva, mais creches, autonomia do corpo, liberdade sexual.

Também nascido dentro do movimento feminista, o reconhecimento pelos direitos humanos das mulheres é pautado por Léa Epping e Jussara Reis Prá (2012), que destacam inúmeras ações e fóruns estabelecidos pela articulação feminina, entre eles: Programa de Ação do Cairo; Plano de Ação de Conferência de

Beijing (1995); Declaração de Viena (1993); Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1993). Essas intervenções e documentos que pautam a cidadania feminina e seus direitos foram grandes ações que marcam uma atividade institucional das mulheres, ao mostrar que elas estavam ocupando espaços públicos de forma assertiva, cobrando do Estado que cumpra seu dever de proteger a todas e garantir os direitos.

Para Flávia Biroli (2018) a conquista do voto e de eleições femininas não supriu a sub-representatividade de mulheres na política, pois há uma permeabilidade seletiva, com um contraste muito bem percebido de raça e classe. O acesso a espaços institucionais e formais tem obstáculos cotidianos, subjetivos, além dos estruturantes. É preciso sempre provar a capacidade feminina duas vezes mais do que os homens, além da problemática recorrente da divisão sexual do trabalho e a dupla jornada de trabalho feminino.

Desta forma, as mulheres estão buscando plataformas de expressão, campos informais que acabam se tornando resistência, como protestos nas ruas, veículos de comunicação feministas, marchas e no congresso federal a partir de eleições de representantes femininas. Assim, a visibilidade do movimento cresceu desde a última década para cá, a aprovação da lei do Femicídio pela ex-presidenta Dilma Rousseff (PT) foi um dos marcos de que a luta estava rendendo mais frutos, apesar da forte repressão por parte de bancadas religiosas e conservadoras no Estado. Para Biroli (2018) essas reações se dão pelo fato das mulheres estarem ocupando espaços e colocando suas pautas na mídia, seja por noticiabilidade ou por pressão das ruas, ou seja, a ausência de mulheres em alto escalão do poder não significa que não esteja acontecendo um movimento efetivo e estratégico por outras vias democráticas.

As mulheres estão lidando com e contra as formas de silenciamento da democracia que se tem hoje, e são inegável suas participações em momentos decisivos como a reorganização dos

partidos políticos pós década de 1980 e a formulação da Constituição Federal de 1988, destaca Biroli. A partir disso, houve uma ampliação da agenda de participação pública das mulheres, com políticas na nova institucionalidade e construção de espaços para atuação dentro do Estado, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). Esse conselho traz todas as pautas feministas desde a época da 2ª onda até as contemporâneas para dentro do congresso. A ementa 20/1987 Direitos da Mulher aborda quase todas as questões femininas, com exceção do aborto. Mas ainda há fortemente a presença da lógica convencional sobre a hierarquia dos gêneros, que dificulta a igualdade privada entre homens e mulheres na vida doméstica.

O termo “empoderamento” das mulheres surge juntamente com a consolidação da mulher como sujeito político e a partir da óptica do movimento nos Estados Unidos, na vertente liberal e da institucionalização da agenda feminista. Diversas correntes ideológicas do movimento se dissolvem pela democracia e identificam as militantes de acordo com suas crenças. Nesse sentido, surge a democratização do cuidado, em que mulheres pautam sua responsabilidade em ter de arcar com tarefas domésticas e estarem disponíveis para cuidarem da casa, dos filhos, além de trabalhar no mercado, o autocuidado e a valorização do amor próprio surgem, então, como atos políticos de resistência.

É somente a partir de 2003, com a eleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que o Estado se aproxima dos movimentos sociais, segundo Biroli (2018) há uma permeabilidade inédita dos setores ativistas no congresso, emergência de movimentos variados e um maior ativismo social. Em 2015, o cenário muda, com o golpe contra a presidenta Dilma, bancadas religiosas e conservadoras crescem e utilizam do termo “ideologia de gênero” para atacar os avanços e direitos das mulheres conquistados durante os anos. O termo vem da visão neoliberal estadunidense, que usa do argumento do movimento feminista ser “contrário à família”, e desde então, as militantes seguem sendo

hostilizadas por esses setores. Assim, o feminismo resiste ainda mais à essas investidas de retrocessos, ocupa espaços e traz discursos atentos à todas as formas de opressão contra grupos minoritários da sociedade, caminhando junto com o movimento das mulheres negras (feminismo negro), LGBTQs, pessoas com deficiência e indígenas.

A inserção de ativistas no congresso tem crescido com partidos de esquerda, como PSOL e PCdoB, mas a sobrevivência e o risco que estes sofrem ao pautar politicamente seus direitos e enfrentar os grandes poderosos do Estado é crítica. Após o assassinato da vereadora negra e lésbica do Rio de Janeiro, Marielle Franco, a discussão sobre o medo e a problemática dos crimes contra militantes no Brasil emergiu. São públicos que não estavam em espaços públicos, e agora estão ocupando seu lugar, contrariando a ordem vigente, o que Biroli (2018) traz com o termo usado por Nancy Fraser, os “contra públicos subalternos”. Por serem pessoas que sempre foram colocadas à margem da sociedade, identidades, problemas, experiências que foram silenciadas e agora fazem parte desse espaço discursivo.

Trata-se, ainda, de públicos que emergem em resposta a exclusões. Sua confirmação apresenta, assim, caráter contestatório à configuração hegemônica da esfera pública. É por essa razão e não por alguma característica específica desses grupos que sua atuação pode levar à expansão do espaço discursivo, apresentando potencial emancipatório por colocar em cena corpos, experiências, problemas, interesses e necessidades que foram forçados ao silêncio ou estigmatizados (BIROLI, 2018, p. 199).

Estas novas narrativas permeiam campos discursivos que o feminismo permite pela pluralidade de correntes e por abarcar diversos feminismos, com recortes sociais e de raça, caminhando ao lado de outros movimentos e ainda alicerçando a luta pela libertação de outros setores da sociedade. O que o movimento das mulheres trouxe para a democracia atual é inegável e irreversível,

grupos que se pertencem hoje e se identificam com suas próprias potencialidades, a partir do ser mulher, ser feminino ou ser o outro, o que não se encaixa, o que flui, estão em luta contra os retrocessos, encontrando novas plataformas e processos para se manter no espaço público.

Considerações finais

Sabe-se que 2019 será um ano inconsistente e sem previsões do que virá pela frente, se tem ideias, promessas e ódio, mas ainda tudo muito tumultuado e à flor da pele. Há uma esperança vaga de que seja somente discurso, mas discurso machuca, dói, mata, discurso também incentiva e ativa ações, discursos movem. Por isso, deve-se continuar em movimento e com resistências discursivas, físicas, existentes. A união e a organização sistemática dos diversos públicos que se encontram sob ataque se encaminhou durante as eleições, contra o candidato Jair Bolsonaro (PSL). A esquerda que se dissolveu durante os anos da era PT agora se organiza novamente para formar uma base sólida política, de ação, já que se percebeu que a direita estava há muito tempo planejando os eventos que ocorreram antes e após o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff.

O movimento feminista, enquanto processo e construção, foi protagonista de diversos momentos em luta pelos direitos já pautados, como a descriminalização do aborto, o qual o Brasil fez forte apoio às mulheres da Argentina, também diversas mulheres comunicadoras participaram de campanhas online de discussão e informação sobre o assunto. Marcharam em protesto contra o assassinato de Marielle Franco, criaram a campanha #EleNao que deu origem a um dos maiores protestos contra Bolsonaro pelo mundo, que uniu diversos movimentos e grupos nas ruas.

A reorganização política e o diálogo entre os públicos subalternizados estão solidificando uma base que será necessária para momentos em que não se sabe o que virá em que o foco está

claro e, o apoio de parcelas conservadoras da sociedade traz o perigo do fascismo emergente.

Referências

ARAÚJO, Clara. Cidadania democrática e inserção política das mulheres. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília: n. 9, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n9/06.pdf>. Acesso em: nov. 2018.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLAY, Eva. **50 Anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile: A Construção das Mulheres como Atores Políticos e Democráticos**. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

EPPING, Léa; PRÁ, Jussara. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2012.

PRÁ, Jussara Reis. Políticas Feministas e questões de gênero. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 - Desafios Atuais dos Feminismos**. Florianópolis, 2013. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373338314_ARQUIVO_Politic asFeministasequestoesdegenero_Jussara.pdf. Acesso em: nov. 2018.

SOIHET, Rachel. Do comunismo ao feminismo: a trajetória de Zuleika Alambert. **Cadernos Pagu**, n. 40, pp. 169-195, 2013.

**A militância em gestação:
 Percursos do movimento de humanização do parto no
 Brasil e o protagonismo ao parir (1979-2012)**

*Eduarda Borges da Silva*¹

No ano de 2012 mulheres percorreram ruas de pelo menos 30 cidades brasileiras, entre junho e agosto, algumas expondo suas barrigas de grávida pintadas com a imagem de fetos ou com frases de ordem e carregando seus filhos com cartazes escritos “Pari em casa”; “O parto é nosso”; “Meu corpo, minhas escolhas”; “Eu não pedi o seu conselho para parir”. Junto com elas marchavam parteiras e militantes da humanização do parto. Além das mães, em algumas cidades do Nordeste, caminharam as parteiras tradicionais e nas regiões Sudeste e Sul do país as “parteiras contemporâneas”, que são obstetizas ou enfermeiras obstétricas, com formação acadêmica, mas que desse modo se apresentam, sobretudo na mídia. Também participaram estudantes, pais e médicos/as, mas a maioria das militantes que marcharam foram mães e parteiras contemporâneas.

Essa mobilização ficou conhecida como “Marcha do parto em casa”. Foi convocada por uma Carta aberta à sociedade em nome dos/das militantes e organizada pela rede social *Facebook*. Aline Gonçalves (2014) pesquisou-a e aponta como causa a divulgação de um vídeo no *YouTube* que retrata um parto realizado em casa. Este material obteve muitas visualizações (mais de dois milhões) e em

¹ Doutoranda em História pela UFRGS e bolsista CAPES.

virtude disso, virou matéria no programa dominical mais conhecido no país, o Fantástico da Rede Globo, em 10 de junho de 2012. Nesta reportagem o médico Jorge Kuhn, então coordenador do curso de Obstetrícia da USP, defendeu o parto domiciliar para as gestações de baixo risco. No dia seguinte, o Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (CREMERJ) emitiu nota à imprensa pedindo o afastamento do médico do Conselho de São Paulo (CREMESP), do qual faz parte. Assim, as marchas foram realizadas em repúdio aos Conselhos e querendo transformar a realidade obstétrica brasileira, humanizando-a.

Fotografia 1: Marcha pelo parto em casa – Porto Alegre



Fonte: GAÚCHA ZH, 17/06/2012.

Antes disso, em 1993 foi criada a Rede pela Humanização do Parto e Nascimento (REHUNA) em Campinas-SP de abrangência nacional. Foi quando a partir de uma rede de associados o movimento de humanização se institucionalizou, sendo a maioria composta por profissionais da área da saúde, sobretudo enfermeiras que também teciam críticas ao sistema de atenção ao parto.

O ano 2000 é representativo de reconhecimento nacional e internacional para o movimento. É criada a Rede Latino-

Americana e Caribenha para a Humanização do Parto e do Nascimento (RELACAHUPAN), durante a Conferência Internacional sobre Nascimento e Parto em Fortaleza – CE. Nesse mesmo ano o Ministério da Saúde brasileiro lançou o Programa de Humanização do Parto e Nascimento, tornando institucionais algumas das demandas do movimento.

Contudo, desde o final da década de 1970 já chegavam materiais traduzidos no Brasil sobre o movimento de humanização do parto. Entre eles, o livro *Gravidez e Parto* (1984) de Sheila Kitzinger, antropóloga e feminista britânica, que propôs mudanças na forma de atenção ao parto e incitou mulheres para protagonizarem esse momento, que será abordado na sequência.

Além disso, como precursor desse movimento no Brasil e menos citado/conhecido pelas pesquisas de maior fôlego no tema – na área das Ciências Humanas e Sociais (TORNQUIST, 2004; MAIA, 2010; CARNEIRO, 2011) – está a ONG Cais do Parto:

Cais do Parto, Centro Ativo de Integração do Ser, é uma organização não-governamental criada em 1991 [em Pernambuco]. [...] desenvolve um trabalho de capacitação com as parteiras tradicionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. [...] O trabalho da ONG, no entanto, não é apenas de treinamento e adequação de métodos de higiene e instrumentalização das parteiras. Além de resgatar um conhecimento milenar que elas possuem, o CAIS procura desenvolver uma consciência de classe e gênero, a partir de uma metodologia inovadora e multidisciplinar. [...] o CAIS criou em 1996 a Rede Nacional de Parteiras Tradicionais. (JORNAL FÊMEA, 1998, p. 8).

A campanha internacional contra a mortalidade materna foi lançada no V Encontro Internacional Mulher e Saúde na Costa Rica em 1987, buscando estratégias para combatê-la, baseados na informação de que “98% das suas causas são evitáveis” (JORNAL DA REDE SAÚDE, 2000, p. 3). Em entrevista ao Jornal da Rede Saúde Cristina Tanaka, professora e pesquisadora do

Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, refletiu:

Penso que a falta de percepção da gravidade da morte materna está relacionada principalmente a uma questão cultural, ao modo como a sociedade encara essa morte, como algo que pode acontecer e que, se acontece, foi porque Deus quis. Infelizmente, é pouco frequente o entendimento de que essa morte é um problema de saúde pública que pode ser reduzido (TANAKA, 2000, pp. 5-6).

Havia, de acordo com sua fala, uma aceitação cultural da mortalidade materna, como se a morte durante o parto fosse uma honra, o cumprimento de um papel social e, como era aceita socialmente pouco se fazia para mudar essa situação calamitosa. Assim, as mulheres que começaram a enfrentar o sistema hegemônico, buscando formas alternativas para parir ou apenas o direito a um parto digno, sem violências, foram mal vistas.

Antes do famoso parto da modelo Gisele Bündchen de seu primeiro filho, Benjamin, chocar a sociedade brasileira em dezembro de 2009 dizendo em entrevista ao Fantástico: “meu parto foi na banheira e nem um pouco dolorido” (G1/FANTÁSTICO, 2010) a atriz Malu Mader protagonizava a campanha “Natural é parto normal” do Conselho Federal de Medicina, lançada em outubro de 1997 (DITO & FEITO, 1998; JORNAL FÊMEA, 1997). Malu, provavelmente, foi escolhida como madrinha da campanha por sua carreira e por já ser mãe, nesse período, de dois filhos paridos via vaginal. A campanha teve como intuito alertar os/as médicos/as e a população em geral para os riscos das cesáreas desnecessárias e as altas taxas de mortalidade materna, incentivando o parto normal.

Tornquist (2002) explicou que o movimento propõe mudanças no modelo de atenção ao parto tendo por base a proposta da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 1985, que inclui:

[...] incentivo ao parto vaginal, ao aleitamento materno no pós-parto imediato, ao alojamento conjunto (mãe e recém-nascido), à presença do pai ou outra/o acompanhante no processo do parto, à atuação de enfermeiras obstétricas na atenção aos partos normais, e também à inclusão de parteiras leigas no sistema de saúde nas regiões nas quais a rede hospitalar não se faz presente. Recomenda também a modificação de rotinas hospitalares consideradas como desnecessárias, geradoras de risco e excessivamente intervencionistas [...] (TORNQUIST, 2002, pp. 483-484).

De acordo com Diniz (2005, p. 632) os diversos significados que o termo “humanização” pode assumir explicitam reivindicações de legitimidade do discurso. Para legitimar a Medicina ou as evidências científicas, reivindicar direitos das mulheres ou de políticas públicas ou ainda, indicar legitimidade profissional. Contudo, em síntese há uma “redefinição das relações humanas”, com a compreensão do parto como uma experiência social e uma mudança de postura do/da profissional diante do sofrimento/condição da parturiente.

A humanização do parto tem várias correntes de pensamento e militância, dentre elas os que acreditam na possibilidade de um “instinto materno” (BADINTER, 1985). Na crença de que toda mulher estaria apta a parir naturalmente, porque esta seria uma condição inata, portando desejada/consentida, por todas elas e que ao gestar a futura mãe seria inundada por um amor incondicional ao feto. Tal concepção deixa de lado que o parto além de biológico – no qual a possibilidade de patologias não está excluída, é também um processo psíquico e cultural e a sua individualidade (seu direito de escolha) precisa ser respeitada.

Elizabeth Badinter (1985) desconstrói tal ideário apontando que o amor materno é construído de modo contínuo e não dado. Esta acepção criada no século XVIII implica em obrigar a mulher a cuidar dos filhos, trancafiada no espaço privado, aliviando o

homem de tal tarefa. A “mulher selvagem” ocupa lugar de honra em contraponto às amas de leite que são vistas como mercenárias e as “mães burguesas” como egoístas. Ainda, utilizavam comparativos da mulher com fêmeas de várias espécies do reino animal, inclusive as leoas.

Foi por isso que se recomendou às mães imitar a sábia atitude de todas as espécies de Fêmeas [...]. Entre essas fêmeas, encontra-se o estado ideal de pura natureza, um instinto não desnaturado pelo interesse, isto é, o instinto materno não desviado pelo egoísmo da mulher. [...] os bichos mais cruéis, os mais selvagens como as tigresas ou as leoas, abandonassem sua ferocidade para cuidar de seus filhotes. E que preferissem, muitas vezes, perecer com eles a abandoná-los, quando perseguidos pelos caçadores (BADINTER, 1985, p. 186).

Tornquist (2002) alertou para os perigos do discurso da humanização do parto, sobretudo quando ele é utilizado para reforçar papéis à mulher e ideários como o do instinto materno.

As mulheres sem dúvida foram expropriadas de seus saberes, de seu trabalho como parteiras e dos poderes no campo da parturição – e recuperá-los é uma questão política fundamental. Mas cabe ponderar acerca dos limites e dos desdobramentos do discurso da humanização do parto, na medida em que reproduz categorias como as de instinto materno e de natureza, ainda que ressignificadas em novo contexto. Embora essa ‘mulher moderna’ seja vista agora como sujeito de suas escolhas – inclusive a maternidade – ela novamente se vê diante de prescrições ditadas por saberes científicos, que a farão escolher o que é o melhor para o bebê, e de uma celebração do parto ideal, este não raro muito distante do campo de escolha e de possibilidade de boa parte das mulheres que dão à luz. Apesar dessas armadilhas, as reivindicações em torno dos direitos reprodutivos e sexuais para aquelas mulheres que escolheram ser mães apontam para mudanças substanciais na vida das mulheres que não podem ser desconsideradas, sobretudo em um contexto no qual o tratamento desigual, a desinformação, os maus tratos e as formas

sutis de tortura e mutilação sexual involuntária são comuns, como é o caso brasileiro (TORNQUIST, 2002, pp. 490-491).

O guia “Gravidez e parto” (1984) foi dedicado à leitura de gestantes. Sua autora é ativista do parto natural e humanizado. Escreveu mais de 20 livros sobre maternidade, gravidez, gestação, parto, bebês, família e feminismo. Suas produções são consideradas referências para a humanização do parto, ainda na atualidade. Morreu em 2015, com 85 anos.

No momento em que Kitzinger é uma antropóloga que está escrevendo sobre a cultura do parto, este manual não deixa de estar também ditando “saberes científicos”, embora não sejam conselhos médicos. Além disso, é presente no texto o estímulo para que a mulher idealize o seu parto. Isto não é um simples incentivo ao protagonismo feminino. É uma idealização que pode desconsiderar as situações imprevisíveis e emergências do nascimento bem como, a necessidade de planejar e executar um modelo de maternidade.

A escritora teceu críticas ao uso excessivo de tecnologias, salientando que as mulheres estavam (na década de 1980) cada vez mais desejando serem parturientes ativas.

A moderna tecnologia empregada em obstetrícia, com suas luzes brilhantes e máquinas sussurrantes, inspira confiança em algumas mulheres, mas em muitas outras provoca preocupação e medo. [...] muitas mães acabam sentindo que não são elas, mas os médicos, que estão tendo um bebê. Alguns obstetras, por sua vez, estão convencidos de que suas pacientes não devem saber mais do que aquilo que é considerado ‘bom’ para elas e simplesmente devem confiar neles. Este é um conceito cuja validade este livro implicitamente questiona. [...] Mais e mais mulheres em todo o mundo estão decidindo que desejam ser parturientes ativas, ao invés de se submeter passivamente ao trabalho de parto. (KITZINGER, 1984, p. 2).

Um dos pontos preconizados pelos defensores da humanização do parto é o protagonismo da mulher, seu direito de

escolher como e onde parir e ter suas escolhas acolhidas e respeitadas pela equipe que lhe acompanha. Contudo, a execução do parto desejado, pelas palavras da autora, parece ser responsabilidade exclusiva da parturiente.

Você tem o direito de decidir sobre o que acontece com seu corpo antes, durante e depois do parto. E não é obrigada, nem pela lei nem por cortesia, a concordar com métodos e investigações que não esteja disposta a aceitar. Se forem feitas coisas para as quais você não deu seu consentimento, isso se constitui numa agressão. [...] É você quem dá a palavra final sobre onde e como desejaria ter seu bebê. Se você deseja um parto natural, não meça esforços para conseguir. Planeje-o, prepare-se [...]. (KITZINGER, 1984, p. 214)

Em texto escrito ao *Jornal Fêmea*, uma das integrantes do *Cais do Parto*, Suely Oliveira (1998, p. 5), defendeu: “A maneira de parir deve ser uma escolha da mulher, assim como deve ser a decisão de ser ou não mãe. Seremos atrizes de nosso próprio espetáculo, desde o momento em que decidimos produzi-lo, até o aplauso final. [...] essa cena nos foi roubada”.

Algumas das parteiras tradicionais entrevistadas para a minha dissertação de mestrado (SILVA, 2017) refletiram sobre as posições do parto, permitindo inferir sobre o protagonismo nesse momento. Dalva Luçardo nasceu em 1939, no interior de Piratini - RS. É analfabeta. Autodeclarou-se branca e sua religião é espírita kardecista. É viúva e tem duas filhas. Compreendendo sua atuação como de coragem e de ajuda em momentos difíceis, assim narrou o começo da sua atuação: “E ‘parteriar’ eu comecei com dezesseis anos. A mulher adoeceu e as outras mais velhas não se animaram a chegar e eu cheguei. E aí quando se apertavam... Eu nunca fui uma parteira formada, mas em aperto eu peguei uns quantos”. Conhecedora de muitas ervas e simpatias “pegou bebês” por mais de 20 anos no Passo das Carretas, 3º Distrito de Piratini, onde morou (DALVA, 2013).

Teresa Machado nasceu em 1930, na cidade de Pelotas - RS. Autodeclarou-se de descendência indígena e negra. É espírita kardecista. Frequentou a escola depois de adulta para se alfabetizar. Separou-se de um companheiro, já falecido, e atualmente tem uma união estável e possui seis filhos. Narrou que o primeiro parto que atendeu foi o seu, no qual nasceu o filho Valdeci, quando tinha 18 anos. Logo após o nascimento um vizinho chegou a sua casa e perguntou: “[...] ‘quem é que chamou a parteira pra senhora?’ Eu disse: ‘eu mesma fui a parteira!’ E ele: ‘ai, eu não acredito’. A minha casa encheu de gente durante o dia pra ver a mulher que tinha ela mesma feito o parto dela! Os vizinhos ficaram apavorados!” (TERESA, 2015).

Vera Maria Venske da Silva, nasceu no 2º distrito de Canguçu - RS em 1959. Coursou até o 5º ano do Ensino Fundamental. Autodeclarou-se branca e de religião luterana. É casada e tem uma filha. Fez um curso de atendente de Enfermagem e auxiliar de parto na Santa Casa de Pelotas aos 19 anos. Depois disso, seguiu atuando lá até 1989, quando foi para o Hospital de Clínicas da Universidade Católica de Pelotas e em meados dos anos 1990 se aposentou. Acredita ter feito mais de 3.500 partos (VERA, 2015).

Hilda Macedo nasceu em 1924. Foi para a escola, mas não lembra até que série cursou. Sabe ler e escrever. Autodeclarou-se branca e católica. Nasceu e atuou como parteira na Vila de Santa Isabel - RS, situada entre Pelotas e Arroio Grande. Contou que sua família era de parteiras. “Vó e bisavó parteira, nós somos de família de parteira. [...] minhas tias eram parteiras. A mãe tinha medo” (HILDA, 2015).

A posição do parto se torna um ponto relevante de análise. No hospital a postura que a paciente deve adotar é imposta pelo/a médico/a ou pela parteira, conforme indicou a parteira Vera (2015): “A posição era sempre a mulher deitada, na posição ginecológica, só com as pernas um pouco mais abertas.” O próprio termo “posição ginecológica” indica que há uma postura correta e

única a ser seguida pelas pacientes, definida pelos/as ginecologistas/obstetras e também pelas parteiras. A posição litotômica, popularmente chamada de posição ginecológica, significa que a mulher deve ficar deitada de barriga para cima com as pernas abertas nas pederneiras, muitas vezes amarrada, deixando todo o campo de visão e controle da sua vulva em poder do/a profissional que atende.

Também cabe analisar como as parteiras a domicílio atendiam. Dalva narrou uma situação em que a parturiente não queria parir deitada na cama e ela se negou a atendê-la.

[...] só o que ela me disse: ‘ah eu não ganho filho deitada na cama, é numa caminha no chão’. Daí eu digo: ‘bom então eu não chego perto de ti. [...] Mas como é que tu vai ganhar uma criança no chão. Se até os animais se deitam pra ganhar um filho’. Foi muito contrariada, mas foi pra cama e ganhou perfeitamente. Imagina uma pessoa se parar ali, além das dores. (DALVA, 2013).

A maneira como Dalva convenceu a parturiente a se deitar na cama também remete ao instinto materno, de retomar a uma essencialização da natureza. Comparou a mulher a um animal para expressar a ideia de que todas as fêmeas devem parir do mesmo modo.

Teresa também preferia que a parturiente se deitasse, mas aceitava que algumas ficassem de cócoras. Contudo, advertiu o quanto é ruim para a parteira atender deste modo:

Tinha que ficar deitada. Se ela não queria ficar deitada, pedia pra descer, eu dizia: então, fica de cócoras. Botava umas cobertas, umas coisas no chão pra ficar molezinho, e ela ficava assim, como quem vai fazer cocô. [...] Eu tenho uma cunhada, a mãe do Deco, os dois que ela ganhou comigo, ganhou de cócoras. Ganhou o que ela perdeu e o Deco. Ela disse que se eu não me importava ela queria ganhar de cócoras porque parece que saía mais rápido. Eu disse: ‘pode ser.’ [...] É muito diferente, é muito ruim atender de cócoras, mas ela pediu. [...] Pra mulher eu acho que ela se sente

bem porque não está deitada, mas ela não pode fazer movimento nenhum a não ser se espremer. (TERESA, 2015).

A intenção deste texto não é julgar quais profissionais realizaram práticas humanizadas e quais não, mas cabe evidenciar que parto atendido por parteira não é sinônimo de atendimento humanizado. A narrativa de Teresa exemplificou a consolidação da forma de parir nos hospitais, deitada. Esta é uma posição que auxilia quem está atendendo, o/a médico/a ou a parteira, e não quem está parindo. Isto também evidencia quem protagoniza e faz as melhores escolhas para si no momento do parto. Em contraponto, Hilda (2015) relatou que a parturiente ia se ajoitando e ela ficava na posição que fosse necessária, inclusive ajoelhada. “Agora se eu pudesse me ajoelhava e atendia”.

Para Kitinger (1984) o parto domiciliar, que foi um evento transformado e preterido pelo hospitalar, começava a ser novamente buscado de forma lenta e gradual pelas mulheres, em razão da medicalização e da ausência de protagonismo que sofriam no hospital.

Ao mesmo tempo em que o parto no hospital constitui a maneira mais comum de se ter um bebê, está existindo um pequeno, mas constante, aumento do número de mulheres que decidem ter os seus filhos em casa. Existe uma variedade de razões que podem levar uma mulher a fazer esta escolha. [...] desejam ter o filho em um ambiente familiar, confortável e desmedicalizado, cercadas por seus próprios objetos domésticos [...]. Querem estar prontas para tomar as próprias decisões, ter o filho à sua própria maneira e ter um comportamento espontâneo, sem se sentirem forçadas ao papel de pacientes sujeitas às regras e regulamentos do hospital [...]. Em sua casa, você comanda e a parteira ou o médico são convidados [...]. Muitas mulheres suspeitam que a intervenção médica é quase sempre desnecessária e que em suas casas elas terão a oportunidade de ter um parto natural e sem drogas. Elas acreditam que a completa consciência do que está acontecendo com elas é uma experiência valiosa e que os

remédios podem fazer mal a seu filho ainda por nascer. (KITZINGER, 1984, pp. 19-20).

Entre as discussões sobre humanização do parto é recorrente nas regiões urbanas brasileiras falar-se em parto domiciliar planejado. “A procura de grávidas por esse tipo de atendimento tem crescido e as enfermeiras obstétricas e obstetrizas vêm intensificando suas habilidades para atuarem fora do ambiente hospitalar” (COLACIOPPO, 2010, p. 82).

No manual, Kitzinger apontou que a tecnologia e o controle médico não devem intervir de modo que estrague a experiência de parir.

Alguns obstetras acreditam que sempre que existir uma máquina ou um método que permita um maior controle médico do parto eles deveriam ser utilizados. Um ponto de vista igualmente válido é o de que se deve ser seletivo na utilização da tecnologia moderna, empregando-a onde ela for indicada, mas tendo em mente que o nascimento também é, inevitavelmente, uma experiência psicológica que afeta o relacionamento entre mãe, pai e bebê durante muito tempo depois. [...] Não se pode permitir que a tecnologia estrague a experiência pessoal de uma mulher que dá à luz. Quando máquinas são usadas em lugar de relações humanas calorosas e gentis, elas parecem assumir o controle (KITZINGER, 1984, p. 214).

Kitzinger (1984, p. 215) ressaltou que nem todas as mulheres se sentem afetadas negativamente pela utilização de máquinas/ferramentas no parto. “Outras se sentem seguras ao saber que o parto está sendo controlado pelo obstetra com o auxílio de todo o seu aparato, como [...] para determinar com precisão a data do parto”.

Por fim, enfatizou que “muitos médicos e parteiras ainda não fazem nenhuma ideia de como humanizar onde se dá o parto” (KITZINGER, 1984, p. 215). Sua colocação se refere ao começo da década de 1980, entretanto a condição obstétrica atual no Brasil indica que a sua fala se mantém pertinente.

De acordo com Livia Carneiro (2000, p. 17), médica ginecologista-obstetra, em matéria escrita ao Jornal da Rede Saúde, é necessário retomar o poder no parto, pois é uma experiência enriquecedora: “[...] repolitizando o parto-nascimento começando pela humanização e caminhando até a sua feminização, quando a mulher se apropriar novamente dessa sua antiga atribuição e tornar-se protagonista na condução do seu parto”.

Contudo, ao defender a retomada do protagonismo se acaba por essencializar a mulher ao papel de parideira, “sua antiga atribuição”. Do mesmo modo, ao defender a “feminização” fixa a imagem da mãe ao útero e as mamas, excluindo outras possibilidades de maternidade de pessoas não cisgênero e em relações familiares não heteronormativas.

Em suma, o movimento de humanização do parto tem um histórico que antecede sua chegada às principais mídias do país, com as Marchas pelo Parto em Casa em 2012. É um movimento que antes de se institucionalizar com uma rede de associados – a REHUNA – e de se tornar um programa do Ministério da Saúde, teve como precursoras parteiras tradicionais nordestinas, capacitadas pela ONG Cais do Parto. Essas mulheres seguem lutando pelos direitos sexuais e reprodutivos, praticamente sem nenhum amparo social por parte do Estado, recebendo apenas o reconhecimento de suas comunidades.

O protagonismo requerido pelo movimento apresenta pautas feministas de estímulo às mulheres para se apropriarem do próprio corpo e das suas vontades ao parir, de modo informado e consciente, mas simultaneamente apela à romantização da maternidade definindo-a como o principal papel nas suas vidas. Talvez, a questão central que se deva colocar para essa “militância em gestação”, em desenvolvimento, é: como conquistar e promover protagonismo às parturientes criticando a maternidade compulsória, que essencializa, sobrecarrega e exclui mulheres?

Fontes orais

LUÇARDO, Dalva. **Parteira**. Entrevista concedida à Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Piratini, 2013.

MACEDO, Hilda. **Parteira**. Entrevista concedida à Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2015.

MACHADO, Teresa. **Parteira**. Entrevista concedida à Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2015.

SILVA, Vera Maria Venske da. **Parteira**. Entrevista concedida à Eduarda Borges da Silva. Realizada na casa da entrevistada, Pelotas, 2015.

Fontes documentais

ARAÚJO, Maria José de Oliveira. Campanha internacional contra a morte materna completa 13 anos. **Jornal da Rede Saúde** - Informativo da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. São Paulo/SP, nº 20, p. 3-4, maio de 2000. Acervo Carmen da Silva – NIEM/UFRGS.

CARNEIRO, Livia Martins. Humanizar é preciso. **Jornal da Rede Saúde** - Informativo da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. São Paulo/SP, nº 20, p. 16-17, maio de 2000. Acervo Carmen da Silva – NIEM/UFRGS.

DITO E FEITO – Boletim Informativo do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **Saúde materna e direito reprodutivo**. Brasília/DF, Ano II, nº 3, p. 10, fevereiro de 1998. Acervo Carmen da Silva – NIEM/UFRGS.

G1/FANTÁSTICO. “**Meu parto foi na banheira e nem um pouco dolorido**”, conta Gisele Bündchen. 31 jan. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/PopArte/o,,MUL1470869-7084,00-MEU+PARTO+FOI+NA+BANHEIRA+E+NEM+UM+POUCO+DOLORID O+CONTA+GISELE+BUNDCHEN.html> . Acesso em: 21 dez. 2018.

JORNAL FÊMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Incentivo ao parto normal**. Brasília/DF, Ano VI, nº 56, p. 12, setembro de 1997. Acervo Carmen da Silva – NIEM/UFRGS.

JORNAL FÊMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. **Cais do Parto ganha prêmio Claudia**. Brasília/DF, Ano VI, nº 68, p. 8, setembro de 1998. Acervo Carmen da Silva – NIEM/UFRGS.

KITZINGER, Sheila. **Gravidez e parto**. São Paulo: Abril S.A, 1984. Acervo Biblioteca Pública Pelotense.

OLIVEIRA, Suely. As parteiras. **Jornal Fêmea** – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Brasília/DF, Ano VI, nº 66, p. 5, julho de 1998. Acervo Carmen da Silva – NIEM/UFRGS.

TANAKA, Ana Cristina d' Andretta. Mortalidade materna: reflexo da má qualidade e da desintegração dos serviços de saúde. **Jornal da Rede Saúde** - Informativo da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. São Paulo/SP, nº 20, p. 5-8, maio de 2000. Acervo Carmen da Silva – NIEM/UFRGS.

Referências

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CARNEIRO, Rosamaria Giatti. **Cenas de parto e políticas do corpo**: uma etnografia de práticas femininas de parto humanizado. 325 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 2011.

COLACIOPPO, Priscila Maria et al. Parto domiciliar planejado: resultados maternos e neonatais. **Revista de Enfermagem Referência**, nº 2, p.81-90, 2010.

DINIZ, Carmen Simone Grilo. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10 (3), p. 627-637, 2005.

GONÇALVES, Aline de Oliveira. **Da internet às ruas**: a marcha do parto em casa. 190 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de artes, comunicação e design da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

MAIA, Mônica Bara. **Humanização do parto:** política pública, comportamento organizacional e *ethos* profissional. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

SILVA, Eduarda Borges da. **Partejar e narrar:** o ofício de parteira ao sul do Rio Grande do Sul (1960-1990). 174 f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

TORNQUIST, Carmen Suzana. Armadilhas da nova era: Natureza e armadilhas da nova era: Natureza e maternidade no ideário da humanização do parto. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 2, p. 483-492, 2002.

TORNQUIST, Carmen Suzana. **Parto e poder:** o movimento pela humanização do parto no Brasil. 412 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

Segunda parte

Mulheres, espaços, saberes e práticas

A Santa Casa de Misericórdia para a análise de Gênero: Presenças e Ausências Femininas (Porto Alegre, fins do XIX)

*Priscilla Almaleh*¹

Introdução

Os Estudos de Gênero na atualidade se fazem presentes nas variadas disciplinas e perpassam questões pertinentes não só nas áreas de pesquisa, mas para toda a conjuntura social e política do Ocidente. Perceber como se forjaram as relações entre os sexos e os papéis de gênero são ferramentas importantes para as relações sociais, tendo em mente que no Brasil uma mulher é vítima de estupro a cada 9 minutos, três mulheres são vítimas de feminicídio a cada dia, uma pessoa LGBTQI+ é assassinada a cada dois dias e uma mulher registra agressão sob a Lei Maria da Penha a cada 2 minutos².

Tendo em mente esses dados, os Estudos de Gênero dentro da História são fundamentais para mostrar como os papéis foram socialmente e culturalmente construídos, desmistificando o essencialismo biológico presente na sociedade. Neste estudo, a intenção é privilegiar a presença feminina, fazendo uma análise de dados a partir da instituição analisada (Santa Casa de Misericórdia

¹ Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), bolsista Capes – PROSUC.

² Dados disponíveis em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/>. Acesso em: 4 jan. 2019.

de Porto Alegre – SCMPA) em fins do século XIX. Assim, pretendo mostrar como os dados dessa instituição ajudam a compreender o cotidiano dessas mulheres e homens dentro do lócus estabelecido, com base numa pesquisa quantitativa e qualitativa, sendo um recorte de minha Dissertação de Mestrado³.

As mulheres na criação da Santa Casa

A Santa Casa de Misericórdia é uma instituição secular, fundada em 1498, em Lisboa/Portugal, pela Rainha Leonor, uma mulher. Inicialmente foi uma irmandade de católicos leigos que destinavam seu tempo à prática da caridade aos “menos afortunados”. Com a Expansão Marítima e, principalmente, do Império Português, essas irmandades se disseminaram pela África e pela América. Focalizando o Brasil, elas foram fundadas em várias cidades e de forma similar as de Portugal, com um atendimento para uma parte da população considerada pobre, tanto no quesito material quanto no espiritual. Falamos de uma época onde a religiosidade era vivida socialmente, principalmente por parte da população que possuía poder e bens, portanto, a caridade e a benevolência eram formas de se fazer presente e obter prestígio naquele círculo social. Sobre isso, Beatriz Weber pontua:

Numa religiosidade ostentatória dar esmolas e fazer caridade era mais uma exposição pública de prestígio. A percepção dos mais abastados era de que estariam cumprindo com seus deveres cristãos ao exercer a virtude da caridade, que quase se compreendia restritivamente com o gesto de dar esmolas. Não se questionava a escravidão ou a existência da pobreza, considerada um sofrimento que tinha de ser suportado, podendo haver ajuda em caso de doença. O pobre estava num purgatório, que era, no entanto, uma anteporta do céu. Era visto como um desamparado

³ ALMALEH, Priscilla. Ser Mulher: Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto Alegre 1889 – 1900). 2018, 310 pgs. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2018.

da sorte, um doente, merecedor de toda compaixão (WEBER, 1999, p. 136).

Na cidade de Porto Alegre, foco da análise, a historiadora Yonissa Wadi (2002), explica que o popular Nabos a Doze, nas décadas finais do século XVIII, vestia seu balandrau preto e pedia esmolas pelas ruas do povoado para os presos da cadeia, distribuindo um caldo aos domingos, o qual preparava em sua casa. Esses atos de caridade tiveram sequencia após sua morte, sendo assumidos pela negra Ângela Reiuna, que morava na sua vizinhança, fundando um albergue onde eram recolhidos doentes e necessitados de amparo, especialmente marinheiros.

Dentro da história da instituição já vemos duas mulheres como fundadoras, a Rainha Leonor e Ângela Reiuna, uma mulher que teve seu nome marcado na História pela coroa e outra que, na maioria das vezes, é negligenciada pela historiografia da SCMPA. Seu protagonismo como mulher negra numa sociedade escravista é despercebido e seu empenho silenciado. Como ética de trabalho e de vida, é importantíssimo parar para compreender que a não citação de suas agências somente corroboram para a invisibilidade e o tratamento de objeto dados as mulheres negras, dentro da História e da vida social, onde seus corpos são vistos apenas nos moldes estereotipados. A literatura e muitos textos historiográficos continuam representando essas mulheres com base em suas atividades sexuais, seus belos corpos exaltados ou a negação da beleza e da humanidade, além de uma associação racista com o animalesco. Mas a vida real, a cotidianidade, contava com mulheres negras trabalhadoras e resistentes, escravizadas ou não, mães, que sobreviviam e realizavam suas atividades diárias. Ângela Reiuna nos mostra isso, que, apesar de toda a carga negativa que uma sociedade altamente racializada, *machista*, *sexista*⁴ e classista

⁴ Esses termos se encontram em itálico já que foram cunhados após o período estudado. Porém, é importante compreender que esses sintomas apareciam na História desde antes sua criação, mas eram naturalizados.

poderia ter, as negras agenciavam suas vidas, fazendo a caridade aos necessitados e provavelmente tentando com isso a obtenção de prestígio social e mesmo, satisfação pessoal.

Continuando sobre a criação na cidade de Porto Alegre, no ano de 1795 começara a funcionar uma enfermaria maior no chamado Largo da Força, na encosta da colina do Alto da Bronze, na qual, após a morte de Ângela Reiuna, Antônio José da Silva Flores e Luiz Antônio da Silva deram sequência a seu trabalho, tratando enfermos pobres e forasteiros, sendo que a manutenção da enfermaria só era possível às esmolas e donativos do povo. (WADI, 2002). Nesse contexto, Joaquim Francisco do Livramento, um ambulante ermitão com experiência na questão (pois já auxiliara na fundação da Santa Casa de Caridade do Desterro, na Ilha de Santa Catarina) se interessou em auxiliar os porto-alegrenses na fundação de uma instituição congênere.⁵ E em 19 de outubro de 1803 foi fundado o Hospital de Caridade de Porto Alegre, porém a inauguração efetiva da instituição para o recebimento dos enfermos ainda demorou alguns anos, devido às tentativas de instalação de doentes militares ao invés do público alvo maior, os pobres desamparados, sendo somente inaugurada em 1º de janeiro de 1826.

As mulheres na SCMPA

Apesar da grande historiografia⁶ sobre a história da SCMPA, torna-se importante revisitar essa narrativa, seja para o leitor que

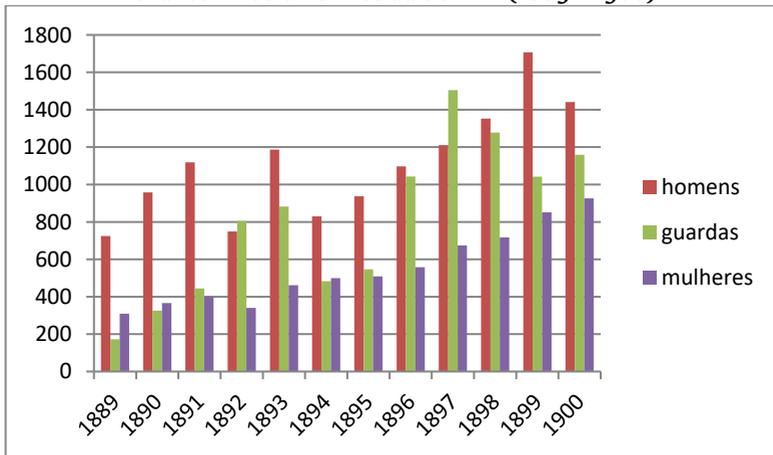
⁵ Instituições como os hospitais de caridade não podiam ser instauradas sem uma autorização real e em 3 de abril de 1802 foi elaborado um documento endereçado ao Regente Dom João, onde estavam relatadas as dificuldades da vila no atendimento aos pobres e doentes, assim como a necessidade de um estabelecimento para atendê-los.

⁶ Sobre a instituição indico os trabalhos de: WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar**: medicina, religião magia e positivismo na República Rio-Grandense - 1889-1928. Santa Maria: UFSM, 1999; OLIVEIRA, Daniel. **Morte e Vida Feminina**: Mulheres Pobres, Condições de Saúde e Medicina da Mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900). 2012. Dissertação (Mestrado em História) Porto Alegre: UFRGS, 2012.

não tenha conhecimento sobre a instituição se apropriar de sua criação e sua importância como a primeira Irmandade⁷ a atender mulheres e homens pobres em geral. Ou ainda, para articular com os Estudos de Gênero, mostrando o quanto a mulher é ainda silenciada na História.

A partir de uma análise quantitativa irei apresentar alguns dados extraídos da fonte. Foi feita uma pesquisa, para meu Mestrado em História, com 29.918 homens e mulheres que frequentaram a instituição de 1889 a 1900, extraídos para uma tabela do Excel e analisados qualitativamente. Começamos a pensar na presença masculina e feminina da instituição:

Gráfico 1 - Os enfermos da SCMPA (1889 - 1900)



Fonte: Livro de Matrícula Geral dos Enfermos (LMGE) números 6, 7, 8 e 9.
Disponível em CHC/POA.

⁷ Daniel Oliveira (2012, p.94) ao trabalhar com a história da saúde e, principalmente da SCMPA, explica sobre as datas de criação das irmandades, como também o enfoque dado a determinados grupos: “A primeira foi a Irmandade de São Miguel e Almas, em 1773, a segunda, do Santíssimo Sacramento (1774), a terceira, da Nossa Senhora do Rosário (1786) e a quarta, da Nossa Senhora da Conceição, de 1790. Conforme Tavares, as duas primeiras atenderiam aos membros do clero e da parcela econômica mais privilegiada da população. Nossa Senhora do Rosário atenderia aos negros e da Conceição, aos pardos”.

A partir desse primeiro gráfico conseguimos visualizar a quantidade de homens (vermelho) e mulheres (roxo). Contudo, as análises sobre a baixa presença de mulheres dentro das instituições da SCMPA, não vistas pelo olhar de gênero, apenas pontuam que era um espaço masculinizado pelos agentes de repressão⁸ (guardas cívicos e militares). Uma análise reducionista. Portanto, sabendo disso agrupei todos os homens que entram na instituição pela classe “guardas” (verde), sendo os vermelhos homens populares que não tem esse ofício. Apesar disso, as mulheres na maioria dos anos ainda são metade das frequentadoras e ao longo desse artigo irei mostrar algumas hipóteses, que aludem a vida cotidiana cidadina feminina e que fizeram com que elas frequentarem outros meios de cura.

Primeiro, é importante compreender de quais mulheres estamos falando. A partir das análises inteseccionais oriundas primordialmente do feminismo negro, o termo mulheres torna-se demasiadamente genérico, não representando boa parte da população feminina. Sueli Carneiro (2003) explica que o movimento de mulheres negras no Brasil revelou a insuficiência teórica e prática dos estudos multirraciais e pluriculturais dos estudos de Gênero e Feministas⁹. Com isso, a autora expõe que:

Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular. Ou seja, grupos de

⁸ Sobre isso ver: FLORES, Giane Caroline. **Sob a farda da polícia: controle social, trabalho, cor e prestígio** (Porto Alegre, fins do século XIX). 2018, 203 pgs. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2018.

⁹ bell hooks (2015, p. 195) critica o feminismo ocidental branco por não conseguir compreender o lugar de fala das mulheres negras, silenciadas das histórias, colocando-as como objetos de estudo e não como personagens autônomas e de protagonismo: “[...] as mulheres brancas que dominam o discurso feminista raramente questionam se sua perspectiva sobre a realidade da mulher se aplica às experiências de vida das mulheres como coletivo. [...] O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando as possibilidades de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais”.

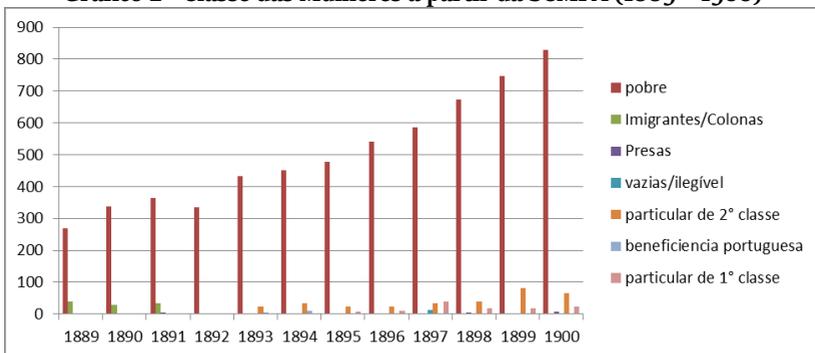
mulheres indígenas e grupos de mulheres negras, por exemplo, possuem demandas específicas que, essencialmente, não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulheres neste e naquele caso. Essas óticas vem exigindo, paulatinamente, práticas igualmente diversas que ampliem a concepção e o protagonismo feminista na sociedade brasileira, salvaguardando as especificidades. (CARNEIRO, 2003, p. 119).

Os estudos interseccionais vislumbram compreender as diferentes mulheres a partir de três eixos norteadores: “classe, raça e gênero”, contudo, esses eixos podem ser desmembrados em outros campos de diferenciação e classificação das mulheres em sociedade. Nesse sentido, trabalharei, brevemente, com: trabalho, classe, estado civil e raça.

De quais mulheres falamos?

Como um ambiente voltado a caridade e ao acolhimento, temos uma maior parte da população financeiramente pobre¹⁰, como vemos a seguir:

Gráfico 2 - Classe das Mulheres a partir da SCMPA (1889 - 1900)

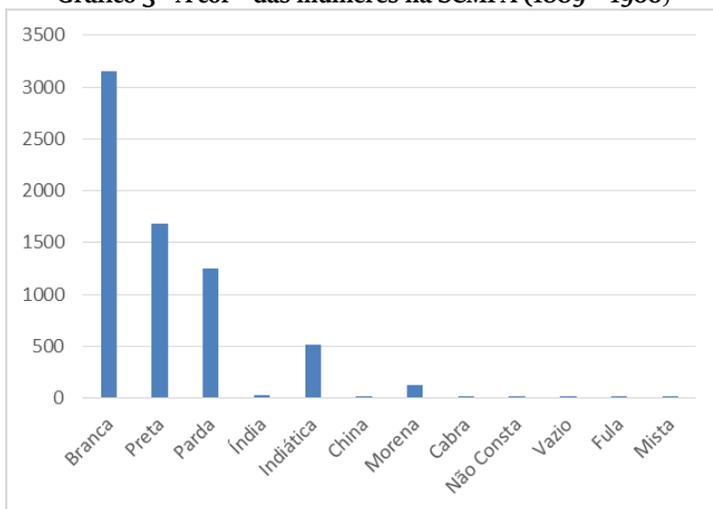


Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

¹⁰ Classifico como pobre, aquelas pessoas que sobrevivam com parcas condições financeiras, mas considerando que falamos de uma sociedade desigual, patriarcal e racista.

Compreendendo o ambiente ao qual estamos falando é importante destacar que essas mulheres também podem se enquadrar numa pobreza relacional. Daniel Oliveira (2012) e Nikelen Witter (2007), explicam que a procura dos hospitais se dava em situações especiais, tais como não ter o cuidado de familiares e pessoas próximas, não vínculos sociais, já que o papel da família, parentes e/ou amigos próximos eram fundamentais no amparo da enfermidade. Procurar uma instituição poderia significar um ato vergonhoso e de abandono já que explicitaria que o enfermo não teria a quem recorrer, sendo, portanto, pobre em seus meios relacionais¹¹. Talvez, por isso muitas mulheres acabavam procurando outras formas de auxílio.

Gráfico 3 - A cor¹² das mulheres na SCMPA (1889 - 1900)



Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

¹¹ Sobre isso Nikelen Witter (2007, p. 92) explica que “A presença de alguém [...] que pudesse acompanhar e amparar as mazelas de um enfermo revestia-se de grande importância nesse período. Conforme demonstram os documentos que veremos adiante, tal fato era a garantia dos cuidados das moléstias tinha como foco principal a atuação a casa, o lar, e não quaisquer outros espaços. A casa do enfermo, assim como a família, ocupava um lugar central na cartografia terapêutica. Aí eram ministrados os cuidados domésticos e demandados os auxílios a outras formas de terapia. (WITTER, 2007, p. 92).

¹² O termo cor foi utilizado, pois é a palavra que aparece na fonte, delimitando um fenótipo.

Numa rápida apreciação, poderíamos dizer que a SCMPA era frequentada por mulheres brancas, em maioria. Só que um olhar atento indica a diversidade de classificação, possivelmente por fenótipos e estereótipos¹³. Portanto, temos uma maioria não-branca., somada por pretas, pardas, índias e indiáticas, china, morena, cabra e etc. Importante perceber que a SCMPA utilizava quatro maiores descritores sobre as cores: *branco, preto, parda e indiática*. Provavelmente a SCMPA assumia uma postura que considerava as raças divididas em brancos, negros, mestiços e indígenas, incorporando a cor, na raça¹⁴ que melhor se adequava, na percepção do escrivo.

Schwarcz (s/ano), em breve explicação, mostra que a cor branca, em fins do XIX, se valia de características da epiderme que se classificariam pelas tonalidades, quanto mais clara melhor e mais superior, posicionando atitudes e a qualidade social da origem dessa pessoa branca. Estudando os censos, a autora ainda explica que a palavra *parido* surge como uma *sobra*, ou seja, a autora utiliza esse termo para explicar que a terminologia lhe parece um tipo de curinga, onde pessoas que não são classificadas em outras cores acabavam sendo taxadas como pardas. A classificação *parido* sempre vem de fora, sendo pouco o uso de

¹³ Essa conclusão de que era um escrivo que delimitava a *cor* do enfermo é devido as fontes sempre trazerem esse dado, inclusive quando se tratava de homens e mulheres “surdos e mudos”, onde não havia a presença de outros dados como o trabalho e estado civil, mas a *cor* se mantinha presente.

¹⁴ Quando falamos sobre raça utilizamos o termo no sentido de sociedade racializada. Apesar da biologia comprovar que não existem diferentes raças humanas, a Sociedade se organiza no sentido oposto. Rodrigo Weimer em sua tese “A gente de Felisberta - consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c. 1847 - tempo presente)” (2013), observa que, apesar de alguns documentos não mostrarem a cor do indivíduo, ou da sociedade ter deixado subentendido não haver preconceitos raciais, a realidade era outra. Hierarquias raciais eram vivenciadas pelos personagens históricos (e presentes, visto que o autor aborda até a atualidade) diariamente, seja na escola, nos bailes ou no trabalho, marcando uma sociedade fortemente racializada, onde a cor age como fator de hierarquização social a partir de categorias historicamente construídas. Weimer (2013) observa que a cor dos indivíduos pode mudar conforme fossem se alterando seus lugares sociais, mas também de acordo com aspectos relacionais, no sentido de a quem cabia determinar a cor de outros.

autoclassificações com esse termo. Sendo, portanto, paradoxal, muito é usado como uma pessoa de pele mais morena. Contudo, os autores que analisam o período escravista, possuem outras percepções. Rodrigo Weimer (2013, p. 143), citando Larissa Viana (2007), que se dedicou a um estudo sobre as irmandades de pardos e à investigação do significado dessa categoria no período colonial, explica que a autora constata que o termo se prestava a preencher espaços de indefinição nas hierarquias sociais da sociedade escravista, constando o uso preferencial do termo pardo em relação ao mulato, precisamente por ele não estar imbuído dos estigmas associados àquele, particularmente no que se refere aos homens livres de cor. Mas a autora também preserva e destaca que as atribuições de sentido sobre o termo podem diferenciar de acordo com a situacionalidade e significação que podem ser assumidos¹⁵.

O termo indiático possivelmente assumia uma percepção visual em relação a pessoas de traços indígenas. Outras categorias, como *mulata*, *china* e *fula* também devem ser originadas da identidade visual destas pessoas. Talvez não seja só a cor da pele que influenciara nessas declarações, mas também atitudes, vestimentas e aspectos físicos. Por exemplo, *china*, também era uma denominação que associava a mulher pública e prostituta. Giovana Xavier (2012, p. 78) explica que as *mulatas* e *morenas* eram associadas à sensualidade e a permissividade sexual. Já o termo preto é abordado pela historiografia como de características

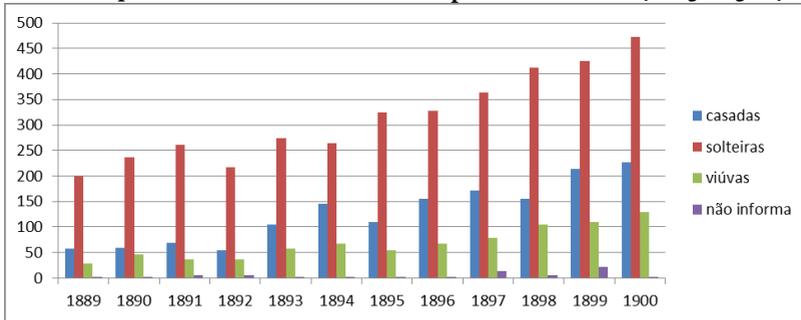
¹⁵ Sobre isso Hebe Mattos, ao analisar os processos criminais no sudeste Paulista e questionando o termo pardo como meramente referente à cor da pele, explica que todas as testemunhas nascidas livres foram qualificadas como brancas ou pardas, sendo as designações como forma de mostrar diferenciação social, “assim, todo escravo descendente de homem livre (branco) tornava-se *pardo*, bem como todo homem nascido livre que trouxesse a marca de sua ascendência africana – fosse mestiço ou não”. (MATTOS, 2013, p. 41). Essa categoria, de acordo com a autora, no início do XIX marcaria um lugar social, associado à ascendência cativa entre os nascidos livres no Brasil, “como também a ascendência ‘branca’ (livre) entre os escravos crioulos”. Sobre a ascensão social, a autora explica que havia um tipo de branqueamento, contudo, o preferencial sobre pardo, para aqueles nascidos livres, sem referência a mestiçagem, representava muito mais o ideal hierárquico da sociedade. (MATTOS, 2013, p. 361).

que remontam ao passado escravista, sendo principalmente, aos africanos ou aos filhos de ventres africanos (MATTOS, 2013).

Não posso afirmar que essas pessoas eram estigmatizadas dentro da instituição por seus traços e cor física, mas sim classificados. Porém, como já dito, estudamos uma época onde a sociedade era altamente racializada. Hebe Mattos (2013), como outros e outras historiadoras, apontam para o apagamento das cores nas fontes oficiais no pós-abolição, subentendo uma falsa impressão de cidadania dos negros e negras. E, por isso, devido a essa racialização, na vida social havia muitas hierarquias e diferenciações e possivelmente, isso também ocorria dentro da instituição. Podemos pensar que um dos motivos para o aparecimento da cor na instituição seja de caráter médico¹⁶, para estudos de doenças específicas das raças, já que haviam estudos racistas, feitos por médicos, que apontavam para degenerescência física e moral por herança genética¹⁷ (PESAVENTO, 2009, p. 58).

¹⁶ Sandra Pesavento (2009, p.57) em “**Visões do Cárcere**” trás dados encontrados do Laboratório de Antropologia Criminal na Casa de Correção de Porto Alegre, escritos pelo médico Sebastião Leão, que buscou estudar as diferenças dos fenótipos dos criminosos. A autora faz um estudo histórico sobre a trajetória das pesquisas raciais e mostra que Sebastião elaborou quadros e tabelas, registrando estatisticamente classificações e enviando o resultado de suas pesquisas em relatório ao Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior, por sua vez, o publicou como anexo do seu relatório ao Presidente do Estado, em 1897 “Chegamos à época em que nos devemos servir das prisões, como dos hospitais, não somente para o cuidado e tratamento dos seus habitantes, como também para o aperfeiçoamento e conhecimento dos indivíduos. É mister estabelecer um exame completo e exato, um estudo fiel dos criminosos recolhidos às prisões, tendo em vista as pesquisas laboriosas sobre os seus antecedentes, caracteres mentais e corporais, condições de educação e circunstâncias exatas dos crimes”.

¹⁷ Cesare Lombroso, médico italiano e citado por Sebastião Leão, era tributário do pensamento evolucionista (como o de Darwin), desenvolvendo a tese do criminoso nato: “Os indivíduos nasceriam, assim, predispostos ao crime e se configurariam como um tipo inferior e atrasado com relação à evolução geral da espécie. Estudando o criminoso com os olhos de um médico, Lombroso quis encontrar a base da alteração social em razões de tipo biológico. Mais do que isso, ele conseguiu estabelecer uma explicação e descrição morfológica do crime pela fixação do tipo físico do criminoso nato (PESAVENTO, 2009, p. 59).

Gráfico 4 - Estado Civil das Mulheres a partir da SCMPA (1889 - 1900)

Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

A partir desse gráfico (3), é observado um grande número de mulheres casadas e viúvas, mas maioria eram as solteiras. Contudo, é importante salientar que as mulheres não ficavam reclusas a um estado civil. As mulheres e homens casados não ficavam presos a um relacionamento para o resto da vida, conforme determinava a lei¹⁸. Suean Caufield (2005, p.220) ao estudar os processos de defloramento no início do século XIX explica que vários réus eram casados, embora vivessem separados da esposa e acabavam propondo outras formas de uniões.

Se as uniões consensuais podiam ser tanto transitórias como estáveis, o mesmo acontecia com os casamentos formais. Apesar das tentativas do Estado de manter a indissolubilidade do casamento – incluindo a garantia constitucional do casamento indissolúvel depois de 1934 – era, muito comum que as pessoas se separassem, formal ou informalmente, e que vivessem depois com outros parceiros e parceiras (CAUFIELD, 2005, p. 224).

Apesar da família e do casamento serem práticas afirmadas pela elite branca e conservadora da época, para muitos era uma alternativa as relações consensuais, como o amasiamento, como a

¹⁸ Sueann Caufield (2005) explica que o casamento legítimo provavelmente era valorizado pela maior parte da população devido a estabilidade e segurança e econômica, contudo, o acesso a essa instituição era difícil para os pobres, devido a valores que deveriam ser gastos, mas também pela mobilidade que poderia ser prejudicada.

historiografia¹⁹ sobre os populares já salienta. As práticas não funcionavam conforme eram discursadas²⁰, sendo que as relações de amasiamento (que seriam consensuais, de conhecimento público e ajuda mútua) similares com o casamento, mas sem a obrigação jurídica e com mais flexibilidade no rompimento e nos acordos²¹, eram práticas recorrentes. Outras relações também eram constituídas, como as sexuais.

Outro ponto a ser percebido é que tratamos de uma instituição que possuía um caráter religioso, já que desde 1893 as Irmãs de Caridade estavam presentes na instituição, para cuidar de muitos detalhes que iam da comida, a organização das enfermarias, como também auxílio aos enfermos. Portanto, princípios como a moral, a honra e o comportamento poderiam estar subentendidos nos questionamentos do estado civil, gerando confissões que talvez não fossem verdadeiras no âmbito jurídico. Talvez, essas mulheres que se declaravam casadas, se sentissem julgadas e menosprezadas por serem mães e não estarem casadas no papel, pela idade e outras questões de cunho moralista. Enfim, pensando que havia um discurso que estereotipava a mulher como

¹⁹ Sobre os populares indico as seguintes obras: ALMALEH, Priscilla. **Ser Mulher**: Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto Alegre 1889 – 1900). 2018, 310 pgs. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2018; FLORES, Giane Caroline. **Sob a farda da polícia**: controle social, trabalho, cor e prestígio (Porto Alegre, fins do século XIX). 2018, 203 pgs. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2018; JESUS, Maria Carolina de. **O diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986; MOREIRA, Paulo. **Entre o deboche e a rapina**. Os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre - século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009; PESAVENTO, Sandra. **Os pobres da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1994.

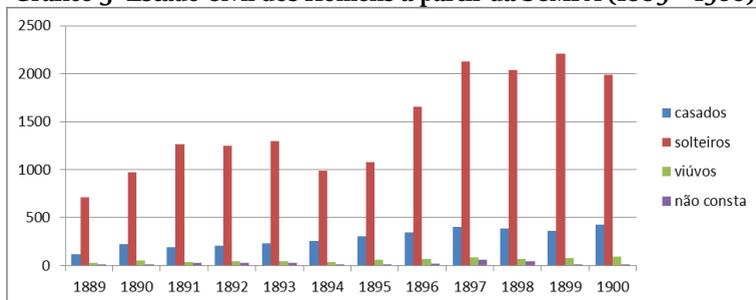
²⁰ Sobre amasiamento indicamos: AREND, Silvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar?** A família popular no final do século XIX. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2001.

²¹ Mas, a partir dos discursos encontrados nos processos criminais analisados na dissertação de uma das autoras, é possível perceber que o amasiamento não era um relacionamento similar ao casamento, apesar de ter muitas semelhanças. Ele não possuía o mesmo grau de validade e muitas mulheres eram desqualificadas e desvalorizadas na área jurídica, pois não viviam em um relacionamento legal. Contudo, é importante lembrar que o judiciário era composto por uma maioria masculina e dotado de recursos financeiros, que via o casamento como sinônimo de idoneidade moral, diferente da maioria da população das cidades, que não viam tanto sentido em casar no papel (ALMALEH, 2018).

mãe e esposa, apesar da realidade ser diferente, esses marcadores poderiam ser inconscientemente usados.

Nesse caso, é importante vermos, rapidamente, o gráfico do estado civil masculino:

Gráfico 5- Estado Civil dos Homens a partir da SCMPA (1889 - 1900)



Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9. Disponível em CHC/POA.

A partir do Gráfico 4 fica explícito que as normas de conduta priorizavam apenas um sexo, o feminino. Os homens casavam muito menos que as mulheres e eram muito menos viúvos. Outro ponto, podemos compreender que os homens, devido a estereótipos de masculinidade²² se envolviam com a violência e o trabalho pesado mais que as mulheres, gerando maiores mortalidades e deixando suas esposas viúvas. Como também, o estereótipo da idade que pesava para as mulheres se casarem mais jovens (devido a questões de maternidade) do que para os homens. Pensando na instituição e no cuidado, e tendo em mente tudo que já foi dialogado, os homens poderiam não ter a quem recorrer em casos de doença, já que eram solteiros e poderiam não ter família, frequentando mais a SCMPA do que o público feminino. Isso também seria uma possibilidade pra pensar o porquê deles se apresentarem como solteiros.

²² Sobre masculinidade ver: ALMALEH, Priscilla. CRUZ, Lisiane Ribas. “É uma negra feiticeira, mulher ruim”: Relações de Gênero, Raça e Masculinidade. Análise de um processo-crime, 1918 (Santa Maria –RS). (no prelo). ALMEIDA, Miguel Vale de. Genero, masculinidade e poder: Revendo um caso do Sul de Portugal. In: *Anuário Antropológico* 95. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996; KIMMEL, Michael. Homofobia, temor, vergueza y silencio em la identidad masculina. In: VALDES, T.; OLAVARRÍA, J. *Masculinidad(es): poder y crisis*. Santiago: Isis, Flacso, 1997; CAETANO, Marcio; SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço (Org). *De guri a cabra-macho*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

Terminando aqui a análise dos dados, vamos visualizar quais era a profissão dessas nossas mulheres:

Quadro 1 - Profissões das Mulheres a partir da SCMPA (1889 – 1900)²³

Profissões	1889	1890	1891	1892	1893	1894	1895	1896	1897	1898	1899	1900	Total
Não consta/vazias	307	318	312	179	249	227	377	472	632	706	302	235	4316
Criada		25	49	98	141	44	80	61	21	8	166	225	918
Serviço doméstico	-	-	8	3	6	-	-	-	-	-	111	168	296
Lavadeira	-	4	9	15	15	2	14	8	5	3	95	111	281
Cozinheira	2	10	9	19	14	11	17	15	6	5	54	56	218
Costureira	-	3	7	13	14		9	5	2	3	38	57	151
Engomadeira	-	-	3	7	6	2	5	-	2	-	25	19	69
Agricultora	-	-	1	2	4	1	-	1	-	-	21	19	49
Irmã de caridade	-	-	-	-	-	-	6	6	2	9	2	-	25
Colonista	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	11	21
Jornaleira	-	-	-	-	-	-	-	2	3	-	9	6	20
Quitandeira	-	-	-	2	3	1	-	3	-	-	1	5	15
Trabalhadora	-	3	-	-	3	-	1	-	-	-	2	1	10

Fonte: LMGE - número 6, 7, 8 e 9, ano 1889 - 1900. Disponível em CHC/POA.

As anotações sobre as profissões dos enfermos, possivelmente, seja no mesmo intuito de ter a cor, a burocracia proveniente das Santas Casas incorporava esse dado à identificação dos pacientes como uma forma de localização social. Saber a profissão do enfermo auxiliava os médicos a compreender o cotidiano, além de que com esse conhecimento esses profissionais saberiam de algumas ações ordinárias das profissões, que poderiam auxiliar no diagnóstico das doenças. Igualmente, a indicação das profissões talvez ajudasse o corpo administrativo da instituição a avaliar se os enfermos poderiam ou não pagar o atendimento médico e em que *classes* se inseririam. Não podemos esquecer que todas as informações fornecidas tanto no judiciário como na SCMPA auxiliavam a médicos e estudiosos a construir pesquisas de cunho moral e social, como já explicado.

As profissões domésticas são as mais encontradas nas fontes, seja as mais gerais como: criadas, domésticas, como ofícios mais

²³ Esse gráfico recebeu um recorte, pois os ofícios e profissões das mulheres que encontrei na fonte contemplam outras diversidades, só que em menor número. Devido ao limite de páginas, preferi fazer esse recorte.

específicos: lavadeira, cozinheira, costureira e engomadeira. Analisando o contexto da época, temos um discurso enaltecedor do trabalho e, ao mesmo tempo, um discurso que privava a mulher no lar. Sabemos como a historiografia já apontou que as mulheres não ficavam reclusas a papéis, principalmente as pobres e negras que não tinham outra opção. Porém, os trabalhos não tinham um leque de opção grandioso, a maioria ainda era voltada ao lar e ao cuidado, dando credibilidade aos padrões.

Essas mulheres eram vítimas de atitudes as quais hoje chamariam de sexistas, já que recebiam baixa remuneração só por serem mulheres, assim como péssimas condições de sobrevivência. Contudo, muitas não se submetiam as atrocidades dos patrões e as condições impostas. Ana Paula Costa (2013, p. 127), ao analisar as exonerações das criadas dos seus trabalhos nas cadernetas da cidade de Rio Grande (1887 a 1900), explica que essas mulheres eram marcadas pela rotatividade nos empregos, como também, que os motivos de saída refletiam a vontade das empregadas e a cansativa rotina de trabalho. A partir disso a autora percebe que “[...] o maior número de justificativas é o de doenças, as condições de sobrevivência dos trabalhadores refletiam o estado de saúde que muitos encontravam-se, tendo as moléstias como impedimento para a realização do trabalho”. Sobre isso, a autora ainda constata que era uma justificativa ou um meio usado como estratégia para aquelas que não se deixavam persuadir pelas vontades dos patrões, não aceitavam as condições ou apenas não queriam trabalhar naquele determinado local, mostrando estratégias para as imposições sociais.²⁴

Como exemplo, e pegando apenas os enfermos do ano de 1900 da SCMPA, com vistas a simplificar a ilustração, podemos vislumbrar um pouco a rotatividade de ofícios das trabalhadoras domésticas da época. Ângela Maria Gomes, parda, solteira, deste Estado e de 28

²⁴ A historiadora também menciona que a doença poderia ser uma justificativa usada pelos dois lados. Os patrões também demitiam os criados sob o pretexto de moléstias, pois “a enfermidade que impossibilitasse o criado do exercício da ocupação era causa justa para o criado abandonar a casa do patrão e do empregador demitir o empregado sem o aviso prévio de 10 dias” (COSTA, 2013, p. 127).

anos de idade, foi internada na instituição em março como criada e com “bacilose pulmonar”. Em junho ela volta à instituição com “gripe” e é descrita como lavadeira. Emiliana de Carvalho, indiática, com 19 - 20 anos, solteira e deste estado, em 1900 é internada 3 vezes, na primeira em maio com “embaraço gástrico” é declarada como doméstica, em junho ela já entra com o status de “presa” e com “febre gástrica”, mas continua como doméstica, contudo, em outubro é descrita como costureira e acometida por uma “tuberculose”, vindo a falecer em 1901. Em junho, Felicidade Maria da Conceição, de 27 anos, parda, deste estado e criada acaba sofrendo de uma “influenza” e em setembro ela vem a falecer por uma “lesão orgânica do coração” e é declarada como lavadeira. Esses três exemplos nos mostram mulheres que declaram ter uma atividade mais geral, como doméstica ou criada e nas próximas internações já são descritas com atividades mais específicas²⁵.

Conclusão

Infelizmente esse artigo não contempla todos os dados encontrados na fonte, devido ao limite de páginas e nem uma relação dos dados das mulheres com o dos homens, o que seria ideal. Mas, a partir do que foi exposto é possível construir uma síntese para mostrar a potência dos dados para compreender a mulher popular da sociedade, como também suas ausências e permanências em relações com os discursos impostos.

Demarcando o perfil da mulher que frequentava a SCMPA, conseguimos compreender que eram mulheres pobres, tanto no sentido financeiro quanto no relacional, de maioria não-brancas, trabalhadoras domésticas e solteiras. A baixa frequência em comparação aos homens pode ser compreendida como uma maior rede de sociabilidades dentro de suas localidades, onde elas compreendiam que saúde e doença poderiam ser entendidas com

²⁵ LMGE - número 9, ano 1900. Disponível em CHC/POA.

outro viés, por exemplo: merecimento ou destino. Procurando assim, outras formas de tratamento, como as espirituais, que também faziam parte da rede de contato e ofereciam auxílio sem tanta dor. Outro ponto importante, é que os autores Daniel Oliveira e Beatriz Weber explicam que os hospitais eram vistos como locais de morte, causando um estranhamento entre a população²⁶ e, talvez, um receio.

Sobre isso é importante compreender que a medicina estava se inserindo na sociedade como um todo, gerando muitos questionamentos e desconhecimentos, principalmente ao tratar do corpo feminino, que na época era um tabu. Essas mulheres, poderiam se sentir mais seguras se tratando com uma parteira, por exemplo, já que era semelhante do sexo feminino, sentindo-se mais a vontade para falar e mostrar o corpo. Lembrando que até os dias atuais a mulher é associada ao cuidado. Também, poderiam sentir vergonha de tratar-se com um médico homem, pensando que a sociedade era *machista* e patriarcal e a moralidade muito cobrada.

Como falamos de mulheres com duplas e triplas jornadas de trabalho é possível pensar de que elas não tinham tempo para se afastar de casa e internar-se num ambiente alheio ao seu. Muitas mulheres trabalhavam e sustentavam sozinhas suas casas, com filhos e família. Por fim, sendo a SCMPA um lugar público regido de normas, aonde essas mulheres iriam se deparar com uma religiosidade moralista e imposta, diante disso, é interessante frisar que não frequentar a instituição pode ser visto como um sinal de resistência. Resistência de seu corpo, sua vida e suas opções.

Fonte

Livro de Matrícula Geral dos Enfermos (LMGE) - número 6, 7, 8 e 9, anos 1889 - 1900. Disponível em Centro Histórico da Santa Casa/POA

²⁶ Contudo, analisando as fontes, vemos que a maioria das pessoas que frequentavam a SCMPA saíam classificadas como curadas. Claro que esse dado também pode ser relativizado. Poderia ser apenas uma cura aparente.

Referências

- ALMALEH, Priscilla. CRUZ, Lisiane Ribas. “**É uma negra feiticeira, mulher ruim**”: Relações de Gênero, Raça e Masculinidade. Análise de um processo-crime, 1918 (Santa Maria –RS). (no prelo).
- ALMALEH, Priscilla. **Ser Mulher**: Cotidianos, Representações e Interseccionalidades da Mulher Popular (Porto Alegre 1889 – 1900). 2018, 310 pgs. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2018.
- ALMEIDA, Miguel Vale de. Genero, masculinidade e poder: Revendo um caso do Sul de Portugal. In: **Anuário Antropológico 95**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.
- AREND, Silvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar?** A família popular no final do século XIX. Porto Alegre: Editora Universidade/ UFRGS, 2001.
- CAETANO, Marcio; SILVA JÚNIOR, Paulo Melgaço (Org). **De guri a cabra-macho**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**. 17 (49), 2003.
- CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**. Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918 – 1940). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.
- CORTES, Giovana Xavier da Conceição. “Leitoras”: Gênero, raça, imagem e discurso em O Menelik (São Paulo, 1915 – 1916). **Afro-Ásia**, v.46, p.163 – 191, 2012.
- COSTA, Ana Paula do Amaral. **Criados de servir**. Pelotas: Ed. Universitária, 2013.
- FLORES, Giane Caroline. **Sob a farda da polícia**: controle social, trabalho, cor e prestígio (Porto Alegre, fins do século XIX). 2018, 203 pgs. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos: São Leopoldo, 2018.
- hooks, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista brasileira de Ciência Política**, nº16, Brasília, janeiro – abril de 2015, pgs. 193-210.

JESUS, Maria Carolina de. **O diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

KIMMEL, Michael. Homofobia, temor, verguenza y silencio em la identidad masculina. In: VALDES, T.; OLAVARRÍA, J. **Masculinidad(es)**: poder y crisis. Santiago: Isis, Flasco, 1997.

MATTOS, Hebe. **Das cores do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

MOREIRA, Paulo. **Entre o deboche e a rapina**. Os cenários sociais da criminalidade popular (Porto Alegre - século XIX). Porto Alegre: Armazém Digital, 2009.

OLIVEIRA, Daniel. **Morte e Vida Feminina: Mulheres Pobres, Condições de Saúde e Medicina da Mulher na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1880-1900)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) Porto Alegre: UFRGS, 2012.

PESAVENTO, Sandra. **Os pobres da cidade**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1994.

PESAVENTO, Sandra. **Visões do cárcere**. Porto Alegre: ZOUK, 2009.

SCHWARTZ, Lilia Moritz. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira**. Claro Enigma, s/ano.

WADI, Yonissa Marmitt. **Palácio para guardar doidos: Uma história das lutas pela construção do hospital de alienados e da psiquiatria no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

WEBER, Beatriz Teixeira. **As artes de curar: medicina, religião magia e positivismo na República Rio-Grandense – 1889-1928**. Santa Maria: UFSM, 1999.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **A gente da Felisberta: Consciência histórica, história e memória de uma família negra no litoral rio-grandense no pós-emancipação (c.1847 – tempo presente)**. 2013 [Tese Doutorado].

WITTER, Nikelen Acosta. **Males e epidemias: sofrendores, governantes e curadores no sul do Brasil (Rio Grande do Sul, século XIX)**. 2007. [Tese de Doutorado].

**“Às mulheres”:
gênero, raça e classe nos escritos de
Sophia Ferreira Chaves (Porto Alegre, 1904)**

*Melina Kleinert Perussatto*¹

O jornal *O Exemplo* foi lançado na arena da imprensa no final de 1892 e entre intervalos e renovações encerrou suas atividades em 1930. Somou mais de mil exemplares, dos quais $\frac{3}{4}$ foram salvaguardados e estão disponíveis para consulta em acervos diversos e digitais. Diante da densidade desta experiência coletiva e da vastidão de possibilidades, decidi por investigar apenas as suas duas primeiras fases (1892-1897 e 1902-1911). No editorial de estreia, o programa foi resumido da seguinte maneira: “a defesa de nossa classe e o aperfeiçoamento de nossos medíocres conhecimentos” (*O Exemplo*, 11/12/1892, p. 1). Em outras palavras, em se tratando de um coletivo formado por jovens homens negros letrados, visavam combater o preconceito de cor e lutar por instrução do povo negro.

A realização deste projeto foi reatualizada nas diferentes fases do periódico e composições do grupo. Para sua consecução, além do poder público, da mocidade, das associações e da audiência em geral, necessitava do engajamento e da ação de um grupo em particular: as mulheres. Desde o primeiro número procurou-se mobilizar “as leitoras”, revelando expectativas de

¹ Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora de Ensino de História na Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Chapecó.

audiência feminina e limites da participação das mulheres, uma vez que a maioria dos textos endereçados a este público estampou colunas voltadas à vigilância e à normatização do seu comportamento.

Talvez o que os fundadores não esperavam é que (algumas ou muitas delas) não desejavam adotar a postura por eles almejada e se tornariam colaboradoras regulares do periódico a partir da refundação, em outubro de 1902, e extrapolariam o espaço outrora ocupado por colaboradoras pontuais. Ao voltar a circular no dia de treze de maio de 1904, depois de um intervalo superior a um ano, *O Exemplo* passou a contar com uma nova colaboradora que, embora assinasse com o codinome “Pepita”, tinha a identidade pública e notória: Sophia Ferreira Chaves (1883-1908). Publicou regularmente ao longo daquele ano artigos, crônicas, contos e poemas e sua frágil saúde a afastou da redação na aurora de 1905. Outras contribuições femininas foram registradas, mas neste texto me aterei a uma colaboração em específico de Sophia Ferreira Chaves, intitulada “Às mulheres”, para explorar sentidos subjacentes ao título e à autoria de uma mulher negra nos primeiros tempos do pós-abolição. Antes disso, apresentarei um breve diálogo entre história social, pós-abolição e interseccionalidade, a fim de sumarizar o percurso teórico-metodológico e historiográfico que sustentam a análise.

Informada pela história social “vista a partir de baixo” (THOMPSON, 2001; HOBBSAWM, 1998), particularmente pela maneira como foi manejada nos estudos sobre as experiências negras no Brasil desde os anos 1980 (LARA, 1995), lancei-me ao logo da tese ao desafio de escrever uma história a partir das experiências de pessoas comuns do passado e atenta ao modo como grupos e identidades sociais se conformam e se transformam ao longo do tempo, bem como ao impacto das interações dos sujeitos como as estruturas sobre o movimento da história (CASTRO, 1997; MATTOS, 2012). Especialmente a ênfase do marxista britânico E. P. Thompson à *relação*, ao *processo* e à *lógica*

histórica tornaram-se fundamentais à compreensão das atividades humanas, tais como a conformação de *classes*, enquanto construções historicamente condicionadas e/ou determinadas (THOMPSON, 1987; 1981).

No entanto, a despeito das críticas às perspectivas marxistas que se valeram da metáfora base-superestrutura, as determinantes econômicas seguiram como primordiais na percepção de E. P. Thompson em torno do *fazer-se* classe operária inglesa – objeto central de sua célebre trilogia *A Formação da Classe Operária Inglesa*, cujo primeiro volume foi publicado em 1963 e tardiamente traduzido no país. Em um contexto de emergência de movimentos sociais, o questionamento ao primado da classe no interior da história social se estabeleceu de modo mais consistente na década de 1980.

Cito, como exemplo, o tensionamento oferecido pela historiadora estadunidense Joan Scott (1995), especialista em história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França, no final da década de 1980. Ao postular o gênero como uma categoria útil à análise histórica, em diálogo com a perspectiva pós-estruturalista, a autora situou esta demanda nas lutas feministas e na necessidade de se entender as distinções sociais como eminentemente sexuais, para além das condicionantes econômicas. Gênero, para Scott, constitui-se como uma das primeiras formas de significação das relações de poder.

Em meados dos anos 1990, a historiadora inglesa Louise Tilly (1994), outra importante historiadora social do trabalho, reforçou a necessidade da produção de uma história analítica das mulheres articulada às outras histórias – e não enquanto um campo de estudos à parte –, considerando as mulheres em suas relações sociais, econômicas e políticas, enfim, enquanto sujeitas efetivas da história e seu movimento.

Sem adentrar nas minúcias do debate gerado entre Scott e Tilly, suas reflexões tiveram um importante impacto nos estudos de gênero e na história das mulheres (SCOTT, 1994; TILLY, 1994;

VARIKAS, 1994). Importa aqui ressaltar que Scott (1995) reconheceu que apesar de gênero, raça e classe serem construções sociais e eixos organizadores das desigualdades, não tinham o mesmo peso nas análises históricas empreendidas por estudiosas como ela. É inegável que feministas tensionaram a história (social), mas também é inegável que os trabalhos que se valeram da categoria gênero, ou se propuseram a escrever uma história das mulheres, pouco atentaram para a dimensão racial das personagens e grupos investigados. O feminismo que chegou à academia foi aquele que se colocou enquanto universal (leia-se, branco, ocidental).²

Nesse mesmo íterim, historiadores estadunidenses como Barbara Fields (1982) e Thomas Holt (1995) também passaram a apontar os limites dos estudos em história social voltados apenas à classe. De modo geral, assinalaram a centralidade da raça para a compreensão da história estadunidense e das sociedades pós-emancipação de modo geral. Problematizaram, por conseguinte, a forma como a História tem sido escrito e que faz diferença pensá-la a partir da raça. As questões levantadas por tais historiadores/as influenciaram, em maior ou menor medida, a conformação de campos de estudos sobre o pós-abolição.

Em obra coletiva com Rebecca Scott e Frederik Cooper, Thomas Holt (2005) postulou a necessária articulação entre classe, raça e gênero na compreensão das experiências de liberdade e cidadania que conformam o terreno situado “além da escravidão”. No Brasil, o campo de estudos sobre o pós-abolição no Brasil consolidou-se no começo dos anos 2000 e traz em seu cerne a atenção à maneira como os sujeitos e coletividades negras protagonizaram processos de luta e resistência após o 13 de maio de 1888, atribuindo sentidos à liberdade, à cidadania, à igualdade, etc. (RIOS; MATTOS, 2004).

² Em ensaio posterior, a historiadora aprofundou novamente esta questão (Scott, 2005).

Uma vez que integro o Grupo de Trabalho Mundos do Trabalho e o Grupo de Trabalho Emancipações e Pós-Abolição³ na Associação Nacional de História, construí meus referenciais e questões na intersecção entre estes dois campos que, a despeito das questões comuns, possuem especificidades.⁴ Resumindo o percurso, em meados de 2014 tive acesso ao debate em torno da interseccionalidade e, ao lado de Fernanda Oliveira da Silva, ofertei o minicurso “Gênero, raça e classe: repensando a história social” durante o XVIII Encontro Estadual de História da Associação Nacional de história – seção Rio Grande do Sul. Ainda que em caráter experimental, foi um importante momento nessa inflexão e na parceria com a historiadora (SILVA; PERUSSATTO, 2016).

A interseccionalidade, nesse sentido, passou a moldar meu horizonte analítico e os limites dentro dos mencionados campos tornavam-se cada vez mais nítidos, ainda que a solução seguisse opaca. A “interseccionalidade” foi assim nomeada por Kimberlé Crenshaw (1991) no começo dos anos 1990, mas permeava o horizonte do feminismo negro e as lutas negras de forma alargada (DAVIS, 2016; COLLINS, 2017). O texto produzido para Conferência Mundial contra o Racismo, em Durban, no entanto, foi o que se disseminou de forma mais abrangente no Brasil. Nele, gênero, raça, classe e etnia foram apresentados pela jurista como avenidas que se cruzam e conformam experiências específicas, mas também estruturas sociais, econômicas e políticas. Ou seja, racismo, patriarcalismo e opressão de classe conformam eixos de poder distintos e “mutuamente excludentes”, mas que “se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam” nas experiências de mulheres negras (CRENSHAW, 2002).

³ Ver o manifesto de fundação do GT Emancipações e Pós-Abolição (2013). O manejo da ideia de raça neste campo tem como principal referência no país o trabalho de Wlamyra Albuquerque (2009).

⁴ Importantes balanços estão em: LARA, 1998; NEGRO; GOMES, 2006; CHALHOUB; SILVA, 2009; NASCIMENTO, 2016.

No que toca ao movimento social, na década de 1970, o manifesto do *Combahee River*, coletivo formado majoritariamente por mulheres negras lésbicas no Estados Unidos, explicitou seu comprometimento com a luta contra “as opressões racial, sexual, heterossexual e de classe” e com “o desenvolvimento de uma análise e prática integradas, baseada no fato de que os principais sistemas de opressão estão interligados”. Enquanto mulheres negras, cujas condições de vida se gestavam na síntese dessas opressões, viam no feminismo negro “o movimento político lógico para combater as múltiplas e simultâneas opressões que enfrentam todas as mulheres de cor” (COMBAHEE RIVER COLLECTIVE STATEMENT, 1978: 1).

Desse modo, a produção intelectual de diversas feministas negras extrapola a metáfora das avenidas (HOOKS, 1982; COLLINS, 2000; DAVIS, 2016). Na década de 1980, por exemplo, Audre Lorde, mulher negra lésbica, postulou: “Simplesmente não consigo acreditar que um aspecto de mim pode se beneficiar da opressão de qualquer outra parte da minha identidade. [...] Não existe hierarquia de opressão” (LORDE, 2009: 219-220). Na década de 1990, em um artigo que integrou o dossiê “Mulheres Negras” da revista *Estudos Feministas*, Luiza Bairros delineou que o “ponto de vista feminista” parte da ideia de que:

[...] a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação, onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista. [...] Raça, gênero, classe social, orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando o que Grant chama de um mosaico que só pode ser entendido em sua multidimensionalidade. De acordo com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade única, pois a

experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas (BAIROS, 1995: 461).

Tais postulados conversam com aqueles de Patricia Hill Collins. A socióloga apontou o compartilhamento de situações semelhantes de segregação, seja no mercado de trabalho, nos espaços de moradia ou nas escolas, como elemento conformador de um “ponto de vista”. Dele deriva a construção de um “corpo coletivo de saberes” capaz de contestar as percepções comuns de que os oprimidos aceitam sua subordinação e que precisa ser pensado em uma perspectiva transnacional, global (COLLINS, 2012: 105). Carla Akotirene (2018), nesse sentido, recobrou a necessidade de se pensar as particularidades a despeito das articulações que atravessam as experiências de mulheres negras nas diversas margens do Atlântico.

Djamila Ribeiro (2017), aliás, localizou no debate acerca do “ponto de vista feminista” a possível origem do conceito “lugar de fala”. Segundo a filósofa, “todo mundo tem lugar de fala” e a questão que se coloca refere-se à postura ética adotada e, sobretudo, às relações de poder: “Pensar lugar de fala seria romper com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia, muito bem classificada por Derrida como violenta” (RIBEIRO, 2017: 90).

Recentemente, Collins (2015) realizou um balanço dos estudos que se valeram da interseccionalidade. Delineou-a como campo de estudos, estratégia analítica e práxis social. Em suma, tais estudos entendem que “raça, classe, gênero, sexualidade, etnicidade, nação, habilidade e idade operam não de forma unitária, como entidades mutuamente excludentes, mas como fenômenos que se constroem reciprocamente e como tal dão forma a desigualdades sociais complexas” (COLLINS, 2015: 2).

Não cabe aqui recuperar todo o percurso desse debate, por isso retomo alguns trabalhos que, a despeito de não manejarem o conceito interseccionalidade, realizaram trabalhos que, hoje, poderia

compor esse repertório. No que se refere às experiências das mulheres negras em específico, destaco o livro *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* de Maria Odila Dias (1984). Sem perder a totalidade histórica na qual essas mulheres situavam-se, experiências de lutas pela sobrevivência protagonizadas cotidianamente por trabalhadoras escravizadas, libertas e livres chegaram de forma exemplar à historiografia social da escravidão neste livro.

Os trabalhos de Keila Grinberg (1994), Mary Karasch (2000), Sheila Faria (2004) e Juliana Barreto Farias (2015) são outros bons exemplos de esforços de pesquisa que lançaram luz sobre o protagonismo e as particularidades advindas do ser mulher negra em uma sociedade escravista. Sandra Graham (1992), Flávia Souza (2009), Lorena Telles (2013), Ana Paula Amaral (2013) e Maciel Carneiro da Silva (2016) ao se proporem deslindar os meandros do trabalho doméstico, ultrapassaram os limites do marco da abolição, explicitando ser este o espaço de trabalho ocupado por excelência pelas mulheres negras também no pós-abolição. Nesse viés, o livro *Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação* organizado por Flávio Gomes, Giovana Xavier e Juliana Barreto (2012) torna-se importante.

Destaco, ainda, a tese de Giovana Xavier Côrtes (2012) por se valer da metodologia interseccional dentro da história social. Por meio da publicidade cosmética negra (em contraponto à publicidade cosmética branca) reproduzida em jornais da imprensa negra do contexto pós-emancipação nos Estados Unidos, procurou responder como intelectuais negros, especialmente mulheres negras, construíram, a partir de seus campos de experiências, horizontes de expectativas sobre o que entendiam ser identidades negras “respeitáveis”.

Fernanda Oliveira da Silva (2017) lançou em sua tese um olhar interseccional sobre as experiências coletivas de homens e mulheres negras, por meio de suas atividades em clubes sociais registradas em atas e na imprensa negra no Sul Brasil e do Uruguai, em meados do século XIX. Sobre os ganhos, a autora

assinalou que “homens também foram entendidos enquanto expressão de gênero, o que me permitiu destacar dimensões outras do social informadas pela raça” (SILVA, 245).

Para concluir esse breve apanhado, deixo mais uma importante questão recuperada por Collins que, é importante destacar, põe em xeque a automática identificação de trabalhos que articulam gênero, raça e classe como trabalhos interseccionais. Ao questionar se a interseccionalidade teria se perdido na tradução, a socióloga em um breve e contundente texto balanço e crítica, lembrou que:

A promessa inicial do feminismo negro e a ideia de interseccionalidade que a acompanhou consistia em promover políticas emancipatórias para as pessoas que aspiravam a construção de uma sociedade mais justa. No entanto, podemos perguntar, quando se trata de abordar as questões sociais importantes do nosso tempo, o que se perde quando os projetos interseccionais contemporâneos de conhecimento falham em incorporar um *ethos* de justiça social? Mais importante, o que se pode obter se nos esforçarmos para desenvolver projetos interseccionais de conhecimento mais robustos, que tenham a justiça social em seu cerne? (COLLINS, 2017: 15).

Sem pretender esgotar as referências ou o debate, passo a conversar brevemente com os escritos de Sophia Ferreira Chaves, particularmente com aquele intitulado ao público ao qual se dirigia: “Às mulheres”. Foi publicado na primeira página, assim como a maioria das outras colaborações assinadas por Pepita. Outro dado interessante é que veio a público após um significativo percurso, que passou pelo acolhimento e reconhecimento por seus colegas de redação e pela audiência. Surgiu, portanto, em momento de maior reconhecimento de suas qualidades intelectuais, ou seja, de legitimidade. Foi sua penúltima participação e é a mais contundente para se refletir sobre expectativas de gênero em meio à consecução do projeto do jornal *O Exemplo*, bem como sobre o posicionamento

da autora acerca das relações de gênero, raça e classe em uma sociedade pós-abolição:

Em consequência do imenso desvalimento que tem a nossa classe e da repulsa que o homem pobre encontra em toda parte, quer na vida silenciosa da família, quer no opulento meio social, ele recebe sempre esses golpes terríveis, que ferem direitos naturais e civis e que destroem a Igualdade do gênero humano. Apesar da tradição apregoar, que todos tivemos uma mesma origem, estamos, no entanto divididos em dois grupos *protegidos* e *repelidos*.

É por esses fatos que a mocidade vive amedrontada e recolhida, que não há palavras que a estimule.

Há, entretanto, no meio social quem poderia com coragem consumir as obras que os homens por falta de ânimo abandonam e, com sua nunca assaz desmedida perseverança, com seu caráter tão doce quanto sofredor calcando essa repulsa e desvalimento, levá-las ao fim. Esse alguém é “a mulher” que poderia, imitando as heroínas de outrora, tornar-se a Joana D’Arc na guerra que movemos contra a ignorância [...] (*O Exemplo*, 04/12, 1904, p. 1).

Além de explicitar a luta de classes em curso, que colocava em lados opostos “protegidos e repelidos”, Sophia Ferreira Chaves *generificou* a luta pela “Igualdade do gênero humano”, ampliando o repertório de qualidades – coragem e perseverança permeadas por um caráter dócil e sofredor – que habilitavam a mulher a ingressar na guerra contra a ignorância, vista como meio para se alcançá-la. Ao evocar a imagem de uma heroína do passado, Joana d’Arc, reconhecida pelas estratégias acionadas para se infiltrar em um mundo masculino e enfrentar toda sorte de adversidades em prol de uma causa maior, Sophia demoveu as mulheres das passivas expectativas de emulação de uma imagem idealizada para situá-las em um lugar de protagonismo nesta trincheira.

A *racialização*⁵ veio em seguida ao assinalar a necessidade das mulheres do seu meio cultivarem a inteligência e não apenas a

⁵ Os conceitos *generificação* e *racialização* são empregados, respectivamente, como processos de construção de gênero e raça em meio às relações sociais e de poder (BUTLER, 2012; FIELDS, 1982).

vaidade: “se em lugar de quer ouvir – É bela – procurassem ouvir – É instruída –; porque a beleza perde-se, mas, a instrução persiste, e em vez do isolamento no decorrer do tempo, achar-se-iam sempre rodeadas daqueles que viviam ouvir seus conceitos de mulher instruída”. A instrução, enfim, era a garantia de “um presente muito bom e um futuro ótimo, porque de nós falar-se-á assim: foi estudiosa e instruída e será ilustrada” (*O Exemplo*, 04/12/1904, p. 1). Considerando que o lugar social historicamente atribuído à mulher negra não era este, vemos aí mais uma dimensão subversiva do escrito de Sophia.

Para bell hooks (1995), uma das mais importantes feministas negras, o modelo de intelectual burguês não serve para o trabalho intelectual de mulheres negras, pois a estas o patriarcado e o racismo ensinaram que sua função social é o cuidado, mas também porque é justamente no convívio familiar e comunitário que a *episteme* destas intelectuais se faz. A centralidade conferida às mulheres no exercício das funções ligadas ao cuidado, por conseguinte, não excluía outras formas de participação e mobilização, tampouco pressupunha a passividade em projetos de levantamento moral e intelectual da raça, como aquele proposto pelo coletivo reunido em torno do jornal *O Exemplo*.

A preocupação de Sophia Ferreira Chaves em promover o baile instrutivo converge para isto ao afirmar que se enganava quem pensasse que não gostava da diversão, porém preferia o baile que instruisse. Nesse sentido, incentivo o apoio à proposta encabeçada por uma das associações negras da capital de se criar uma confederação destinada à promoção da recreação, beneficência e instrução. Aqui, portanto, outra subversão: mulheres negras participando ativamente de projetos e coletividades.

O envolvimento político de Sophia Ferreira Chaves por meio da imprensa com questões do seu tempo, questões do pós-abolição – instrução, combate ao preconceito de cor e aos estigmas raciais etc. –, revela muito mais do que a pluralidade de vozes que

concorreram para o projeto de levantamento moral e intelectual do povo negro em Porto Alegre. Seu envolvimento evidencia a autoria, em primeira pessoa, de uma mulher negra em um contexto no qual outra imagem sobre homens e mulheres “da raça” precisava ser construída e contraposta à constante tentativa de desumanização.⁶

Sophia Ferreira Chaves morreu aos 25 anos de idade, possivelmente em decorrência de complicações no parto. Sua filha Dúnia não ultrapassou os dez meses de idade e Sophia, após parir, solicitou vários afastamentos para tratamento médico. A esta altura, meados de 1908, era professora pública em Itaquí, um dos caminhos construídos para a inserção de mulheres negras no pós-abolição, ao lado do marido, Tácito Pires, editor de *O Exemplo* na época da participação de Sophia junto à redação. A maternidade, outra atribuição social conferida às mulheres, bem como os direitos reprodutivos entram em quadro a partir deste triste desfecho. Mas isso já é assunto para outra conversa, conversa certamente atravessada pela interseccionalidade.

Finalizo essa breve reflexão sinalizando que o Ensino de História é uma das trincheiras do campo do pós-abolição e lembrando que a práxis social é uma dimensão subjacente à interseccionalidade. Assim, a visibilidade dos escritos e da autoria de Sophia Ferreira Chaves converge para a reeducação das relações étnico-raciais e de gênero; para a positivação e valorização da História Negra no Brasil, fundamentais para a consecução da justiça social; e para a própria reescrita da história do Brasil Republicano. Em outras palavras, mulheres negras no pós-abolição, ainda que interditadas por estruturas de gênero e raça, forjaram possibilidades de existência e viram na educação um caminho possível para a mudança social.

⁶ A análise está mais extensa no terceiro capítulo da tese (PERUSSATTO, 2018) e, em breve, uma versão ampliada sairá em artigo.

Referências

- ALBUQUERQUE, W. **O jogo da dissimulação**. Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2009.
- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BAIROS, L. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, pp. 458-463, 1995.
- BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2012.
- CASTRO, H. M. História social. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (orgs.). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997. Pp. 45-59.
- CHALHOUB, S.; SILVA, F. T. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, Campinas. v. 14, n. 26, pP. 14-47, 2009.
- COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 2000.
- COLLINS, P. H. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, M. (org.). **Feminismos negros: Una antología**. Madrid: Traficantes de Sueños, 2012.
- COLLINS, P. H. Intersectionality's definitional dilemmas. **Annual Review of Sociology**, Palo Alto, n. 41, pp. 1-20, 2015.
- COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? **Parágrafo**, v. 5, n. 1, pp. 6-17, 2017.
- CÔRTEZ, G. X. C. **Branças de almas negras?: beleza, racialização e cosmética na imprensa negra pós-emancipação (EUA, 1890-1930)**. Campinas, 2012. [Tese de Doutorado].
- COSTA, A. P. A. **Criados de Servir**. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2013.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002.

CRENSHAW, K. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 32, n. 6, 1991, p. 1241-1299.

DIAS, M. O. L. S. **Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA, S. Co. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rey (1750-1850). Niterói, 2004. [Tese de Livre Docência].

FARIAS, J. B. Mercados minas: africanos ocidentais na Praça do Mercado do Rio de Janeiro (1830-1890). Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro/Arquivo Geral da Cidade, 2015.

FIELDS, B. Ideology and Race in American History. In: _____. **Region, Race and Reconstruction**. Nova York: Oxford University Press, 1982.

GOMES, F.; CÔRTEZ, G. FARIAS, J. (orgs.). **Mulheres negras no Brasil escravista e no pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

GRAHAM, S. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GRINBERG, K. **Liberta: a lei da ambiguidade**: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

HOBSBAWM, E. A história de baixo para cima: da história social à história da sociedade. In: **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998. pp. 216-231.

HOLT, T. C. Marking: race, race-making, and the writing of history. **The American Historical Review**, v. 100, n. 1, pp. 1-20, 1995.

- HOLT, T. C. A essência do contrato: a articulação entre raça, gênero sexual e economia política no programa britânico de emancipação, 1838-1866. In: COOPER, F.; HOLT, T.;
- SCOTT, R. **Além da escravidão**: investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedade pós-emancipação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. pp. 91-130.
- HOOKS, b. **Ain't I a woman? Black women and feminism**. London: Pluto Press, 1982.
- HOOKS, b. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, pp. 464-478, 1995.
- KARASCH, M. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LARA, S. H. Blowin' in the wind: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 12, pp. 43-56, out. 1995.
- LARA, S. H. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 16, pp. 43-56, 1998.
- LORDE, A. There is no hierarchy of oppression. In: BYRD, R.; COLE, J. B.; GUYSHEFTALL, B. (ed.). **I am your sister**: collected and unpublished writings of Audre Lorde. Nova Iorque: Oxford University Press, 2009.
- MANIFESTO DE FUNDAÇÃO DO GT EMANCIPAÇÕES E PÓS-ABOLIÇÃO. **XXVII Simpósio Nacional de História**, Natal, 2013. Disponível em: <https://emancipacoesposabolicao.wordpress.com/manifesto-de-fundacao/> Acesso em: nov. 2018.
- MARTINS, A. P. V. Possibilidades de diálogo: classe e gênero. **História Social**, Campinas, n. 4/5, pp. 135-156, 1997/1998.
- MATTOS, H. M. História e movimentos sociais. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Novos domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. pp. 95-111.

- NASCIMENTO, A. P. Trabalhadores negros e o “paradigma da ausência”: contribuições à história social do trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**, v. 29, n. 59, Pp. 607-626, 2016.
- NEGRO, A. L.; GOMES, F. S. Além de senzalas e fábricas: uma história social do trabalho. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 18, n.1, Pp. 217-240, 2006.
- PERUSSATTO, M. K. **Arautos da liberdade**: educação, trabalho e cidadania no pós-abolição a partir do jornal O Exemplo de Porto Alegre (c.1892-c.1911). Porto Alegre, 2018. [Tese de doutorado].
- RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento; Justificando, 2017.
- RIOS, A. M.; MATTOS, H. M. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, vol. 5, nº. 8, p. 170-198, 2004.
- SCOTT, J. W. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, pp. 11-30, 2005.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, 1995.
- SCOTT, J. W. Prefácio à Gender and politics of history. **Cadernos PAGU**, v. 3, pp. 11-27, 1994.
- SILVA, F. O. **As lutas políticas nos clubes negros**: culturas negras, racialização e cidadania na fronteira Brasil-Uruguai no pós-abolição (1870-1960). Porto Alegre, 2017. [Tese de doutorado].
- SILVA, F. O.; PERUSSATTO, M. Gênero, raça e classe: repensando a história social [ementa de minicurso]. In: **VIII Encontro Estadual de História – ANPUH/RS**. Santa Cruz do Sul, 2016. Disponível em: <http://www.eeh2016.anpuh-rs.org.br/> Acesso em: nov. 2018.
- SILVA, M. C. **Pretas de honra**: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife/Salvador: EDUFPE/EDUFBA, 2011.

- SILVA, M. C. **Nem Mãe Preta, Nem Negra Fulô: Histórias de Trabalhadoras Domésticas em Recife e Salvador (1870-1910)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.
- SOUZA, Flávia. **Para casa de família e mais serviços: o trabalho doméstico na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX**. Rio de Janeiro, 2009. [Dissertação de Mestrado].
- TELLES, Lorena. **Libertas entre sobrados: Mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)**. São Paulo: Alameda, 2013.
- THE COMBAHEE RIVER COLLECTIVE STATEMENT, 1978. Disponível em: <http://circuitous.org/scraps/combahee.html>. Acesso em: nov. 2018.
- THOMPSON, E. P. A história vista de baixo. In: NEGRO, A.; SILVA, S. (orgs.). **Peculiaridades dos Ingleses e outros artigos**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 185-202.
- THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária I**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1981.
- TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social **Cadernos PAGU**, v. 3, pp. 29-62, 1994.
- VARIKAS, E. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott, **Cadernos PAGU**, v. 3, pp. 63-84, 1994.

Mulheres e o Associativismo Negro em Montenegro/RS

*Bruna Borges da Silva*¹

Introdução

Este artigo se insere como parte integrante do projeto de pesquisa “Associativismo e Mulheres Negras: participação política e ações por visibilidade”. Que tem como objeto de estudo o associativismo negro na região do Vale do Caí e Vale do Rio dos Sinos, buscando evidenciar a participação feminina nestes espaços.

O estudo aborda o associativismo negro no Vale do Caí, com o intuito de destacar a presença negra na região através da formação de um clube para negros na cidade de Montenegro-RS, no ano de 1916, o Floresta Montenegrina. Neste sentido, tem por objetivo reconstruir historicamente a trajetória no clube atuante na região e evidenciar a participação feminina neste espaço de sociabilidade.

Nesta perspectiva, o estudo ora apresentado torna-se relevante na medida em que traz à tona a agência de negros locais, no tocante a sua mobilização para a realização de um espaço de interação e sociabilidade, bem como a atuação como protagonistas de sua história em meio a uma localidade marcada pela imigração europeia.

Para tal, utiliza-se da análise dos jornais locais, sendo estes o Ibiá e o Jornal Progresso (circulado na cidade desde 1901 e 1989) a

¹ Graduanda em História pela Universidade Feevale.

fim de obter informações acerca do clube através dos meios impressos, que segundo Claudio Pereira Elmir (apud MAGALHÃES, 2017, p. 26), são veículos pelos quais a sociedade produz e veicula modelos e reflexões vigentes em determinada época, sendo assim a análise se insere como modo de identificar fragmentos da trajetória do clube, presentes nas páginas dos periódicos já mencionados, além do estatuto produzidos pela associação, sendo este aprovado e registrado em cartório em 1950.

O uso de fontes orais também constitui o processo de investigação, já que possibilita uma reconstrução da trajetória do clube através de entrevistas, e o contato com as memórias dos entrevistados. Para tanto, a perspectiva Alessandro Portelli é relevante para o estudo, de acordo com o autor:

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem verdade, como as vozes – exatamente iguais (1997, p. 16).

Através das fontes orais, é possível desencadear questões sobre a fundação do clube, bem como sobre a participação feminina no espaço. Neste sentido a perspectiva de Michel Pollak (1989), que define “a memória como uma operação coletiva de fatos ocorridos e interpretados que se quer “salvaguardar” com o objetivo de definir e reforçar sentimentos de pertencimento”. Por esta perspectiva foram selecionados para este estudo quatro depoimentos, os quais passaram pela análise e nos remetem a memórias individuais e coletivas, e que não se encontram registrados nos documentos escritos, mas permeiam as falas das entrevistas e são acionados a partir da interlocução proposta pela História Oral.

Outra parte constituinte do processo de investigação, é a análise de um referencial teórico, através das produções acadêmicas, que permeiam a temática negra, e o associativismo negro no Rio Grande do Sul, sendo assim se destaca os estudos realizados por Beatriz Ana Loner (1999), Magna Lima Magalhães (2010), Fabricio Romeno Gomes (2008) Fernanda Oliveira da Silva (2011).

O estudo versa a organização social dos negros, através da fundação de um clube na cidade no início do século XX, a fim de demonstrar a agência destes sujeitos em construir um espaço próprio, para a sua socialização e interação, destacando a participação das mulheres negras para a formação do espaço, trazendo a tona um grupo de pessoas organizadas em torno das suas similaridades.

Para apoiar a reconstrução histórica do clube, utilizamos a Micro História, que segundo Giovanni Levi “Dedica-se ao problema de como obtemos acesso ao conhecimento do passado, através de vários indícios, sinais e sintomas” (LEVI, 1992), sendo esta uma constituição realizada através de fragmentos presente em diferentes fontes, que vão ao encontro da perspectiva do paradigma indiciário de Carlo Ginzburg, que busca uma abordagem que privilegia os fenômenos marginais, buscando uma análise nos elementos residuais, nos sinais, nos sintomas, a fim de realizar uma investigação baseada nos objetos e suas possibilidades epistemológicas abertas para interpretação.

Montenegro e o associativismo

Montenegro é uma das cidades que compõe o Vale do Rio Caí (RS), localizada na região metropolitana de Porto Alegre. A história de Montenegro está ligada diretamente a sua localização próxima ao Rio Caí, que durante o período de colonização foi um importante território para portugueses e espanhóis, visto que o curso do rio proporcionava a estes grupos uma rota importante para chegar aos seus destinos.

Segundo Maria Eunice Muller Kautzman (1982), “na década de 1730 a 1740 chegam, à margem direita do rio Caí, os portugueses Antônio de Souza Fernando, Bartolomeu Gonçalves de Magalhães e Antônio José Machado de Araújo e suas famílias, se estabelecendo na região, criando as primeiras estâncias que mais tarde passariam a formar a cidade que hoje é conhecida como Montenegro.

A trajetória de Montenegro, assim como muitas outras cidades do Rio Grande do Sul, é marcada historicamente pela imigração alemã e italiana, que agregaram consigo costumes e tradições oriundos de sua localidade natal, ou seja, Montenegro carrega consigo uma historiografia predominantemente europeia, cujo aspectos de sua nacionalidade foram agregados a dos moradores locais construindo uma história baseada nestes sujeitos que foram chegando em pequenos grupos em sua região.

Estes imigrantes criaram espaços de sociabilidades para manter viva suas tradições, com essa finalidade surgem os clubes associativos, tais como Sociedade alemã Freichütz (1892), a União Operária (1906) entre outros. Porém, só era possível frequentar estes espaços homens brancos como aponta Magna Lima Magalhães, que pesquisou associações negras no Vale do Caí, mais precisamente na cidade de Novo Hamburgo, onde o contexto se equipara, sendo assim ela menciona que,

Nessas associações, a presença negra não era permitida. Na impossibilidade de ingressar e participar das atividades esportivas, de lazer e recreativas, os negros da localidade buscaram no associativismo a construção de um espaço para os seus, a exemplo que ocorria em diferentes estados brasileiros. (2017, p. 122)

Segundo Magalhães (2017) o associativismo negro surge como uma ação promotora de um espaço em que interesses comuns, baseados numa identidade étnica, se opunham as adversidades sociais existentes. Nesse sentido pode-se dizer que o Clube Floresta

Montenegrina, surge para demonstrar a agência dos negros da cidade e região enquanto protagonistas de sua história, visto que o clube consoante a Fernanda Oliveira (2011), concebe “aos negros enquanto sujeitos de agir e se organizar em torno de suas causas, entendendo o clube não somente como um espaço de sociabilidade, mas também de resistência, criando um espaço de identidade negra em uma cidade marcada por uma imigração branca.”

Segundo sociólogo Rogério Santos, a história dos negros no Vale do Caí, é pouco conhecido, mas acredita-se que tenham chegado à região por volta de 1650 e 1700, através do Rio Caí, desembarcando onde hoje é o Porto das Laranjeiras em frente a câmara municipal de Montenegro. Muita das informações que se tem conhecimento hoje da história destes negros é devido a um documentário “O negro no Vale do Rio Caí” feito em 1996 por Roberto Santos.

Conforme o sociólogo, estes negros que viviam na região montenegrina, foram privados de direitos políticos e civis, e no ano de 1837 foram proibidos de frequentar escolas através da Lei nº14, porém a trajetória destes negros tende a piorar com o surgimento da figura do Capitão do mato. A história começa a mudar a partir de 1883 com o surgimento da Sociedade Abolicionista em São Sebastião do Caí, e do Clube Abolicionista de Montenegro, fundado de 1884.

Com a abolição da escravatura em 13 de maio 1888, acredita-se que mudaria a situação dos negros na região, porém não foi isso que aconteceu, os negros continuaram impedidos de entrarem nas forças armadas, de serem funcionários públicos, de votar, de estudarem e proibidos de irem a clubes, festas e outros locais frequentados por brancos. (Jornal Ibiá, 8 e 9 outubro de 2016. Pg.6)

E é neste contexto de ter o acesso negado em muitos lugares, que um grupo de pessoas, principalmente casais fundaram o clube Floresta Montenegrina em 1916 com o objetivo de reunir os negros de Montenegro e região, para que estes pudessem ter um lugar de sociabilidade na cidade.

Nesta perspectiva, entende-se clube segundo Fernanda de Oliveira da Silva (2017),

Espaços associativos criados a partir do século XIX, sobretudo a partir da Década de 1870, por e para pessoas negras- com base em uma ideia de raça- auto identificadas como negras, pretas, morenas, mulatas, Colored, raça de cor/raza de color, etiópia, de cor, mantidos por associados e associadas, instalado em uma sede física, própria ou não, na qual desenvolviam/desenvolvem atividades sociais – de auto caráter autodenominado culturas; social; político; bailante/dançante; recreativo e/ou carnavalesco- cuja nomeação era/é manter um espaço de convívio social no qual eram/são realizadas festas (2017, p. 2).

Segundo o Estatuto da Sociedade, aos 28 dias do mês de setembro do ano de 1916, surge o clube para homens de cor, denominado Floresta Montenegrina com a intenção de perpetuidade e tem por fim:

- a) promover e estimular reuniões sociais, tais como: comemorações de datas nacionais, conferidas literárias, passeatas, bailes e outras diversões para seus associados;
- b) intensificar a práticas de esportes em geral para o aprimoramento pela raça brasileira;
- c) estimular o intercambio social esportivo com suas congêneres
- d) cooperar com os poderes constituídos para maior grandeza, ordem e progresso no município de Montenegro e procurar a união de seus habitantes (Estatuto da Sociedade).

Ainda segundo o estatuto a Sociedade Floresta Montenegrina, iniciou sua trajetória na Rua Ramiro Barcelos, uma das principais ruas de Montenegro, e surge sem fins políticos, religioso ou lucrativos, se mantendo apenas da renda das mensalidades e de promoções feitas pela e para a comunidade e seus sócios.

Atualmente a sociedade continua promovendo suas festas e bailes, e promovendo a sociabilidade entre os negros da região, dentre uma das motivações para a criação e nomenclatura do

clube, foi a rede que eles tiveram com outras entidades de mesmo cunho, que procuravam intensificar vínculos com outros negros de todas as regiões, o elo dessas associações é percebida na fala de Simone Oliveira;

Floresta Montenegrina participa de um coletivo de clubes sociais negros, onde, no início, eram 7 clubes que faziam parte e agora 5 clubes participam deste coletivo. Este coletivo foi fundado em 2007, lá na Sociedade Cruzeiro do Sul. Nós trabalhamos em conjunto, uma vez por [...]. Cada clube deste coletivo faz uma festa anual onde os outros clubes vão nesta festa. Então o coletivo sentiu necessidade disso pra que a gente fortalecesse os nossos empreendimentos, porque a gente, sozinho, não tinha muito sucesso no que a gente fazia. Tipo, eventos, tipo projetos. Então, a partir deste coletivo a gente uniu as nossas forças e trabalhamos em conjunto. (depoimento de Simone Oliveira).

Na fala de Simone é possível identificar uma preocupação em manter uma relação com outros clubes negros da região, para que assim os clubes se fortaleçam. Através do coletivo um clube auxilia a manter o outro, através da participação nas festas, jantares, projetos entre outros eventos que as associações possam promover. Entretanto está relação com outros clubes vem sendo muito tempo realizada, muitos antes da formação do Floresta Montenegrina, inclusive a origem e formação do clube se dá ao fato da vivência de negros de Montenegro, com outros clubes em especial clubes de Porto Alegre, como aponta Simone,

Naquela época os negros não tinham espaço onde eles pudessem se divertir e na cidade já havia outros clubes e eles não podiam frequentar devido ao preconceito, ao racismo, e numa ida desses casais a Porto Alegre eles foram conhecer o clube Floresta Aurora, e depois dessa visita eles se encantaram com o que eles viram e sentiram ainda mais a necessidade dessa fundação. Foi a partir desta visita então que eles se reuniram e fundaram a Floresta Montenegrina. Inclusive o nome Floresta é por causa do Floresta Aurora, que eles associaram. Então a partir daí foi fundado o clube. (depoimento de Simone).

O clube Floresta Montenegrina, foi o resultado da união de negros que lutarem contra o preconceito existente na época, que através de incentivo de outros clubes formados a mais tempo resolveram se unir e criar seu espaço de socialização perto de casa, e assim conseguiram em 1916 criar o seu espaço e que permanece atuante até o momento, dentre as inúmeras mudanças ocorridas no clube, se destacam a mudança de endereço, hoje o clube se encontra na mesma cidade nas na rua Flores da Cunha, outra mudança é a denominação da sociedade, que antes era chamada de Sociedade Floresta Montenegrina, e a partir de janeiro de 2007 passa a se designar Associação Cultural Beneficente Sociedade Floresta Montenegrina.

Participação feminina

Este estudo além de trazer um breve histórico da Sociedade Floresta Montenegrina, objetiva evidenciar a participação feminina no espaço da associação, tanto para formação quanto para a permanência do clube.

Através dos depoimentos realizados é possível identificar histórias que passaram de geração em geração, pois não há registros (escrito) mencionando mulheres, mas é forma recorrente na fala das entrevistas, que através da memória trazem à tona a participação e ações de muitas mulheres na construção histórica do clube.

Neste sentido as fontes orais possibilitam acionar lembranças e conforme Alberti (2005) as fontes orais nos permitem um acesso a “histórias, dentro da história”, o que nos possibilita ampliar as interpretações sobre o passado.

Ainda segundo Alberti (2005), o trabalho com a História Oral é um caminho interessante para se conhecer e registrar múltiplas possibilidades que se manifestam e dão sentido a formas de vida e escolhas de diferentes grupos sociais, nessa perspectiva

que se propões demonstrar através das memórias coletivas das entrevistas a visão que se têm das mulheres atuantes no clube.

A participação da mulher e a sua importância para a formação e a origem do clube pode ser constatada na fala de Maria Valderez:

A floresta surgiu, por que a dona Otília, fazia o suere, que antigamente em vez de reunião dançante era chamado de suere, e ia nas casas, ai daquele suere, eles começaram a afalar que tinham que ter um lugar para eles fazerem, pra ter um lugar maior, pra ir mais gente, por que as casas eram pequenas e ia pouca gente né, sai dali começaram a se mobilizar e compraram esse terreno na Ramiro, dai um pouco de um, um pouco de outro, construíram a sociedade Floresta.(depoimento de maria Valderez).

Através da fala de Maria Valderez, atual presidente é possível identificar a participação de uma mulher para a formação do clube, como sendo ela a grande incentivadora, o que acaba por ser uma situação atípica para a época, lembrando que o ano de formação do clube é 1916.

Ao buscarmos a memória das depoentes, foi possível identificar algumas características de Otília Fernandes, de dona Narli Pereira, que teve contato por algum tempo com Otília, onde ela nos diz que;

Ela era enérgica, não tinha medo, e os outros tinham medo dela, ela era muito ativa, ela mandava e desmandava, nos homens também ela mandava e desmandava e todos respeitavam muito ela, ela enfrentava todo mundo, as vezes era ruim por que ela acabava ofendendo as pessoas[...]praticamente era só ela, quando eu era criança, e me criei aqui, era ela praticamente que mandava em tudo, de vez quanto ela pegava uma cadeira e saia arrastando, o botava no meio do salão, e ela subia em cima, ela não tinha cerimonia nenhuma, e quando ela via já gritava, ai se tava todo mundo dançando, ela já gritava- olha lá o mau- ela não tinha assim vergonha de fala , falava bem alto, e fazia as pessoas passa vergonha as vezes (depoimento de Narli Pereira).

Não há registros escritos, sobre a trajetória de Otilia Fernandez, somente as memórias das entrevistadas, que ao lembrarem suas trajetórias no clube, se enchem de orgulho de ter tido como percussora uma mulher negra como aponta Maria Valderez:

Ela foi a mentora de tudo, eu acho assim que ela foi uma grande mulher, por que naquele tempo atrás, os homens não admitiam que as mulheres, tomassem frente de alguma coisa, então eu acho que ela teve bastante coragem, e atitude para conseguir fazer e ter o que ela quis, que era assim erguer a sociedade na Ramiro, e mante ela lá, e acho que foi uma luta dela, bem grande, mas ela conseguiu né, uma mulher e uma mulher negra né, conseguiu tudo isso.(depoimento de Maria Valderez).

Bebel Nepomuceno (2005) nos remete a uma grande diferença entre as mulheres brancas e negras, pois com o fim da abolição oficial em 1888, o preconceito racial que sofriam muitas mulheres de cor, continuou, sutil mais ainda sim criando inúmeros obstáculos para elas, que acabaram com o sonho de uma realidade diferente da escravidão, o preconceito inclusive adentrava nos lares destas negras. Nesse sentido dona Otilia Fernandes de destacou, e conseguiu em meio a tantas amarras realizar um grande gesto, deixando para a posterioridade um sentimento de força para evitar o preconceito existente até hoje. É possível identificar esse sentimento de orgulho na fala de Simone Oliveira.

Nós somos um caso a parte, porque fomos fundados por uma líder mulher, né. Penso que, se ela foi corajosa naquela época, hoje em dia a gente também tem que ser, né. Mas é muito difícil porque existe muito preconceito com a mulher, e com a mulher negra o preconceito é maior ainda. Era, antigamente, e ele continua nos dias atuais. Então a gente tem que matar um leão todo dia [riso], mas a vontade de fazer o diferente é maior do que o preconceito, né. Então a gente mantém a cabeça erguida e vai e

faz, e muitas vezes consegue, com bastante dificuldade, mas... consegue.(depoimento de Simone Oliveira).

Atualmente a coordenação do clube está nas mãos de uma mulher, a Maria Valderez, ela juntamente com outras e outros mantem o clube ativo, pois são elas as responsáveis por boa parte da administração e organização de atividades do clube, ou seja, são elas que elaboram muitas atividades e projetos desenvolvidos no clube, como menciona Maria Valderez,

Eu acho que a principal, assim as principais partes quem coordena é as mulheres, por que as mulheres vão atrás de brindes, inventam ideias para arrecadar dinheiro para manter o clube, que não é fácil né, então a gente faz galeto, a gente faz chá, a gente faz sopa de ervilha no inverno, a gente ta sempre, as mulheres tão sempre inventando alguma coisa para arrecadar fundo para a gente mante o clube. (depoimento de Maria Valderez).

O Floresta Montenegrina, também promove projetos culturais e beneficentes para a comunidade sendo esta outra atividade em que as mulheres coordenam, o clube realizava alguns projetos destinados a mulheres, como a confecção de artesanatos, que comercializados em feirinhas que elas realizam com o objetivo de arrecadar fundos para a manutenção do clube. Outro projeto é voltado ao reaproveitamento de frutas e verduras, para diminuir o desperdício de alimentos o que gerou grande participação de muitas mulheres da comunidade.

Considerações finais

No processo de investigação que tem por objetivo reconstruir a história da Associação Beneficente Cultural Sociedade Floresta Montenegrina, fundada em 1916 na cidade de Montenegro, enfatizou-se a fala de sujeitos membros do clube, trazendo à tona suas trajetórias de vida no cotidiano da associação. O uso dos

jornais como fonte histórica também auxilia para a investigação acerca do clube Floresta Montenegrina.

A fundação de um clube criado por e para negros em uma região marcada pela imigração europeia, principalmente alemã e italiana, é significativa, pois visibiliza a agência destes sujeitos enquanto protagonistas de sua história, uma vez que estes negros agiram e se organizaram em meio a muitas adversidades sociais.

As memórias também nos trazem inúmeras informações que não estão presentes nos documentos históricos, como as ações e a participação de muitas mulheres para a formação do clube. Exemplo disso é a personagem a Otília Fernandez, que nos relatos dos depoentes aparece como a percussora do clube, o que gera grande orgulho para as mulheres negras do clube, pois em uma época marcada por um preconceito racial e de gênero, uma mulher conseguiu realizar um feito, que mudou a vida de muitos negros da localidade ede Montenegro.

A história do clube Floresta Montenegrina, é sem dúvida uma história encantadora, que traz consigo uma trajetória de negros, que apesar de todas as dificuldades e preconceito, conseguiram realizar um grande feito para a sua história, que foi a construção de um espaço para que pudessem socializar, e que permanece na cidade até os dias atuais, gerando a interação dos sujeitos negros da cidade e da região.

Referências

- ALBERTI, Verena. Fontes Oraís. História dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Oraís**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 155-202.
- KAUTZMANN, Maria Eunice Muller. **Montenegro de Hoje e de Ontem**. São Leopoldo: Rotermund, 1982
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B.(org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MAGALHÃES, Magna Lima. Associativismo Negro no Rio Grande do Sul. São Leopoldo: Trajetos Editorial, 2017.

MAGALHÃES, M.; SCHEMES, C.. Mulheres e o Associativismo Negro em Novo Hamburgo (RS). **Revista Latino-Americana de História- UNISINOS**, América do Norte, 2014.

NEPOMUCENO, Babel. Protagonismo Ignorado. In: PEDRO, Joana Maria; PINSKY,

Carla B. (orgs.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 382-409.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2.n.3, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, n. 15, p.13-49, abr., 1997.

SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: Uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC**, Florianópolis, v. 11, n. 11, p. pp. 217-228, jan. 2004. ISSN 2175-7976. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/%x>. Acesso em: 05 mar. 2018.

SILVA, Fernanda Oliveira da. **Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943)**, 2011 . [Dissertação Mestrado em História].

SILVA, Fernanda Oliveira da. Associativismo negro em terras sulinas: das irmandades aos clubes para negros em Pelotas (1820-1943). **Revista Thema**, [S.l.], v. 8, n. 2, dez., 2011.

SILVA, F.O. Associativismo negro e a constituição de identidades étnicas e sociais em Pelotas. **Anais do X Encontro Estadual de História**, ANPUH, UFSM, Santa Maria, p.1-17, 2010.

Fontes impressas

- JORNAL IBIA (de 1989 a 2014);

- JORNAL IBIÁ, 8 e 9 outubro de 2016.

Fontes orais

GONÇALVES, Maria Valdez. Depoimento concedido em 25 de julho de 2017.

PEREIRA, Narli. Depoimento concedido em 25 de julho de 2017.

OLIVEIRA, Simone da Silva Gonçalves de. Depoimento concedido em 12 de outubro de 2014.

Resistência com afetividade: memórias de uma mulher negra diante de seus objetos

*Sandra Maria Costa dos Passos Colling*¹

Introdução

A investigação que está sendo realizada para a dissertação de Mestrado em Processos e Manifestações Culturais, sobre a relação entre mulheres em processo de envelhecimento e seus objetos de penteadeira se dá na região do Vale do Rio do Sinos/RS, sendo que participam dela oito mulheres. Nesse texto apresento uma delas, Marli Helena de Oliveira. Ela é aposentada, mora em Novo Hamburgo, nascida em 07/10/1950, e filha de João de Oliveira, já falecido e Maria Emília de Mendonça, uma famosa conhecida da mídia do Vale do Sinos/RS, pois tem 102 anos de muita energia. Divorciada, Marli tem um filho e dois netos. É uma pessoa, assim como sua mãe, muito sorridente. Religiosa, também é adepta da Seicho-no-ie, sendo preletora². Ela fala que “parece que foi ontem que trabalhava com a Laci³ e ela contava sobre suas filhas pequenas.”

As narrativas de Marli apresentam passagens de sua vida diante de seus objetos. Através de seus relatos podemos

¹ Mestranda em Processos e Manifestações Culturais pela Universidade Feevale, Bolsista CAPES, participante do Grupo de Pesquisa Metropolização e Desenvolvimento Regional. Especialista em Arteterapia e graduada em Artes Visuais pela Universidade Feevale.

² Uma espécie de coordenadora, pastora, que realiza atividades, lê e propaga esta filosofia.

³ Mãe da pesquisadora.

compreender a forma como enfrentou os desafios de ser uma mulher negra, descendente de escravos, no espaço urbano de nossa sociedade complexa.

Uma mulher forte e sensível: Marli Helena de Oliveira

Em nossos encontros Marli sentiu-se à vontade para contar sobre sua relação com seus objetos e, por meio deles, narrar sua trajetória. No início ela falou sobre momentos inesquecíveis vividos por ela. Ouvir a sua narrativa é extremamente importante, pois "[...] trabalhar com a memória auxilia a reconstruir processos, caminhos e trajetórias de sujeitos históricos" (PAIVA, 2006: 238). E como este tempo e espaço é compartilhado entre todos que fazem parte deles, as trajetórias individuais dos sujeitos também abarcam o coletivo afinal, "A consciência individual é apenas um lugar de passagem dessas correntes, o ponto de encontro dos tempos coletivos" (HALBWACHS, 2003: 154). E Marli assim narra:

Um fato marcante na minha vida é que eu, quando eu era criança, fui criada com mais quatro irmãs, eu sou a terceira - *e ri muito*. Eu sempre fui muito voltada para a igreja porque os meus pais sempre foram bem religiosos sabe? Então a gente sempre tava, sempre na igreja e daí e eu gostava muito daquilo sabe? E uma coisa que me chamava muito a atenção assim, que o meu pai, como ele não sabia ler nem escrever, ele sempre nos incentivou a aprender a ler, a escrever e continuar estudando, sempre sabe. Então eu, depois eu fui crescendo e sempre pensando assim, puxa, mas que coisa linda né, não saber ler nem escrever, mas passar isso para os filhos, a importância do estudo né?

Ela traz a presença marcante de seu pai em suas decisões sobre estudo e carreira, refletindo sobre a importância da busca pela realização profissional para um homem analfabeto naquele período em que ele viveu. Percebe-se na prática que "Os homens souberam empenhar sua honra e seu nome bem antes de saberem

assinar” (MAUSS, 2015, p. 239), no sentido de que este pai demonstrou cuidado com o futuro de seus filhos, incentivando-os para que não desistissem de seus sonhos, de modo que o nome da família fosse preservado e valorizado.

A narrativa de Marli nos apresenta uma família, a sua família, com seus percalços e percursos. Discurso e imaginário compondo juntos os sujeitos sociais, afinal “Todas as famílias inventam seus pais e filhos, dão a cada um deles uma história, um destino e até mesmo uma linguagem” (SAID, 2004, p. 19). A narrativa então reforça a questão do pertencimento de um grupo, neste caso, o da família.

“Por certo que não era um mundo cor-de-rosa este que se movimentavam nossos avós de origem africana” (PRIORE, 2013, p. 43), Marli relembra de igual forma. Com certeza as questões da fome, da falta de opção de trabalho, da exclusão que ela aborda ao contar que o avô não podia vender laranjas próximo ao Estádio da Baixada em Porto Alegre, logo que foi fundado o clube do Grêmio, em 1903, nem frequentar salões de baile.

Marli nasceu e sempre morou em Novo Hamburgo, mas traz fatos vividos por seus pais e avós em Porto Alegre, pois suas origens são deste lugar. Entre Gravataí e Porto Alegre, especialmente na cidade baixa, viveram os parentes que a antecederam. Sua mãe foi empregada doméstica dos Chaves Barcelos durante muitos anos e conta sobre a Redenção e arredores como sendo um lugar que ninguém queria habitar. O imaginário desta cidade habita em Marli através da narrativa dos seus antepassados (PESAVENTO, 1999).

Sobre o trabalho, Priore (2001) assegura que em Porto Alegre, no final do século XIX e início do século XX, período em que o avô de Marli percorria os espaços da cidade, “aos luso-brasileiros, negros e mestiços, os quais traziam na pele e na cultura o estigma da incompatibilidade com o trabalho, restavam o desemprego e o trabalho informal” (PRIORE, 2001, p. 303). Rosa (2014, p. 106), em estudos sobre o período pós-escravocrata em Porto Alegre, afirma

que “As desigualdades baseadas na cor tendiam a se repetir em todos os níveis da hierarquia social [...]”. Assim, negros e negras tinham de se contentar com os tipos de trabalhos oferecidos a eles, bem como aos espaços disponíveis na cidade.

Quando Marli aborda as vivências de seus antepassados, ela nos permite “visualizar, mentalmente, uma imagem de algo ou alguém, mesmo na ausência do representado, porque há o registro e uma percepção da passagem do tempo” (PESAVENTO, 2008, p. 188). E, através desse registro, é possível reunir imagens que já foram vistas com àquelas de nosso “[...] museu imaginário interior [...]” carregadas de “[...] uma carga de sentidos que as permite perdurar na memória, podendo ser recuperadas pelo pensamento” (PESAVENTO, 2008, p. 188).

Daí eu cresci sempre pensando assim: eu vou sempre estudar e vou procurar também ter uma profissão, um emprego onde eu me sinta realizada exercendo a minha profissão. Sempre tive isso em mente e como a mãe foi doméstica, sempre trabalhou de doméstica, ela achava que nós, mulheres, tínhamos que trabalhar de doméstica - *e dá risada*.

Ela sorri ao pensar na dificuldade enfrentada pelas mulheres de sua família. Através de sua fala ela perpassa por momentos de tensão, angústia e incertezas que viveu em sua adolescência. Quando ela relembra e sorri, apesar dos obstáculos que enfrentou, reforça a ideia de que a conquista é ainda maior quando se reflete e valoriza cada momento vivido, pois “O inverno *evocado* é um reforço da felicidade de habitar. No reino da Imaginação, o inverno lembrado aumenta o valor da habitação da casa” (BACHELARD, 1993, p. 57, grifo do autor). Por certo, o tamanho das dificuldades enfrentadas tende a aumentar a sensação de plenitude a cada pequeno triunfo.

Então, as duas irmãs mais velhas, elas logo foram trabalhar de doméstica, mas elas gostavam daquilo ali, eu não gostava. Eu também fui trabalhar assim, mas achava que aquilo ali, que para

trabalhar de doméstica, não precisava saber nem ler nem escrever, então eu podia fazer muito mais tá? Daí eu sei lá, fui estudando, mas daí eu estudei até o segundo grau. Daí depois eu fui trabalhar. Aí trabalhei na Secretaria de Saúde e Ação Social daqui mesmo, de Novo Hamburgo. E teve uma época, quando estavam iniciando com o curso de serviço social, que era um curso novo né, na Unisinos, tá aí como eu trabalhava na área eu pensava assim: eu vou fazer serviço social. Daí eu fui pra faculdade, mas eu não terminei o curso. Eu fiz numa época assim que, a gente sempre acha desculpa, mas no fim, - *dá risada* - eu estava separada do meu marido, com filho e daí o filho tava na adolescência e eu deixava o filho sozinho e ia para faculdade, era uma confusão a minha vida. Daí eu pensei muito. Fiz alguns semestres e depois parei.

Marli sempre teve o desejo de aprender, estudar e compreender de que forma poderia ser mais útil, entendendo que tinha potencial para um trabalho mais elaborado. Sem dúvida, a “ascensão social pela educação é sempre uma boa aposta” (NEPOMUCENO, 2012, p. 389). Porém, os afazeres do cotidiano e seu compromisso como mãe não permitiram que ela pudesse investir nos estudos, pois “Conciliar esses projetos com a dedicação e assistência aos demais comporta outra classe de custos e conflitos em nível pessoal” (STREY, 1997, p. 72).

Mas eu trabalhei sempre nessa área. Teve uma época que eu trabalhava já na prefeitura, mas eu dava fichas, só dava fichas sabe, para serem atendidos por médicos e dentistas. Daí eu pensei não, para dar fichinha basta saber ler e escrever e eu tenho capacidade para mais. Certo dia fui chamada no posto que eu trabalhava aqui ao lado da Igreja Evangélica da Paz, como secretária ali dando fichinha. E a Secretária me disse assim: ‘Eu te chamei aqui para te promover. Eu quero te convidar pra tu seres a coordenadora dos postos de saúde no município’. Na época eram 14 postos de saúde do município de Novo Hamburgo e eu fiquei feliz da vida. Isso ali foi uma coisa muito grandiosa que aconteceu na minha vida. Aí eu fui promovida, coordenei os postos por mais de 10 anos, eu fiz um trabalho maravilhoso. Não, é porque uma coisa sempre fui aprendendo: sempre me colocar

no lugar do próximo. Isso é uma coisa também muito boa que eu fui aprendendo na minha vida: é se colocar no lugar do outro. Sabe por que eu percebo assim? Nos acontecem tantas coisas no nosso cotidiano, mas falta a pessoa se colocar no lugar do outro. Isso foi uma coisa que eu aprendi lá atrás, quando eu estava começando a trabalhar e já me aposentei há 22 anos. Eu falei para o meu filho quando ele estava começando, eu disse: sempre quando tu fores atender alguém tu te colocas do outro lado da mesa, no lugar daquele que está indo ali para ser atendido por ti porque daí o dia que tu te aposentares, tu vais sentir a mesma alegria que eu estou sentindo ao me aposentar, de missão cumprida. Isso é maravilhoso.

A satisfação pela trajetória profissional bem realizada faz com que Marli tenha a intenção de deixar ensinamentos para seu único filho sobre como proceder para esta realização. Sendo o filho sua maior riqueza, o desejo de que ele possa viver sua profissão em sua completude passa a ser a herança geracional que ela deixa à ele, afinal “Todo el proceso histórico de la humanidad consiste en el triunfo gradual del espíritu sobre la naturaleza que el espíritu encuentra fuera de sí, pero también, en cierto sentido, dentro de sí” (SIMMEL, 1934, p. 212).

Nitidamente Marli afirma ter sido reconhecida em seu trabalho pela questão de sua positividade espiritual. No entanto, percebe-se em sua narrativa, o modo como tratava as pessoas em um ambiente onde elas estão fragilizadas, necessitando de amparo a suas doenças e limitações. Possivelmente ela não se dê conta de que isso tenha sido fator preponderante em seu reconhecimento. Até porque no Brasil ainda em “1990, uma pesquisa constatou que, em postos de trabalho no setor de serviços, as brancas e as amarelas estavam representadas de quatro a cinco vezes mais que as negras” (NEPOMUCENO, 2012, p. 388).

E eu acredito que tudo que a gente vai aprendendo, a gente já vai trazendo de casa. Quando eu cheguei na seicho-no-ie eu também pensava que eu tinha sido criada numa família muito pobre, mas depois eu fui ver que a minha família nunca foi pobre, que nós

sempre tivemos o que vestir e o que comer. Meu pai também se preocupava muito com isso porque ele passou fome quando era criança. Então, eu fui criada numa família rica, próspera, onde meus pais souberam nos educar, e essa é a maior herança que eu vou levar para o resto da minha vida, a educação que nós recebemos dos nossos pais.

A questão da religiosidade é muito relevante para Marli. "A espiritualidade sempre foi porto seguro para as mulheres negras. Elas sempre recorrem as forças espirituais para manterem sua dignidade" (MACHADO, 2006, p. 285). Convém ressaltar que as religiões entre as mulheres negras são as mais variadas possíveis. Pode-se destacar a presença do sorriso de Marli na maioria dos momentos em que narra sua trajetória. Na pesquisa de Fávoro (2002) as pesquisadas sorriam quando falavam de seus filhos, motivo de demonstração de seu afeto. Aqui se percebe um sorriso que certifica prazer e satisfação por todos as vivências, mesmo aquelas mais dolorosas.

E agora, com a mãe com 102 anos, uma das coisas mais marcantes na minha vida é o exemplo de vida dela, é o modo dela viver. É a pessoa mais rica e mais próspera que existe na face da terra, saúde perfeita, visão perfeita, audição, memória como ninguém, isso nenhuma de nós puxou por ela, infelizmente. Mas eu sou muito feliz por ter essa vida e por ter sido educada dessa forma - *e ela sorri muito, assim como sua mãe.*

Quando ela diz que não herdaram as riquezas de sua mãe está se referindo à visão e audição. Pois seu modo de vida se assemelha muito com o de sua mãe: possui serenidade em sua fala e uma gratidão constante à vida, fato que é presente na caminhada de Maria Emília de Mendonça. Sua herança geracional é manifestada em seus atos. Até porque "Pode não parecer evidente, mas as relações que temos tido com nossos corpos revelam o tipo de identidade que estamos construindo" (PRIORE, 2000, p. 100). E Marli tem uma preocupação com o corpo da mesma forma que sua

mãe: muito cuidado com a saúde mental. E isso diz muito sobre a identidade dessa mulher. Especialmente se for observada a questão do envelhecimento saudável, da participação em diversos grupos sociais e de atividades diversas, onde a escolha equilibrada sobre as ações a serem realizadas e o prazer em compartilhar espaço com outras pessoas, trazem benefícios que não podem ser medidos quantitativamente, mas são expressos numa observação minuciosa de suas práticas cotidianas. Priore (2011) aponta uma pesquisa de Debert (1999) que afirma que “as mulheres enxergam seu próprio envelhecimento como um momento em que é possível a conquista de mais liberdade e autonomia em relação a outras fases da vida” (PRIORE, 2011, p. 436).

Figura 1 Descontração durante os relatos de Marli



Fonte: acervo da pesquisadora, 2018.

Pergunto então, onde ela costuma colocar seus objetos mais preciosos, embora eu já tenha visto na sala algo que parece ser esse espaço. Há muitos objetos espalhados pela casa e isso é bastante rico para essa investigação. Para Gonçalves (2007, p. 27) "A sugestão é que sem os objetos não existiríamos; ou pelo menos não existiríamos enquanto pessoas socialmente constituídas". Ela sorri e fala:

Aqui na sala. Aquele relógio - *e vai em direção a duas prateleiras*. Eu trouxe esses objetos da minha penteadeira. Esse relógio nós ganhamos de casamento, eu e meu marido, da madrinha de batismo dele que também foi madrinha de casamento dele, a dona Rosa, ela que nos deu de presente. Esse relógio, eu gosto muito dele, é um relógio antigo né, ele tá paradinho, mas se der corda ele anda, ele trabalha, - *e sorri* - ele me marcou muito. Esta negra aqui que é um cinzeiro, quem me deu foi meu ex-marido, o Jorge, quando a gente ainda namorava, já tem 42 anos - *nisso seu sorriso se fecha*. Daí a Nossa Senhora Aparecida é lembrança, os terços também são lembranças de amigas que viajam e trazem para mim. Essa aqui também é lembrança de Nossa Senhora de Fátima que a Iara trouxe. Aqui tem uma lembrança de uma amiga, também preletora, de São Paulo que veio passar uns dias aqui em casa e trouxe - *e ela mostra então o restante dos objetos, apontando de modo geral*. São tudo lembranças, da Julia minha afilhada que viajou e trouxe também.

Ah, essas mãos de madeira aqui, é muito bonito também, eu ganhei de amigo secreto há anos atrás, ele era filho da madrinha do meu ex-marido, - não falou o nome - ele já foi para o mundo espiritual e ficou a lembrança.

As mais antigas lembranças são essas. São guardados que trazem histórias de lugares e que eu deixei aqui porque eu passo todos os dias e vejo e querendo ou não, a gente lembra. Os objetos fazem a gente lembrar das pessoas e dos lugares.

Marli tem um local no alto em seu corredor. Ali ficam suas relíquias. Houve um deslocamento dos objetos que estavam em sua penteadeira para este lugar. Primeiramente em função dos netos, mas ela confessa que aqui tem acesso o tempo todo aos seus objetos. Para Certeau (1994, p. 163, grifo do autor) “a memória é tocada pelas circunstâncias, como o piano que ‘produz’ sons ao toque das mãos. Ela é sentido do outro”. Aqui, ela toca os objetos com as mãos e, principalmente, com um olhar terno e sereno.

Quando se fala em lugar dos objetos, dos móveis, da casa, também se está falando do lugar da pessoa. Marli também teve um deslocamento. Ela buscou um espaço que a estabilizasse na condição de sujeito social (SAID, 2004). Assim como os objetos

tiveram destaque em sua sala, ela obteve destaque em seu trabalho, rompendo com o que estava posto na época, com a heteronormatividade: uma mulher negra estava no comando de um grupo de profissionais brancos. Ela estabeleceu uma outra narrativa. Apesar da dor, do sofrimento, das dúvidas, Marli se colocou no mundo com firmeza, mas com afetividade também.

Além de todo incentivo que recebeu de seu pai e que guarda sempre em suas melhores lembranças e da prática cotidiana pela busca da realização de seus sonhos, Marli recebeu conforto na família, na religiosidade e em grupos sociais. Um deles, o Clube Cruzeiro do Sul, de Novo Hamburgo, onde participou e participa com sua família, das mais variadas atividades. Esse espaço que é uma Sociedade Esportiva e Cultural, criada inicialmente para atender aos esportistas negros que eram proibidos de jogar futebol em outros clubes, em 1922, hoje possui o carnaval como principal evento, mas têm forte preocupação com a questão social, promovendo palestras, grupos de estudos e encontros diversos. Marli participa ativamente desse clube. É um espaço de fortalecimento e marca a importância e a necessidade do protagonismo negro em nossa sociedade.

Figura 2 Objetos de Marli expostos no corredor da residência



Fonte: acervo da pesquisadora, 2018.

Essa mulher contemporânea ocupou vários espaços na vida pública: servidora no setor de saúde, palestrante, líder religiosa. Em seu lar organizou seus pertences mais preciosos por toda casa, tendo um lugar especial para contemplação. Bachelard afirma que “é graças à casa que um grande número de nossas lembranças estão guardadas; e quando a casa tem um porão, um sótão, cantos e corredores, nossas lembranças têm refúgios cada vez mais bem caracterizados” (1993, p. 28). O lar, conforto e abrigo, no tempo e no espaço.

A mãe mesmo disse que um dos objetos que ela vai me dar pra eu lembrar sempre dela vai ser o livro que ela usou quando estudava, né, no início do século XX. E como ela trouxe ele pra cá para conversar contigo então eu já disse, bom já é meu - *e dá aquela gargalhada*. Mas para mim também é muito importante, eu acho assim também que a pessoa que tem que ficar, eu acho que é aquela pessoa que admira, que cuida e preserva essas relíquias. Tem que dar valor, eu gosto de guardar também, são essas pessoas que devem ficar com as coisas.

Weller (2010) apresenta que, para Mannheim, as gerações não podem estar em dicotomia, mas em constante interação. Se considerarmos a tecnologia na contemporaneidade, podemos pensar que este dinamismo pode facilitar o intercâmbio entre as gerações facilitando o diálogo e promovendo as trocas entre as partes.

O que eu guardo com muito carinho que eu ganhei do meu pai eu vou te pedir para ti ir até a minha porta central - *e ela se dirige à porta de entrada enquanto eu a acompanho*. Eu fiquei muito feliz quando ele me deu porque ele também guardava com muito carinho, muito respeito, muita fé, a imagem de São Jorge - *e a imagem está posta na parte superior interna da porta*. Ele está sempre comigo, sempre que eu saio agradeço a São Jorge pela proteção. Assim como eu ganhei isso do meu pai, eu penso, eu tenho um filho só, o Andrei, ele tá com 39 anos. Para o Andrei eu pretendo deixar como relíquia minha coleção A Verdade da Vida pois ela me representa hoje. A mãe já estudou os 40 volumes. Eu

ainda não li toda a coleção, mas a mãe já leu toda ela. Minha vida hoje se resume nisso, cuidar dos netos quando eles precisam, da mãe também e ser uma boa preleitora.

Marli recebeu, para além da imagem de São Jorge, a herança geracional, com base na espiritualidade. A imagem que ela guarda e adora, representa nesse espaço, seu patrimônio cultural. Assim, “O espaço que ela vivencia, como o dos primitivos, é mítico, heterogêneo, habitado por influências mágicas” (BOSI, 1994, p. 436).

E então ela fala que as fotografias que guarda na gaveta da penteadeira são muito marcantes em sua vida. Marli possui uma enorme quantidade de fotografias. “A fotografia permitiu que quase toda gente - não só os mais abastados - pudesse se transformar num objeto-imagem, ou numa série sucessiva de imagens que mantém presentes momentos sucessivos da vida, ou ter presente a memória” (LEITE, 2001, p. 75).

Essa semana eu abri minhas gavetas da penteadeira e vi ali, - e *pausa sua fala, meio embargada* - as minhas fotos mais importantes. Ah, eu tenho a minha primeira foto da escola e essas fotos todas aqui eu quero colocar no meu hall de entrada, mas não foi colocado ainda. Aqui são meu sogro e minha sogra. Eles já retornaram ao mundo espiritual. Eu sempre me relacionei bem com eles, eu era como filha deles, eles eram como meus pais. Nós nos separamos quando o Andrei tinha quatro anos, mas a vida inteira a gente teve contato e eu fazia papel de filha também com eles sabe? Precisava de médico, remédio, a gente estava sempre junto, a gente tinha um carinho muito grande por eles. Eu casei aqui em Novo Hamburgo, na catedral São Luiz, a gente morava primeiro no bairro Primavera e daí lá vendemos a casa e viemos para cá - e *continua mostrando as fotos*.

Samain (1995) trata sobre o surgimento da antropologia e da fotografia num mesmo período, sendo importante pensar na necessidade que o homem tinha e tem de se ver de outras formas. Assim, através da associação das narrativas e das imagens, tanto anteriores como no momento da etnografia, pode-se ver e falar

sobre as pessoas de uma forma mais ampla ao mesmo tempo que mais minuciosa. Para Foote-White sempre é singular o “modo de organizar as anotações escritas” durante o trabalho em campo (FOOTE-WHITE, 1975, p. 85). Para tanto, a observação participante é parte importante da pesquisa etnográfica, pois

[...] o que se propõe é um olhar *de perto e de dentro*, mas a partir dos arranjos dos próprios atores sociais, ou seja, das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas - religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc (MAGNANI, 2002, p. 18, grifo do autor).

Ela olha para os objetos espalhados pelo sofá da sala, juntamente com as fotografias, sempre de modo carinhoso. Mostra os trabalhos manuais que faz e continua falando:

Eu sempre, também como a minha mãe, faço muitos trabalhos manuais. Eu gosto muito de tricô, bordado, crochê e pintura. Esses quadros aqui da minha sala foi tudo eu que fiz.

As fotos que eu tenho são essas aqui, da escola, dizendo versos, estava sempre dizendo versos - *e sorri*. Olha as minhas primeiras fotos, olha - *e aponta* - da escola, da comunhão, da igreja, eu tava sempre na igreja. A Marlene está aqui junto comigo, olha só a Marlene. E a Carmem Lúcia no colégio, isso aqui foi na Scharlau, eu fiz o ginásio na Scharlau. Eu tenho também mais outro neto, Miguel. Aqui tem a Jaci, minha irmã que já retornou ao mundo espiritual, isso era num baile onde nós estávamos juntas, ela foi Rainha do Clube Cruzeiro, a gente sempre fazia as roupas para ir nas festas e bailes. Minha mãe sempre era preocupada da gente estar bem vestida.

Um dia muito feliz da minha vida também foi a formatura e o casamento do meu filho. Coisa mais linda do mundo! É muito lindo, a gente não sabe de onde vem tanta alegria.

Figura 3 - Fotografia de Marli na escola



Fonte: acervo pessoal de Marli Helena de Oliveira, 1960.

Marli monta e remonta, através das imagens que vê, a lembrança de pessoas que pertencem a seus laços de parentesco, especialmente as que lhe são mais importantes. “A memória familiar pode vir, ela própria, como elemento valorativo que atua na afirmação da identidade social do sujeito. Lembrar a origem do grupo familiar, seus representantes mais ilustres, é, sobretudo avivar também seu desempenho moral” (FERREIRA, 1998, p. 213).

Ah, de trabalho deixa eu te mostrar o que eu faço - *aqui ela se refere aos trabalhos manuais e então se levanta para pegar no quarto*. Eu gosto muito de trabalhos manuais, eu já dei aula também, de pintura, muitos anos pela LBA⁴, no tempo que eles buscavam a gente de carro em casa e traziam depois de volta. Isso aqui é ..., tem crochê, tricô que eu gosto de fazer. Há pouco tempo fiz curso de bordado na Feevale. Fazia tempo que eu não bordava, daí fiz o curso para relembrar.

⁴ Legião Brasileira de Assistência.

Nos relatos de Marli percebe-se o movimento da cidade, no espaço e tempo, no micro e no macro, do privado ao público, tecendo uma trama entre o individual e o coletivo, pois a cidade “se presta à multiplicidade de olhares entrecruzados que, de forma transdisciplinar, abordam o real na busca de cadeias de significados” (PESAVENTO, 1999, p. 9). Ela nos mostra sua capacidade de resiliência e o não conformismo com os discursos impostos, com positividade e força. “Hoje sou uma mulher muito mais forte do que já fui um dia”, afirma ela.

É possível compreender seu caminho, da dor à gratidão, mas não se pode dimensionar. Certamente, o imaginário contribuiu para esse movimento de Marli visto que ela nos conta sucessivas fases de desestabilização, desde a infância carregada de dúvidas, passando pela busca de espaço no trabalho, no período do divórcio e hoje nos desafios das práticas cotidianas. Desestabilização que a fez ter esse discurso atual e que marca sua presença nos espaços da cidade por ser uma mulher atuante e exemplo de capacidade de reação.

Todo mundo quer saber qual o grande segredo das filhas da África. São vários, ao longo da história, o mais preservado é: com sabedoria superam tudo, principalmente amparada pela espiritualidade. [...] A consequência óbvia é a recriação de uma identidade negra, também gaúcha (MACHADO, 2006, p. 257).

“Aos olhos de muitos, a igualdade está em todo o lugar. Mas aos olhos atentos das mulheres negras, muitos estudos têm demonstrado que a educação ainda não tem divulgado a verdadeira história dos africanos e afro-brasileiros” (MACHADO, 2006, p. 299). Onde podemos ler as conquistas das mulheres negras do Rio Grande do Sul? Existem historiadores como Fernanda Oliveira da Silva, Marcus Vinícius de Freitas Rosa, Magna Lima Magalhães, Sátira Machado e Melina Kleinert Perussatto, sociólogos como Ieda Cristina Alves Ramos e Olavo Ramalho Marques, bem como antropólogos como Ruben George Oliven, Ana Luiza Carvalho da Rocha e

Margarete Fagundes Nunes, dentre outros, que se dedicam a estudar sobre o povo negro no/do Rio Grande do Sul. E é extremamente relevante este ‘narrar’ do sujeito social e histórico, pois a importância se dá não apenas ao lembrar momentos contidos nas memórias, mas pelo fato de se abrir “um espaço próprio numa ordem imposta” (CERTEAU, 1996, p. 339).

Para Certeau (1996), a cultura opera em função das relações sociais e as mais diferentes visões, falas e percursos precisam de lugar, sendo que “[...] a prática cotidiana restaura com paciência e tenacidade um espaço de jogo, um intervalo de liberdade, uma resistência à imposição [...]” (CERTEAU, 1996, p. 340). Na tese de Rosa (2014) é possível visualizar no período pós-escravatura em Porto Alegre por ele abordado, os movimentos realizados por negras e negros na tentativa de fortalecimento, de agrupamento e sociabilidade, trazendo o Jornal O Exemplo⁵ como um dos espaços possíveis para tal, sendo hoje fonte de pesquisa com objetivo de desconstruir a invisibilidade do(a) negro(a) no Rio Grande do Sul.

Desse modo pode-se compreender a fundamental importância da prática discursiva da mulher negra. Assim como Marli narra, outras tantas mulheres necessitam se narrar, sobre o cotidiano e cada uma de suas batalhas, pois

Tal exercício de dominação e de resistência se dissemina por toda uma estrutura social, é inerente às lutas cotidianamente travadas, adquirindo expressão em práticas e estratégias simultaneamente presentes na multiplicidade das experiências historicamente vividas” (FÁVARO, 2002, p. 24).

Considerações finais

Marli nos apresenta as narrativas sobre sua vida, sempre guiada pelos objetos cuidadosamente guardados. À medida que os

⁵ O jornal *O Exemplo* foi publicado entre 1892 e 1930, por editores e redatores negros, em Porto Alegre.

relatos avançam podemos compreender o modo de vida e a visão de mundo no interior de uma sociedade local em constante transformação, destacando-se as dimensões de gênero, geracional e étnica.

Além disso, o deslocamento de seus objetos se assemelha ao movimento que Marli realizou no espaço público, ao ir à busca de aperfeiçoamento acadêmico e profissional, ao trabalhar em cargo de coordenação na área da saúde, bem como ao enfrentar as dificuldades da vida com um sorriso no rosto, fortalecida pelos laços familiares e por sua espiritualidade. Deslocamento que é também próprio da memória (CERTEAU, 1994), ao se movimentar no tempo e espaço de cada indivíduo.

Marli, uma mulher de 68 anos, traz nos relatos de suas memórias, fragmentos de sua identidade, passagens de sua vivência na busca por espaço pessoal e profissional, com dificuldades e conquistas, resistência e afetividade. Ela representa a mulher negra que se deslocou, assim como seus objetos de penteadeira ganharam todos os espaços de sua morada. Marli não repetiu os arquétipos que lhe foram impostos. Pesquisar e registrar narrativas como as de Marli Mendonça nos permite reconstruir caminhos, estudar sobre nossa memória coletiva e atentar para os próximos passos e espaços em nossa sociedade complexa.

Referências

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. – 3. ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer** / Michel de Certeau; tradução de Ephraim F. Alves. – Petrópolis, Vozes, 1994.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 2. morar, cozinhar** / Michel de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol; tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

- FÁVARO, Cleci Eulália. **Imagens femininas:** contradições, ambivalências, violências. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.
- FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Memória e velhice: do lugar da lembrança. In: BARROS, Myriam Moraes Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. - Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante. Trad. Cláudia Menezes. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar, (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais.** - Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1975.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos:** coleções, museus e patrimônios / José Reginaldo Santos Gonçalves. - Coleção Museu, Memória e Cidadania - Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** /Maurice Halbwachs; tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.
- LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família:** leitura da fotografia histórica. - 3. Ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- MACHADO, Sátira. Mulher afro gaúcha: negritude à flor da pele. In: PAIVA, Sérgio Rosa de. **Mulheres do Rio Grande do Sul:** Diversidade / Org. Sérgio Rosa de Paiva. - Porto Alegre: SFERASRP Editora de Artes, 2006.
- MAGNANI, José G. C. **De perto e de dentro:** notas para uma etnografia urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49: 11-29, 2002.
- MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** Marcel Mauss / tradução Paulo Neves. - 2ª ed. - São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- NEPOMUCENO, Bebel. Mulheres negras. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana M. (Orgs.). **Nova história das mulheres no Brasil.** - São Paulo: Contexto, 2012.
- PAIVA, Sérgio Rosa de. **Mulheres do Rio Grande do Sul: Diversidade** / Org. Sérgio Rosa de Paiva. - Porto Alegre: SFERASRP Editora de Artes, 2006.

- PESAVENTO, Sandra. A Pedra e o Sonho. In: PESAVENTO, Sandra et al. **Imaginário da Cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.
- PESAVENTO, Sandra. Fronteiras da História: uma leitura sensível do tempo. (p.179-190). In: **Fronteiras do pensamento**. Retratos de um mundo complexo. São Leopoldo: Unisinos, 2008.
- PRIORE, Mary Del. **Conversas e histórias de mulher**. – 1ª ed. – São Paulo: Planeta, 2013.
- PRIORE, Mary Del. **Corpo a corpo com a mulher**: pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- PRIORE, Mary Del. (org.) **História das mulheres no Brasil**. – 5ª ed. - São Paulo: Contexto, 2001.
- PRIORE, Mary Del; AMANTINO, Márcia. **História do corpo no Brasil** / Mary Del Priore, Márcia Amantino (Orgs.). – São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico/Cleber Cristiano Prodanov, Ernani César de Freitas. – Novo Hamburgo: Feevale, 2009.
- ROSA, Marcus Vinícius de Freitas. **Além da invisibilidade**: história social do racismo em Porto Alegre (1884-1918). Campinas, SP, 2014. [Tese de Doutorado].
- SAID, E. W. **Fora do Lugar**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- SIMMEL, G. **Cultura Femenina y otros ensayos**. Trad. Eugenio Imaz, José Bancez, M. Morente y Fernando Vela. Madrid: Revista de Occidente, 1934.
- STREY, Marlene Neves. **Mulher, estudos de gênero**. Org. Marlene N. Strey. - São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1997.
- WELLER, Wivian. **A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim**. Brasília: Sociedade e estado/UnB, 2010.

Capitu: a anti-heroína “empoderada”

*Adriana Neli Roos*¹

*Daiane Dala Zen*²

Introdução

Com a Nova História Cultural é possível fazer intercâmbios entre algumas áreas de conhecimento, a História e a Literatura no Ensino Médio podem ser disciplinas parceiras, um jogo de ganhos, em que ambas contribuem-se mutuamente. A perspectiva da História Cultural oferece novas abordagens metodológicas e variadas possibilidades de trabalho com diferentes fontes, a literatura tem aparecido como uma potencial fonte de conhecimento histórico. Em meio a conversas entre nós, profissionais destas disciplinas, tivemos a ideia de planejar uma aula envolvendo meu objeto de pesquisa: as mulheres, sua história e suas representações e a Literatura. Para isso, elegemos uma personagem do Realismo Brasileiro, a Capitu, do conturbado romance de Machado de Assis.

Para entendermos o conceito de violência simbólica e suas manifestações, usamos como referencial Bourdieu (2012), que

¹ Professora de Língua Portuguesa da rede pública municipal de Flores da Cunha, pós graduada em Psicopedagogia Institucional pela Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI. Graduada em Letra/Português pela Universidade do Vale do Rio do Sinos – UNISINOS.

² Licenciada em História pela Universidade de Caxias do Sul - UCS. Especialista em Educação de Jovens e Adultos, professora da rede pública municipal de Flores da Cunha e mestranda em História pela Universidade de Caxias do Sul (PPGHIS – Mestrado Profissional em História).

define-a como um tipo de violência que não é física, ela acontece de forma sutil e muitas vezes fica invisível inclusive para quem a faz e para quem a sofre. Dessa forma, pode-se dizer que o machismo e a superioridade do homem sobre a mulher é uma forma de violência simbólica, assim:

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. (BOURDIEU, 2012, p. 07).

Sendo assim, o presente artigo pode ser uma alternativa de interlocução entre a História e a Literatura no Ensino Médio, atendendo a questões importantes relacionadas à história da mulher, seus padrões e espaços pré-estabelecidos na sociedade pelo patriarcado, que pode ser considerado uma violência simbólica através da relação antagonica que os personagens Bentinho e Capitu constroem na trama.

Embora a Literatura, pelo seu caráter ficcional e subjetivo, receba críticas de muitos historiadores enquanto fonte, a utilização de obras literárias pode trazer um 'algo a mais' inestimável para o historiador em sua busca da análise das mentalidades. Esse algo a mais, é justamente pelo fato das obras literárias subsidiarem uma reflexão sensibilizada para os historiadores, e no nosso caso, para nossos/as estudantes, através de uma metáforização social que nada menos é do que uma representação do real (PESAVENTO, 1996).

Até o século XX, as análises das representações do feminino eram restritas às obras literárias produzidas por homens. Após esse período, surgiu a crítica literária feminista, questionando os estereótipos do patriarcado.

O romance Dom Casmurro

A obra literária brasileira Dom Casmurro, de Machado de Assis, escrita em 1889, inicia com Bentinho já velho e sozinho contando como foi perceber Capitu como seu amor primeiro e provavelmente único amor, ainda muito jovem, sendo que já havia sido planejado um destino para ele, idealizado pela mãe, por causa de uma promessa: entrar no seminário e virar padre. Aos quinze anos do menino, o assunto de entrar para o seminário passou a ser muito frequente e Bentinho percebeu que a vizinha Capitu demonstrava outro tipo de afeto que ia além da amizade.

A personagem Capitu, cuja história mistura-se com a de Bentinho e ao próprio percurso histórico do Brasil República, é um dos primeiros exemplos de empoderamento feminino no Realismo, considerando a realidade da mulher na época. A obra conta com temáticas como ciúme, intrigas, delírios e vaidade que norteiam as relações descritas em primeira pessoa, por Bentinho, protagonista da obra. Machado de Assis rompe com a descrição romântica e idealista da mulher do Romantismo: frágil, bela, vulnerável, delicada, dependente. Ele rompe quando constrói uma personagem que não atende aos padrões ideias de beleza, comportamento e sexualidade. Por ter um espírito livre, Capitu desafia os modelos patriarcais da família e da sociedade, prescritos nos papéis do feminino da época. Assim destaca Ladim e Castro (2015): “Coube a Machado criar Capitu com qualidades irreverentes, pois não somente era senhora de si, como dominava o homem que amava. Ela soube trilhar caminhos nunca trilhados por outras mulheres na Literatura.” (...)

No primeiro capítulo podemos perceber a insegurança de Bentinho, que usa a alcunha de Dom Casmurro, quando justifica esse apelido: “Os vizinhos, que não gostam dos meus hábitos reclusos e calados deram curso à alcunha, que afinal pegou.” (ASSIS, 1981, p. 05). O romance distribuído em 148 capítulos

retrata um jovem, e depois um homem inseguro lidando com seus monstros internos e seu ciúme cego. Na adolescência, quando se percebeu apaixonado, lhe faltou coragem de dizer à mãe que não desejava ser padre. Em alguns momentos ele tentou convencê-la, porém ela recusa-se a ouvi-lo. Capitu e Bentinho eram amigos desde a infância e costumavam conversar no muro que separava os dois terrenos na Rua do Matacavalos, na cidade do Rio de Janeiro. Pequenos indícios de interesse afetivo através dos olhares furtivos da moça, fez com que ele finalmente acordasse para a realidade, havia um romance acontecendo ali. O autor/protagonista, ao narrar esses momentos, transborda de emoção a sua fala. Cada olhar, cada gesto, Bentinho interpreta de uma forma, geralmente ficando pasmo, sem reação. O narrador descreve esses eventos e sentimentos com maestria, chamando a atenção do leitor/a sobre seus devaneios:

Abane a cabeça, leitor; faça todos os gestos de incredulidade. Chegue a deitar fora este livro, se o tédio já o não obrigou a isso antes; tudo é possível. Mas, se não o fez antes e só agora, sem crer por isso na veracidade do autor. Todavia, não há nada de exato. Foi assim mesmo que Capitu falou, com tais palavras e maneiras. (ASSIS, 1981, p. 66).

Capitu: olhos de ressaca, oblíquos e dissimulados

Capitu é o grande amor da vida de Bentinho, embora sempre deixe-o confuso e irritadiço; irritação esta fruto da confusão que ele sente ao não saber se a amada o traiu ou se ele está delirando. O enredo contribui para a construção da incerteza sobre a índole de Capitu, ou seja, no enredo o autor ora faz o leitor entender que Capitu é infiel, ora faz o leitor presumir que Bentinho apenas delira, representando nessas intercalações a própria dúvida da personagem. A personalidade independente de Capitu e seu espírito naturalmente livre contribuem para o crescimento das suspeitas do inseguro protagonista.

Uma das passagens interessantes é a descrição da cena feita por Bentinho, em que ele penteia os cabelos de Capitu:

Capitu deu-me as costas, voltando-se para o espelhinho. Peguei-lhe dos cabelos, colhi-os todos e entrei a alisá-los com o pente, desde a testa até as últimas pontas, que lhe desciam à cintura. Em pé não dava jeito: não esqueceste que ela era um nadinha mais alta que eu, mas ainda que fosse da mesma altura. Pedi-lhe que sentasse. – Senta aí, é melhor.

Sentou-se. “Vamos ver o grande cabeleireiro”, disse-me rindo. Continuei a alisar os cabelos, com muito cuidado, e dividi-os em duas porções iguais, para compor as duas tranças. Não as fiz logo, nem assim depressa, como podem supor os cabeleireiros de ofício, mas devagar, devagarinho, saboreando pelo tato aqueles fios grossos, que eram parte dela. O trabalho era atrapalhado, às vezes por descaso, outras de propósito para desfazer o feito e refazê-lo. Os dedos roçavam na nuca da pequena ou nas espáduas vestidas de chita, e a sensação era um deleite. Mas, enfim, os cabelos iam acabando, por mais que eu os quisesse intermináveis. Não pedi ao céu que eles fossem tão longos como os de Aurora¹, porque não conhecia ainda esta divindade que os velhos poetas me apresentaram depois; mas, desejei penteá-los por todos os séculos dos séculos, tecer duas tranças que pudessem envolver o infinito por um número inominável de vezes. (ASSIS, 1981, p. 48).

Nessa passagem, percebemos a admiração de Bentinho por traços físicos da amada, em que demonstra contemplar detalhes nem sempre óbvios do corpo feminino, como o cabelo e seu balanço, entre outros. Nesse momento da narrativa, o autor foge do estilo de descrição do Realismo, especificando de maneira romantizada, como no Romantismo, as qualidades do corpo de Capitu. Assim, intencionalmente ou não, o autor pode levar o leitor a se dar conta que uma pessoa apaixonada, mesmo não querendo, idealiza o ser amado.

O corpo feminino vem, através da história, sendo constituído e doutrinado segundo os preceitos impostos pela sociedade patriarcal. A forma como Capitu reage nas diversas e contraditórias situações descritas no romance fortalecem a

impotência e a dúvida de Bentinho, ao mesmo tempo seduzido pelos cabelos da menina e pela forma como ela conduz sua vida e seus objetivos, de forma empoderada, assim:

Os cabelos, signo supremo da feminilidade, devem ser disciplinados, cobertos, enchapelados, por vezes cobertos com véu. A mulher 'tal como deve ser', principalmente a jovem casadoura, deve mostrar comedimentos nos gestos, nos olhares, na expressão das emoções, as quais não deixará transparecer senão como plena consciência. (PERROT, 2003, p. 15).

Capitu, a nosso ver, mostra que não está circunscrita nessa tradição patriarcal de mulher, o autor dissolve na trama uma Capitu a frente de seu tempo, com consciência de seu poder e dissimulação. No capítulo 22, intitulado “Olhos de ressaca” o protagonista/autor relembra uma definição de Capitu de José Dias “Olhos de cigana obliqua e dissimulada” (p. 47) e tece uma descrição misturada com uma mística profunda:

Olhos de ressaca? Vá de ressaca. É o que me dá ideia daquela feição nova. Traziam não sei que fluido misterioso e energético, uma força que arrastava para dentro, como a vaga que se retira da praia, nos dias de ressaca. Para não ser arrastado, agarrei-me às outras partes vizinhas, às orelhas, aos braços, aos cabelos espalhados pelo ombro; mas tão depressa buscava as pupilas, a onda que saía delas vinha crescendo, cava e escura, ameaçando envolver-me, puxar-me e tragar-me. (ASSIS, 1981, p. 47).

Segundo Perrot há muito tempo as mulheres foram esquecidas, foram as sem-voz da História e esses silêncios manifestam-se também sobre seu corpo feminino cuja representação manifesta-se em vergonha, medo e a quase que completa ignorância sobre o mesmo. Porém, nossa Capitu apresenta todas as características não permitidas para a mulheres naquele tempo, a dissimulação e a inquietude da personagem a tornam, ao nosso entendimento, uma mulher empoderada. Perrot mais uma vez nos orienta: “A mulher decente não deve erguer a

voz. O riso lhe é proibido. Ela se limitará a esboçar um sorriso.” (PERROT, 2003, p. 15). Capitu ri muito e debochadamente, sabe usar seu poder para controlar Bentinho. Tem o “jogo de cintura” necessário para sair-se bem em várias situações constrangedoras, como é o caso da cena após o primeiro beijo do casal, em que Bentinho fica paralisado quando ouve os passos da mãe de Capitu no corredor, e ela então reage de forma nunca esperada:

Ouvimos passos no corredor, era a Dona Fortunata. Capitu compôs-se depressa, tão depressa que, quando a mãe apontou à porta, ela abanava a cabeça e ria. Nenhum laivo amarelo, nenhuma contração de acanhamento, um riso espontâneo e claro, que ela explicou por estas palavras alegres”. (ASSIS, 1981, p. 49).

O empoderamento de Capitu pode ser reforçado em vários momentos, o adjetivo mais pertinente que julgamos pertencer a Capitu, é o de estrategista, outra características não esperada das mulheres na época. O contexto da educação na Primeira República segundo Filho e Silva (2011), estabelece uma ação civilizatória com duas instituições, família e educação, voltadas a forjar as práticas higienistas e a consciência moral do cidadão. Coube às mulheres a “aproveitar seus talentos para a maternidade e o cuidado do espaço privado para assim ingressarem na profissão de professoras, Capitu não faz essa escolha, decide pela família e pela maternidade. Do currículo estabelecido eram ensinados os elementos para a construção da identidade de nação brasileira, ou seja, símbolos, datas e heróis. Capitu quis transpor essas barreiras, ficar atenta às conversas dos homens, bem como aprender latim. Essas foram umas das estratégias que encontrou para atender seus anseios de independência. Bentinho a descreve assim:

Como vês, Capitu, aos catorze anos, tinha já ideias atrevidas, muito menos que outras que lhe vieram depois; mas eram só atrevidas em si, na prática faziam-se hábeis, sinuosas, surdas e alcançavam o fim proposto, não de salto, mas de saltinhos. Não

sei se me explico bem. Supondo uma concepção grande executada por meios pequenos. (ASSIS, 1981, p. 29).

Para Perrot (2003) a cidade do século XIX é um espaço sexuado e as mulheres o ocupam como figuras coadjuvantes. O político, o econômico era restrito aos homens. Para elas, havia a doutrinação da moda e seus infindáveis cuidados com o espaço privado.

Nos capítulos subsequentes, Bentinho elabora suas premissas e as comprova segundo suas próprias observações, que Capitu o traiu e seu filho, Ezequiel, na verdade é filho de seu melhor amigo Escobar. A possível traição foi comprovada por Bentinho no velório do amigo Escobar, em que Capitu amparava a viúva, mas que por alguns segundos contemplou a face do falecido e chorou. Esta foi a prova que Bentinho precisava para questioná-la e a mandar para Europa, local em que ela acabou falecendo. Nenhuma fala de Capitu comprava o que Bentinho já tinha como consumado. Ela nega-se a responder e aceita a separação. É importante salientar que aqui, do ponto de vista legal, desde 1916, segundo o Código Civil Brasileiro, a mulher era considerada incapaz, precisava da autorização do marido para poder trabalhar ou estudar, segundo Maria Berenice Dias³. Esse documento comprova a violência simbólica sofrida pelas mulheres brasileiras em decorrência da sociedade conservadora e patriarcal.

No final do romance, Bentinho, ou Dom Casmurro, recebe a visita de seu filho Ezequiel, jovem universitário. Nessa parte do livro, o autor descreve que ao observar o filho, enxerga eminentemente o rosto de seu falecido amigo Escobar. Meses depois, o jovem falece e por mais estranho que possa parecer,

³ Desembargadora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família - IBDFAM, texto disponível em: <http://investidura.com.br/biblioteca-juridica/artigos/direito-civil/2247-a-mulher-no-codigo-civil>. Acesso em: 02 nov. 2018.

Bentinho descreve esses acontecimentos com tanta amargura e frieza reforçando a justificativa de sua alcunha.

Capitu pode representar, na visão e linguagem contemporânea, o que chamamos de mulher “empoderada”. Considerando a época em que foi escrita, a criação desse perfil feminino é ainda mais surpreendente, pois, como sabe-se, rompeu totalmente com o que se esperava da mulher, tanto em nível social quanto moral no século XIX.

A primeira república brasileira e a cidade do Rio de Janeiro

A cidade do Rio de Janeiro foi palco para o romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. O Rio foi também uma cidade que sofreu intensamente a mudança de regime político. Carvalho (1987) acredita que a primeira década de república foi a mais turbulenta, pois nesse contexto haviam todas as transformações de natureza econômica, social, política e cultural estavam sendo gestadas ainda no Império. A cidade do Rio de Janeiro sentiu toda essa ebulição de forma mais tensa e os fluminenses, ou grande parte deles e delas, passaram a se envolver com os problemas da cidade e do país.

Demograficamente, segundo Carvalho (1987), em função da abolição da escravidão, os/as escravos passaram a engrenar o trabalho livre, o que ocasionou um exército de subempregados e desempregados. A estrutura ocupacional também sofreu mudanças como o êxodo e a imigração. “A população quase dobrou entre 1872 a 1890, passando de 266 mil a 522 mil. A cidade teve ainda que absorver uns 200 mil novos habitantes” (CARVALHO, 1987, p. 16).

Outra ressonância que a cidade do Rio de Janeiro sofreu com o advento da República foi o desequilíbrio entre os sexos, segundo Carvalho (1987), os homens eram mais que o dobro das mulheres. Assim:

Na população total, a predominância do sexo masculino girava em torno de 56%. O desequilíbrio refletia-se no índice de nupcialidade,

que era de 26% entre homens brancos e caía para 12, 5% entre negros em 1890. Em verdade, quanto a este ponto tinha havido alguma melhoria em relação a 1870, mas permanecia muito alto o número de solteiros e, portanto muito baixo o número de famílias regularizadas. (CARVALHO, 1987, p. 17).

Do ponto de vista de saúde pública, o ano de 1891 na cidade do Rio de Janeiro foi dizimado com epidemias de varíola e febre amarela, que segundo Carvalho (1987) “matando 52 pessoas a cada mil habitantes”.

Economicamente, o custo de vida subiu consideravelmente e foi agravado pela imigração e pela escassez de empregos, gerando assim maior desigualdade social e suas cruéis consequências como o aumento do número de menores abandonados e o aumento de contravenções. Além disso, a falta de moradia para as populações mais pobres. A família de Bentinho pertencia o setor intermediário, pois ele teve acesso à educação superior, graduou-se em Direito, era considerado um profissional liberal. Apesar de terem passado momentos de dificuldades financeiras, a família de Bentinho e mesmo depois de casado com Capitu, possuíam casa própria.

O realismo como movimento literário e fonte da historiografia

A literatura é uma narrativa, assim como a História, que também é uma narrativa carregada de ideologia e visão de mundo de quem a escreve. O universo do historiador na escrita da história se confunde com suas vivências, experiências e desejos. Machado de Assis escreveu no seu tempo, incutiu suas experiências individuais e suas perspectivas em relação ao momento em que vivia. Trouxe uma nova forma do escrever literário, hoje chamado de Realismo, que é um estilo carregado de descrições da vida cotidiana das pessoas da época, sem idealizações e sem floreios, porém detalhado, dando uma boa noção da realidade do tempo em que foi escrito. Segundo Reis, “Estas aproximações entre história e literatura assustam os historiadores, como se fosse ‘relação

incestuosa'. Para White, ela se dá permanentemente: a história e mito se fundem, fato e fantasia se misturam. (REIS, 2010, p. 64).

A Literatura como fonte histórica pode ser muito estimulante, a moralidade e o comportamento esperado das pessoas numa determinada época é interessante ser abordados com os/as estudantes. Bentinho relata que Capitu gostava muito de bailes e numa certa ocasião, foi a um com os braços expostos ou pouco protegidos, despertando os olhares curiosos dos demais homens, fato este que incomodou Bentinho. Nessa passagem, podemos entender como era esperado naquela época das mulheres casadas vestirem nos bailes, os braços deveriam ser protegidos, uma excelente oportunidade para que se discuta como isso é visto hoje em dia, quais são as alternativas de lazer dos/das jovens de hoje, como são as roupas e os outros códigos de conduta esperados: o que permaneceu de um Brasil na Primeira República e o que sofreu ruptura no comportamento. Assim, sobre a possibilidade de usar um texto literário como fonte histórica, Reis salienta:

A história não é uma ciência porque não é realista, o discurso histórico não apreende um mundo exterior, porque o real é produzido pelo discurso. O que o historiador produz são 'construções poéticas'. É a linguagem que constitui o sentido. A história é uma representação narrativa de representações-fontes. Os próprio documentos históricos já são representações, interpretações, e não são o passado em si. (REIS, 2010, p. 64).

O Realismo é um movimento literário que surgiu na metade do século XIX na Europa e consistiu numa oposição ao idealismo romântico. Segundo Tufano (1994), o Realismo propõe uma representação mais objetiva e fiel da vida humana. O romance realista não pode ser considerado uma distração, pois traz em seu cerne uma visão crítica impiedosa denunciando a hipocrisia e a corrupção da classe burguesa, bem como a violência simbólica contra a mulher e o exercício do patriarcado. Essa denúncia acontecia contra duas instituições importantes da época, o

casamento e a igreja católica. No romance *Dom Casmurro*, a instituição igreja sempre fez parte da vida de Bentinho, no início ele seria padre, em função de uma promessa materna, que não se concretizou. Bentinho foi parar na outra instituição, o casamento. Sua infelicidade talvez estivesse ligada a essas duas instituições. Mas Machado de Assis, não se limita a essa análise, ele busca na tragédia humana sua força motriz para escrever. A infelicidade, a dúvida, o ciúme, a dissimulação, a mentira, as dificuldades e mesmo as fantasias fazem parte da essência das pessoas.

Dom Casmurro e o feminismo brasileiro

Podemos dizer que a personagem Capitu foi precursora da ideia de uma mulher mais independente e protagonista da sua história. A obra coincide com o momento do feminismo no Brasil, que foi influenciado pelos feminismos vividos na Europa e nos Estados Unidos. No entanto, é necessário perceber as dicotomias dessas três realidades, ao passo que o feminismo Brasileiro traçou e vem traçando perfis e demandas distintas em função de sua realidade social, histórica e econômica, assim: “O feminismo no Brasil foi construído a partir das demandas e peculiaridades do país. Não foi algo importado e que renegou as contradições e lutas presentes no Brasil” (INSAURRIAGA; JARDIM, 2015, p. 122).

Na Primeira República no Brasil, poucas foram às conquistas femininas, talvez a mais significativa seja a criação da primeira escola para meninas, no Rio de Janeiro, um feito de Nísia Floresta. Depois dessa, o estímulo para que as mulheres se tornassem professoras, como já mencionamos anteriormente, por mais irrelevante que isso possa parecer, também foi uma forma das mulheres brasileiras saírem da esfera do privado, o lar, e acessarem a educação em busca de profissionalização, o que, sem dúvida, deixou gestando o que seriam as Ondas Feministas Brasileiras que ocorreram anos depois.

Segundo Duarte (2010), Nísia foi também uma militante feminista que percebeu que somente através da educação as mulheres poderiam conquistar seus direitos, desde os mais elementares. Nascida no Rio Grande do Norte, na cidade de Papari, em 1810, foi autora de importantes títulos sobre a mulher e rompeu com os limites do espaço privado, quando publicou textos argumentativos sobre as mulheres em jornais da época.

Conclusão preliminar

Utilizar romances literários como fonte história pode ser muito estimulante nas aulas, a personagem Capitu do romance realista, escrito por Machado de Assis, oferece diversas possibilidades de análise quando procuramos entender as relações sociais, as relações de gênero e as interferência que estas relações trazem no processo histórico do Brasil durante o período em que a obra foi escrito, na Primeira República.

Machado pode ter feito uma denúncia das estruturas familiares, escolares, eclesiásticas opressoras das mulheres, que causaram o silenciamento das mesmas. O genial Machado de Assis parece ter feito também um ensaio das tragédias da vida real das pessoas, seus medos, anseios e desejos, comum a todos os seres humanos e antes escondido por outras escolas literárias, como no caso do Romantismo. Assim, como demonstrou a realidade da época, não pôde se furtar a deixar claro o papel inferiorizado da mulher da época em que o romance foi escrito. Ele fez isso ao transparecer que Capitu era diferente das demais mulheres, ou seja, era ousada, estrategista, inteligente e livre por natureza.

O ideal de beleza do Romantismo trazia uma mulher branca, delicada, ingênua, a espera de um homem, o qual iria amá-la e protege-la. No Realismo, a personagem Capitu traça um perfil realista da mulher brasileira, uma mulher que foge a esse padrões e age de acordo com a sua essência e não de acordo com o que se espera dela. Capitu seguia sua essência, era perspicaz nas suas

ações e nos seus desejos, deixando transparecer o que realmente queria. Era fiel a si mesma.

Hoje, podemos utilizar a obra para promover a discussão da necessidade de questionar os papéis sociais, sob a lente do gênero, bem como as atitudes, verdades e mentiras do ser humano. Para nós ficou claro que Capitu é uma personagem a frente de seu tempo e por isso, ciente ou não disso, positivamente empoderada.

Referências

- ASSIS, Machado. **Dom Casmurro**. São Paulo: Abril Cultural. 1981.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2005.
- BORDIEU, Pierry. **A Dominação Masculina**. 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.
- CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. 3^a ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.
- CHARTIER, Roger. **Defesa e Ilustração da noção de representação**. Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 24, p. 15-29, jul./dez. 2011.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Com os olhos de Clio ou a Literatura sob o olhar da História a partir do conto O alienista, de Machado de Assis. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 16, n^o 31 e 32, 1996.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru, SP: ADUSC, 2005.
- REIS, José Carlos. **O desafio historiográfico**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- FILHO, Geraldo Inácio; SILVA, Maria Aparecida. Reformas Educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, Dermeval (org.). **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação Brasileira**. Vitória: EDUFES, 2011, pp. 217 -250.

SOIHET, Rachel; MATOS, Maria Izilda; PEDRO, Joana. **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Ed. UNESP, 2003.

TUFANO, Douglas. **Estudos de Literatura Brasileira**. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1994.

ZINANI, Cecil Jeanine Albert. **Mulher e Literatura: História, Gênero, Sexualidade**. Caxias do Sul: EDUCS, 2010.

Documentos disponíveis na internet

LANDIM, Evani Dias Paes; CASTRO, Tamar Rabelo. **Um olhar feminista sobre a construção patriarcal da personagem Capitu**. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/um-olhar-feminista-sobre-a-construcao-patriarcal-da-personagem-capitu/129646>. Acesso em: nov. 2018.

INSAURRIAGA, Mariana M.; JARDIM, Rejane B. **Entre textos e imagens: ensino de história: uma abordagem generificada dos livros didáticos dos anos noventa e dois mil, do acervo do LEH/UFPEL**. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/57011>. Acesso em: nov. 2018.

DUARTE, Constância Lima. **Nísia Floresta**. Coleção Educadores/MEC, 2010. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4711.pdf> da Nísia. Acesso em: nov. 2018.

Memorias subterráneas de la prisión femenina a través de Magda Portal en “La Trampa” (1957)

María Valdivia Acuña ¹

Introducción

El presente trabajo tiene por finalidad presentar el análisis de la novela *La Trampa* (1957) escrita por la periodista y activista peruana Magda Portal (1900-1989). Nuestra propuesta intenta plantear las dificultades que presenta el tema de estudio sobre las experiencias prisionales de las mujeres en el Perú ¿A qué se deben esos silencios? ¿Por qué la literatura testimonial referente a las cárceles enuncia ciertos problemas y silencia otros, en especial aquellos relacionados a las cuestiones de género y la sexualidad? *La Trampa*, presenta ciertas cualidades que pueden ser consideradas como ejemplares para tratar de aproximarnos al tema, ampliamente tratado en otras historiografías. Es posible encontrar la existencia de una red de sociabilidad diferenciada en términos de género: las cárceles masculinas presentan ciertas características que en las cárceles femeninas no se dan. El tratamiento a las presas políticas, incipiente, en la medida que su presencia en el espacio público de la década del 30, aún era excepcional, nos puede ayudar a conocer los problemas que enfrentaron las mujeres que se decidieron por la lucha de los derechos políticos y su participación en actividades partidarias.

¹ Estudiante de Doutorado em História pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul.

Este trabajo, se ha estructurado del siguiente modo: primero, brindará algunos alcances historiográficos sobre el tema, para luego, realizar una breve explicación sobre las categorías utilizadas durante nuestra investigación, en especial: novela testimonial, sociabilidad, género, y memoria subterránea. Un último apartado examinará la vida y luego la novela de Magda Portal, para contrastar los elementos señalados en el segundo punto.

Cárceles de mujeres. Breves alcances historiográficos

Desde su origen, las primeras prisiones femeninas tuvieron una connotación relacionada con la moral sexual. Denominadas desde el siglo XVII como casas de recogimiento o de corrección como en el caso español, se diferenciaron de las cárceles masculinas porque en estas últimas la condena incidía más en el control del cuerpo mediante la asignación de trabajo forzado, mientras en las cárceles femeninas, fueron enfáticas las cuestiones referidas al control del alma y el logro de una feminidad sumisa. Sin embargo, las diferentes cárceles europeas no siempre lograron tener sitios diferentes para hombres y mujeres, en varios de estos recintos se dieron regímenes de convivencia de facto, por considerarse que el número de féminas era ínfimo, comparado con el de los hombres. Durante el siglo XIX, las cárceles españolas pasaron a ser instituciones dependientes del Estado, pero administradas por diversas congregaciones religiosas como la orden de San Vicente de Paúl. Recién en 1931, el poder civil obtuvo dominio total de la regencia de las prisiones femeninas y en 1941 se produjo la separación de las presas comunes y las presas políticas (CERVELLÓ, 2006, p. 3).

En el caso de América del Sur, Brasil evidencia que las cárceles fueron espacios de permanente conflicto entre los internos varones, muy lejanos a ser centros de recuperación para los prisioneros. En el caso de las cárceles de mujeres, los

planteamientos teóricos en torno a la criminalidad femenina revelaron discusiones sobre la “tendencia” criminal de la mujer, aunque en menor número si se comparan las cifras con los presos hombres durante el siglo XVIII. Algunos autores de la época, argumentaron que las mujeres poseían una predisposición genética para delinquir, calificándolas de seres débiles, influenciables y físicamente inferiores. Estos argumentos fueron utilizados para disminuir las condenas. En general, se observa que el tema de la criminalidad femenina, presenta un interés creciente en el presente debido a la problemática inmediata vinculada con la expansión del narcotráfico.

Hacia el siglo XIX, diversos criminólogos se interrogaron en torno al comportamiento femenino; de otro lado, la antropóloga De Oliveira, planteó que es posible que el poco interés que existe en torno a la criminalidad femenina se deba a la prevalencia de nociones conservadoras en el sistema de justicia “que enfatiza la criminalidad masculina y deja en segundo plano los delitos cometidos por mujeres, en recurrencia de su imagen socialmente construida, trayendo aspectos de docilidad, maternidad, fragilidad” (DE OLIVEIRA, 2014, p. 217). Ella afirmó que en las consideraciones sobre la mujer y la criminalidad, los prejuicios sobre la “naturaleza femenina” han estado siempre presentes, mientras que se han soslayado aquellos aspectos referentes al peso de la cultura. Su trabajo nos permite notar que desde sus orígenes, las prisiones fueron una gran preocupación de los científicos y eugenistas europeos o norteamericanos que discutieron sesudamente en torno a los modelos prisionales más *idóneos*.

Otro aspecto poco enfatizado sobre el tema, es la relación entre procesos de industrialización, reformas económicas y sistemas punitivos. Normativas como las leyes contra la vagancia, sirvieron para engrosar étnicamente las cárceles (libertos e indígenas) o tuvieron una amplia incidencia en determinados grupos etarios o géneros como los jóvenes y las mujeres. La cárcel y su incremento poblacional mantuvieron una estrecha relación

con las consecuencias de la aplicación de reformas económicas cuyo objetivo era insertar a las jóvenes naciones en procesos de modernización cada vez más complejos, que no consideraron el impacto social y económico de los cambios en los grupos más pobres. Al menos para Brasil, la construcción de recintos exclusivos para el encarcelamiento de mujeres data de finales de los años 30, teniendo como función reeducar al individuo para que pueda retornar a la sociedad.

Como se viene señalando, las cárceles femeninas, primero fueron conventos, regidos por religiosas que ejercieron de custodias del cuerpo y espíritu de las prisioneras. Por ejemplo, la congregación El Buen Pastor d'Angers (1891) "actuó en el Brasil con la misión de auxilio y protección a las mujeres y niñas en situación de miseria, exclusión social y material" (SOARES, 2016, p. 1), esta organización se expandió por diversos países, debido a que llegó a estar presente en cuatro continentes. En América del Norte y el Sur, fueron importantes los recintos administrados en Estados Unidos, Brasil, Chile, Argentina, Uruguay y Perú.

También Argentina nos ofrece la presencia de penales femeninos. Sus orígenes se vinculan al Asilo Correccional de Mujeres, dirigido por monjas, el cual continuó hasta 1974, cuando las autoridades argentinas se hicieron cargo del penal de Ezeiza. Lila Caimari ha señalado que es una paradoja que un gobierno de corte laicista entregará la administración de las cárceles femeninas a la Congregación del Buen Pastor. Esta congregación logró mantener bastante autonomía, respecto al poder civil; se encargó de la formación espiritual de las prisioneras y su rehabilitación para retornarlas al hogar, en calidad de amas de casa o sirvientas. Esta autora señaló que la labor del Buen Pastor fue incipiente, en la medida que la rehabilitación era difícil de contrastar, además del desinterés de parte del estado por el tema (CAIMARI, 2007, p. 5). En 1953, durante el peronismo, la escritora argentina Victoria Ocampo (1890-1979), estuvo presa veintiséis días, por su posición contra Juan Domingo Perón, al que calificó de dictador. A

diferencia de otras mujeres, ella no era pobre y analfabeta, poseía un registro cultural y relacional muy amplio, como se destacó en el documento de defensa que hizo de ella Gabriela Mistral y diversas autoridades intelectuales, quienes lograron su libertad.

Las cárceles femeninas, fueron ocupadas durante el período de la dictadura argentina por presas políticas, un buen ejemplo fue lo sucedido en la ex unidad número 3 de Ezeiza, donde una ex celadora relató que durante los años 82-83, hubieron más de 200 detenidas que fueron liberadas al término del régimen de facto, quedando sólo cincuenta, una década después, la cárcel estaba atestada de mujeres, esta vez por delitos comunes, superando con creces la capacidad del recinto.

El caso chileno resulta otro buen ejemplo para comprender como se desarrollaron las cárceles femeninas. En ese país, durante el período colonial, primero existió la Casa de Recogidas, administrada por las Esclavas de Jesús y organizada en función al trabajo y la oración. Al igual que en el Brasil y Argentina, las cárceles de mujeres fueron regidas con bastante autonomía por la congregación del Buen Pastor a partir de 1857. A estos recintos iban prostitutas, mujeres que tenían un comportamiento “inconforme” en calidad de esposas o incluso hijas difíciles de controlar, por parte de alguna autoridad masculina. El cambio se generó durante la dictadura militar, luego del golpe de estado al presidente Allende (1973), los recintos conventuales fueron adaptados para albergar a más prisioneras. Respecto a la vida cotidiana, las prisiones femeninas se distinguían por su silencio y rezo permanente, además del trabajo cotidiano y de la convivencia de las presas políticas, con sus hijos menores.

Conceptualizando La cárcel femenina

En nuestra propuesta hemos considerado la necesidad de abordar la problemática que sólo se restringe al análisis de la experiencia de la presa política, narrada a través de la literatura

testimonial, porque es posible reconocer en la fuente literaria, un elevado contenido de relato de memoria. En la obra que vamos a destacar se constituye

El deber de memoria o de otros problemas cruciales que apelan a una política de memoria –amnistía versus crímenes imprescriptibles- pueden ser colocadas sobre el título de reapropiación del pasado histórico como una memoria instruida por la historia y herida muchas veces por ella (RICOEUR, 2003, p. 1).

Esa herida es el olvido causado por la banalización de la experiencia traumática, la extinción del recuerdo a través del aniquilamiento de la fuente o de la exclusividad y restricción de su custodia. Nuestro trabajo establecerá las marcas que nos permitan comprender aún en forma parcial cómo funcionó la violencia política desde arriba (estado) y desde abajo (entre presas políticas y comunes), aspectos que hacen difícil incorporar la experiencia carcelaria en la historia política nacional.

La cárcel, y especialmente ciertos aspectos controvertidos que formaron parte de esas experiencias, como la violencia de género, siguen perteneciendo a lo que se conceptualiza como la memoria subterránea (POLLAK, 1989, p. 5). Nos toca explicar “como se manifestaba el “despertar” “de los traumas profundamente anclados” y cómo esa memoria prohibida, clandestina, fue vertida en diversos momentos al papel, en el caso del partido aprista (APRA), entre 1930 y 1956, no como parte de un testimonio vivo para expresar una acusación de valor jurídico, de justicia política, sino en el marco de una estructura ficcional y a la vez real: la novela testimonial.

El primer elemento que se destaca en la novela testimonial es su escritura, en primera persona y el modo en que el relato de lo “excepcional cotidiano” se manifiesta en el texto. La cárcel es una excepcionalidad en la vida del sujeto pero la narrativa trata sobre el día a día de la experiencia, e incluye elementos extra-literarios

(históricos, periodísticos, documentales) y “niega la configuración del texto como ente abstracto y suficiente en sí mismo al conectarlo directamente con la realidad de la que éste surgió, al "obligarle" a mostrarse como parte de una totalidad y no como totalidad misma” (HUERTAS, 1994, p. 4167).

Un segundo aspecto, resalta que esta cercanía a los hechos, expresa que la obra no está cerrada en sí misma, todo lo contrario, se concentra en dar al lector una idea real, casi en el mismo nivel de la comunicación oral. La novela basada en el testimonio es un género híbrido, considerando que es imposible apreciarlas como novelas “puras” o “meros documentos”; es el tratamiento de los datos ofrecidos por el autor, lo que da el carácter de “testimonial” a la obra. Los aspectos literarios estarían situados en el ámbito estilístico o la recreación de personajes, con lo cual se concluye que el género testimonial es híbrido al igual que otros, como la autobiografía o el relato histórico (HUERTAS, 1994, p. 170).

Entendida como una forma de literatura que nos acerca a la historia oral, en la novela testimonial se trata de desprender siempre la voz silenciada, a veces de un esclavo, de una mujer, o como en este caso, de un preso o exiliado político. Esa voz se "interioriza en la interpretación de la historia, desentrañándose el conjunto de la realidad a partir del análisis de una de sus parcelas características, de una faceta preseleccionada" (GUTIÉRREZ, 1993, p. 107). Entonces, la novela testimonial y en este caso las que relatan las experiencias carcelarias, colocan a su autora en calidad de voz narrativa, con un objetivo claro: que la sociedad no olvide lo acontecido en esos recintos olvidados, no sólo por la historia, sino por la sociedad de época, para lo cual pretende “hurgar en el pasado, de recuperarlo y vivirlo en la escritura [...] liberan de “debajo de las piedras” (GUTIÉRREZ, 1993, p. 107). En ese sentido, convendría examinar brevemente, por qué varios de los presos políticos escogieron la literatura testimonial (novela o poesía o el

arte) como la forma de dar a conocer sus vivencias en la cárcel y luego en el exilio.²

Los estudios sobre la cárcel implican un importante acercamiento a las nociones de sociabilidad existentes en estos recintos. Ello conlleva a una reflexión sobre las maneras de relacionamiento de las presas comunes con las presas políticas, y la observancia de los vínculos con el personal que administraba la prisión. Michel Bertrand, señala en su análisis referente a las redes de sociabilidad en el siglo XVIII, que esta categoría

se interesa entonces en la identificación de las interacciones sociales y en la reconstrucción de las relaciones establecidas entre un grupo de actores, que a través de sus relaciones sociales, conforman una entidad social, aunque esta no corresponda necesariamente a una forma ritualizada de socialización (BERTRAND, 1999, p. 53).

Es importante enfatizar que las formas de sociabilidad desde ya resultan difíciles de apreciar en espacios abiertos y heterogéneos, que significan el crecimiento de diversas posibilidades de relaciones. En la cárcel, el constreñimiento del individuo, limita la interacción, pero a la vez nos permite apreciar, como un microscopio, algunas secuencias de relacionamiento más específicas, que en otras circunstancias pasarían desapercibidas, por ejemplo, las relaciones entre las presas, aspectos sutiles de la subordinación, mecanismos de disciplinamiento, diferenciación étnica y la manera en que las institución religiosa impone registros de comportamiento basados en el Marianismo y la Ideología de la Domesticidad, entre las internas.

² Siguiendo la acepción recogida por Asunción Lavrin, el testimonio es comprendido como “un modo de extender el conocimiento y hacerlo una experiencia plural. El deseo de compartir esa experiencia puede obedecer a un fin tan sencillo como “dar a conocer” o puede dirigirse a un objetivo político en cuanto a ejercer una influencia sobre el pensamiento o los sentimientos de quienes reciben el mensaje testimonial” (Lavrin 2003: 89) La literatura testimonial en Latinoamérica como experiencia de mujeres.

La literatura testimonial, en este caso la novela de Magda Portal, nos brinda un buen ejemplo, de la sociabilidad femenina en las cárceles de los años 30', cómo son dirigidos los comportamientos, puestos en evidencia por una mujer letrada. En la cárcel se expone la importancia de una estructura polimodal. El Buen Pastor fue una organización conformada por una red de religiosas esparcida en todo el continente, que obedecían a una misma práctica de evangelización y disciplinamiento femenino. Este tipo de estructuras, funcionaron como

Redes de relaciones fragmentadas, estructuradas no en torno a un núcleo central, sino en torno a varios centros, y que dan nacimiento a una estructura polimodal. Construida con mucha frecuencia en el interior de un grupo que tiene una existencia previa a la red y que sirve de apoyo a los miembros de la red, caracteriza una sociabilidad que los sociólogos bautizan como 'colectiva (BERTRAND, 1999, pp. 61-62).

Las religiosas del Buen Pastor, actuaron en diversos países del continente. Mientras en Argentina, Colombia y Brasil, se iniciaban reformas de origen secular, por ejemplo "el poder religioso aún permanecía inserto en el entramado social y cultural, el cual finalmente era el que determinaba las prácticas reales de corrección así como el etiquetamiento de ciertos grupos de individuos y de ciertos comportamientos como incorrectos o dañinos" (GARCÍA, 2014, p. 49).

En otros casos, ha resultado común observar tipos de sociabilidad que se articulan en el espacio educativo, familiar o en el trabajo, por ejemplo. En la cárcel, sucede otro tipo de sociabilidad, resulta ser un hecho voluntario para las mujeres que participan de la administración, pero arbitrario para las presas, el relacionamiento entre ambos grupos se dio en el marco de una situación atípica, por las características del encierro y el objetivo de redención que se imponen las monjas y carceleras, cuya pedagogía hacia las reclusas consiste en "dominarles con bondad, sí, pero con

firmeza”, a la par de una serie de códigos de comportamiento que implicaban: el uso del silencio, evitar el tuteo, ninguna manifestación de los sentimientos o explicaciones (GARCÍA, 2014, p. 70). Como se observa, las monjas o autoridades religiosas llegaron a conformar una red importante en los países que las albergaron, con bastante autonomía en sus decisiones. De igual manera, la prisión se articula en un entramado más amplio relacionado los aspectos más velados de una sociedad, las mujeres que salen de la prisión (si lo logran) van a cubrir puestos de sirvientas en las casas de diversos patrones o resultan más dóciles, sin resolverse su situación de vulnerabilidad.

Magda Portal: La Trampa (1957)

Antes de iniciar al análisis del corpus de la novela-testimonial de Magda Portal, es necesario precisar su trayectoria política. En 1926 se produjo la primera deportación de Magda Portal (n.1900-1989+), junto con la poetisa uruguaya Blanca Luz Brum. Ambas fueron acusadas de ser parte del “complot comunista” contra el dictador Augusto B. Leguía (1919-1930), en ese momento Magda viajó a Cuba y Blanca a Buenos Aires, era el momento en que “las mujeres empezaban a figurar así cómo políticas más que como intelectuales, siendo nosotras las primeras en ser señaladas como subversivas” (PORTAL, carpeta 57, 1982, p. 29). De Cuba se trasladó a México para estudiar la Revolución Mexicana. Fue apresada por sus actividades políticas, pero antes, conoció a Alejo Carpentier y Roa Bastos e intercambió correspondencia con ellos, luego, cuando se produjo la caída del dictador, retornó al Perú.

La labor política que le tocó realizar implicaba la conformación de las bases del partido aprista para participar en su primera gran contienda electoral nacional, como ella misma recordó “Nosotros organizamos el primer partido aprista y acto seguido convocamos a un Congreso aprista (1930), nuestros

pronunciamientos eran muy revolucionarios, y uno de ellos fue sobre los derechos de la mujer, nunca antes involucrados en ningún partido como tales” (PORTAL, carpeta 57, 1982, p. 46).

Por la preparación y reconocimiento a su trabajo partidario en el exilio Magda Portal influyó en diversos aspectos referentes a la política, teoría económica y el análisis de otras coyunturas revolucionarias. Sin embargo, pese a estos aportes siempre se le señaló como la única que podía efectuar las conferencias dirigidas a las mujeres. Su prédica se *especializó* en ellas.

Los militantes masculinos la admitieron e incluso la admiraron, pero alimentados por los valores de reconocimiento común a las mujeres de la época: protección y control. Observaron en ella a la hija, la madre, la hermana, la compañera, el marianismo elevado a su máxima expresión siempre marcado por la excepcionalidad y belleza. También la discriminación existía al momento de conseguir dinero para los viajes y las conferencias.

Años más tarde y en medio del enfrentamiento entre ella y el líder máximo del partido, Víctor Raúl Haya de la Torre, debido a los nuevos planteamientos en torno al Interamericanismo Democrático sin Imperio, ella lo confrontó, afirmando que este había claudicado ante el imperialismo. Las diferencias entre ambos se ahondaron aún más, durante la organización de la Convención Nacional de Mujeres (1946), donde se reunieron las militantes y el Comando Femenino. En este evento, Portal fue la encargada de aleccionar a las mujeres, campesinas y obreras en términos ideológicos, pero cuando Haya intervino, sólo expuso sobre los deberes de las mujeres en el entorno familiar “porque ustedes no tienen otra función en la vida que el hogar, hacer del hogar su reino” (PORTAL, carpeta 57, 1982, p. 104). La ruptura definitiva se produjo un poco más tarde durante el II Congreso del partido de 1948, en medio de la lectura de las conclusiones, Haya expuso: “hemos considerado que las mujeres en el partido, como todavía no tienen voto, no

pueden ser consideradas miembros auténticos del partido. No pueden ser sino simpatizantes” (PORTAL, carpeta 57, 1982, p. 104). Sobre expresar que el mensaje aunque basado en un hecho real, fue una “interpretación” dirigida contra Portal y las mujeres que ella logró organizar, debido a su *excesivo* protagonismo e injerencia en la formación de cuadros femeninos y no hacer *del hogar su reino*.

A manera de síntesis, se puede señalar que hasta 1950, Portal fue una reconocida activista, periodista y poeta aprista. Su salida definitiva del partido se produjo ese año, *La Trampa* fue publicada en 1957, pero inspirada en las experiencias de 1934, como era de esperar, su publicación fue mencionada en muy pocas antologías literarias, pues se asumió que era escrita con bastante encono contra el APRA. Los especialistas en torno a su obra, señalan que en particular, la *Historia de la Literatura*, obra escrita y editada a lo largo de los años 70 por Luis Alberto Sánchez (intelectual aprista), simplemente la obvió. En todo caso, conviene situarse más allá de los aspectos formales de la obra y entrar en el análisis de parte del contenido.

La Trampa, no está escrita en primera persona, la autora se esfuerza vanamente en señalar que no es una obra biográfica ni autobiográfica, pero no es difícil observar que todos los nombres reales aparecen cambiados y que se pueden reconocer a lo largo de la trama. Magda Portal es Mariel, la líder política que denuncia la manera tan burda y desleal como el Partido Unionista (APRA) ha dejado en la cárcel al joven universitario Charles Stool (Carlos Steer en la vida real), luego que este fuese manipulado para que asesinara al dueño del diario “El Comercio”. Es relevante observar que el mayor objetivo de la obra es denunciar la política imperante en el partido, especialmente en los líderes más importantes, en voz del personaje Stool refiere “en cambio los líderes me impresionaron de otra manera. Sonrientes y satisfechos, llevaban en sus rostros la expresión de dispensadores de favores. A ellos se acercaban los “compañeros” con rendidas

genuflexiones, y con las manos en alto” (PORTAL, 1982, p. 20), luego refiere la fascinación que le causa la figura del “Jefe”, quien exaltando el ego del muchacho, lo estimula a formarse políticamente, mientras otros dirigentes enfatizaban la importancia del uso de las armas, hasta que finalmente se le encarga el asesinato de Antonio Miro Quesada. Después de la ejecución del crimen, que se extendió a la esposa del dueño del diario, Stoll fue atrapado antes que pudiese suicidarse, herido con una bala en la cabeza. En la prisión, el personaje fue describiendo lo aspectos más terribles del encierro, especialmente el proceso. En él, relata que el leiv motiv del crimen es manipulado, endilgándole el asesinato de los oligarcas a causa de una cuestión pasional, para vengar el honor de su madre. Por primera vez, en el texto, se manifiestan otros personajes, importantes para comprender el impacto de la prisión en la vida familiar, la madre, las hermanas, el padre de Charles, en conjunto la sumisión de la vida familiar en la fatalidad.

La segunda parte de la novela se concentra en el testimonio de Portal a través de la voz de Mariel. Se describe en primer lugar, los momentos de persecución de esta joven madre “que había cambiado ya numerosos escondites y siempre estaba bajo la mira de los policías y confidentes, como si abundasen los delatores. La persecución arreciaba. La muerte del general presidente había desatado una verdadera razzia contra los unionistas, presuntos culpables del magnicidio” (PORTAL, 1982, p. 45). Forzada a huir, debe esconderse en diversos lugares, entre ellos, un potrero en las afueras de la ciudad, donde es atacada por los perros que cuidaban los sembríos, afirmando que ella “no lloraba, no tenía miedo. Era algo diferente. Algo como una especie de estupor, de abandono, como si éste fuera el anuncio de que se le cerraban todas las puertas y la dejaban a la intemperie, como si estuviera desnuda” (PORTAL, 1982, pp. 49-50). Finalmente, es atrapada por la policía y llevada a la carceleta, junto con las “borrachitas, mujeres de mal vivir y vagas”.

La existencia de una nueva red de sociabilidad política, en la que ahora se encuentran inmersas las mujeres como Portal, resulta de vital importancia, para comprender el valor de su experiencia. Desde el primer momento, la autora señaló todos los riesgos inherentes a la vida política, pero que además van dando cuenta de un relato específico a su condición de género, como mujer, palabras relacionadas con el llanto, miedo, abandono, desnudez, tienen un mayor peso, en la medida que enfatizan la expresión de los sentimientos y la necesidad de su control, para que ella actúe en el ámbito político. Este discurso es importante, como se ha revisado en la literatura previa de la época, en torno a la discusión sobre la participación de la mujer en la política. El rechazo a esa actividad, devenía de la creencia en la posible masculinización del comportamiento femenino. Este discurso sobre la posible pérdida de la feminidad, no sólo fue sustentado por los hombres, también mujeres vanguardistas como Dora Mayer, señalaron que, el sufragio femenino, significaría:

A mi modo de juzgar el adelanto final que se reservan las “mujeres avanzadas” de Europa y Estados Unidos sería quizá tan fuera de lo deseable como el atraso achacado a la mujer suramericana. Una completa transformación de la mujer en profesional, una demagoga, una militar, una oficinista y una libertina, o sea en una especie de varón honorable o no honorable, sería ciertamente un desastre. Un avance de las “avanzadas” que no se detuviera en una meta, sería un hecho por deplorar. Desde luego, habría un momento en que no [en blanco en el original] a las propagandistas extranjeras que quieran hacer disparar a nuestras dóciles mujeres más allá de la meta verdadera (MAYER, vol. II 1992, p. 208).

Es importante señalar, que la opinión de Mayer sobre las mujeres, no fue compartida por otras feministas destacadas como María Jesús Alvarado Rivera (1878-1971), quien una década antes que Magda Portal, había sido la primera y más activa vanguardista feminista y sufragista peruana. Alvarado había denunciado

activamente la dictadura de Augusto B. Leguía, por ese motivo fue enviada a la cárcel de Santo Toribio (1924) por un período de seis meses, sin embargo, su impresión sobre las prisiones, fue diferente a la que vertió Portal. Tomando en cuenta que ambas mujeres pertenecían a generaciones distintas, nos impresiona la manera en que Alvarado, envuelta en las discusiones de la época, planteaba que la regeneración de las mujeres pobres y especialmente las prostitutas sólo podían darse mediante la instrucción, era el trabajo uno de los mejores medios para la redención de las mujeres pobres. Sobre este punto, varios autores coinciden, en que las cárceles de mujeres fueron siempre espacios privilegiados para el abastecimiento de mano de obra doméstica femenina, por parte de la sociedad. En las cárceles se efectuaba el lavado de prendas provenientes de hospitales, se enseñaban todo tipo de actividades domésticas: cocina, lavado, planchado y se “encauzaba” a las mujeres hacia el matrimonio y la maternidad.

A diferencia de Dora Mayer y María Jesús Alvarado, Magda Portal si optó por comprometerse abiertamente con la política partidaria, aunque sólo mediaran entre ambas generaciones dos décadas, los acontecimientos que distanciaban sus opciones fueron determinantes, en especial, las características del debate ideológico y la trascendencia del activismo y las terribles consecuencias públicas y privadas de las persecuciones³.

Retomando *La Trampa*, esta nos sitúa en un segundo momento en el interior de la prisión, cuando pese a las circunstancias Magda Portal, se considera a sí misma superior a las presas comunes cuando afirma que

Las detenidas la miran intrigada: ésta no es de las nuestras, parecen decirse, su vestido correcto, su aspecto decente, las hace sospechar. Ah, ésta es una “política”...I sueltan una risa burlona. La guardiana asoma por la ventanilla y profiere un grosero

³ Hacemos clara referencia al impacto que tuvieron la revolución Mexicana(1910) y Rusa (1917) en el pensamiento de Magda Portal.

¡silencio!...recibe un escupitajo y un insulto (PORTAL, 1982, p. 54).

Esta situación, también fue bastante común en las cárceles masculinas. La diferenciación entre presos políticos y comunes, significó no sólo una cuestión de pertenencia socio-económica, sino de prestigio. El preso político, generalmente letrado e ideológicamente conocedor de la “verdad”, ingresa al recinto carcelario rodeado de una aureola de reconocimiento público pero también de ignorancia sobre verdadera realidad social del país. En ese contexto, Portal se admira de la poca audiencia que tienen sus planteamientos entre las mujeres presas, mostrando cierta irritación:

Quando les explica sobre el partido, los desacuerdos aparecen inmediatamente, Mariel señala que desea redimirlas, que ellas tienen derechos, que ellas son así porque son pobres, las respuestas de su audiencia son puras carcajadas, finalmente la guardiana las calla ¡silencio perras! y las amenaza a todas con enviarlas a la “aislada” una celda donde reciben mangerazos de agua helada u otra donde sólo se puede estar de pie (PORTAL, 1982, p. 60).

A diferencia de las prisiones masculinas donde los sonidos y los gritos se expanden por todo el lugar, las cárceles femeninas estuvieron exentas de ruido, impera el “silencio y la obediencia” y eran custodiadas por guardianas que habían sido presas redimidas. En los recintos para mujeres, sólo vivían tres tipos de ellas: las monjas encargadas de la dirección y evangelización, las custodias (generalmente ex detenidas comunes) y las presas comunes y políticas, compuestas por mujeres como Mariel), caídas (prostitutas), locas y vagas. Se aplicaba la violencia física de manera cotidiana, especialmente los latigazos y los insultos. Además de estas situaciones, resalta el control del comportamiento sexual, especialmente el afecto entre lesbianas, duramente castigado con ocho días de encierro en las “celdas especiales”, que

no era otra cosa que un rincón en una roca donde sólo cabía estar de rodillas, a pan y agua. Las mujeres “locas” también eran terriblemente violentadas y en diversas ocasiones sólo cumplían la pena, muertas y en dirección a la Fosa Común.

La disciplina en el “cuartel” era extenuante, a las 3 de la madrugada iniciaban los rezos, a las cinco nuevamente más rezos, a las 6 el desayuno compuesto de agua y pan, las 7 el aseo, las 9 lavado de ropa, las 10 rezo, las 11 almuerzo (sopa y papas, arroz y frejoles), 12 lavado general, limpieza de los patios, a la 1 silencio, a las 2 rezo [...], finalmente, nuevamente el amor lésbico aparece en los recintos, cuando Mariel es acechada por una mujer que se ofrece a lavarle la ropa, diciéndole “acaso no se pueden querer dos mujeres...suya...Inés” (PORTAL, 1982, p. 75).

Los dieciséis meses que Magda Portal vivió en la prisión, marcaron una impronta en su existencia personal, presa ella, su madre, su hija de diez años, su pareja Roberto Bolaños, su hermana, aunque en sitios y períodos diferentes, el acontecimiento fue traumático, pero no excepcional. Su familia fue interrogada en diversas ocasiones y mantuvo breves períodos en la carceleta (la antesala de la prisión), mientras su compañero ideológico y sentimental, fue encerrado por diez años, acusado de cómplice de magnicidio. Al término del encierro, el alejamiento de la pareja fue definitivo. Las marcas de la experiencia traumática en el caso de Bolaños, fueron rotundas, alejándose posteriormente del aprismo y emprendiendo una nueva vida en Chile, distante de la política.

Reflexiones finales

- Entre 1932 y 1948, se calcula que hubo alrededor de mil presos políticos, sin estimar el impacto en sus familias, cuyos miembros perdían el empleo o eran hostigados debido a sus vínculos partidarios. En 1932, durante la revolución de Trujillo, contra el gobierno de Luis Miguel Sánchez Cerro, la versión más seria calcula que hubieron 400 personas fusiladas, otra versión indica que llegaron a ser hasta 6000. No se hizo un conteo sobre cuantos exiliados políticos hubieron durante la dictadura

o los períodos de persecución a los comunistas y apristas. Al término de estos procesos políticos se instauraron amnistías totales, eso significó que los responsables de las persecuciones nunca fueran identificados ni procesados.

- La sociabilidad femenina entre las presas políticas y comunes, fue relatada por Magda Portal, de manera bastante descarnada, coincide con los proyectos que se plantearon otras mujeres en torno a cómo debía ser la educación y “redención” de las pobres y transgresoras de la ley. Rezar, trabajar y obedecer, fueron las premisas que orientaron la reeducación femenina en la cárcel. Este tipo de experiencias se dio en un marco de profundos descontentos y reclamos sociales: ocho horas de trabajo, huelgas sindicales, empeoramiento de las condiciones económicas de vida, como el hacinamiento urbano y la pérdida del valor adquisitivo de los jornales. En ese marco, el trabajo femenino, infravalorado, fue considerado necesario por toda la sociedad, fuese las casas de patronas ricas o de la clase media u hombres que demandaban la conformación de una familia con esposas o hijas sumisas.
- La sumisión se obtenía en la cárcel de tres maneras complementarias entre sí: disciplina, trabajo y castigo. Magda Portal, relata en sus experiencias que gestionó el permiso de la Madre Superiora para dar clases de alfabetización “en la mayoría de los casos, eran mujeres indígenas, venidas de la sierra, analfabetas, quechuahablantes con muy poco conocimiento del castellano, siempre en la presencia de una monja” (Reedy, 2000:195). Como se puede inferir, fueron las mujeres que se encontraron en el peldaño social más bajo y vulnerable, las que fueron terminaron presas.
- En términos de género, la novela testimonial, refiere la necesidad de las autoridades de reproducir el arquetipo del Marianismo como modelo de femineidad, sin embargo aquí hay que realizar una observación importante, el Marianismo como parte de una ideología religiosa patriarcal, se concentra en el sacrificio y la obediencia, además del poder de la mujer para controlar su sexualidad, esa misma ideología posee otra figura relevante, María Magdalena, la caída, perdonada y encaminada por Cristo. Aunque ambas imágenes conllevan la misma finalidad, educar el comportamiento femenino, su trayecto inicial fue distinto. En el Marianismo, se reivindica la superioridad espiritual femenina, capaces de contener su sexualidad, mientras los hombres no pueden dominar *sus instintos*. En el caso de la “caída” María Magdalena, esta imagen resulta aún poco estudiada en la historiografía sobre las mujeres subalternas. Con ella, la sexualidad, la prostitución y los crímenes pasionales, cobran

importancia en la medida que la jerarquización entre mujeres aún resulta un aspecto poco develado.

Bibliografía

- Anónimo. **Breve historia de la Casa del Buen Pastor de la serena**, ocupada para encarcelar mujeres durante la dictadura de Augusto Pinochet. Disponible en: <http://www.memoriapopular.cl/documentos/BreveHistoriaCasaBuenPastor.pdf>. Acceso en: nov. 2018.
- AGUIRRE, C. Hombres y rejas. El APRA en prisión. **Bulletin de 'Institutfrançaisd'étudesandines** [En línea], 43 (1), pp.7-30, 2014,. Disponible en <http://bifea.revues.org/4234>. Acceso em: nov. 2018.
- BERTRAND, M. De la familia a la red de sociabilidad. *Páginas*. **Revista digital de la Escuela de Historia**, Universidad Nacional de Rosario, Año 4, n° 6, pp. 48-80, 2012.
- CAIMARI, L. Entre la celda y el hogar. Dilemas estatales del castigo femenino (Buenos Aires, 1890-1940). **Nueva Doctrina Penal**, pp. 427-450, 2007.
- CERVELLÓ, V. Las prisiones de mujeres desde una perspectiva de género. **Revista General de Derecho Penal**, n° 5, Iustel, pp. 1-25, 2006.
- DE OLIVEIRA, M. Criminalidade e prisão feminina: uma análise da questão de género. **Revista Ártemis**, Vol. XVIII n° 1; jul-dez, pp. 212-227, 2014.
- GARCÍA, J. **Monjas presas y “sirvientas”**. La cárcel de mujeres del Buen Pastor, una aproximación a la historia de la política criminal y del encierro penitenciario femenino en Colombia. 1890-1929. Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Económicas, Instituto de Estudios Políticos IEPRI, 2014. [Disertación de Maestría en Estudios Políticos].
- GUTIERREZ, J. Miguel Barnet y su concepción de la novela testimonio. **Revista de Filología de la Universidad de La Laguna**, n° 12, pp. 105-113, 1993.
- HUERTAS, B. El Postboom y el género testimonio. Miguel Barnet. **Cauce: Revista de Filología y Didáctica**, n° 17, pp. 165-176, 1994.

- LAVRIN, A. La literatura testimonial en América Latina, como experiencia de mujeres. Santiago de Chile: **Actas del 51° Congreso de Americanistas**, pp. 89-104, 2003. Disponible en https://www.academia.edu/2476137/La_Literatura_testimonial_en_Latinoamerica_como_experiencia_de_mujeres. Acceso en: nov. 2018.
- MAYER, D. **Memorias**. Vol. I y II. Universidad Nacional Mayor de San Marcos.. Lima: Seminario de Historia Rural Andina, 1992.
- POLLACK, M. **Memoria, Olvido, Silencio**. 1989. Disponible en <https://arqueologiaymemoria.files.wordpress.com/2014/09/pollak.pdf>. Acceso en: nov. 2018
- PORTAL, M. **La Trampa**. Editorial Poma, Lima-Perú, 194 p., 1982.
- PORTAL, M. **Correspondence and Other Digitized Files (1932-1982). Carpet 57**. Universidad de Texas. Disponible en https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/14197/Carpeta_57.pdf. Acceso en: nov. 2018.
- REEDY, D. **Magda Portal. La pasionaria peruana**. Ediciones Flora Tristán, 386 p., 2000.
- RICOEUR, P. **Memoria, Historia e Esquecimento**. 2013. Disponible en http://www.uc.pt/fluc/uidief/textos_ricoeur/memoria_historia. Acceso en: nov. 2018.
- SEOANE, J. **Hombres y rejas**. Santiago de Chile: Ediciones Ercilla, 352 p., 1937.
- SOARES, D. Congregação Bom Pastor D'angers: história da administração das prisões femininas no Brasil. **II Simpósio Internacional de ABHR, História, Gênero e Religião**. 25 a 28 de julho, Florianópolis, 2016.
- TEIXEIRA, A. “Presídio de Mulheres”: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009**.
- TODOROV, T. **Los abusos de la memoria**, 2000. Disponible en http://comisionporlamemoria.org/bibliografia_web/memorias/Todorov.pdf. Acceso en: nov. 2018.

Terceira parte

Gênero, sexualidade e ensino de história

Protagonismos do feminino na pintura nas Penínsulas Ibérica e Itálica entre os séculos XVI e XVII

*Cristine Tedesco*¹

“Por que é que não existiram grandes mulheres artistas?” Esse questionamento intitula um artigo da historiadora norte-americana Linda Nochlin (1971). Problematizando a questão, a autora ressalta que não seria suficiente apresentar casos de grandes mulheres artistas. Nochlin também mostra que é insuficiente defender um suposto estilo feminino, o qual não deveria ser analisado segundo os mesmos critérios do masculino. Filipa Lowndes Vicente (2005), lembra que, embora nos anos de 1970, vozes feministas engajadas tenham produzidos trabalhos na mesma perspectiva de Linda Nochlin, ainda se fazia presente a noção desenvolvida no século XIX de uma arte feminina usada como “modo de distinguir a arte “séria”, profissional e, implicitamente masculina, daquela produzida por mulheres e, portanto, feminina, “amadora” e secundária” (VICENTE, 2005, p. 209).

Essas questões ajudam a entender porque a arte produzida por mulheres foi considerada menos relevante, e por isso menos estudada em relação à produção dos artistas, muitas vezes identificados como “gênios”. Também contribuiu para o silenciamento das vozes femininas no mundo da criação artística o baixo interesse das instituições em organizar exposições a partir da

¹ Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com período de bolsa sanduíche - Erasmus Plus - de 12 meses na Università Ca Foscari de Veneza (2016-2017).

produção feminina. Ana Paula C. Simioni (2007) destaca que, para além da qualidade e genialidade, a presença ou não das mulheres artistas na historiografia depende, em grande parte, dos responsáveis pela escrita da história, a saber, o historiador da arte, o crítico, o museólogo e o curador, personagens determinantes na construção de um destino para obras de arte e seus criadores, aquilo que se denomina “cânon”. Nesse sentido, acreditamos que a arte produzida por mulheres, em diferentes tempos históricos, evidencia um campo concreto de análise e encaminha discussões, visando uma revisão dos discursos produzidos historicamente onde as artistas permaneceram relegadas “[...] a toda sorte de pinturas vistas como menores”, nas palavras de Ana Simioni (2008, p. 110).

Para pensar as trajetórias das pintoras que mencionaremos ao longo do trabalho, é importante levar em consideração algumas questões sobre as dificuldades de ingresso das mulheres no mundo da criação artística. O trabalho de Nochlin (1971) destaca alguns dos obstáculos socialmente impostos às mulheres artistas, como, por exemplo, a falta de acesso ao nu humano, que acabava limitando suas produções a gêneros como natureza morta e retratos. Nesse sentido, Filipa Lowndes Vicente (2005) explica que no período entre os séculos XVI e XIX, “[...] os gêneros artísticos mais prestigiados pressupunham um domínio do corpo humano, que dependia de uma aprendizagem direta do mesmo” (VICENTE, 2005, p. 210).

O caso de Artemisia Gentileschi (1593-1654) nos ajuda a pensar essas questões. Filha de pai artista, o pintor maneirista Orazio Gentileschi (1563-1639), Artemisia teve acesso ao ateliê do pai, no qual trabalhou também como modelo, em Roma. Contudo, o acesso ao nu se dava através de seu próprio corpo, conforme afirma Judith Mann (2011). Suas primeiras produções revelam a perspectiva do autorretrato, mesmo quando pintou heroínas bíblicas do Antigo Testamento. Provavelmente foi a partir de seu corpo que Artemisia idealizou imagens como Susana [no banho] e os velhos, Judite degolando Holofernes e A Virgem amamentando o Menino, produzidas em Roma, antes de sua partida para Florença, em 1613.

Se analisarmos a trajetória de Artemisia Gentileschi, ainda que estivesse condicionada aos limites de ser mulher em seu tempo, podemos ver que ela se consolidou como pintora: produziu para as cortes do século XVII, como a família Medici; para colecionadores particulares importantes de diferentes regiões da Península Itálica; além de ter sido convidada para concluir uma obra que o pai havia iniciado na residência da família real, em Londres. Reconhecida pelos seus pares, a pintora foi representada em obras como o “Retrato de Artemisia” (1623-26), produzido pelo pintor francês Simon Vouet para integrar a coleção de artistas apreciados por Cassiano dal Pozzo (1588-1657). Conforme apontam os estudos de Francis Haskell (1997, p. 83), dal Pozzo foi um prestigiado colecionador de arte de Roma e um dos responsáveis pelo desenvolvimento da vida artística romana do período. Em Roma, Artemisia também foi admirada por outros artistas de seu tempo, como Pierre Dumonstier, que desenhou a “Mão direita de Artemisia Gentileschi segurando o pincel”, em 1625. Artemisia ainda teve seu rosto gravado em um medalhão, entre 1625 e 1630, intitulado “Medalha com retrato de Artemisia Gentileschi”.

Para Filipa Lowndes Vicente (2005), o gênero é determinante nesse processo de exclusão e ocorre por duas vertentes principais.

Em primeiro lugar, as condicionantes socioculturais que afetaram especificamente cada mulher artista. [...] A identidade de artista estava sempre condicionada pela identidade de ser mulher. Ter nascido mulher foi sempre um entrave ao ser artista: a falta de acesso ao ensino artístico ou às possibilidades de viajar, das condicionantes sociais à profissionalização feminina, sem esquecer o peso das responsabilidades familiares (VICENTE, 2005, p. 214).

Em segundo lugar, o fator que também contribuiu para determinar o gênero como fator de exclusão, de acordo com a mesma autora, foi a própria produção do século XIX, na qual consolidou-se uma história da arte que definiu aquilo que considerou

digno de ser estudado. Uma história da arte enraizada em obras como a de Giorgio Vasari (1511-1574), reafirmando os conceitos de genialidade, originalidade, qualidade, estilos, etc. Para Vicente (2005), podemos acrescentar a estes instrumentos de análise o da masculinidade da criação artística. “As mulheres artistas constituem a exceção à norma. Encontram-se determinadas por aquilo que poderíamos denominar as ‘reservas’ da história da arte em integrá-las no seu discurso escrito e visual” (VICENTE, 2005, p. 214). Reservas num duplo sentido, segundo Filipa Vicente (2005); reservas dos museus como espaços de preservação, mas não de estudo científico e de visibilidade destinado às mulheres artistas, tendo em vista os critérios do cânone artístico; e as reservas da própria disciplina da história da arte relativamente ao “não assunto” das mulheres na arte. Nessa perspectiva, as mulheres artistas estariam sujeitas a um duplo processo de exclusão, o da história vivida e o da história construída, salienta Filipa L. Vicente (2005).

O crescimento da participação feminina na profissão artística na Europa no período entre os séculos XV e XVII é resultado de uma mudança no *status* das mulheres na vida social, conforme Consuelo Lollobrigida (2012). A pesquisadora lembra que no tratado *De Pictura* de Leon Battista Alberti, publicado em 1435, a pintura é dividida em categorias. A pintura a partir de temas históricos, que, por seu valor didático, é considerada a mais relevante, seguida pelos retratos, temas da vida cotidiana, paisagens e natureza morta.

As mulheres estavam relegadas aos gêneros considerados menores, porque o estudo do corpo masculino nu, vivo ou morto, era avaliado como indecoroso; as mulheres não eram autorizadas a viajar sozinhas, mesmo que fosse para fins de estudos; Conforme Lollobrigida (2012) “era considerada ameaçadora a atuação de mulheres que queriam libertar-se dos papéis aos quais tinham sido relegadas por séculos” (LOLLOBRIGIDA, 2012, p. 5).

No que se refere à atuação das mulheres na produção artística, a partir da segunda metade do século XVI, observam-se

algumas modificações. Um lento processo torna-se visível por meio da atuação de mulheres como “sócias” em atividades do marido ou do pai, o que ocorreu com Diana Ghisi, Anna Maria Vaiani e Virginia dal Vezzo, por exemplo, de acordo com Consuelo Lollobrigida (2012). No século XVII, já encontramos casos de mulheres artistas que conduziram suas vidas de forma mais independente em relação aos períodos anteriores, como as pintoras Giovanna Garzoni, Artemisia Gentileschi e a arquiteta e pintora Plautilla Bricci.

Consuelo Lollobrigida (2012) ainda lembra que a partir do século XVII se nota, também, um tímido progresso na alfabetização feminina, quando o tema da educação se insere num quadro mais amplo de preocupações do Estado moderno. O problema da educação feminina é discutido desde o início do século XVI, quando à tríade rezar – ler – fazer contas são adicionadas novas disciplinas, praticadas nos conventos, nas escolas de caridade, ou no interior das próprias famílias, mas com renovado vigor.

Em 1528, Baldassarre Castiglione publica a obra intitulada *Il libro del Cortegiano*, em Veneza e Florença, dedicando um capítulo à mulher ideal. Consuelo Lollobrigida (2012) destaca algumas questões interessantes da obra de Castiglione: todas as qualidades e as artes indispensáveis ao cortesão são apropriadas à mulher, “[...] uma instrução de alto nível, saber pintar, tocar e cantar; escrever poesia; saber desenvolver uma conversa argumentativa e inteligente” (LLOLBRIGIDA, 2012, p. 6). Conforme a mesma autora, a obra de Castiglione teve o mérito de difundir tais princípios em todos os estados europeus contribuindo para disponibilizar às mulheres uma instrução mínima.

Nos diálogos do Terceiro Livro do Cortesão, Castiglione escreve, referindo-se às mulheres: “Eu digo que elas devem ser consideradas tanto quanto o cortesão” (CASTIGLIONE, 1965, p. 284). Ao longo do mesmo capítulo, Castiglione exalta as virtudes relevantes que as mulheres dignas de um cortesão deveriam ter. A nobreza no modo de portar-se, a graciosidade no modo de falar, a

beleza, os costumes, as habilidades, o saber, a bondade, e tantas outras virtudes que serão a causa do amor do cortesão pelas mulheres (CASTIGLIONE, 1965, pp. 285-286).

O modelo de virtuosidade que fundamentou as obras de caráter biográfico sobre artistas como Properzia de Rossi, Lavinia Fontana e Elisabetta Sirani, também perpassou a escrita dos textos que abordaram a trajetória da pintora Sofonisba Anguissola (1535-1625). Nascida na cidade de Cremona, Sofonisba era representante de uma categoria de jovens artistas da pequena nobreza, cujos horizontes culturais foram alargados através de obras como *O Cortesão* de Baldassare Castiglione, publicada em 1528. O autor propõe uma perspectiva de acesso do feminino, pertencente às camadas mais privilegiadas da sociedade, às artes e a cultura.

Um dos textos mais antigos no qual estão registradas referências à Sofonisba Anguissola foi produzido pelo pintor Alessandro Lamo e publicado em Cremona, em 1584. A obra, intitulada *Discurso*, é um trabalho sobre a vida e a obra do também pintor cremonense Bernardino Campi (1520-1591), considerado o mais prestigiado pintor local. Conforme Lamo (1584, pp. 37-38), as irmãs Sofonisba e Elena, filhas de Amilcare Anguissola² e Bianca Ponzana³, estudaram desenho na casa de Bernardino Campi, a partir de 1546, onde permaneceram por três anos. O mesmo autor elogia as irmãs referindo-se a elas como “*due virtuose Gentildonne*” e afirmando que Sofonisba se destacava tanto na arte de pintar como na nobreza de sua alma (LAMO, 1584, p. 39).

A fama da “valorosa pintora” chegou aos ouvidos de Felipe II (1527-1598), rei da Espanha, e, com consentimento do pai, Amilcare Anguissola, Sofonisba foi convidada para atuar em sua Corte, de acordo com Filippo Baldinucci (1820, p. 99). Tomadas todas as providências para uma viagem cômoda até a Espanha,

² Membro do *Concilio dei Decurioni di Cremona* e atuante no mundo empreendedor e diplomático local (LOLLOBRIGIDA, 2012: 8).

³ Exponente de uma importante família aristocrática cremonense (*ibidem*).

acompanhada por dois *gentiluomini* e duas damas, Sofonisba foi encaminhada à Madri, em fevereiro de 1560. Segundo o biógrafo, após alguns dias de descanso, Sofonisba iniciou a produção de um retrato de Isabel de Valois (1545-1568). Criando um retrato dentro do retrato (fig. 1), a artista apresenta a terceira esposa de Felipe II segurando uma imagem em miniatura do rei. O retrato revelou-se uma maravilha ao olhar, mais majestoso não se poderia desejar, afirma Baldinucci (1820, p. 100). O mesmo autor também salienta o retrato do rei, produzido pela pintora, cuja imagem muito o agradou, além de diversas outras obras produzidas na Espanha, que lhe trouxeram fama internacional.

A internacionalização também se deu no caso de Artemisia Gentileschi. Ambas atravessaram o território francês, Sofonisba com destino a Madri, em 1560, e Artemisia rumo a Londres, em 1638, onde foi a convite da Coroa inglesa para finalizar uma obra iniciada por seu pai, Orazio Gentileschi. Além de finalizar o trabalho do pai, Artemisia produziu um “Autorretrato como alegoria da pintura”. O quadro foi documentado no acervo da coleção real em 1649.

De acordo com o pesquisador Jorge Sebastián Lozano (2013), Sofonisba Anguissola obteve sucesso em âmbitos historicamente reservados aos homens, além de ter sido a primeira mulher artista a ter suas obras expostas no *Museo del Prado*. O mesmo autor chama a atenção para o contexto histórico da chegada da pintora na Espanha, evidenciando sua condição de dama de companhia da rainha Isabel de Valois. Sofonisba não foi chamada à corte apenas por ter nascido numa família aristocrática, mas principalmente por sua atuação como pintora e mulher culta. Contudo, é provável que sua habilidade artística e sua cultura não teriam feito dela a personagem que foi, sem sua notável presença na corte espanhola, a mais relevante de seu tempo, conforme Lozano (2013, p. 185).

Lozano (2013) salienta que Sofonisba foi uma italiana entre as damas francesas e espanholas; uma mulher nobre entre os pintores da corte; uma dama de companhia da rainha, mas

também sua mestra de pintura. Estas diferentes facetas de sua vida ajudam a explicar porque o museu com mais obras suas é o Prado. Herdeiro das antigas coleções reais de pintura, é o museu que melhor contribui para pensar a trajetória de vida e a obra de Sofonisba Anguissola, destaca Lozano (2013, p. 186). Para o mesmo autor, por mais de três séculos, o silêncio da história da arte foi quase absoluto sobre a pintora, cuja trajetória merece o título de principal mulher artista do período.

Sofonisba Anguissola, primogênita de seis irmãs e um irmão, recebeu uma exemplar educação humanística, oportunizada pelo pai, Amilcare, a todos os filhos, segundo Jorge Lozano (2013). Menos comum no período era uma mulher que não fosse irmã, filha ou nora de um pintor aprender a pintar, como foi o caso de Sofonisba, diferente de Lavínia Fontana, Elisabetta Sirani e Artemisia Gentileschi, todas filhas de pintores. Além de destacar-se como retratista entre as alunas do pintor Bernardino Campi, impulsionada por uma ativa política de relações públicas de seu pai, Sofonisba tornou-se conhecida entre artistas e mecenas de toda a Itália, culminando no convite para atuar na corte espanhola.

Sobre as circunstâncias do período no qual Sofonisba viveu na Espanha, Lozano (2013) lembra que, durante o verão de 1559, o duque de Alba preparava em Paris o noivado entre Felipe II e Isabel de Valois. Entre outras questões, se ocupou em selecionar as damas que a rainha adolescente levaria consigo para a Espanha. É provável que, devido ao período em que atuou como vice rei em Milão, o duque tivesse tido notícias da jovem pintora cremonense, salienta Lozano (2013, p. 188); também é possível que o duque soubesse do interesse da rainha pelo desenho, e assim Sofonisba se tornaria importante para educá-la. Durante o período em que atuou na Espanha, Sofonisba revelou suas aptidões tanto na pintura de retratos como também no ensino das técnicas à então jovem rainha Isabel de Valois (2013: 190).

Entre as obras mais conhecidas estão, por exemplo, os retratos do rei Felipe II da Espanha, e das rainhas Isabel de Valois e Ana da Áustria, atualmente na coleção real do Museu do Prado.



FIGURA 1: Isabel de Valois, segurando um retrato do rei Felipe II (1561-1565). Óleo sobre tela, 206 x 123 cm. Sofonisba Anguissola. Detalhe. Museo Nacional del Prado.



FIGURA 2: Autorretrato com o cavalete (1556). Óleo sobre tela, 66 x 57 cm. Sofonisba Anguissola. Muzeum-Zamek, Lancut, Polónia.

Os rostos e as mãos dos retratados chamam a atenção do espectador pela habitual suavidade da pintura de Anguissola, destaca Lozano (2013, p. 189). Olhos grandes e expressivos, rostos

de formas arredondadas, delicados tons rosados de pele e os traços finos condizem totalmente com o estilo mais característico de Sofonisba, declara o mesmo autor. Para Lozano (2013), são retratos de uma especial intimidade da vida privada da família real espanhola.

O sucesso de Sofonisba na produção de retratos foi mencionado na segunda edição da obra *Vidas*, de Giorgio Vasari (1859). Ainda que não tenha dedicado um capítulo independente à biografia de Sofonisba, optando por registrá-la ao final do texto sobre a escultora Properzia de Rossi, Vasari (1859) escreve a respeito da visita que fez à casa da família Anguissola na época em que a pintora já vivia na Espanha. Vasari se demonstra impressionado pela atuação de Sofonisba afirmando que, para além de desenhar, colorir e copiar excelentemente imagens de outros artistas, ela própria fez coisas raríssimas e belíssimas através da pintura, com tal excelência que o rei da Espanha interessou-se por suas virtudes e méritos (VASARI, 1859, p. 322)⁴.

A trajetória de Sofonisba Anguissola continuou gerando curiosidade nos artistas da época, mesmo quando a pintora encontrava-se em idade avançada. Em julho de 1624, chegou à cidade de Palermo, a convite do vice-rei de Nápoles, o jovem pintor flamengo Antônio van Dicky. De acordo com Jorge Lozano (2013, p. 193), o artista emergente solicitou uma entrevista com Sofonisba e surpreendeu-se com a lucidez e a cortesia da pintora, apesar da perda de visão que a impedia de pintar. Na ocasião, van Dicky produziu um retrato da artista, que não privou-se de dar-lhe muitos bons conselhos, por exemplo, sobre como iluminar o rosto para disfarçar as rugas. Apesar de ter perdido a visão, continuou mantendo contato com os mestres da arte, explica Vincenzo

⁴ No capítulo sobre Benvenuto Garofalo e Girolamo da Carpi, Giorgio Vasari lembra que, ao visitar a casa da família Anguissola em Cremona, lhe foi mostrada a carta de Sofonisba ao Papa e a carta do Pontífice em resposta ao retrato da rainha Isabel de Valois, produzido por Sofonisba e enviado a Roma. As duas cartas foram publicadas junto ao texto de Giorgio Vasari (1859, p. 493) e também na obra de Filippo Baldinucci (1820, p. 101).

Lancetti (1819). Conforme o mesmo autor, Sofonisba discutia com muita clareza sobre as questões mais difíceis da pintura, propondo formas de superá-las (LANCETTI, 1819, p. 261). Artemisia Gentileschi também atuou em Nápoles a convite do vice-rei em dois períodos, entre 1630 e 1638 e após uma temporada em Londres quando retornou a Nápoles, entre 1640 e 1641, onde, ao que tudo indica, permaneceu até seus últimos dias.

Ainda que não faltassem retratos de Sofonisba nas coleções reais da Espanha, a memória da pintora perdeu-se rapidamente. Lozano (2013) destaca dois principais motivos para isso. Em primeiro lugar, porque, na Espanha, muitas vezes os quadros não eram assinados, como normalmente se fazia na Itália. Em segundo lugar, porque Sofonisba não cobrava valores em moeda por suas obras. De acordo com Lozano (2013, p. 194), isso a equiparava a um trabalhador manual e a associava à sua atuação como dama da rainha. Os encargos que recebia pelas pinturas lhe eram dados informalmente, através de presentes, joias e objetos preciosos. Nas contas da família real, não foram registrados pagamentos oficiais por suas obras, motivo pelo qual seu nome não aparece entre os pintores que trabalhavam para a coroa. Contudo, a investigação de Lozano (2013) mostra que Sofonisba tinha contato direto com os pintores da corte, como mostram suas encomendas de pigmentos e colaborações em quadros de outros artistas.

Nesse sentido, é possível que outros fatores também tenham contribuído para um certo esquecimento das mulheres artistas. No caso de Artemisia Gentileschi, por exemplo, ainda que a pintora tivesse assinado por parte de suas obras e deixado outros tipos de fontes, como cartas, inventários e certidões que documentam sua trajetória, além de ter contribuído em obras de outros artistas, sua memória também se perdeu após sua morte. A lápide com seu nome foi removida durante o restauro do local onde provavelmente seu corpo havia sido sepultado, em Nápoles. Entendemos que o gênero, provavelmente, foi um fator

determinante no processo de esquecimento/silenciamento das trajetórias dessas mulheres artistas.

Para além dos retratos produzidos durante o período espanhol, Sofonisba Anguissola também se destacou por seus inúmeros autorretratos, em sua maioria feitos durante sua juventude, na década de 1550. Para Jorge Lozano (2013), entre os fatores que motivaram seu interesse pelo gênero estava a facilidade de encontrar uma modelo para suas obras. A pintora encontrava nela própria uma modelo absolutamente comprometida. Além disso, Lozano (2013) afirma que os autorretratos, especialmente os feitos em miniatura, constituíam um excelente suporte publicitário, e esse foi o principal uso que lhes deu seu pai, Amilcare, e ela mesma, enviando-os a diversas cortes e pessoas de renome. As obras eram vistas como uma amostra de sua maestria pictórica e de sua aparência pessoal e foram convertidas, muitas vezes, em objetos de colecionador, aumentando sua notoriedade e provocando um interesse crescente (LOZANO, 2013, p. 201). Em seus autorretratos, muitos deles com referências ao uso de espelhos durante sua produção, Sofonisba se representava em cenários e ambientes privilegiados, exaltando a arte, os livros, os instrumentos musicais, todos os elementos de sua vida como estudante da cultura. Em seus autorretratos, se apresentava com penteados impecáveis, austeros, quase sempre com vestidos pretos ornamentados com rendas, brocados e gorjeiras, consideradas símbolos de qualidade intelectual, moral e social. Os elementos que fazem referência ao mundo das artes também são amplamente explorados por Artemisia Gentileschi em seus autorretratos. Com as vestes mais sofisticadas de seu tempo, Artemisia produz imagens nas quais se representa no ato de pintar, tal como Sofonisba Anguissola já havia feito.

Para Jorge Lozano (2013, p. 202), os autorretratos de Sofonisba revelam sua modéstia, uma vez que encara de forma franca e direta o espectador. Outras variantes do autorretrato a mostram tocando a *espineta*, um instrumento de teclado que

integrava parte das habilidades desejáveis para uma dama aristocrática. Também são interessantes os autorretratos nos quais faz referência às suas aptidões como pintora. Lozano (2013) destaca o quadro em que a pintora se mostra com a mesma indumentária sóbria das outras imagens, mas se coloca no ato de pintar uma Madona com o Menino, rodeada por seus instrumentos de trabalho (fig.2). Para o mesmo autor, Sofonisba evidencia na imagem sua própria virtude, mediante uma mostra de sua devoção religiosa, e ainda declara a si mesma como pintora não apenas de retratos, mas também de temas religiosos, ampliando assim a visão a respeito de suas capacidades artísticas.

Entre as últimas questões abordadas na investigação de Jorge Lozano (2013), uma nos interessa em especial. O pesquisador problematiza a existência de um possível caráter feminino na obra de Sofonisba Anguissola, o que é válido para pensar a situação de outras mulheres artistas. Lozano lembra que seus retratos se distanciam das obras concebidas por seus colegas pintores e têm sido frequentemente vinculados à sua “condição feminina”, nas palavras do autor (LOZANO, 2013, p. 203). Lozano destaca que quando são discutidas as obras de artistas como Tiziano, Antônio Moro ou Sanchez Coelho, contemporâneos de Sofonisba, ninguém atribui um possível caráter masculino aos seus estilos: simplesmente se diz que as obras possuem o caráter ou o estilo de seu autor. Para Lozano (2013), parece impossível afirmar que tenham existido formas femininas de pintar, diferentes das masculinas. As especificidades da obra de Sofonisba não são radicalmente diferentes das particularidades das imagens de outros artistas de seu entorno. Nesse sentido, sua obra está associada em grande medida à técnica dos mestres que conheceu durante sua educação na Península Itálica e sua estadia na corte espanhola (LOZANO, 2013, p. 204). O que separa os retratos de Sofonisba dos produzidos por Coelho e Moro, por exemplo, se deve, claramente, à influência que exerceram sobre ela outros pintores, como Correggio ou Campi, junto com seu próprio

desenvolvimento artístico pessoal, como ocorre com a imensa maioria dos artistas, declara Lozano (2013).

Por ter permanecido um longo período na corte espanhola, Sofonisba produziu para um grupo mais restrito se comparada à Artemisia Gentileschi. Ainda que, durante sua trajetória, Artemisia tenha atuado para duas cortes diferentes, (família Medici e coroa inglesa), a pintora produziu com muito mais frequência para um público amplo de mecenas e patronos. Primogênita entre os filhos de Orazio Gentileschi, Artemisia não ensinou os irmãos a pintar, como fez Sofonisba, mas utilizou de sua mão de obra, principalmente de Francesco, para fazer as entregas das obras que produzia, em especial nos períodos em que atuou em Roma e Nápoles.

A virtuosidade é um elemento que aparece com frequência nos textos que registram a atuação das mulheres artistas. Nas obras de diferentes biógrafos, a escultora Properzia de Rossi e as pintoras Lavínia Fontana, Elisabetta Sirani e Sofonisba Anguissola são apresentadas como mulheres virtuosas. Diferente de Artemisia Gentileschi que foi descrita como “valente pintora”, quando lembrada pelo biógrafo Filippo Baldinucci (1728, p. 293), por exemplo.

O biógrafo Filippo Baldinucci destacou que Artemisia obteve grande sucesso em Nápoles, a partir de 1630, onde produziu para príncipes e nobres daquela cidade “[...] trabalhando com sua grande glória” (BALDINUCCI, 1728, p. 294). Para além da problematização da fonte, visto que é associada a registros escritos e orais disponíveis na época, o texto de Baldinucci (1728) se demonstra importante para pensar como os primeiros escritos de caráter biográfico sobre Artemisia a representaram. Nesse sentido, interessa-nos refletir a respeito de como a pintora foi lembrada e em que se aproxima e se distancia das descrições de outras mulheres artistas de seu tempo.

Para entender a associação das artistas com a virtuosidade, utilizamos a investigação de Jorge Lozano (2006) sobre modelos de feminilidade vigentes na Europa a partir do século XVI. De acordo com o pesquisador, a cultura visual contribuiu para reforçar os ideais

de feminilidade da época. Nesse sentido, Lozano (2006, p. 71) lembra que, para a cultura renascentista, beleza e bondade eram duas caras de uma mesma moeda. A beleza era considerada uma combinação entre beleza física e virtude moral, salienta Lozano (2006). Todavia, apesar de homens e mulheres compartilharem um mesmo espírito aristocrático, os discursos sobre gênero e poder regiam assimetricamente às funções sociais e características pessoais, as quais eram construídas de forma marcadamente diferente.

A obra de Baldassare Castiglione sobre o perfeito cortesão, por exemplo, revela que mesmo com algumas qualidades sendo vistas como comuns e necessárias tanto aos homens quanto às mulheres, algumas outras convêm mais às mulheres, a exemplo da beleza. Para Castiglione (1528, livros III e IV), muito falta àquela mulher à qual falta a beleza. O mesmo autor ainda explica que a mulher deveria ser mais cautelosa e não dar motivos para que falassem mal dela, de modo que não fosse manchada pela culpa, nem pela suspeita, porque, segundo ele, para a mulher não havia tantas vias para defender-se das falsas calúnias como havia ao homem.

Assim, para uma dama, a beleza e a virtuosidade eram uma necessidade. Conforme Jorge Lozano (2006), a virtude interior incluía todo o repertório de dons morais que faziam da mulher uma cristã respeitável e uma digna representante de sua família, sendo o mais importante a castidade. Sem ela, a transmissão de títulos, privilégios sociais e propriedades a seus legítimos herdeiros estaria ameaçada, declara Lozano (2006, pp. 71-72). O mesmo autor lembra que virtude e beleza também eram desejáveis ao cavalheiro perfeito, mas nunca com a importância que adquiriram no caso feminino.

Para Lozano (2006), a imagem teve papel importante na disseminação da virtude e da beleza. Retratos de homens e mulheres foram ganhando espaço até conquistarem autonomia como gênero pictórico no final o século XV. Além disso, os retratos eram utilizados para apresentar as noivas em toda a sua riqueza, para testemunhar seu dote e, implicitamente, o status de sua família. Por outro lado, a virtude masculina dependia de ações executadas pelos cortesãos, seja

na área militar, política, literária ou religiosa, enquanto o prestígio do modelo feminino ideal passava pelo seu caráter de passividade e inatividade, afirma Lozano (2006, p. 77).

Essas considerações nos ajudam a pensar o caso de Artemisia Gentileschi. Entre as artistas investigadas na tese de doutorado da qual este texto faz parte, Artemisia é a única que, quando citada nas obras de caráter biográfico, não é lembrada pela ótica da virtuosidade. Nesse sentido, algumas hipóteses podem ser consideradas. Em primeiro lugar seu desvirginamento forçado, aos 18 anos, em Roma, do qual resultou uma grande exposição pública devido ao processo crime que acusou o pintor paisagista Agostino Tassi pelo crime. Uma jovem desonrada constrangia não apenas a si mesma, mas principalmente sua família e a moral vigente no período. Em segundo lugar, a produção artística de Artemisia a afasta do modelo de virtuosidade da época. Uma das primeiras telas produzidas por Artemisia, em 1610, “Susana e os velhos” (fig. 3), escandalizava pela nudez, visto que às mulheres era recomendado que pintassem apenas retratos e natureza morta.



FIGURA 3: Susana e os velhos (1610). Óleo sobre tela, 170 x 119 cm. Artemisia Gentileschi. Detalhe. Castelo Weissenstein, Pommersfelden.



FIGURA 4: Alegoria da Inclinação (1615). Artemisia Gentileschi. Óleo sobre tela, 152 x 61 cm. Casa Buonarroti, Florença.

Cabe a ressalva de que, entre 1612 e 1613, a pintora Lavínia Fontana também produziu telas nas quais pintou a nudez da figura feminina. Entretanto, o posicionamento do corpo da Minerva de Fontana favoreceu o encobrimento de regiões do corpo que a Susana de Artemisia desvela. Além disso, em sua obra Susana (fig. 3), a artista utilizava o próprio corpo como modelo. Assim, não era o corpo de uma modelo à mostra na imagem, mas o da própria Artemisia, o que aumentava sua exposição. A pintora apenas poderia contratar modelos para as obras se fosse membro da Academia de Desenho, o que aconteceria alguns anos depois, em 1616, na cidade florentina.

Em 1615, em Florença, novamente Artemisia pintou seu corpo, completamente nu, para a produção da “Alegoria da inclinação” (fig. 4) encomendada por Michelangelo Buonarroti, o *Jovem*, para a galeria da Casa Buonarroti. Luciano Berti (1991, p. 13) destaca que Artemisia recebeu um pagamento de 34 *fiorini* pela obra, o que significa mais do que o triplo dos valores pagos a jovens pintores da época. Artemisia pintou uma mulher completamente nua tão realista, tão feminina, que alguns anos depois, a pedido dos proprietários da pintura, a figura foi vestida pelo pintor Baldassare Franceschini, o *Volterrano*, de acordo com

Tiziana Agnati (2001, p. 23). O artista jogou uma roupagem moralista na figura humana produzida por Artemisia.

De acordo com o estudo de Consuelo Lollobrigida (2012), o modelo de mulher ideal do período é dotado de beleza e castidade. Segundo a autora, o único modo de uma jovem dedicar-se a arte era não se casar, podendo assim dedicar seu tempo inteiramente ao aprendizado, uma prerrogativa das filhas de famílias ricas e nobres (LOLLOBRIGIDA, 2012, p. 8). No caso de Artemisia, a pintora casou-se às pressas, num casamento de conveniências arquitetado por seu pai, logo após o encerramento do processo crime, em 1612. Se o casamento não significou o afastamento de Artemisia da pintura, o nascimento dos quatro filhos, entre os quais apenas a menina Properzia chegou à idade adulta, também não lhe afastaram da profissão. O desaparecimento do marido, Pietro Antônio Stiattesì, na primeira metade da década de 1620, tampouco a impediu de continuar produzindo e viajando a convite de diferentes cortes que solicitavam encomendas, principalmente de retratos e temas bíblicos. Artemisia esteve em diferentes regiões da Península Itálica e fora dela, a exemplo do período no qual atuou na corte inglesa, em Londres.

De acordo com Francesco Solinas (2011, p. 80), com exceção das viúvas mais ricas e poderosas, era apenas sob a tutela de um homem, marido, pai, irmão, cunhado ou filho, que se autorizava viagens como as que Artemisia realizou. Apresentadas como hipótese, essas questões podem ter contribuído para o distanciamento de Artemisia do modelo de virtuosidade comum a outras mulheres artistas. Por outro lado, foi apresentada como “pintora famosa/famosíssima”, “pintora valente” e “pintora acadêmica”.

Considerações finais

Notamos que Artemisia construiu uma autonomia maior que suas colegas pintoras, provavelmente porque se desvinculou do pai ainda jovem, quando partiu para Florença, passando a viver da

pintura sem uma figura masculina à sua frente, como revela sua correspondência. Uma vida longa consolidou Artemisia Gentileschi na arte; ela viveu mais de 60 anos e produziu para algumas das cortes mais importantes de seu tempo, permanecendo ativa na pintura até o fim de seus dias, como revela sua correspondência e os recibos de pagamentos de suas obras. Para além dos temas que revelam uma atuação a partir do ambiente familiar e dos retratos, aos quais está associada a produção de Sofonisba Anguissola, Artemisia produziu imagens vinculadas aos temas tipicamente encomendados pelos mecenas de sua época, não restringindo-se aos temas do universo privado.

Os casos aqui apresentados em linhas gerais são apenas algumas das trajetórias de mulheres artistas atuantes entre os séculos XVI e XVII. Contudo, continuam sendo minoria frente ao predomínio masculino nas artes. Para além de mostrar o protagonismo feminino, ao investigar trajetórias de mulheres em contextos específicos, podemos problematizar as redes de relações entre o gênero e o social, e pensar como foram construídas e como funcionaram essas relações. Em síntese, o artigo procurou mostrar que, para além de compreender o que é socialmente compartilhado, precisamos ao mesmo tempo procurar os lugares onde esses padrões falham, conforme a orientação da pesquisadora Linda Nicholson (2000, p. 26).

Fontes dos séculos XVI e XVII revelam a atuação das mulheres no campo da literatura, por exemplo, como é o caso dos textos das autoras venezianas Lucrezia Marinelli (1571-1653) e Arcangela Tarrabotti (1604-1652), e as cartas da Irmã Maria Celeste (1600-1634) escritas ao longo de quase uma década, entre 1623 e 1631, ao pai, Galileu Galilei. Nesse sentido, tanto as fontes visuais produzidas pelas pintoras mencionadas no artigo, como as literárias escritas pelas autoras acima referidas, nos ajudam a discutir os embates de gênero enfrentados nos primórdios da modernidade, tendo em vista que essas mulheres travaram diálogos e confrontos com os limites e normas sociais da época em que viveram. Fontes que dão a ver a

necessidade de propor perguntas que se preocupem em encontrar as mulheres na história, incluindo esse grupo de sujeitos nas narrativas historiográficas.

Referências

AGNATI, Tiziana. La fortuna di Artemisia. **Art Dossier**. Firenze, Giunti, n. 172, pp. 5-50, novembre, 2001.

ALBERTI, Leon Battista. **Da pintura**. Tradução Antônio da Silveira Mendonça. 2 ed. Campinas: Unicamp, 1999.

BALDINUCCI, Filippo. **Notizie de' professori del disegno da Cimabue in qua**. Opera postuma. Firenze: Per Santi Franchi, 1728, pp. 96-97.

BALDINUCCI, Filippo. **Notizie de' professori del disegno da Cimabue in qua**. v. 6 Opera postuma. Firenze: Per Santi Franchi, 1820.

BERTI, Luciano. Artemisia da Roma tra i fiorentini. In.: CONTINI, Roberto; PAPI, Giami (Org.). **Artemisia**. Roma: Leonardo de Luca, 1991, pp. 9-30.

CASTIGLIONE, Baldassare. **Il libro del corteggiano**. Torino: Einaudi, 1965.

HASKELL, Francis. **Mecenas e pintores: arte e sociedade na Itália barroca**. São Paulo: Edusp, 1997.

LAMO, Alessandro. **Discorso di Alessandro Lamo intorno alla scoltura, et pittura, doue ragiona della vita, & opere in molti luoghi, & à diuersi prencipi, et personaggi fatte dall'eccell**. Et nobile M. Bernardino Campo pittore cremonese. Cremona: Christoforo Draconi, 1584.

LANCETTI, Vincenzo. **Biografia cremonese: ossia Dizionario storico delle famiglie e persone per qualsivoglia titolo memorabili e chiare spettanti alla città di Cremona dai tempi più remoti fino all'età nostra**. Volume 1. Milano: Giuseppe Borsani Tipografo e Negoziante di Carta, 1819.

LOLLOBRIGIDA, Consuelo. **Di mano donnesca**. Donne artiste dal XVI al XX secolo. Roma: Andreina & Valneo Budai Editori, 2012.

- LOZANO, Jorge Sebastián. Sofonisba Anguissola: una mirada femenina en la corte, pp. 185-206. In.: FUNDACIÓN AMIGOS DEL MUSEO DEL PRADO. *Maestros en la sombra*. Barcelona: Galaxia Gutenberg/Círculo de Lectores, 2013.
- LOZANO, Jorge Sebastián. Ser vistas, hacerse mirar. Modelos visuales de feminidad regia en la Europa del renacimiento. In. **Germana de Foix i la societat cortesana del seu temps**. València: Generalitat valenciana, 2006.
- MANN, Judith W. Artemisia Gentileschi nella Roma di Orazio e dei caravaggeschi: 1608-1612, pp. 51-61. In. CONTINI, Roberto; SOLINAS, Francesco. **Artemisia Gentileschi. Catalogo della mostra**. Milano: 24 ORE Cultura, 2011.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In. **Revista Estudos Feministas**. v. 8, n. 2, 2000, pp. 1-33.
- NOCHLIN, Linda. “Why have there been no great women artista”, pp. 42-69. In APOSTOLOS-CAPPADONA, Diane; EBERSOLE, Lucinda. (Org.) **Women, creativity and the arts. Critical and autobiographical perspectives**. Nova Iorque: Continuum, 1997. [Publicado pela primeira vez em 1971 na revista Art News].
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. **Profissão Artista: pintoras e escultoras acadêmicas brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2008.
- SIMIONI, Ana Paula Cavalcanti. As mulheres artistas e os silêncios da história: a história da arte e suas exclusões. In. **Labrys, études féministes**. Jan/jun., 2007.
- SOLINAS, Francesco. Ritorno a Roma: 1620-1627. In. CONTINI, Roberto; SOLINAS, Francesco. **Artemisia Gentileschi. Catalogo della mostra**. Milano: 24 ORE Cultura, 2011.
- VASARI, Giorgio (1511-1574). **Le vite de' più eccellenti pittori, scultori e architetti**. Prima edizione napoletana con note. Napoli: Francesco Rossi, 1859.
- VICENTE, Filipa Lowndes. A Arte sem história – mulheres artistas (Sécs. XVI-XVII). **Revista do Instituto da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa**, n. 4, 2005, pp. 205-242.

Relações de gênero e poder: um estudo da representação da figura feminina na história da arte

*Daniela Cristina Menti*¹

*Daniela de Campos*²

Considerações iniciais

No atual momento em que se entende que as noções de gênero e sexualidade são construídas e modeladas através de práticas discursivas, sendo uma delas o campo das artes visuais, é possível fazer uma reflexão sobre a representação da figura feminina na arte, ao longo da História Ocidental, por meio das aulas de Artes no Ensino Médio. Arte é conhecimento e, partindo deste princípio, pode-se dizer que é uma das primeiras manifestações culturais da humanidade.

Estudar as relações de gênero na história da arte é uma proposta desafiadora. A história da humanidade, desde a pré-história, teve seus registros de figuras femininas idealizadas, como é o exemplo da Vênus de Willendorf, produzida entre 25.000 a 28.000 a.C. Essa obra foi a primeira figura feminina que se tem

¹ Graduada em Design de Moda (UCS). Mestranda em Processos em Manifestações Culturais (FEEVALE). Membro no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação, Gênero e Sexualidade (IFRS). Licenciada pelo Curso de Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional - IFRS *Campus* Farroupilha.

² Licenciada e Doutora em História. Docente do IFRS - *Campus* Farroupilha. Docente do Curso de Formação de Professores para os Componentes Curriculares da Educação Profissional - IFRS *Campus* Farroupilha.

notícias a ser retratada com curvas voluptuosas, seios fartos e quadris largos numa forte alusão à fertilidade. Assim, entendemos que, as relações de poder e de gênero também são vistas e possíveis de serem estudadas por meio das representações da figura feminina na Arte, um poder que, segundo Smelik apud Loponte (2002: 285), “de uma forma não unitária, estável ou fixa vem privilegiando e reforçando um determinado olhar masculino”. Por isso, quando se busca a representação da figura feminina ao longo da História, percebem-se as implicações ideológicas que as mulheres enfrentavam em cada época.

Compreende-se, dessa forma, que a figura feminina aparece nas artes plásticas segundo idealizações e de acordo com os valores de cada momento histórico. Em qualquer sociedade ou período artístico que se recorte para estudar, sempre haverá uma representação feminina que é o reflexo de diversos fatores sociais e culturais. Geralmente elas aparecem como arquétipos, ou seja, imagens formadas no inconsciente coletivo da humanidade, que transmitem diversas informações ao longo dos anos.

Dessa forma, propõe-se um estudo da representação da figura feminina, procurando evidenciar seu lugar na sociedade dos contextos explorados. A problemática que este estudo aborda pode ser resumida na seguinte pergunta: de que modo o estudo da figura feminina na arte pode impactar na percepção de alunos de Ensino Médio sobre os papéis sociais de gênero na sociedade? A pesquisa é fruto de intervenção didática com alunos do quarto ano, de um curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul - *Campus* Farroupilha na disciplina de Artes, e tem como objetivo identificar de que forma o estudo da Arte, em especial das representações femininas, pode impactar nas percepções sobre os papéis de gênero e sua relação com os diferentes períodos históricos abordados.

Para fazer esta abordagem, foram feitas duas atividades, um exercício de releitura inspirado em obras do Renascimento, e uma composição de materiais diversos por meio de colagem. Optou-se

pelo Renascimento, no qual os padrões estéticos gregos são retomados, junto a uma mudança de pensamento voltado ao humanismo, ou seja, o homem no centro do mundo. As representações da figura feminina durante o Renascimento foram trabalhadas em sala de aula e resultaram em uma produção artística que será descrita ao longo do texto. No intuito de fazer uma abordagem inicial, foi feita uma sondagem preliminar por meio da técnica de colagem em que os alunos expressaram suas ideias e pré-conceitos sobre representação feminina na mídia impressa.

Refletindo sobre o processo da representação

A representação é uma parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e trocado entre os membros de uma cultura. Para melhor entendimento do objeto deste trabalho será utilizada a Teoria da Representação criada por Stuart Hall (1997), a qual denomina-se “Processo da Representação”, segundo a qual a interpretação de uma obra de arte ou de um texto está comprometida pela carga de signos e símbolos que serão decifrados pelo expectador de acordo com sua interpretação também carregada de ideologias.

Sintetizando a teoria de Hall (1997), as pessoas que dividem uma cultura amplamente similar acabam compartilhando a mesma maneira de interpretar os signos de uma linguagem, pois somente dessa forma os significados podem efetivamente representar conceitos. Para Hall:

Os sinais, por sua vez, possuem significado compartilhado – representam nossos conceitos, ideias e sentimentos de forma que outros decodifiquem ou interpretem mais ou menos do mesmo jeito. Dito de outra forma, as linguagens funcionam através da

representação: elas são sistemas de representação³ (HALL, 1997, p. 05).

De acordo com o estudo supracitado e aplicado à proposta deste trabalho entende-se que, através da representação imagética de uma mulher em determinada cena existe uma abordagem reflexiva. Nesse sentido, para Hall (1997, p. 17) a “linguagem funciona simplesmente refletindo ou imitando a verdade que já existe e está fixada no mundo, por vezes é chamada de mimética”. Ao longo deste trabalho será utilizada a expressão “figura feminina” para se referir às imagens de mulheres em pinturas e esculturas. Optou-se por essa designação, pois é a mais apropriada quando se fala em representação.

Nesse ponto de vista, entende-se que o olhar particularmente masculino⁴ sobre a figura feminina condiciona a arte ocidental, faz com que estas imagens sejam estruturadas com uma forte base nas relações de poder e de gênero. Hall (1997, p. 6) retoma que as “relações de poder passam a permear todos os níveis da existência e, portanto, funcionam em todos os pontos da vida social – tanto nas esferas privadas quanto nas esferas públicas”. Loponte (2002) reforça o que é dito por Hall (1997), justificando que as obras de arte ocidentais produzem um cenário de sexualidade do imaginário masculino, onde também são entendidas as relações de poder.

Através das imagens pictóricas da arte ocidental, as mulheres constituíram-se como objetos de um discurso que produz a sexualidade feminina a partir de um olhar masculino, um olhar daqueles autorizados em uma determinada prática discursiva a ver e representar. Um olhar que, congelado na definição de ‘arte universal’, subjetiva e molda nossas concepções do que é arte e artista, e (...) ‘inventa’ sexualidades, feminilidades e também masculinidades. Há uma rede de saberes e verdades legitimada

³ Traduzido pela autora.

⁴ Refere-se ao fato de o campo das artes plásticas ser majoritariamente dominado por homens.

através das imagens canônicas da arte ocidental (LOPONTE, 2002, p. 290).

Ainda, segundo Loponge (2002, p. 288), “há uma conexão muito estreita entre visão e relações de poder”. É através do olhar dos artistas homens de cada época estudada que a mulher se transforma em um objeto de contemplação, sendo esta validada como uma verdade absoluta. Para a mesma autora (2002: 288) “o ato de ver - que envolve o que selecionamos para ver e como vemos - produz efeitos sobre os sujeitos, produz relações de poder, muitas vezes, de forma sutil e sedutora”. O sujeito interpretante irá assimilar a obra de acordo com sua carga ideológica de signos.

A representação feminina e seus arquétipos

Entende-se no âmbito deste trabalho que a sexualidade e o gênero são condições que passam a ser modeladas por processos culturais. Discursos que, de acordo com Loponge (2002, p. 286) “inventam sexualidades femininas e masculinas circulam em torno das imagens produzidas por artistas”. No campo das artes visuais é comum a existência um número expressivo de representação de nus femininos. O estudo e a representação do corpo nu têm muita importância por ter sido amplamente retratado na história da arte. Estas representações, do corpo nu, aparecem desde a pré-história com a Vênus de Willendorf, já mencionada no início do texto, e inicialmente foram usadas como representação religiosa. Já no período medieval, o nu praticamente desapareceu das obras de arte ocidentais. Nesta época, o pudor nas obras e na sociedade foi intensificado, e o corpo passou a ser um objeto secundário, pois os aspectos espirituais do indivíduo passaram a ficar em primeiro plano.

Com o advento do Renascimento mudanças importantes acometem a sociedade da época: a burguesia passa a ter mais relevância política e econômica, há uma valorização de aspectos relacionados à humanidade, contrapondo-se, em alguma medida,

aos cânones religiosos, e a ciência se desenvolve de forma mais rápida. No que diz respeito ao campo da Arte, essas mudanças são muito evidentes, pois se tem o início do uso de perspectiva e profundidade na pintura suportada por princípios matemáticos e a representação de ícones religiosos abre espaço para imagens da figura humana. Com a ajuda dos mecenas no desenvolvimento artístico, iniciaram-se as séries de retratos das famílias nobres, e o desenho passa a ser tratado como uma representação naturalista ou idealizada dos elementos do Universo, bem como o estudo anatômico do corpo humano.

Segundo o historiador da arte Gombrich (1988, p. 179) o “Renascimento foi um período que deu ênfase na produção de arte ligada à questão da representação e da idealização do corpo feminino”. Retomando características da estética clássica grega, como o nu heroico, este período é o responsável pela produção de diversas Vênus⁵, representações de figuras femininas nuas em meio à natureza ou em cenas descontraídas dentro de casa. Também apareceram as grandes coleções de *Madonnas*. Representadas por vários artistas, estas figuras eram a representação da mulher-mãe, sempre com o filho no colo ou próximo ao seu corpo. As *Madonnas* eram apresentadas em cenas ao ar livre, como um campo, ou dentro de suas casas. Ou seja, estas imagens significam e representam os ideais sociais atribuídos ao feminino naquela época.

Posto isto, as artes plásticas são um campo de estudo muito abrangente. Estas questões de relações de poder e idealizações dos padrões de feminilidade devem ser discutidas em sala de aula, e através de produções práticas podem gerar debates ricos na formação escolar.

⁵ Vênus na história da arte são as representações idealizadas do corpo feminino. Recebem este nome em homenagem a deusa do amor e da beleza, Afrodite, que para os romanos recebia o nome de *Vênus*.

Representação feminina na arte e seu estudo em sala de aula

Os dados coletados nesta pesquisa foram obtidos através de registros fotográficos das atividades em sala de aula e com o uso de diários de campo. O uso do diário de campo é uma prática muito utilizada no estudo da Antropologia, mas também utilizada em outras áreas do conhecimento, como a Educação. Esse é um instrumento que o pesquisador se dedica a produzir dia após dia ao longo de toda a experiência etnográfica. Segundo Weber (2009, p. 4) “é uma técnica que tem por base o exercício da observação direta dos comportamentos culturais”.

A utilização dos diários de campo se relaciona com o objeto de pesquisa de maneira eficaz, pois a cada aula foi redigido um documento, com anotações sobre o andamento da aula e impressões que o pesquisador teve naquele dia com os alunos. A utilização desse instrumento de pesquisa alia-se ao Método Observacional amplamente utilizado nas ciências sociais. Conforme Gil (2008, p. 16) explica, esse Método Observacional pode, por um lado, ser considerado como o “mais primitivo e, conseqüentemente, o mais impreciso. Mas, por outro lado, pode ser tido como um dos mais modernos visto ser o que possibilita o mais elevado grau de precisão nas ciências sociais”.

Da mesma forma, Prodanov e Freitas (2009) ressaltam que existem investigações em ciências sociais que se utilizam exclusivamente do método observacional. Segundo os autores, é legítimo afirmar que qualquer investigação em ciências sociais deve se valer, em mais de um momento, de procedimentos observacionais.

Assim, durante o período do estágio docente, foi proposta como primeira atividade um trabalho utilizando as técnicas de colagens onde os alunos deveriam desenvolver a sua visão do que é ser mulher na sociedade atual. Poderia ser feita uma crítica aos tipos de violência que a mulher é exposta, ou mesmo a seleção de palavras e imagens que representassem a visão de cada um sobre o tema. Por

fim, foi montado um painel que serviu como debate teórico nas atividades de oito de março, Dia Internacional da Mulher.

De acordo com os registros, as alunas da turma preferiram trabalhar com críticas sobre a violência doméstica, abuso sexual e liberdade de expressão. A maioria destes trabalhos trouxe palavras como “forte”, “poderosa”, “sucesso”, “coragem”. Uma das alunas escreveu a seguinte adaptação do trecho da canção “Triste, louca ou má” em um dos cartazes: “Um homem não me define/ minha casa não me define/ minha carne não me define/ eu sou meu próprio lar”.

Figura 1: Colagem feita por Aluna 01



Fonte: Aluna 01

Na imagem acima nota-se que a aluna retratou diversos biótipos de mulheres, e junto com estas imagens ela selecionou palavras como: “A forma perfeita” e um grande “Não”. Todas estas imagens selecionadas estão circulando o texto. A foto da criança já calçando um sapato de salto alto de sua mãe, pode ser relacionada com a formação social do gênero, que desde a infância as mulheres

⁶ Triste Louca ou má. Francisco, El Hombre. 2016

são bombardeadas com todas as práticas discursivas a respeito da feminilidade.

Na parte superior da imagem (Figura 1), a aluna selecionou vários recortes dando ênfase no título “coisa de mulher” e logo abaixo foram colados outros subtítulos de chamadas de revistas femininas como: “casamento”, “família”, “relacionamento” e “culinária”. A escolha da aluna em selecionar estas palavras para compor o seu trabalho pode ser diretamente relacionada com o conceito de papéis de gênero, no qual Louro (2003) explica que:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade (LOURO, 2003, p. 24).

Entende-se que a autora do trabalho (Aluna 1), provavelmente vive em um contexto em que estas ações (casamento, família, relacionamento e culinária) sejam atividades que cabem às preocupações da mulher. Hall (1997) sugere que o Eu Enunciador, é quem produz a obra, e imprime nela toda a sua carga de significados, logo a aluna pode entender que os papéis de gênero são uma construção social, com a associação de tarefas ligadas a feminilidade.

Ao lado da imagem (Figura 1), a aluna selecionou a foto de uma mulher negra como plano de fundo e em destaque a palavra “NÃO”. A mulher exibe uma expressão de serenidade com um toque de alguém que está resistindo a algo e abre levemente a boca como quem incita um discurso. Abaixo, a aluna colou o que parece ser uma entrevista, onde uma mulher descreve uma cena de violência doméstica.

Nunca pensou que aquilo lhe pudesse acontecer. Apesar de a mãe ter sido batida pelo pai. Apesar de o ex-companheiro ter batido

na ex-mulher e na sogra. Apesar de provir de um quadro onde as cenas de violência não são uma coisa que só acontece aos outros. Vem de uma infância sem livros, cresceu num bairro social. “Deu-me resistência. Não é boa. É resistência para o mal (Texto selecionado de uma revista para a colagem de aluna do quarto ano. Sem fontes conhecidas).

A dicotomia abordada pela aluna, apenas neste recorte da obra é interessante. Pode-se fazer a interpretação de três signos neste recorte. O primeiro é a imagem da mulher negra, que historicamente foi marcada por processos de escravidão na modernidade e, por isso, contornada de preconceito, racismo e exclusão social. Na análise do segundo signo retoma-se novamente a palavra “NÃO”. Escrita em letras maiúsculas e centralizada na imagem, chama a atenção do leitor no primeiro olhar. A palavra significa recusa ou negação de algo. Interpreta-se que o uso da expressão possa evocar a resposta ao assédio sexual, pois algumas semanas antes da aplicação deste trabalho, aconteceu a campanha de conscientização sobre o assédio sexual durante o carnaval que tinha o seguinte slogan: “Não é Não”⁷.

Por fim, o texto literário, a entrevista da mulher que sofria violência doméstica pelo ex-companheiro que batia em sua mãe e em sua ex-sogra, compõe todos os elementos da obra. A literalidade trazida pelo texto mostra que a aluna entende o que acontece com muitas mulheres, e como o cenário da violência doméstica é algo comum na sociedade.

Por outro lado, grande parte dos estudantes do sexo masculino da turma fez a sua colagem utilizando palavras como “linda”, “diva”, “perfeição”. Nas imagens que seguem, foram selecionados dois trabalhos para exemplificar.

⁷ Leia mais em: “Não é Não!” Campanha contra o Assédio no Carnaval 2018. Revista EXAME. Acesso em: 02 fev. 2018.

Figura 2: Trabalho feito por aluno 02 - Figura 3: Trabalho feito por aluno 03

O primeiro aluno (Figura 02) selecionou imagens de mulheres na sua maioria de pele branca, muito jovens e felizes. Estas imagens fazem uma composição visual aleatória com os seguintes: impecável, linda, perfeita, diva, diferente, estrelas, perfeição e delicadas. Em destaque, logo abaixo da figura mulher loira a palavra “Romântica”.

No outro trabalho selecionado (Figura 3), feito por outro aluno, nota-se o mesmo processo de construção. Sobre um fundo preto pintado a lápis, o aluno selecionou adjetivos semelhantes. As palavras “beleza”, “encanto”, “complexa”, “autêntica” e “ativa” remetem a imagens de quatro mulheres. Uma delas é uma modelo enrolada na bandeira do Brasil, o que passa uma ideia de nacionalismo. A mulher do canto esquerdo é uma negra em trajes sociais. A terceira mulher está pulando e, por fim, o aluno selecionou para o canto direito superior a imagem de uma mulher com trajes típicos de alguma comunidade indígena.

Nesse sentido, Louro (2003, p. 63) reforça que: “Afiml, é 'natural' que meninos e meninas se separem na escola, para os trabalhos de grupos e para as filas? É preciso aceitar que 'naturalmente' a escolha dos brinquedos seja diferenciada segundo o sexo”? Entende-se que esta construção cultural está fortemente

ligada aos papéis sociais de gênero, e que depois é reforçada pelo meio social que o sujeito está inserido.

Outra atividade proposta durante o período de estágio de docência foi uma análise sobre o período do Renascimento, onde foram vistas e discutidas diversas obras durante as aulas, com foco na pintura. Solicitou-se que os alunos escolhessem uma obra que preferissem e recriassem-na inserindo uma crítica social atual no contexto daquela obra. Foram selecionadas três obras para elaborar a discussão a seguir. São elas: duas releituras de “O Nascimento da Vênus” de Sandro Botticelli (1483 -1485) e uma releitura de “Madona e o Menino” de Rafaello Sanzio (1504-1505).

Notou-se que duas alunas escolheram a famosa obra “O Nascimento da Vênus” de Sandro Botticelli para criarem seu trabalho. A icônica obra de Botticelli retrata a admiração pela antiguidade clássica grega através da representação do nascimento do mito de Afrodite.

Figura 4: O Nascimento de Vênus.



Fonte: Galleria degli Uffizzi, Florença.

Alguns especialistas argumentam que a deusa nua não representaria a paixão terrena, carnal, e sim a paixão espiritual. Vênus aparece despida com o grande cabelo ruivo e ondulado enfeitando seu corpo. Seu rosto e seu corpo exibem traços proporcionais e harmoniosos, evocando a beleza inalcançável. As cores claras e puras da obra exaltam a pureza da alma e a beleza clássica. Mais alguns detalhes em segundo plano da obra merecem ser revisados:

O segundo plano, mostrando o céu, o mar e a terra, lembra-nos a presença invisível de Urano, Ponto e Gaia. Os outros deuses e ninfas estão antropomorfizados: suspensos por asas e envoltos em trajes flutuantes, Zéfiro está abraçando sua esposa Cloris. Enquanto ambos sopram com força para conduzir Vênus à terra, eles espalham flores, criadas no momento de seu nascimento, como deusa do amor (JULIEN, 2017, p. 82)

Entende-se que a obra de Botticelli seja um marco da representação da beleza feminina durante o Renascimento. Na imagem abaixo (Figura 5), a aluna representou a mesma obra numa visão mais atual.



Fonte: Aluna 04

Enquanto na obra de Botticelli, Vênus é uma mulher frágil, de pele cor de mármore e longos cabelos louro acobreados, com flores de laranjeira ao fundo que parecem desabrochar na sua presença, a aluna optou por representar a figura feminina através de uma mulher negra, com um corpo robusto. Seu quadril é largo, bem como a proporção de suas pernas, braços e cintura. Vênus nesta obra não está nua, cobrindo com certa sutileza e pudor suas partes íntimas, mas está usando uma *lingerie* de cor alegre, com modelagem larga dando ideia de conforto à suas formas. Sua posição é de atitude, com ombros retos e peito aberto, como se

estivesse pronta para enfrentar as dificuldades de um dia de trabalho.

No fundo, ao invés de divindades assoprando-lhe presentes como os dons de sedução e a beleza eterna, tem-se a escrita em letras maiúsculas “CORPO seu CORPO”, relembrando os títulos de revistas femininas atuais, que são escritos em cores vibrantes para chamar atenção do consumidor. No lado direito da imagem, nota-se a chamada da matéria principal “10 dicas para aumentar sua autoestima”, fazendo uma relação de dualidade entre a obra original, que propunha ideais de beleza irreais. Essa releitura aborda um contexto de aceitação de padrões de beleza, e como conviver bem com o seu corpo.

À esquerda, nota-se o nome da edição: “O nascimento da aceitação”. A escolha de palavras que a aluna fez, substituindo Vênus por Aceitação é intrigante, visto que *Vênus é a representação de algo inalcançável*, logo, entende-se que é preciso ter *Aceitação sobre o seu corpo*.

A valorização da imagem como instrumento de aceitação social é muito presente entre os adolescentes, fazendo com que este seja um catalisador de distúrbios alimentares, depressão e em casos mais graves automutilação e suicídio. A composição visual trazida pela aluna é a representação de problema recente que sofre grande impacto nas mídias, resultando num problema que acomete em grande parte as mulheres, que, pressionadas pelos padrões de beleza exigidos pela sociedade, se submetem a uma série de intervenções em busca de um “corpo perfeito”.

A terceira obra a ser analisada é *Madona e o Menino*, de Rafael Sanzio. A obra representa a figura da mulher matrona, segurando seu filho no colo como visto na Figura 6:

Figura 6: Madona e o Menino.



Fonte: Metropolitan Museum of Art, Nova Iorque.

As Madonas são representações de Maria, mãe do menino Jesus, e representam mais do que a santidade imaculada da fé, mas o poder da figura feminina como uma mulher casta, dedicando sua vida apenas ao cuidado da casa e dos filhos. A seguir, na Figura 7, pode-se analisar a obra do Aluno o6.

Figura 7: Madona, por Aluno o6.



Fonte: Aluno o6.

O Aluno o6 fez a releitura da figura de Maria com o menino Jesus no colo, de modo que na mão direita ela segura um batom vermelho que forçadamente passa nos lábios do filho. No verso da obra o estudante escreveu a seguinte descrição da sua crítica: “a

imposição da ideologia de gênero nas escolas significa forçar as crianças a serem aquilo que muitas vezes não querem ser”.

A descrição que o aluno utilizou afirmando que a escola impõe ideologia de gênero revela o equívoco conceitual deste termo que em grande parte das vezes, é adotado por pessoas de pensamento conservador. Segundo Batalha e Oliveira (2017, p. 44) essa denotação tem uma finalidade de “desqualificar a proposição do Plano Nacional de Educação de 2014, que sugere debates sobre desigualdades de gênero nas escolas”.

Primeiramente, o sentido que o conceito de ideologia tem nas ciências humanas possui um caráter totalmente adverso daquele que o aluno erroneamente utilizou. Quando o aluno afirma que a ideologia de gênero força crianças a ser algo que elas não querem ser, é reproduzido o discurso de que os professores agem como uma figura doutrinadora. Muitas vezes estas convicções são reforçadas pelas falas de políticos e religiosos que também desconhecem o termo. Para Batalha e Oliveira (2017, p. 45) a ideia de acusar de “doutrinação ideológica” professores que trazem o “debate e o pensamento crítico para a sala de aula, revela, ela própria, que o caráter ideológico não está no questionador, no caso o professor, mas no que não permite ser questionado”. Quando o aluno reproduz sua interpretação de todo este discurso de vertentes regressistas numa obra, onde uma mulher força uma criança do sexo masculino a usar batom vermelho é algo preocupante.

Portanto, é possível argumentar que a escola tem grande influência na formação dos indivíduos. Porém, ela não é doutrinadora. Este exemplo descreve como a exposição a notícias falsas e a falta de uma busca aprofundada sobre o assunto faz com que se interprete erroneamente, desde uma obra de arte, até a situação do ensino no Brasil.

Considerações finais

É notório que as questões que envolvem gênero e sexualidade estão intrínsecas à representação da figura feminina nas artes e a escola participa na criação destas diferenças de gênero, seja na segmentação de gênero na hora das atividades, filas ou brincadeiras. Estas ações, por mais inocentes que sejam, acabam ajudando a perpetuar diversos mecanismos de poder sobre os representantes e representados.

As artes visuais, e sua relação com a História, como campo de produção de conhecimento, constituem também um modo de ver e compreender as relações de poder, papéis sociais de gênero e sexualidade. O ensino da arte nas escolas é uma ferramenta valiosa para entender como funciona a reprodução de conceitos previamente adquiridos. O diálogo em sala de aula, principalmente na disciplina é algo fundamental para a problematização de diversos assuntos. Articular a disciplina de artes de modo que ela converse com estas questões sociais abordadas ao longo da pesquisa, através da produção prática, permite entender os processos da construção social do machismo.

Diante de todo o contexto que permeia a atuação profissional do docente, identificou-se, mediante esta vivência na escola, a importância do constante aprimoramento dos conhecimentos da área, das necessidades sociais, da investigação da própria prática e a busca de temas atuais. Aplicar este trabalho na disciplina de Artes trouxe diversas questões para o campo da discussão. Notou-se que muitas estudantes do sexo feminino concordavam com os problemas da representação feminina, e trouxeram trabalhos com críticas voltadas a problemas atuais que envolvem as mulheres, como assédio, exposição de padrões de beleza inalcançáveis, diferença de direitos entre homens e mulheres, etc. Enquanto os estudantes do sexo masculino, em grande parte, permaneceram numa crítica mais rasa, muitos até achavam engraçado trabalhar tanto a representação da figura feminina na arte.

Por isso, a discussão da temática da representação feminina, e também da masculina, deve ser objeto de discussão nas diversas disciplinas que compõem o currículo escolar do Ensino Médio no Brasil, mesmo que essa discussão seja um ato de resistência, em tempos como o nosso.

Referências

- BATALHA, Erika Oliveira Maia; OLIVEIRA, Rayane Dayse da Silva. O mito da "ideologia de gênero" nas escolas: uma análise sociológica da tentativa conservadora de silenciar o pensamento crítico. **INTER - LEGERE - Revista da Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRN**. 2017.
- BARRETO, Nayara Matos. 2013. Do nascimento de Vênus à arte feminista após 1968: um percurso histórico das representações visuais do corpo feminino. **9 Encontro Nacional de História da Mídia UFOP**, Minas Gerais 2013.
- BOTTICELLI, Sandro. **O Nascimento de Vênus**. 1483 - 1485. Original de arte, óleo sobre tela, 172,5cm × 278,5cm. Galleria degli Uffizi.
- FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. Trad. Álvaro Cabral. 4ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- HALL, Stuart. **The Work of Representation**. The Open University. Walton Hall. Milton Keynes MK7 6AA. 1997.
- JULIEN, Nadia. **Dicionário Rideel de Mitologia**. São Paulo. Rideel. 2005.
- LELIS, Soraia Cristina Cardoso. **Uma Madona n'outras Madonas: feminilidade e sensualidade na poética Sironeana. Núcleo de Pesquisa em Ensino da Arte (NUPEA)**. Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <https://goo.gl/sQcb6B>. Acesso em: nov. 2018.

- LENHARO, Mariana. Cai número de plásticas no Brasil, mas país ainda é 2º no ranking, diz estudo. **Portal G1 de Notícias**. 27/08/2016 05h00. Disponível em: <https://goo.gl/L41WgK>. Acesso em: nov. 2018.
- LOPONTE, Luciana Gruppelli. Sexualidades, artes visuais e poder: pedagogias visuais do feminino. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 283-300, jul. 2002.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ, Vozes. 2003.
- NEAD, Lynda. El desnudo feminino: Arte, obscenidad y sexualidad. Madrid: Editorial Tecnos, 1998 apud. BARRETO, Nayara Matos. 2013. Do nascimento de Vênus à arte feminista após 1968: um percurso histórico das representações visuais do corpo feminino. **9 Encontro Nacional de História da Mídia UFOP**, Minas Gerais 2013.
- SANZI, Rafaello. **Madona e o Menino**. 1504-1505. Original da arte, óleo sobre tela. 172cm × 172cm. MetropolitanMuseumof Arte. Nova Iorque.
- SMELIK, Anneke. “What Meets the Eye: Feminist Film Studies.” In: BUIKEMA, Rosemarie, and SMELIK, Anneke (eds.). **Women’s Studies and Culture. A Feminist Introduction**. London: Zed Books, 1993. p. 66-81.
- WEBER, Florence. **A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou por que censurar seu diário de campo?**. Horiz. antropol., Porto Alegre , v. 15, n. 32, p. 157-170, Dec. 2009 . Disponível em: <https://goo.gl/HrG6qx>

Formando esposas, mães e donas de casa: a disciplina de Economia Doméstica e o preparo ao lar (1942-1961)

*Carolina Severo*¹

Introdução

A presente pesquisa aborda a disciplina de Economia Doméstica entre o período de 1942 e 1961. Tal recorte cronológico poder ser justificado pelo fato de que em 1942 entrou em vigor a Reforma Capanema², que, por meio do decreto-lei n.4.244/42, tornou obrigatória às alunas do ensino secundário – curso ginasial, clássico e científico – a disciplina de economia doméstica. Já a respeito de 1961, é o ano em que é implantada a primeira Lei de Diretrizes e Base da Educação³ (LDB), mas não ocorre nenhuma mudança no currículo escolar no que se refere à disciplina.

De acordo com o decreto-lei n.4.244/42, a orientação metodológica tinha como intuito atingir a natureza da personalidade feminina e a sua missão como mulher, esposa, mãe e dona de casa. Apesar de terem sido implantadas escolas mistas, ainda persistia uma educação específica às meninas e aos meninos, havendo a separação das turmas masculinas das femininas. Assim, nota-se que, ao mesmo tempo em que as mulheres tinham o

¹ Bacharela em História pela PUCRS.

² Sobre, ver SCHWARTZMAN (1984).

³ Baseando-se na Constituição Brasileira, define e regulariza a educação nacional.

direito à educação, elas eram redirecionadas ao seu principal objetivo: cuidar do lar. Certos pontos presentes no programa do ensino secundário de 1951 podem ser destacados: higiene doméstica; preparo, conservação e uso das roupas; preparo, conservação e uso dos alimentos; contabilidade e noções de puericultura e noções de serviço social. Entretanto, deve-se apontar que tal disciplina é um fator do seu tempo, baseada em uma mentalidade e valores provenientes da época em que foi criada. No caso, tal disciplina foi desenvolvida em um regime ditatorial, o Estado Novo, implantado por Getúlio Vargas. Dito isso, a Reforma Capanema, como será visto adiante, deixou clara a sua posição diante da educação da mulher.

Segundo Chervel (1990), as disciplinas escolares representam muito mais do que apenas práticas em salas de aula, pois envolvem os interesses daqueles que organizaram seu conteúdo, sendo um importante papel no fenômeno de aculturação das massas. A respeito disso, em seu texto sobre as diferenças entre os sexos e dominação simbólica, Chartier (1995) considera que a identidade feminina é construída no momento em que mulheres interiorizam normas enunciadas em discursos masculinos, assegurados pela manutenção de uma educação que os reconhece. O historiador define esse fenômeno como uma violência simbólica, na qual deve-se reconhecer os mecanismos, os limites e os usos do consentimento pelas mulheres para compreender a maneira como esse sistema de poder funciona. Enfim, Chartier (1995) afirma que a diferença sexual, fundada e legitimada por um discurso que impõe a submissão feminina, está inserida nas práticas sociais, organizando a realidade e o cotidiano. Dessa maneira, é possível desenvolver um diálogo entre os dois autores, podendo colocar que o estudo da disciplina de Economia Doméstica alcança não só a História da Educação, como também a História Cultural e a própria História das Mulheres e das relações de gênero.

Com isso em mente, o estudo visa contextualizar a disciplina na época em que estava inserida no currículo escolar; identificar o programa da disciplina e as atividades adotadas; investigar quais eram os seus objetivos e apontar qual era o papel social que associava às mulheres. A respeito da metodologia, baseia-se na análise de fontes escritas, como o Programa de Economia Doméstica para o Curso Ginásial de 1952, localizado no Memorial do Colégio Farrroupilha, e a Legislação Federal. Foi realizada uma revisão bibliográfica a respeito da história da disciplina; da história das mulheres e da educação feminina no Brasil. Assim, primeiramente, será realizada uma análise a respeito do papel social que o projeto estado novista desejava em relação às mulheres. Em segundo lugar, será desenvolvido um breve histórico da disciplina de Economia Doméstica, seguindo para as considerações finais.

Rainha do lar: o padrão feminino desejado pelo estado novo (1937-1945)

Por meio de uma análise historiográfica, Figueiredo (2017) desenvolve como a legitimação do golpe baseou-se na crítica ao passado, onde o sistema liberal causou a crise da sociedade brasileira e o crescimento do comunismo. De acordo com a autora, com o objetivo de difundir o sentimento nacional, “o Estado recorreu aos intelectuais, à educação e à imprensa para alcançar seu objetivo” (2017, p. 47). A propaganda política teve papel de extrema importância, pois auxiliou na transmissão de ideais nacionalistas visando forjar uma identidade nacional coletiva. Como foi apresentado anteriormente, a educação também foi utilizada como um importante instrumento na construção do projeto nacionalista do regime. Contudo, Figueiredo também aponta o caráter ambivalente do Estado Novo, já que, por um lado, “é ditatorial com traços fascistas, mas pelo lado econômico e administrativo, possui um caráter modernizador” (2017, p. 48).

Dessa maneira, fica claro que esse projeto nacionalista buscava a formação de um homem novo para um Estado Novo (BOMENY, 1999). Entretanto, as mulheres também foram alvos dessa política voltada para a construção de um cidadão ideal.

Azevedo e Ferreira (2006) colocam que apesar de terem sido proporcionadas novas condições sociais e econômicas após a ascensão de Vargas, “apenas uma pequena elite se beneficiou no sentido de alcançar a autorealização e a independência econômica por via da realização acadêmica e profissional” (2006, p. 216). Nesse contexto, é possível inserir a questão da educação feminina, já que, ao mesmo tempo em que houve um gradual acesso às jovens ao ensino, este era marcado por um controle baseado na hierarquia do gênero, por meio de uma diferenciação de conteúdos próprios para as meninas e para meninos. Com a implantação do decreto-lei n. 4073, a disciplina de Economia Doméstica tornou-se obrigatória para as alunas do ensino secundário- o decreto-lei 8.347/45 alterou para apenas às jovens do terceiro e quarto ano do curso ginásial, dispensando às séries do curso do Clássico e Científico. A disciplina tinha o seu programa voltado para a preparação das meninas para o seu futuro como esposas, mães e donas de casa – contudo, entraremos no histórico da Economia Doméstica mais adiante. Dessa maneira, conforme as autoras afirmam, “a função da educação era mais socializadora – no sentido de manutenção da domesticidade da mulher – do que libertadora” (2006, p. 216).

Vilhena (1992) trabalha com a questão da família na doutrina social da Igreja e na política social do Estado Novo. Segundo a autora, os projetos de leis realizados pelo Ministério de Educação e Saúde visavam a regulamentação da política familiar de Vargas. A família era concebida como o pilar da sociedade brasileira, sendo necessário, assim, preservá-la. Aproximando-se de Vilhena, Schwartzman (1984) insere a educação feminina em um plano mais amplo, como um instrumento para preparar as jovens para a maternidade e para o lar.

Em 1939, por meio do decreto-lei n.1764⁴, foi criada a Comissão Nacional de Proteção à Família. Segundo Schwartzman (1984), Capanema, no mesmo ano, desenvolveu uma proposta de um decreto-lei de proteção à família que acabou não sendo promulgada. Criticada por Francisco Campos, deu espaço ao decreto-lei n.3200/41, implantado em abril de 1941. Porém, sua análise é relevante para compreender a maneira como o Ministro de Educação e Saúde enxergava o papel feminino dentro do Estado Novo.

De acordo com Schwartzman (1984), o estatuto era um documento doutrinário que tinha como objetivo aumentar a população do país e proteger a família. Marcado por um forte caráter autoritário apresentava medidas que claramente ampliavam a divisão dos papéis entre os sexos dentro do casamento. Uma delas, prevista no artigo n.14, colocava que o Estado iria auxiliar a restrição das mulheres de empregos públicos e privados, ficando permitida apenas de ser admitida em empregos ditos femininos e que estivessem em concordância com a sua vida doméstica. Além disso, o artigo n.15 também tornava permitida a censura a qualquer meio de comunicação que criticasse a família.

O estatuto proposto por Capanema era um documento doutrinário que buscava combinar duas ideias para ele indissociáveis: a necessidade de aumentar a população do país e a de consolidar e proteger a família em sua estrutura tradicional. Segundo o texto, a prosperidade, o prestígio e o poder de um país dependiam da sua população e de suas forças morais: a família era a fonte geradora de ambos. No dizer do preâmbulo do projeto, "a família é a maior base da política demográfica e ao mesmo tempo a fonte das mais elevadas inspirações de estímulo morais" (SCHWARTZMAN, 1984, p. 127).

⁴ A Comissão Nacional de proteção à família tinha como principais objetivos o desenvolvimento de projetos de lei que visassem a proteção da família e facilitar a realização de casamentos.

As ideias presentes em tal estatuto coincidem com o discurso que Capanema pronunciou, em 1937, em decorrência da comemoração do centenário do Colégio Pedro II. A respeito da educação feminina, o Ministro afirmava que a mulher era quem fundava e conservava a família, mas quem também tinha o poder de destruí-la. A família seria a base da organização social e, por isso, deveria ter proteção especial do Estado. Assim, o ensino a ser proporcionada ao homem e à mulher acabava se diferenciando, no momento em que os seus destinos eram diferentes. Com isso, na medida que o homem devesse ser preparado para as lutas e para os negócios, a mulher deveria ser preparada para a sua vida no lar. Dessa maneira, competia ao Estado, por meio da educação, preparar convenientemente as mulheres para a sua “grave missão” e, dessa forma, “a educação feminina, pela importância que de que se reveste, passa a exigir dos poderes públicos cuidados e medidas especiais” (apud HORTA 2010, p. 127).

Segundo Scott (1990), o gênero, rejeitando o determinismo biológico, indica as construções sociais a respeito dos papéis aos homens e às mulheres, podendo ser entendido, assim, como uma categoria social imposta a um corpo sexuado. A partir dessas colocações, a autora o define como um elemento que compõe as relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma primeira forma de dar sentido às relações de poder. Dessa maneira, pode-se compreender a questão do gênero como algo construído historicamente, cultural e linguisticamente, tornando-se, assim, um conceito útil para a análise histórica. Entretanto, para aplicar o conceito é necessário considerar também classe social e etnia. Dessa maneira, ao trabalhar a questão de gênero dentro da Reforma Capanema, deve-se ter em mente que as jovens pertencentes às classes populares, caso tivessem acesso à educação, acabavam sendo direcionadas a um ensino técnico-profissionalizante.

Perrot (2007) coloca como o Ocidente é marcado pela transmissão de que a maternidade deve ser aceita pelas mulheres.

Enfatiza sobre o desenvolvimento, na época contemporânea, de uma politização da maternidade, sendo uma característica tanto de estados autoritários como de repúblicas. Dessa maneira, aponta a função materna como um pilar da sociedade e da força dos Estados, tornando-se, assim, um fato social. Dito isso, voltando ao contexto brasileiro, Ismério (1995) aborda a questão da construção da moral e do imaginário associados a mulher no período da Primeira República (1889-1930). A historiadora realiza uma análise comparativa entre a moral católica e a moral positivista relacionadas ao comportamento feminino. Deve-se lembrar que o Positivismo serviu como uma das principais bases ideológicas para a implantação da República no Brasil e foi extremamente forte no Rio Grande do Sul, tendo sido difundido pela elite intelectual e política regional. Segundo a autora, apesar da Igreja Católica e do Positivismo se oporem, acabavam impondo discursos bastante semelhantes no que se refere à família, à propriedade, à moral e à organização da sociedade. Segundo a autora, as duas instituições colocavam a mulher como a guardiã da moral e do culto religioso, sendo responsável pela concepção e educação das futuras gerações. Ismério justificava tal fenômeno afirmando que apesar da Religião da Humanidade criticar a religião católica, Comte sofreu grande influência da Igreja no que se refere à moral, à organização familiar e ao modelo de conduta feminino, já que a Igreja Católica “era a maior divulgadora e mantenedora de uma mentalidade de cunho moralista e conservador” (1995, p. 40). A partir disso, pode-se afirmar que o que ocorre é um sistema de dominação masculina, baseado na submissão feminina, sendo historicamente construído e tendo a sua manutenção realizada por certos instrumentos.

Por meio de uma perspectiva bastante semelhante à de Scott (1990), Bourdieu (2017) desenvolve um estudo a respeito da dominação masculina que, por meio da violência simbólica, suscita a submissão feminina. Em primeiro lugar, tal violência seria silenciosa e invisível, mesmo às suas próprias vítimas. Tal questão

está diretamente relacionada à naturalização associada aos mecanismos produzidos pela violência simbólica – como a divisão sexual de diversos espaços e a objetificação feminina. Nesse sentido, Bourdieu (2017) e Chartier (1995) concordam que a educação é um instrumento de legitimação da violência simbólica, pois carrega consigo a possibilidade de inculcar, através do ensino, normas e regras sociais que predisponham meninas a aceitarem a submissão que lhes é imposta.

A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar da assembléia ou de mercado, reservado aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, com o salão, e aparte feminina, com o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida, com momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos (BOURDIEU, 2017, p. 18).

Assim, a questão da submissão feminina está inserida em um contexto onde as mulheres, vivendo em meio à uma realidade onde os mecanismos da violência simbólicas estão naturalizados e legitimados por meio de instituições como a Escola e o Estado, acabam se conformando e reproduzindo tal violência simbólica. Contudo, como Perrot (1998) coloca, deve-se abandonar a ideia das mulheres enclausuradas e imóveis, pois, como Soihet (1997) enfatiza, são agente históricos.

E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se vêem envolvidas em esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se

afirmar como tal e que “faz”, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre (BOURDIEU, 2017, p. 45).

Entre bordados: um breve histórico da disciplina de economia doméstica

Desenvolvendo um histórico a respeito da educação e do trabalho das mulheres no século XX, Rose-Marie Lagrave coloca como a educação auxiliou a estabelecer o lugar feminino não só na sociedade, como no mercado de trabalho, definindo como vulgar a segregação que é construída.

Trata-se então de inculcar, desde a escola primária e na família, nos rapazes como nas raparigas, dois sistemas de disposições diferentes que pouco a pouco se encarnarão em dois sistemas de posições separadas no trabalho. O século XX escreveu, portanto, a história da entrada maciça das mulheres na educação e no salário, mais eivada de uma desigualdade das possibilidades escolares e de não miscibilidades das profissões. Ele continua, assim, a escrever, através de variações, mas também de invariantes, a história da vulgar segregação (LAGRAVE, 1991, p. 507).

De acordo com Lagrave (1991), na Europa, após a Primeira Guerra Mundial – período onde mulheres experimentaram um papel mais liberto, seja participando da guerra ou ocupando o lugar do homem no ambiente doméstico – o Estado e a Igreja foram responsáveis por uma política familialista, que visava lembrar as mulheres dos seus deveres como esposa e dona de casa, devendo retornar ao lar. Tal fenômeno corresponde a uma resposta ao declínio da natalidade, ao crescimento do salário feminino e ao regresso dos homens às fábricas e aos campos. Uma das estratégias foi a inauguração de escolas e cursos para intensificar a economia doméstica, que se adapta às diferentes expectativas de classe, tornando-se burguesa ou populista. Na França, em 1923, ocorre a abertura do primeiro salão de artes

domésticas e, na Alemanha, há concursos de donas de casa, até mesmo o ano de 1934 é declarado o ano da dona de casa.

Guacira Lopes Louro (2015) traça a trajetória das mulheres até alcançarem um lugar nas salas de aula, porém chamando a atenção para as diversas concepções e formas de educação que eram praticadas. No Brasil, após a proclamação da Independência, em 1822, passou a ser divulgado um discurso oficial sobre a necessidade da modernização do país, com o objetivo de esquecer seu passado colonial. A educação tornou-se um aspecto tomado como essencial, entretanto o país compreendia uma sociedade escravocrata e majoritariamente rural, onde os latifundiários e coronéis dominavam a política. Entretanto, existiam certas escolas, fundadas por congregações e ordens religiosas femininas ou masculinas, onde o currículo diferenciava-se em relação ao sexo do aluno, já que os meninos aprendiam geometria e as meninas recebiam lições de bordado e costura. A autora atenta para as questões de classe, etnia, raça e religião como elementos que condicionavam as práticas educativas na formação das crianças em mulheres e homens.

Para as filhas de grupos sociais privilegiados, o ensino de leitura, da escrita e das noções básicas da matemática era geralmente complementado pelo aprendizado do piano e do francês que, na maior parte dos casos, era ministrado em suas próprias casas por professoras particulares, ou em escolas religiosas. As habilidades com agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais, também faziam parte da educação das moças; acrescida de elementos que pudessem torna-las não apenas uma companhia mais agradável ao marido, mas também uma mulher capaz de bem representá-lo socialmente (LOURO, 2015, p. 446).

De acordo com Escolano (2001), quando a educação das mulheres, em um momento reservada apenas ao ambiente doméstico – e isto apenas quando a jovem era acompanhada de condição social e econômica –, passou para o âmbito escolar, uma

pedagogia particular acabou sendo desenvolvida. Louro (2015) afirma que com o início do século XX, novas disciplinas como puericultura, psicologia e economia doméstica passaram a fazer parte do currículo escolar dos cursos femininos, representando, assim, a introdução de novos conceitos científicos justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como feminino.

Em outubro de 1827, o Imperador Dom Pedro I torna obrigatória a criação de escolas de primeiras letras por todo o território do Império. Estava incluso, no artigo n.11, que poderiam haver, também, escolas para as meninas se os Presidentes em Conselho considerassem necessário. No artigo n.12, em relação à educação feminina, consta o ensino de Economia Doméstica, estando excluído o ensino de geometria e a aritmética para as mulheres, sendo transmitida somente as suas quatro operações. Já em abril de 1879, pelo Decreto n.7.247, é implantada a reforma do ensino primário e secundário no município da corte e do superior em todo Império. A respeito das escolas primárias, estava como obrigatória para as meninas, no primeiro grau, a costura simples. No segundo grau, já havia a disciplina de noções gerais de Economia Doméstica e trabalhos de agulha. O mesmo consta em relação às Escolas Normais do Estado.

Bastos e Garcia (1999) afirmam que, durante o século XIX, diversos atores sociais passam a discutir a respeito da educação da mulher, buscando enfatizar a relevância do seu papel na sociedade como filha, esposa, mãe e até mesmo como professora. Assim, a sua formação era centrada no aprendizado das funções que deveriam executar no lar. As autoras analisam a obra *Noções de Vida Doméstica*, uma adaptação de Félix Ferreira, de 1879, do livro francês *Cours de l'economie domestique*, escrito por Madame Eugène Hippéau e lançado em 1869. Modificações foram feitas para aproximar as leituras da realidade brasileira. Dividido em onze capítulos, o livro visa transmitir os princípios da Economia Doméstica. Bastos e Garcia colocam que, no primeiro capítulo,

consta definição de economia doméstica: "uma ciência que toda mulher, qualquer que seja a condição e fortuna, deve conhecer, estudando-a com maior aplicação; [...] arte de dirigir e regular economicamente coisas casa [...]" (FERREIRA apud BASTOS e GARCIA, 1999, p. 87). A respeito do conjunto da obra, as autoras enfatizam na predominância da perspectiva masculina sobre a educação da mulher.

A análise do livro de leitura às aulas do sexo feminino - Noções de Vida Doméstica, como discurso fundador da disciplina de economia doméstica na escola brasileira, possibilita conhecer a imagem forjada pela ilustração brasileira - traduzida por uma voz masculina, para a educação da mulher, que pretende fazer de cada aluna uma verdadeira dona de cada. Nessa perspectiva, os conteúdos privilegiados visam prepará-la ao espaço privado [...]. A educação da mulher vincula-se a um discurso modernizante da elite brasileira, no entanto, o ensino a ela destinado reforça uma visão conservadora de mulher, restrita ao espaço doméstico. Essa obra, mesmo destinada às classes menos abastadas, privilegia a formação de rainhas do lar. A obra escrita por uma mulher - Mme. Hippeau, traduzida e adaptada à realidade brasileira por um homem - Félix Ferreira, ao multiplicar as vozes no texto, dá maior legitimidade à voz feminina europeia (BASTOS; GARCIA, 1999, p. 92).

Já em outubro de 1910, através do decreto n.8.319, é criado o Ensino Agrônômico com a regulamentação que indicava onze divisões, sendo uma delas as Escolas Domésticas Agrícolas. Está presente no artigo n.354, que tais escolas tinham como objetivo preparar as filhas dos agricultores para "os misteres da vida agrícola ministrando-lhes com esse propósito, educação apropriada ao sexo e aos serviços rurais que lhes são adequados". Godoy (2000) analisa o desenvolvimento do Instituto de Educação Doméstica Rural da Escola de Engenharia de Porto Alegre, definindo como corte cronológico o período entre 1920 e 1931, o seu ano de criação e fechamento respectivamente. Inicialmente intitulado como Seção Feminina do Instituto Parobé, era gratuito,

sendo voltado para as meninas de classes populares de Porto Alegre, visando prepará-las como condutoras de trabalhos domésticos e rurais. O ensino era dividido em dois níveis, sendo o primeiro o curso elementar, onde por quatros anos as alunas deveriam receber aulas a respeito de conhecimentos gerais e de trabalhos manuais, como desenho, jardinagem e música. Já o segundo nível compreendia um curso técnico de três anos, abrangendo o ensino teórico e prático de "economia doméstica, arte culinária, corte, costuras, bordados, horti e pomicultura e labores femininos, descritos como trabalhos domésticos e rurais indispensáveis para a condução eficiente de um lar, no campo ou na cidade" (2017, p. 62). A autora contextualiza a fundação do Instituto em meio a um momento de modernização e urbanização da capital do Rio Grande do Sul, onde a elite seguia a concepção moralizadora e disciplinadora da doutrina positivista.

Em 1942, em pleno regime ditatorial do Estado Novo, foi implantada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, n.4.244, que tornava obrigatória a disciplina de Economia Doméstica para as alunas do Ensino Secundário – sendo alterada, mais tarde, para apenas as alunas da terceira e quarta série ginasial. Segundo Oliveira (2006), o curso de economia doméstica envolve os cuidados com a família e o preparo para a vida doméstica, tendo como objetivo fazer com que a mulher esteja apta para solucionar os problemas de seu marido e de seus filhos, podendo lhes proporcionar uma vida melhor.

Analisando a Legislação brasileira, é possível compreender que o ensino de Economia Doméstica estava presente no ensino secundário, na Escola Normal, como também no Ensino Agrícola. Segundo Almeida (2017), a partir da década de 1950 passa a existir o curso de Economia Doméstica no Ensino Superior. Para a autora, a Lei orgânica do Ensino Secundário deixou clara a posição do Estado diante da educação feminina e do papel que as mulheres deveriam ocupar dentro da sociedade.

A Reforma Capanema estabeleceu sua posição em relação à educação feminina. Busco normatizar o lugar dela, reforçando o papel da mulher como esposa e mãe, ideias defendidas também pela Igreja Católica e por vários setores sociais. A Lei de 1942 recomendava que as mulheres estudassem em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina. Não aprovava a coeducação, defendida pelos escolanovistas, e definia que em caso de instituições mistas, as meninas tivessem aulas em salas separadas dos meninos (ALMEIDA, 2017, pp. 57-69).

No momento em que se relaciona o conteúdo atribuído a disciplina de Economia Doméstica e o contexto histórico no qual foi criada e inserida no currículo escolar, voltado para as terceiras e quartas séries ginasiais – formadas por alunas entre os seus 13 e 14 anos –, pode-se compreender que, durante o período entre 1942 e 1961, foi colocada em prática uma tentativa de doutrinação direcionada à jovens estudantes. Nesse sentido, esse fenômeno aproxima-se do discurso pedagógico acerca da educação feminina que Escolano (2001) desenvolve a respeito do caso espanhol. Segundo o autor, tal discurso se organizou com base em três fatores:

[...] la domesticidade, la preservación del cuerpo y el decoro en la vida de relación. El primero, que se plasma en el ideal de la “niña hacendosa”, se relaciona en esa “ciencia de la mujer” y se sublima bajo la metáfora que define al ama de casa como el “ángel del hogar”. El segundo exalta los dones del “bello sexo”, la “preciosa mitad del género humano” como es a menudo definida por los serios varones, y postula una educación aparentemente lúdica y alegre [...]. El último remite a la urbanidad, esto es, a la moral del decoro a que há de ajustarse el comportamiento en sociedad de la niña y de la futura mujer. Esta vieja disciplina cívica, vertida ahora a las reglas de la convivencia burguesa, no era solo un programa de moderación de los impulsos espontáneos de la infancia, sino todo un sistema de contención de cualquier cambio en los usos y costumbres, es decir, una estrategia de

conservadorismo social que prevenia de lastentaciones inovadoras (ESCOLANO, 2001, p. 21).⁵

Dito isso, fica claro o objetivo do Ministério de Educação e Saúde, dentro do projeto geral do Estado Novo de formar cidadãos ideias ao regime, de aplicar a transmissão dessas ideias que colaborassem com a manutenção da divisão de papéis baseada na questão de gênero. Ou seja, a disciplina de Economia Doméstica foi utilizada como um instrumento que, auxiliando na construção, em sala de aula, de um ideal feminino, foi transmitindo essa imagem padrão da mulher como “rainha do lar”, que tinha como dever realizar todas as tarefas atribuídas ao âmbito doméstico. Nota-se, então, o que Scott (1990) desenvolve a respeito da construção histórica voltada aos papéis específicos direcionados aos homens e as mulheres. Encaixam-se nessa questão, os estudos de Chartier (1995) e de Bourdieu (2017), que compreendem a violência simbólica como uma ferramenta que colabora com a manutenção do sistema de dominação masculina.

O Programa do Ensino Secundário de 1952 estabelece claramente o conteúdo que deveria ser transmitido em sala de aula para as alunas da terceira e quarta série do curso ginásial. Para a terceira série, o programa era iniciado por uma introdução, que deveria discutir o objeto da economia doméstica, assim, seguia-se para a segunda parte que seria o arranjo e higiene da habitação, onde seria visto a habitação da família e a higiene da casa. A terceira parte era voltada ao preparo, conservação e o uso das

⁵ [...] a domesticidade, a preservação do corpo e o decoro na vida de relacionamento. Primeiro o que se reflete no ideal de "criança obediente," é relacionado na "ciência das mulheres" e sublimada sob a metáfora que define a dona de casa como a "casa anjo". O segundo exalta os dons do "belo sexo", a "metade preciosa do gênero humano", como é frequentemente definido pelos homens sérios, e postula uma educação aparentemente lúdica e alegre [...]. O último refere-se ao urbano, isto é, à moralidade do decoro ao qual o comportamento da menina e da futura mulher deve se ajustar. Essa antiga disciplina cívica, agora aplicada às regras da vida burguesa, não era apenas um programa de moderação dos impulsos espontâneos da criança, mas todo um sistema de restrição de qualquer mudança de hábitos e costumes, isto é, uma estratégia do conservadorismo social que impede as tentações inovadoras (tradução da autora).

roupas, onde seriam trabalhadas as roupas de cama e mesa, peças de vestuário, lavagem e passagem das roupas. A última parte era destinada ao preparo, conservação e uso dos alimentos, a alimentação e a sua importância, a subnutrição e estado de carência, a origem e o preparo geral dos alimentos e como seriam usados. Na quarta série, já se iniciava com contabilidade doméstica, orçamento doméstico, registro de despesas, relações no lar. A segunda parte era a respeito de noções de puericultura, que envolvia estudos sobre a criança, o recém-nascido, a alimentação da criança, os cuidados higiênicos gerais da criança, a criança depois do primeiro ano de vida e moléstias da primeira infância. E por fim, deveriam ser vistas noções de serviço social e noções de enfermagem.

Observando o conteúdo do Programa do Ensino Secundário mencionado acima, pode-se colocar a extrema semelhança com o que era ministrado para as meninas em meados do século XIX, de acordo com os anais do Parlamento Brasileiro de 1827. Além disso, retomando a ideia de violência simbólica de Chartier, é possível notar como fica clara a tentativa de manutenção de um determinado papel para as mulheres na sociedade através da educação. Tal papel estaria relacionado a um perfil submisso e materno, onde se encaixaria a mulher e esposa ideal, sempre a postos para agradar seu marido, tendo os conhecimentos para lidar com os problemas do ambiente doméstico, o único lugar onde a sua dedicação deve estar. De acordo com Perrot (1998), percebe-se, no século XIX, uma segregação sexual do espaço público, onde existem espaços proibidos às mulheres – como os políticos, judiciários, intelectuais e até esportivos – e aqueles que as aceitam são para as mulheres de classe mais alta, os grandes magazines, os salões de chá e a igreja. Já a respeito das classes populares, estão na rua, no mercado e na lavanderia. Entretanto, cabe afirmar que apesar de certas conquistas – como o voto feminino, a sala de aula e um maior espaço no mercado de trabalho -, ainda é possível notar um espaço segregado em decorrência do sexo, mesmo que,

na maioria das vezes, esteja implícito e seja considerado algo natural.

Pode-se afirmar que a década de 1960 representa um momento de avanços na história das mulheres e das relações de gênero, não só porque foi nessa época em que a temática começou a ser explorada e desenvolvida nas academias, mas também por envolver uma série de fatores que abrem caminho para a ruptura com ideias conservadoras ligadas ao papel feminino na sociedade, desencadeando na segunda onda feminista no final dos anos 1970. A venda das pílulas anticoncepcionais, além de ter iniciado o que seria chamado de revolução sexual, trouxe um maior controle das mulheres sob o seu próprio corpo, podendo escolher se teriam ou não filhos e o momento que julgassem mais apropriados. Dessa maneira, foi sendo instaurado um espaço onde o debate sobre questões como virgindade, sexo e diferenças entre os homens e mulheres – antes consideradas naturais – tornou-se recorrente nas universidades e em bares frequentados pela juventude. Deve-se considerar que esse fenômeno teve maior expressão nos setores da classe média e alta, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo. Trabalhando com as mudanças em relação às imagens associadas ao feminino, Pinsky (2012) estabelece uma relação entre esse processo de libertação e independência com o crescimento das cidades, melhores oportunidades de empregos e o acesso à educação.

As cidades, mais densamente povoadas por conta da migração vinda do campo, aproximavam pessoas e estilos de vida e favoreciam mudanças aceleradas de comportamento. O maior acesso feminino aos empregos remunerados e qualificados, impulsionado a partir de então, proporcionaria às mulheres maior independência econômica, segurança e um status mais elevado na sociedade e na família. Tal processo seria acompanhado pelo desenvolvimento de uma consciência crítica das desigualdades sociais com base no sexo e pela vontade de voar mais alto. Não é à toa que, em 1962, as esposas brasileiras obtiveram, no Estatuto Civil da Mulher Casada, o reconhecimento

do papel de “colaboradora” do marido na sociedade conjugal. (PINSKY, 1991, p. 514).

A crescente participação das mulheres na força do trabalho, o aumento do número de divórcios e de famílias monoparentais e as mudanças legislativas relacionadas à saúde e à violência doméstica são pontos levantados por Ergas (1991) a respeito da década de 1960, que os estabelece como sinais de um renascimento feminista. Pode-se perceber tanto por Pinsky (2012) – que trabalha com o cenário nacional – como por Ergas (1991) – que toma como objeto o feminismo em um contexto internacional –, que essa retomada de um movimento que reivindica os direitos das mulheres foi algo que se deu gradativamente de acordo com o contexto histórico no qual estava inserido.

Considerações finais

Ao contextualizar a disciplina, foi possível associá-la a uma reforma educacional de um regime ditatorial que visava formar cidadãos ideais ao Estado. No caso das mulheres, a elas caberia a administração da casa, a educação dos filhos e assim, a manutenção da família. O então Ministro de Educação e Saúde, Gustavo Capanema, inseriu a disciplina de Economia Doméstica nas terceiras e quartas séries ginasiais com o objetivo de prepará-las para a vida doméstica e para a maternidade. De acordo com ele, era necessário atingir a natureza da personalidade feminina, direcionando-a a sua missão como dona de casa. Dito isso, considerando as colocações de Bourdieu (2017) e Chartier (1995), pode-se desenvolver que a disciplina de Economia Doméstica teve a sua inserção no currículo escolar baseada em uma forma de naturalizar a submissão feminina, já que instruía meninas entre 13 e 14 anos a serem os “anjos tutelares” do lar, devendo estar preparadas a resolver todos os problemas domésticos e a obedecerem ao seu marido. Deve-se lembrar, contudo, que a

Reforma Capanema estava voltada para a elite e para a classe média alta, assim, a disciplina buscava formar donas de casa e mães burguesas.

Referências

- ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. Economia Doméstica: uma disciplina escolar no secundário ginasial Sergipano (1944-1947). **Anais eletrônicos do IX Congresso Brasileiro de História da Educação**. João Pessoa - Universidade Federal da Paraíba - 15 a 18 de agosto de 2017.
- BOMENY, Helena M. B.. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In.: PANDOLFI, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p.137-166.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica. **Cadernos Pagu** (4) 1995, pp. 37-47.
- CHERVEL, André. **História das disciplinas escolares**: reflexões sobre um campo de pesquisa. *Teoria & Educação*, 2, 1990, p.177-229.
- ERGAS, Yasmine. O sujeito mulher. O feminismo dos anos 1960-1980. In.: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das mulheres no Ocidente** - vol.5. Porto: Edições Afrontamento, 1991. pp. 583-611.
- ESCOLANO, Agustín. **El Pensil de las Niñas**. Madrid: EDAF, 2001.
- FIGUEIREDO, Milene Moraes de. **A nacionalização do Ginásio Teuto-Brasileiro Farroupilha**: um complexo jogo de adesões e resistências (1937-1945). Porto Alegre, 2017. [Dissertação de Mestrado].
- GODOY, Letícia A. Azambuja. **O Instituto de Educação Doméstica Rural da Escola de Engenharia de Porto Alegre**: uma escola-lar (1920-1931). Dissertação (Mestrado em Educação) - UFRGS. Porto Alegre, 118 f., 2000.
- ISMÉRIO, Clarisse. **Mulher: a moral e o imaginário (1889-1930)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

- LAGRAVE, Rose-Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In.: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **História das mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, 1991. p. 505 - 543.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na Sala de Aula. In.: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 10. ed., 2015. pp. 443 - 481.
- OLIVEIRA, Ana Carla Menezes de. Economia doméstica: origem, desenvolvimento e campo de atuação profissional. **VÉRTICES**. v. 8, n. 1/3, jan./dez. 2006, p.77 - 88.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- PINSKY, Carla Bassanezi. A era dos modelos flexíveis. In.: PEDRO, Joana Maria; PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, v.1, n.2, jul./dez. 1990.
- SERRANO, Isabel de Almeida. **Noções de Economia Doméstica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1954.

Papéis de gênero atribuídos a meninas e meninos em uma escola agrícola

*Thais Scheuer*¹

*Rita Basso*²

Contextualizando o estudo etnográfico

Este trabalho trata-se de um recorte do projeto de pesquisa “Juventudes contemporâneas: tempos escolares e tempos de vida” que tem por objetivo analisar práticas juvenis que ocorrem nos espaços e tempos escolares problematizando as relações que se dão entre os jovens alunos e os rituais instituídos pela escola. Para este recorte, tivemos como objetivo analisar como uma escola agrícola lida com as relações de gênero dentro de um espaço que tradicionalmente foi delineado para meninos e que hoje é habitado também por meninas.

Historicamente as escolas agrícolas no Brasil foram pensadas para atender um público de meninos, e recentemente passaram a atender também as meninas. A escola que compõe esta pesquisa está localizada no noroeste do estado do Rio Grande do Sul, e é possível perceber que ela foi pensada para os meninos pois culturalmente há a narrativa de que os meninos devem estudar na escola agrícola e as meninas devem fazer o curso normal, é

¹ Pedagoga. Especialista em Alfabetização e Letramento. Estudante do Mestrado Profissional em Educação - PPGED/UERGS.

² Doutora e Mestre em Educação (UFRGS). Professora Adjunta do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul.

possível notar isto até pela estrutura, pois a escola agrícola possui internato apenas para os meninos.

Tomando como ponto de partida esse contexto tornou-se plausível perguntar como uma escola construída tradicionalmente para a educação de meninos e que hoje é habitada também por meninas lida com as relações de gênero? Tendo esta questão como impulso para pensar as questões de gênero, este trabalho está ancorado nos campos dos Estudos Culturais, Estudos de Gênero e Estudos de Juventudes.

Fazer pesquisa, no campo dos Estudos Culturais, permite aos pesquisadores articular diferentes campos teóricos e criar novas rotas metodológicas. Assim, este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica e se compõe de observações participantes dos recreios, dos intervalos de almoço e das aulas práticas, bem como rodas de conversas e registros fotográficos, sendo que, para este recorte, foram selecionados excertos de algumas rodas de conversa e registros de observações, realizadas entre o período de agosto a outubro de 2018.

As rodas de conversa se desenvolveram no espaço da escola, fazíamos geralmente nossos encontros sob as sombras das árvores espalhadas pelo amplo espaço da escola agrícola. Aqui para a extensão deste texto apresentamos 8 excertos do Diário de campo, que originários de observações das aulas práticas e de rodas que se desenvolveram tomando como referência o eixo temático “Juventudes, gênero e escola”. A propositiva de rodas de conversas como ferramenta etnográfica está ancorada em Weller (2013) que considera que as Rodas de conversa se “[...] constituem uma ferramenta importante para a reconstrução dos contextos sociais e dos modelos que orientam as ações dos sujeitos.” (WELLER, 2013, p. 58).

Tendo como temática as relações de gênero na escola agrícola, torna-se importante, trabalhar com os conceitos de juventudes e gênero, os quais serão descritos a seguir.

Sobre juventudes no plural

ser joven, por lo tanto, no depende sólo de la edad como característica biológica, como condición del cuerpo. Tampoco depende solamente del sector social a que se pertenece, con la consiguiente posibilidad de acceder de manera diferencial a una moratoria, a una condición de privilegio. Hay que considerar también el hecho generacional: la circunstancia cultural que emana de ser socializado códigos diferentes, de incorporar nuevos modos de percibir y de apreciar, de ser competente en nuevos hábitos y destrezas, elementos que distancian a los recién llegados del mundo de las generaciones más antiguas. (MARUGLIS E URRESTI, 2000, p. 4).

Iniciamos com este excerto para destacar que este trabalho está sustentado teoricamente nos estudos de Dayrell (2007), Margulis e Uresti (2000), Pais (1990, 2003), entre outros, que abordam o conceito de Juventudes no plural por compreender que a juventude não pode ser vista apenas como uma fase biológica.

Isso significa que nem todas as pessoas com a mesma faixa etária vivem sua juventude da mesma forma, pois os vários marcadores sociais, como gênero, classe social, etnia, sexualidade e religião, perpassam a forma como cada jovem vive sua juventude. Na perspectiva dos estudos de Margulis e Urresti (2000), *“la juventud no es solo un signo ni se reduce a los atributos ‘juveniles’ de una clase”*. (2000, p. 10). Dessa forma, é importante pensar que as possibilidades de viver a juventude não são as mesmas para todos os jovens, portanto, é diferente ser jovem menino e ser jovem menina, assim como também é diferente ser jovem branco e ser jovem negro e assim por diante.

A juventude não é algo que sempre existiu, é uma invenção que foi sendo construída culturalmente no período pós-querra, momento em que os discursos escolares e da indústria reivindicavam a existência de crianças e jovens como sujeitos de direitos e consumo. Com isso a indústria começou a investir nessa categoria, criando objetos para diferenciar os jovens das crianças e

dos adultos, como roupas, acessórios, músicas e outros artefatos. (REGUILLO, 2007) Esses objetos fazem parte do que Margulis e Uresti (2000) chamam de *signos sociales*, que são artefatos ligados ao corpo, à vestimenta, à estética do que a cultura define como próprio dos jovens.

Na mesma direção Pais (2003) defende que a “juventude é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias econômicas, sociais e políticas; uma categoria sujeita, pois, a modificar-se ao longo do tempo” (p. 37). Para o autor as diversas situações sociais tornam a experiência de ser jovem heterogênea. Ao estudar práticas culturais no domínio do lazer de três grupos distintos, Pais (1990) considerou que:

[...] os jovens não participam no mesmo tipo de práticas sociais e culturais; que as vivem de forma diferente; que diferentes tipos de práticas de lazer estão na base de diferentes culturas juvenis e vice-versa; que os fundamentos de constituição, instituição e legitimação sociais dessas práticas variam de contexto para contexto social; que essas práticas sociais e culturais-embora consagrando e legitimando diferenciações inter-geracionais-também consagram e legitimam diferenciações intrageracionais; enfim, que a socialização dos jovens, no domínio do lazer, origina diferentes culturas juvenis. (PAIS, 1990, p. 640).

Para Pais, há um reconhecimento social da forma mais adequada dos jovens realizarem suas atividades sociais, dessa forma, “as sociabilidades a que dão lugar são sempre uma forma de instituição de ordenamentos sociais prescritivos de natureza heterogênea, que fazem da juventude uma realidade sociologicamente diversificada” (1990, p. 642). O autor ainda defende que não podemos compreender a juventude como desprovida de normas, pois, em suas práticas cotidianas, os jovens produzem suas próprias normas (PAIS, 1990).

Na mesma direção, para Margulis e Uresti (2000), a forma de viver a juventude também depende da geração a que se pertence, pois cada geração é um momento que os indivíduos se

socializam caracterizados pelas mudanças culturais características da época, dessa forma, as gerações podem ser consideradas como pertencente a uma cultura diferente, pois compartilham códigos e linguagens diferentes.

Os autores também trazem o conceito de moratória social, que seria um tempo entre a infância e a vida adulta em que é possível se dedicar aos estudos e às atividades de lazer, podendo adiar as atividades como independência financeira, casamento, filhos, entre outras atividades características da vida adulta. Entretanto, este tempo 'livre', não é visto da mesma forma nas classes populares, pois para ter acesso à atividades de lazer, por exemplo, é necessário ter dinheiro, fazendo com que os jovens ingressem muito cedo no mundo adulto, trabalhando para poder ter acesso aos *signos sociales* da juventude, e quando estes jovens das classes populares possuem tempo livre, geralmente decorre do desemprego (MARGULIS; URESTI, 2000).

Nesse sentido, não é possível estabelecer limites de idades de onde a juventude deve começar e terminar, pois a juventude é entendida aqui como um processo de crescimento, aonde os jovens vão constituindo suas identidades por meio das experiências vivenciadas, não podendo ser entendida “como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta” (DAYRELL, 2007 p. 158). Há muitas formas de ser jovem e esse é outro motivo para não delimitar a juventude numa faixa etária, pois nem sempre os jovens correspondem ao que se é esperado para os jovens. Os vários marcadores sociais interferem nas formas de ser jovem, por isso a juventude não pode ser reduzida a uma questão de idade. A partir de tais justificativas, utilizamos, neste estudo, o termo juventudes, no plural, para destacar a diversidade de possibilidades que esta palavra abriga.

Revisitando o conceito de gênero

Para refletir sobre o conceito de gênero, buscamos aportes teóricos nos estudos de Scott (1995), Butler (2003), Louro (2013), entre outras autoras que afirmam que o gênero é constituído culturalmente.

O conceito de gênero teve origem, no Brasil, com o sufrágio, movimento em que mulheres reivindicavam o direito ao voto, esse movimento é conhecido como a primeira onda do movimento feminista, que começou com a Proclamação da República e acabou com a constituição de 1934, quando as mulheres passaram a ter estabelecido o direito ao voto.

Em seus estudos sobre gênero, Scott (1995) tem nos mostrado que o conceito de gênero pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas. Para a autora o uso do termo gênero rejeita as justificativas biológicas, “como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens têm uma força muscular superior” (p. 75) e torna-se uma forma de indicar as construções culturais sobre os papéis ‘adequados’ para homens e mulheres. Trata-se de um modo de fazer referência às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres. Gênero é, segundo esta definição, “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75).

Nessa perspectiva, Butler afirma que “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (2003, p. 25). Ou seja, ser homem ou ser mulher não é algo que é dado no momento do nascimento dos sujeitos, de acordo com suas características biológicas. Os sujeitos tornam-se homens ou mulheres por meio dos discursos e representações sobre o que é feminino e o que é

masculino. Louro (2013) considera que os sujeitos não se fazem homens ou mulheres no momento do nascimento como algo posto, acabado e definitivo. Por isso, o termo gênero:

[...] nos afasta de abordagens que tendem a focalizar apenas papéis e funções de mulheres e homens para aproximar-nos de abordagens muito mais amplas, que nos levam a considerar que as próprias instituições, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis e políticas de uma sociedade são constituídos e atravessados por representações e pressupostos de feminino e de masculino e, ao mesmo tempo, produzem e/ou ressignificam essas representações (MEYER, 2012, p. 18).

Segundo Louro (2013) gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais, o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja são genericadas, ou seja, expressam as relações sociais de gênero. A autora ainda considera que não é possível compreender a história das mulheres na sala de aula sem advertir que essa foi uma história que se deu no terreno das relações de gênero. As representações do masculino e do feminino, os lugares sociais determinados para cada um deles são integrantes desse processo histórico. Para a autora, gênero deve ser compreendido como uma construção histórica, social, que articulado à classe, etnia, religião, idade, determinou e (determinam) algumas posições de sujeitos que as mulheres ocuparam e (ocupam), o que torna relevante perceber o gênero como uma categoria de análise neste trabalho. Na próxima seção abordaremos as narrativas das alunas em rodas de conversas e em aulas práticas, analisando e articulando com o material teórico.

Revisitando as cenas vivenciadas na pesquisa

Cena 1: Aula prática.

Os professores das aulas práticas se reuniram e solicitaram alunos.

-Dois meninos para ajudar na oficina.

*-Duas meninas para limpar um galpão.
-Dois meninos para carregar alfafa.
-Duas meninas para limpar o ônibus da escola.
-Duas meninas para limpar a sala de ordenha.
Sobraram três meninos e duas meninas, todos incumbidos da
mesma tarefa: carpir.
(Diário de campo, 28 de setembro de 2018)³.*

Iniciamos com este excerto para descrever uma das rotinas das aulas práticas. As aulas práticas são atividades previstas no Projeto Político da escola, e prevê que cada turma tenha um dia da semana para realizar as aulas práticas, sempre monitoradas e acompanhadas de algum professor, sendo os alunos separados em grupos nos diferentes setores da escola (gado de corte, gado de leite, horta, ração, alfafa, etc.).

No início de cada aula prática, os alunos se reúnem com um professor que é responsável por fazer a chamada, e com os professores responsáveis por cada setor da escola. Dessa forma, cada professor solicita estudantes de acordo com as atividades a serem realizadas em seu setor.

A partir dos registros feitos em Diário de campo é possível perceber uma certa regularidade na distribuição das tarefas práticas. Primeiro são distribuídas as atividades que exijam de esforço físico maior, ou maior agilidade. Depois são distribuídas as atividades de limpeza. E os alunos que sobrar vão para os outros setores. O que é possível destacar na cena 2 registrada em Diário de campo, do dia 12 de novembro quando duas meninas foram fazer a limpeza da ordenha e, três meninos foram para o abate de gado e o resto da turma foi para a alfafa.

A partir da análise das cenas 1 e 2, é possível inferir que as ações conduzidas pelos professores/as nas aulas práticas são determinadas pelo gênero. Segundo Louro (2013, p. 77),

³ Utilizamos a fonte em itálico para diferenciar os registros do Diário de campo das citações dos autores.

[...] muitos professores e professoras atuam, ainda hoje, com uma expectativa de interesses e desempenhos distintos entre seus grupos de estudantes. A ideia de que as mulheres são, fisicamente, menos capazes do que os homens possivelmente ainda é aceita.

Nesta direção, em conversa com os alunos do terceiro ano percebemos que esta regularidade na distribuição das atividades práticas da turma já concebida como algo naturalizado neste espaço.

Cena 3 – Roda de conversa

- Geralmente para ir pro gado de corte são os guris. (Ana Júlia)

- Por quê? (Pesquisadora)

- Porque eles têm mais força. Sei lá. (Ana Júlia)

(Diário de campo, 6 de setembro de 2018)⁴

A divisão das atividades por gênero como afirma Louro (2013), a diferença entre os gêneros foi e ainda é em alguns espaços é utilizada para explicar e justificar as distinções entre homens e mulheres, baseadas nas distinções biológicas.

Teorias foram construídas e utilizadas para “provar” distinções físicas, psíquicas, comportamentais; para indicar diferentes habilidades sociais, talentos ou aptidões; para justificar os lugares sociais, as possibilidades e os destinos “próprios” de cada gênero (LOURO, 2013, p. 49).

Conforme Louro (2013), os homens eram destinados ao papel de provedor da casa, e à mulher ao papel de dona de casa e mãe. Os meninos eram designados a estudar enquanto as meninas eram consideradas frágeis e incapazes para os estudos. Mesmo quando a Lei de 15 de outubro de 1827 torna a escola um lugar possível para as meninas, elas tinham um currículo voltado para as prendas domésticas. O motivo dessa desigualdade era fundamentado nas

⁴ Para fins de preservação da identidade das pessoas envolvidas na pesquisa, optamos por utilizar nomes fictícios.

diferenças biológicas entre os mesmos, sem levar em conta outros aspectos de suas identidades. Isso nos remete a pensar o gênero associado às relações de poder, pois segundo Scott,

“[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações do poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um único sentido” (SCOTT, 1995, p. 86).

Sobre as relações de poder, é possível perceber na narrativa de Júnior, que se divertiu andando de carretinha⁵ na escola e cobra da colega a organização da horta.

Cena 4 – Roda de conversa

- Hoje a nossa prática estava boa.. Andamos de carretinha. (Júnior, mostrando o vídeo que fez desse momento)

Ao terminar de me mostrar o vídeo, Júnior fala para Bianca e Camila que estão sentadas junto conosco:

- Oh, as professoras e as funcionárias todas estão reclamando que vocês não estão cuidando da horta... (Júnior)

(Diário de campo, 30 de agosto de 2018).

Portanto, durante as inserções no campo percebemos que geralmente as meninas são designadas a tarefas que são culturalmente consideradas ‘tarefas femininas’, como limpeza e cuidado da horta. Aos meninos são designados os trabalhos que são considerados ‘masculinos’, exemplos: dirigir tratores, plantios de lavouras, abates de animais.

Cena 5 – Roda de conversa

- Eh legal de ir pra oficina... Lá vai só os guri... (Ricardo)

- E as gurias? (Pesquisadora)

⁵ Veículo agrícola de pequeno porte, geralmente utilizado em pequenas propriedades.

- *As gurias não vão. Lá é só os guris. Que nem na alfafa.*
(Fernando)

- *Por quê? (Pesquisadora)*

- *Ah não sei... Mas eu acho que se elas quiserem e pedirem elas podem... (Fernando)*

29 de agosto.

A partir da narrativa de Fernando e de Ricardo é possível perceber que para eles é tão naturalizado o fato de que apenas meninos frequentam setores como oficina, alfafa e gado de corte que eles pensam que as meninas não vão apenas porque não pedem para ir. Entretanto, situações como essa são construídas culturalmente e precisam ser questionadas nesse espaço. Os registros realizados durante a semana farroupilha mostram como esta divisão de tarefas parte também dos alunos.

Cena 6 - Semana farroupilha

Durante a tarde, com o aparecimento do sol, os estudantes começaram a montar seus piquetes. Cada turma recebeu uma quantia de taquaras e 4 palanques já prontos (cravados no chão), tendo 3 horas para a montagem. Pelo fato de estarem presentes quase todos os estudantes, pensei que seria bem rápida a montagem, entretanto, percebi que os mais envolvidos eram os meninos. As meninas geralmente ficavam olhando, ou em grupos conversando, eram poucas as que se envolveram nesta atividade. Entretanto, quando os piquetes estavam quase prontos as meninas foram designadas a uma atividade: pegar cascas de arroz.

(Diário de campo, 17 de setembro de 2018)

Cena 7 - Semana Farroupilha

Hoje almocei com a turma do terceiro ano. O técnico responsável pela turma estava assando carne, e as meninas fazendo a maionese. Quando tudo estava pronto, cada um se ajeitou onde pode para almoçar e logo após o almoço as meninas juntaram os pratos, lavaram e deixaram tudo limpo e organizado.

(Diário de campo, 18 de setembro de 2018)

A partir desses excertos é possível perceber como as atividades são distribuídas e internalizadas de modo a reforçar os papéis considerados adequados para cada gênero. Segundo Louro (2013, p. 28),

[...] papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas.

Esta divisão de tarefas de acordo com o gênero fica ainda mais visível quando em uma véspera de feriado, com um número reduzido de alunos e apenas uma aluna

Cena 8 – Aula prática

*Como de costume, os alunos foram ao ponto de encontro para a aula prática. Como era véspera de feriado a turma que ficou para a aula prática era bem pequena. Desta turma, ficou apenas uma menina, que foi designada para fazer a limpeza da ordenha. Os meninos foram designados para trabalhos na alfafa. Entretanto, um deles pediu para não ir pois estava com dor de cabeça e não queria trabalhar no sol, dessa forma, ele foi trabalhar junto com a menina, **auxiliando** na limpeza da ordenha.*

(Diário de campo, 11 de outubro de 2018)

Destacamos a palavra auxiliando pois foi esta a tarefa que o professor delegou ao estudante: auxiliar a menina na limpeza. Para nos ajudar a refletir sobre esta cena, Louro relata que:

Se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecermos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa

participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (LOURO, 2013, pp. 89-90).

Dessa forma, avançando para as últimas ideias deste capítulo, destacamos a importância da escola para tensionar e questionar os papéis de gênero ao invés de perpetuar os papéis instituídos pela cultura ocidental.

Considerações finais

Esta escrita se originou de um recorte do projeto de pesquisa “Juventudes contemporâneas: tempos escolares e tempos de vida” que tem por objetivo analisar práticas juvenis que ocorrem nos espaços e tempos escolares problematizando as relações que se dão entre os jovens alunos e os rituais instituídos pela escola. Para este recorte, tivemos como objetivo analisar como uma escola agrícola lida com as relações de gênero dentro de um espaço que tradicionalmente foi delineado para meninos e que hoje é habitado também por meninas.

Ancorado nos campos dos Estudos Culturais, Estudos de Gênero e Estudos de Juventudes, este estudo teve como questão norteadora: como uma escola construída tradicionalmente para a educação de meninos e que hoje é habitada também por meninas lida com as relações de gênero?

Durante as inserções no campo percebemos que geralmente as meninas são designadas a tarefas que são culturalmente consideradas ‘tarefas femininas’, como limpeza e cuidado da horta. Aos meninos são designados os trabalhos que são considerados ‘masculinos’, exemplos: dirigir tratores, plantios de lavouras, abates de animais. A partir da análise dos dados obtidos até o

presente momento, é possível inferir que as ações conduzidas pelos professores/as nas aulas práticas são determinadas pelo gênero. Cabe salientar que a escola vem perpetuando os papéis de gênero instituídos historicamente pela cultura ocidental.

Referências

- BRASIL, **Lei do Império de 15 de outubro de 1827**. Primeira lei geral de educação do Brasil. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Educa%C3%A7%C3%A3o-no-Imp%C3%A9rio/lei-de-15-de-outubro-de-1827.html>. Acesso em 12 jun. 2016.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- DAYRELL, Juarez. A escola como espaço sócio-cultural. In: DAYRELL, J. (Org.) **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p. 136-161.
- DAYRELL, Juarez. O Jovem como sujeito social. In: FÁVERO, Osmar. et al.(org), **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. pp. 155-176.
- DAYREL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. (orgs) **Juventude e ensino médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. pp. 101-134.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: **Histórias das mulheres no Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Contexto, 2006. P. 443-481.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 15ª ed. 2013

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed.; 2ª reimp. - 2015

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra**. In: MARGULIS, Mario (Ed.). La juventud es más que una palabra. Buenos Aires: Biblos, 2000. Disponível em: http://perio.unlp.edu.ar/catedras/system/files/mario_margulis-la-juventud-es-mas-que-una-palabra.pdf. Acesso em: nov. 2018.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de Pesquisas Pós-críticas ou Sobre como fazemos nossas investigações. In: _____.(orgs). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012

MEYER, Dagmar Estermann. Abordagens Pós-estruturalistas de pesquisa na interface da educação, saúde e gênero: Perspectiva Metodológica. In: MEYER, Dagmar Estermann. PARAÍSO, Marlucy Alves. (orgs). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PAIS, José Machado. Lazeres e sociabilidades juvenis – um ensaio de análise etnográfica. **Análise Social**, v. XXV (108-109), 1990 (4ª e 5ª) p. 591-644. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223034680R2wZZ4cf6Tl39AV5.pdf> . Acesso em nov. 2018.

PAIS, José Machado. **Culturas juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

REGUILLO, Rossana. Las culturas Juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. In: FÁVERO, Osmar. et al.(org), **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. pp. 47-72.

SCOTT, Joan. Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica. **Educação e Realidade**. 20 (2), p.71-99, 1995.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão: aportes teóricos e metodológicos. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicole. **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. pp. 54-66.

**Didatização da história das mulheres
no Museu Julio de Castilhos:
a invisibilidade como um problema
do tempo presente (1995-2010)**

*Andréa Reis da Silveira*¹

O Museu Julio de Castilhos (MJC) em sua dimensão educativa contida na interioridade dos processos museológicos é espaço de potencial articulação para a Formação Histórica (RÜSEN, 2007). Isso se faz pela didatização teórica e metodológica dos acervos. Não aquela didatização pedagógica de transposição de conteúdo, mas pela didática da história que possibilita formas e funções de raciocinar presente e passado, por meio do conhecimento histórico, oportunizando efeitos na vida prática (RÜSEN, 2007). O MJC é, portanto, um espaço de experiência que permite horizontes de expectativas (KOSELLECK, 2006).

Criado em 1903 com a denominação de “Museu do Estado”, no contexto político, social e cultural da Primeira República brasileira, o MJC teve suas coleções constituídas pela conotação científica, nos moldes enciclopédicos. Esse era o critério com que eram formados os museus da época. Os exemplares do MJC eram de zoologia, botânica, mineralogia, artes, documentos e generalidades locais, regionais e nacionais, com sentido de vangloriar o passado e enaltecer o domínio humano das coisas e da natureza.

¹ Historiadora, Museóloga, Mestra em Patrimônio Cultural e Doutoranda em História do Tempo Presente na UDESC.

Localizado em Porto Alegre, RS, o MJC ocupa a casa que pertenceu ao político Julio Prates de Castilhos e sua família, que em 1907 como homenagem póstuma, recebeu adaptação para tornar-se a instituição Museu Julio de Castilhos. A configuração do acervo se manteve a mesma até os anos 1950, quando as coleções de artes, ciências e história do RS foi desmembrada, para criação de outras instituições estaduais, ficando o Museu, exclusivamente responsável pela história regional. Nesse perfil de museu de história, a classificação do acervo foi estabelecida em 1929 coleções, chegando a quantidade de 11 mil peças relacionadas com a história e com a memória rio-grandense e brasileira.

Nos anos 1995-2010 o museu adquiriu 1324 objetos configurados em subcategorias de aquisição: modo de vida, relações sociais de produção e história política. A partir das peças e suas classificações, como fontes, estabeleci o interesse desta investigação, buscando compreender o estatuto simbólico dado àqueles objetos, e as suas representações como cultura material relacionada a gênero.

Verifico a flexibilidade das informações na produção de conhecimentos e de conscientização histórica a respeito da diversidade de atores e sujeitos históricos, especialmente das mulheres. Assim, coube questionar os modelos educativos de história que o museu dimensionou, e o lugar das mulheres nessas narrativas musealizadas e patrimonializadas.

A História do Tempo Presente não se dá meramente, na proximidade do tempo cronológico dos acontecimentos, mas, na sua ressonância e reverberação no presente, pela longa duração. É campo teórico que relaciona o tempo vivido com a experiência deste viver. De forma que, o MJC nessa perspectiva da permanência, na apresentação dos acervos para o seu maior público que é formado por escolares do ensino fundamental e médio da rede pública do RS, é problematizado na inclusão e na valorização das trajetórias históricas das mulheres.

Sobre elas, o discurso denota dominação e predominância dos relatos misóginos e estereotipados, que são repassados nas narrativas expositivas e informacionais dos acervos, quando apresentadas aos estudantes e demais visitantes. Essa situação ocasiona prejuízo para elas, estabelecendo a obliteração de seus percursos históricos, no “passado que não passa”.

No tempo presente, os museus históricos, em que se apresenta o MJC, são articulados em duas perspectivas: como espaços de construção do conhecimento, a partir de pesquisas realizadas sobre a historicidade dos acervos, seja ela definida na materialidade ou na atribuição de valores simbólicos, ou seja, nas formas intrínsecas e extrínsecas. Ou, na outra concepção, como locais potencialmente predispostos a realização de práticas e representações que remetam à transformação social. Neste caso, lidam com a ampliação e acesso das histórias e memórias que contribuem com a constituição de identidades individuais e sociais dentro das diversidades da pluralidade humana.

Esta interlocução se dá em favor dos esforços de motivar as pessoas no seu processo de cidadania e de conscientização histórica, quer dizer, estão conectados na definição da Museologia Social. A Sociomuseologia ou Museologia Social prevê a participação comunitária no desenvolvimento dos processos museológicos e a integração da sociedade nas decisões museais e sociais. Portanto, os museus históricos têm inerentes na sua dimensão, a questão educativa e estão dispostos as demandas do presente.

Nos processos a que estão organizados e, por meio dos objetos que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam estão implícitas a natureza e a finalidade educativa. Para isto, precisam estar conectados com o seu tempo, respondendo questões como espaços de sociabilidades, cujas mudanças acompanham os mesmos paradigmas da sociedade. Entre 1995-2010, o público escolar tornou-se o maior frequentador da instituição, sendo que as atividades expositivas, de comunicação e informação dos acervos passaram a ser canalizadas para aqueles visitantes.

Inevitavelmente, o museu realiza, assim como a tevê, os livros didáticos e o cinema, uma didatização das coleções e objetos que permite a compreensão dos públicos na formação histórica.

Também nesse momento da história institucional, o MJC voltou sua intencionalidade a atender os preceitos da Sociomuseologia. Entretanto, verifiquei que neste discurso houve distinção nas narrativas e informações constituídas nos acervos, com a predominância dos acontecimentos e feitos históricos a partir do masculino, problematizando a relação entre os gêneros, deixando as mulheres subalternizadas ou invisibilizadas na história e na memória do Estado. A situação é pior quando essas representações, narrativas e informações são mediadas para as crianças e jovens escolares.

As coleções incorporadas neste recorte temporal de 1995-2010 são concebidas por armas, uniformes, documentos, canetas, chapéus, equipamentos, maquinários quantificadas no domínio do masculino. Enquanto que as mulheres são apresentadas em roupas, louças, joias, perfumarias, objetos de tocador, higiene pessoal, saúde da família, bordados e equipamentos e ferramental doméstico. Arquétipos estereotipados da historicidade feminina. Que no seu papel de museu histórico, no seu compromisso social de transformação social, e pela sua historicidade o MJC necessita abrir espaço nos seus processos museológicos, narrativas e memórias para que as mulheres marquem posição histórico-social, política, econômica, cultural, estabelecendo diálogo e relação justa entre as identidades e gêneros.

Para alcançar os objetivos e conformar as problematizações, utilizo a documentação arquivística administrativa e a documentação museológica, técnica, do MJC, como fontes. Na documentação arquivística administrativa incluem-se os relatórios das 04 gestões que geriram o MJC no período de 1995-2010, em boletins, fichas de avaliação de visitas escolares, correspondências expedidas e recebidas, planejamentos, programas e projetos institucionais, bem como imagens e textos de produção diretiva do recorte temporal.

Além disso, averiguo os documentos dos recursos humanos, as pastas de efetividade dos funcionários. O corpo funcional de

1995-2010 foi formado majoritariamente por mulheres, nos cargos de direção, nos quadros técnicos e as estagiárias que realizavam a educação museal.

Outra fonte de pesquisa foi o Sistema Donato², referente à exploração dos objetos musealizados. O Sistema Donato serve para controle, posse, segurança, preservação, acessibilidade e comunicação individual de cada objeto inventariado, no conjunto da coleção do acervo. A informação é cadastrada como um banco de dados de cada objeto tornando-se conteúdo das exposições e mostras, ações culturais e educativas do museu. No MJC esta plataforma digital não está em rede, não é interativa. Seu acesso é de consulta local mediante cadastro de pesquisador visitante, com limitação de informações.

Os registros são feitos em campos específicos cujas informações deliberam o tom das narrativas e o discurso museológico sobre os objetos. No processamento da Documentação museológica, o Sistema Donato é o dossiê de cada objeto, onde são descritas suas características físicas e as de valores atribuídos nas quais constam as informações de sua história e usos, identificando a trajetória anterior e posterior à incorporação como peça de museu.

Nas tabelas onde são preenchidos os campos de informação do objeto, ficam registradas as movimentações da peça, sua “vitalidade” museológica, ressaltando as atividades em que foi associada como nas ações educativas e expositivas internas e nas externas, por empréstimos e itinerância. O potencial informativo que o Sistema Donato dá para análise dos objetos desencadeia a possibilidade de compreender a cadeia de significados e sentidos

² O Sistema Donato foi criado pelo Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), RJ, na década de 1990, com a iniciativa de atender à catalogação das obras de arte digitalmente, e dar agilidade na recuperação das informações dos acervos com a denominação de projeto SIMBA (Sistema de Informação do MNBA). Como um banco de dados de fácil utilização e inserção de imagens, aos poucos foi sendo adaptado para utilização de museus históricos e disponibilizado para outras instituições brasileiras por meio de projetos, como foi o caso do MJC. Ainda em 2018, 46 museus utilizam o software. A primeira versão, 2.0 do Sistema Donato era de código aberto e permitia adequar as tabelas e os campos de preenchimento conforme as necessidades do museu, sendo empregado como um banco de dados virtual, em Access. Foi sendo aperfeiçoado até a última versão 3.2, contendo variadas possibilidades de pesquisa sobre o objeto (CLEMENTE, 2015, pp. 127-132).

que o museu estabeleceu para as realidades sociais se vinculam e que envolvem a peça.

Por meio destas informações verifiquei as decisões tomadas pela instituição nas ações formativas a serem narradas, que dizem respeito às histórias das mulheres. Consultando o Sistema Donato, versão 3.0, de utilização do museu, as aquisições do período de 1995-2010 formaram 11,62% do total do acervo ou 1324 peças, sendo feita na maioria das entradas por doações.

De forma que uma questão premente da tese está no protagonismo das mulheres como gestoras patrimoniais no MJC. Foram elas que estabeleceram os processos educativos e estipularam as ausências e as presenças dos sujeitos históricos a serem narrados pelo museu, incidindo, reafirmando ou reconstruindo as histórias das mulheres. Para as 03 diretoras que geriram o museu e deram o tom das narrativas a serem trabalhadas no patrimônio museal, Myriam Avruch (1995-1998); Mariana Meira (1999-2003) e Nara Nunes (2004-2006), além do diretor Luiz Armando Capra (2007-2010), as conotações empreendidas na construção museológica e histórica, podem ser compreendidas a partir do conceito da historiadora Ângela de Castro Gomes (2016), como “intelectuais mediadores”. Segundo a autora, os intelectuais mediadores são aqueles envolvidos em proeminências locais, sem reconhecimentos de maior vulto, mas que produzem interlocuções de poder no exercício de suas funções.

Para descortinar esses mediadores, me debrucei na apreciação de suas biografias profissionais, compreendendo seus posicionamentos como servidores públicos, a partir da interseccionalidade de raça, gênero e classe social, pautando seus condicionamentos para decisões e responsabilidades.

As funcionárias em cargos diretivos foram classificadas em duas possibilidades: as indicadas pela secretaria de estado ao qual o museu é vinculado, caso da museóloga Myriam Avruch e do Luiz Capra, e as funcionárias de carreira, concursadas e lotadas no serviço do museu, como a professora Mariana Meira e a historiadora Nara Nunes. Essas mulheres formaram uma população economicamente

ativa, estabilizada financeiramente pelo vínculo com o serviço público estadual, reforçando a experiência feminina nos diferentes comportamentos que lhes foram socialmente idealizados, fugindo das construções associadas às representações da mulher pela domesticidade, maternidade e subalternidade.

Para além das direções, outro grupo relevante no processo de musealização dos objetos do MJC, especialmente no que se refere a questão educativa e de atendimento às escolas, eram os estagiários. Alunos e alunas em formação acadêmica, quase na maioria oriundos dos cursos de História das universidades locais, na qual o museu proporcionava, além da compreensão da educação não formal como percurso formativo, o debater e refletir a respeito das escolhas patrimoniais e de memória feitas pela sociedade (GIL, 2014).

O impasse é que os estagiários são temporários e rotativos em suas funções no museu. Quando suas presenças estão afinadas aos propósitos e aos objetivos institucionais, são substituídos ou descartados por tempo restrito de serviço. Em substituição, vêm outros interessados que passarão por toda uma sistematização configurada para direcionamento do trato e uso das coleções em relação ao processo educativo, ficando o museu e suas ações em detrimento da montagem da nova equipe, fator que provoca uma descontinuidade de avanços e de padronizações.

Na maior parte do tempo são esses estagiários que mediam as relações do público com o museu, e pela sua proximidade, deles depende a significação da experiência e da motivação do visitante, seja ele escolar ou não. Conforme o exercício do mediador e sua atitude frente à experiência individual e ou coletiva, marca o retorno ao espaço museal, tornando-se um apreciador ou um indiferente às ações museológicas.

O valor dado aos préstimos dos estagiários incumbidos de mediar o fato museal (GUARNIERI, 2010), ou seja, a relação do homem com o patrimônio no interior da instituição museal, pode receber denominações que revelam preconceitos (BARBOSA, 2008). As expressões mediador, monitor, guia, cicerone, entre

outros referentes ao trabalho pedagógico da educação museal, estabelecem forma circunstancial, podendo ser pejorativas e balizar intencionalidades. De fato, segundo Ana Mae Barbosa (2008), esses trabalhadores do museu são educadores. Suas ações e discursos são formadores, podendo ou não, propiciar pensamento crítico e definir olhares com estofamento social, na aproximação da realidade.

Conduzo meus fundamentos no sentido de definir o MJC como instituição de formação histórica, conceito emprestado de Jörn Rüsen (2007; 2014). O autor define que a experiência histórica dos indivíduos e dos grupos se dá, quando esses atingem um sentido para suas vidas, transformando-as. Essa prática para o indivíduo é particularizada de acordo com os sentidos que lhes são atribuídos, dando significação ao aprendizado histórico. É essa a proposição da atribuição social, educacional e cultural, que se incumbem ao MJC, no que se refere às histórias das mulheres.

Remeto ao plural a categoria história das mulheres. Não há uma história, elas são múltiplas, variadas em espaços de experiências e horizontes de expectativas, como alertou Koselleck (2006). Também não há um modelo único e central para o gênero mulher. No caso do MJC há três possibilidades desafiadoras de observação: as funcionárias como guardiãs do acervo, as doadoras na sua distinção no contexto social e institucional e, o valor simbólico conferido aos objetos frente sua materialidade, historicidade e funcionalidade.

Esse tripé de investigação e análise ainda não tem resultados até o momento da escrita deste texto, mas, posso adiantar que, estão presentes nos estratos de tempo do Museu. O primeiro, a partir da noção de que o Rio Grande do Sul teve um passado glorioso de lutas, protagonizado por batalhas de heróis masculinos. O segundo, pelo presente que se pretende consumir como combativo da desigualdade social, da justiça dos direitos no reviver das histórias e memórias, que incluam minorias historicamente renegadas das grandes narrativas expostas no museu. E a terceira,

um futuro com probabilidade de ser construído com diversos agentes e sujeitos, inclusive das mulheres.

Assim, na incorporação das peças e na sua documentação museológica, que lhe atribui nova funcionalidade, valor simbólico e de uso, não cabe o que Bittencourt (2005) chamou de “recolhimento passivo”. A aceitação da peça no museu não pode ser feita com base nos critérios da originalidade, da autenticidade, da preservação e da testemunhalidade. A preocupação necessita estar objetivada na relevância informacional e contextual da peça na coleção e no fato social, e para tanto, o museu e sua equipe tem que ter método claro e preciso de sua missão institucional, assim como, dos seus critérios de coleta e descarte.

Na maioria das vezes, os critérios são definidos pelos doadores, exemplo típico de modo de aquisição de objetos nas instituições de natureza pública, caso do MJC.

Nos relatórios das gestões 1995-2010 percebi marcas de sobreposição das atividades relacionadas a difusão e comunicação, em detrimento das demais de pesquisa, documentação, preservação e fomento. Isso implica por um lado, reflexos diretos de mediação que favorece a exterioridade museológica, mas, por outro, precariza e limita as abordagens mais aprofundadas da história e da inclusão de testemunhos pouco explorados nas próprias narrativas, levando a entender o museu a partir de uma visão unilateral e tendenciosa.

A expressão material das histórias não se presta para isso, para esses abusos. Os agentes do museu, os intelectuais mediadores, tiveram consciência a respeito disso, pois estavam acostumados a investigar e escrever histórias, uma vez que conhecem os métodos e a provisoriade das conclusões. Mesmo assim, os acervos do MJC ficaram particularizados em profundidades distintas de informação, transportando diversas permanências ao longo de suas exposições. O presente se fez de múltiplos passados de falhas e interesses, configurando o museu como lugar político que precisa ter predisposição para informar no interesse do coletivo.

A compreensão mais apurada das maneiras de abranger os objetos musealizados é apresentada por Ulpiano Bezerra de Meneses (1994), que dualiza os modelos de museu ora como teatros da memória, ora como laboratórios da história. Na circunstância do MJC, os objetos não podem ficar congelados nos mesmos significados ao longo do seu percurso. A fabricação das suas informações, com vistas a formação histórica de crianças, jovens, adultos e idosos, tem que ser revista, revisada, alterada nos mesmos moldes do andamento da própria sociedade. O assentamento no passado, no panorama da chancela oficial, nada trás para a representatividade e a problematização das perspectivas conflitivas das tensões sociais, sejam elas de gênero, classe ou etnia.

Neste texto alguns resultados preliminares da investigação da tese de doutorado em História do Tempo Presente, foram apresentados. O texto e a investigação ainda estão em andamento, com conclusão prevista para 2020, mas é possível verificar que a historicidade institucional do MJC é reforçada nas práticas e nas representações dos acervos e das narrativas, e que mesmo com um discurso institucional pontuado na ideia de compartilhamento histórico e museológico dos problemas da sociedade, o quadro institucional mantém reforço dos estereótipos sobre as Histórias e memórias com prejuízo de representação para as mulheres.

O Museu como ferramenta de educação museal para formação histórica, é lugar privilegiado ainda pouco explorado o que conforma relevância e densidade à tese.

As práticas colecionistas do MJC, até então analisadas, apontam para uma história e narrativa museológicas pontuadas em líderes, heróis, guerreiros e notáveis, recortes de valores do tempo passado, mas que, ainda, lança seus tentáculos no presente.

A participação feminina e das histórias das mulheres é calada, muda e tímida, pela clandestinidade de representação. Na maioria dos estratos do tempo os protótipos reforçaram camadas de sentidos empoeirados pelo domínio do poder masculino, nas informações, na materialidade e nas significações dos acervos,

naturalizando relações excludentes de seus protagonismos. A história musealizada é hierarquizada, desigual e desvantajosa a elas, que permaneceram no tempo presente, sob círculo vicioso de estereótipos e estigmas pouco produtivos no amadurecimento das relações e da formação de cidadãos do século XXI.

Referências

- BARBOSA, Ana Mae. Educação em museus: termos que revelam preconceitos. **Revista Museu**, 2008. Disponível em www.revistamuseu.com.br/artigos/art. Acesso em: nov. 2018.
- BITTENCOURT, José Neves. Gabinetes de Curiosidades e Museus: sobre tradição e rompimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**. Rio de Janeiro: MHN, v. 28, 2005.
- BRITO, L. O.; CACHAFEIRO, M. S.; CRESTANI, L. RAMOS, J. D. ; SANTINI, V. H. . **Imagens e artefatos**: estudos sobre o acervo e as coleções do Museu Júlio de Castilhos, 2011. (CD-ROM).
- BRUNO, Maria Cristina Oliveira. A Museologia como uma Pedagogia para o Patrimônio. In: **Ciências e Letras**. Revista da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras. Nº 31, Porto Alegre, 2002, pp.87-97.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato**. São Paulo EDUSP, 2008.
- CLEMENTE, Gilson. Vinte anos de Donato: um breve histórico do Banco de Dados do Museu Nacional de Belas Artes. **Seminário Serviços de Informação em Museus**, 2015, pp. 127-132.
- GIL, Carmem Z. Estágio de docência em História: saberes e práticas na educação para o patrimônio. In: GIL, Carmem Z. et all. (Org.). **Patrimônio cultural e ensino de história**. Porto Alegre, RS: Edelbra, pp. 37-53. 2014.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. **História & gênero**. Autêntica Editora, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GUARNIERI, Waldisa Rússio. **Camargo**: textos e contextos de uma trajetória profissional / organização Maria Cristina de Oliveira Bruno; colaboração: Maria Inês Lopes Coutinho, Marcelo Mattos Araújo. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010, v. 1 e 2.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça - Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Rev. Tempo Social**. Vol. 26, Nº 1. São Paulo Jan./Jun. 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do Tempo**. Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista História e Cultura Material**, São Paulo, n. 2, pp. 9-42-75-84, 1994.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Educação e museus: sedução, riscos e ilusões. **Revista Ciências & Letras**, nº27, Porto Alegre: FAPA, 2000, pp.91-101.

RECHENA, Aída. Museologia Social e Gênero. In: **Cadernos do CEOM** - Ano 27, n. 41, 2014, pp. 153-174.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP; UNICAMP, 2007.

RÜSEN, Jörn. **História Viva**: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido**: orientações entre o ontem e o amanhã. Petrópolis, R: Vozes, 2014.